



SOMOS SUJEITAS POLÍTICAS DE NOSSA PRÓPRIA HISTÓRIA

a
a
a
a
a
A

LETÍCIA CARDOSO BARRETO

**SOMOS SUJEITAS POLÍTICAS DE NOSSA
PRÓPRIA HISTÓRIA:
PROSTITUIÇÃO E FEMINISMOS EM BELO
HORIZONTE**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Florianópolis
2015**

Letícia Cardoso Barreto

**“SOMOS SUJEITAS POLÍTICAS DE NOSSA
PRÓPRIA HISTÓRIA”: PROSTITUIÇÃO E
FEMINISMOS EM BELO HORIZONTE**

Tese de doutorado apresentada à banca
examinadora do Doutorado
Interdisciplinar em Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina,
como exigência parcial para a obtenção
do título de Doutora em Ciências
Humanas

Área de Concentração: Estudos de
Gênero

Linha de pesquisa: Epistemologia dos
Estudos Interdisciplinares de Gênero

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Pillar
Grossi

Coorientadora: Profa. Dra. Claudia
Andréa Mayorga Borges

Florianópolis, Agosto de 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Barreto, Leticia Cardoso

Somos sujeitas políticas de nossa própria história :
Prostituição e feminismos em Belo Horizonte / Leticia
Cardoso Barreto ; orientadora, Miriam Pillar Grossi ;
coorientador, Claudia Andrea Mayorga. - Florianópolis, SC,
2015.

261 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. Prostituição. 3. Feminismo. 4.
Gênero. 5. História. I. Grossi, Miriam Pillar. II. Mayorga,
Claudia Andrea. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas. IV. Título.

Agradecimentos

Escrever esta tese não foi tarefa fácil, teve choro, ranger de dentes, teve riso, teve prazer, teve alegria, teve um pouco de tudo. Foram quatro anos de muita dedicação, muito trabalho e muito crescimento. Quatro anos que na verdade são uma tentativa de síntese de tudo que vivi ao lado das mulheres prostitutas de Belo Horizonte, do quanto aprendi com cada uma delas, do quanto e do como fui me constituindo enquanto sujeita. De uma jovem estudante de graduação a uma não tão jovem doutoranda, muito de minha vida foi vivida ao lado de vocês e muito do que eu sou eu devo inteiramente à nossa relação. Queria nomear aqui cada uma, cada encontro, cada passo, cada momento e, neste sentido, o espaço da tese parece pequeno para tanta coisa para ser dita e faltam palavras para explicar o quanto vocês são importantes para mim, para minha trajetória, para minha vida. Obrigada por cada conversa, cada risada, cada briga, cada luta, cada abraço, cada momento. Quero agradecer especialmente àquelas que ao longo destes anos foram se tornando uma mistura de sujeitas-amigas-mães-parceiras: Laura Maria Espirito Santo, Cida Vieira, Aparecida Silva, Iná Moura, Zazá Borges, Patrícia Borges, Cleusy Lane, Vilma, sem vocês, nada disso seria possível. Amo demais todas vocês.

Além das prostitutas, o trabalho de campo sempre foi marcado por encontros com amigas e parceiras que tornavam mais prazerosas as atividades e também dividiam as responsabilidades e alegrias de cada instante. Agradeço especialmente ao Roberto Chateaubriand, à Marina França e à Karina Géa por estarmos sempre juntas nesta luta e pela amizade.

A Florianópolis, por ter me acolhido tão bem no período que passei pela cidade e por ter sempre representado aquela incerteza que leva a seguir em frente e querer buscar outras formas de pensar e agir. Agradeço em especial às amigas da Associação Brasileira de Baixaria (ABB), meu porto seguro (embora over sexy) ao longo destes anos. Obrigada por serem minha família nestas terras distantes, uma daquelas famílias bem desestruturadas e desequilibradas (e definitivamente incestuosa), mas das mais perfeitas que se vê por aí. Pedro Magrini, Luciano Jahnecka, Bruno Cordeiro, Ana Paula Boscatti, Anna Carolina Hortsmann, Rari Oliveira, Alex Gonçalves, Ricardo Sant'Ana, Kess Silva, Bruna Kloppel e demais presenças baixas. Muito obrigada também às queridas Anamaria Marcon, Maria Eduarda Ramos, Cibele Silveira,

Melina Ayres, Nádia Fürbringer e todas aquelas pessoas com as quais dividi momentos de cerveja, conversa, diversão e trabalho.

A Belo Horizonte, cidade do meu coração e onde aprendi o valor de se ter uma bolha de amizade para dar força quando o mundo parece conservador e difícil demais para viver. Obrigada às amigas de longa data que, mesmo distantes, fazem a gente saber que em algum canto do mundo tem alguém que está do nosso lado, para enfrentar qualquer coisa. Em particular, obrigada ao Mário César, à Marina Maria, ao Hudson Carvalho, ao Ricardo Napoleão, à Viviane Andrade, ao Vítor Duarte, ao Daniel Werneck, à Lívia Santiago, à Elisa Massa e todas vocês que fizeram parte desta bolha maravilhosa em um momento ou outro. Às amigas-irmãs que fui cultivando ao longo da vida e com quem posso contar para qualquer tipo de empreitada, obrigada por sempre estarem lá sem nem querer saber exatamente qual era o motivo da necessidade da presença. Em especial Patrícia Lúcio, Ana Paula Guilherme, Mayra Mota, Marco Severo, Rachel Leão, Andrei Siquara. Obrigada por comemorar comigo cada etapa deste trabalho e escutar longas histórias sobre os diversos percalços ao longo do caminho. Às amigas da LAJE (original) que foram tão importantes para mim quando a vida deu reviravoltas mil e que se tornaram presenças fundamentais na minha vida. Particularmente Bruno Castro, Daniel Amarilho, Luís Moraes, João Paulo Durão, Breno Alvarenga, Augusto Molinari, Rafael Fontenelle, Felipe Cortez e todas as demais presenças dançantes.

À toda minha família que me apoiou de formas variadas neste longo trajeto. Às minhas irmãs-amigas Rachel Barreto, Luísa Barreto e Alice Barreto (as minhas pessoas) por um amor que nem tenho palavras para explicar e que envolve muita parceria, afeto e também ausência de parcimônia cervejística e presença inimborável. Obrigada por tudo. À minha mãe, Guiomar, por ter tornado possível este sonho tão distante (inclusive fisicamente), mas sempre garantindo que eu conseguisse estar presente nos momentos mais importantes. Ao Gora (in memoriam) que estaria agora esbanjando orgulho aos quatro ventos. Ao meu pai Vinício e à Socorro pela presença cuidadosa e amorosa. À minha avó Irá, que sempre me mostrou que as mulheres podiam e conseguiam mais. Ao meu avô Benito, inspiração constante para a luta e a escrita. À minha avó Lygia, por sua garra, força e alegria. À Inês e à Deísa, e demais integrantes das famílias emprestadas, que de longe ou de perto sempre terão lugar

no meu coração e sei que estão acompanhando e torcendo em cada etapa. Às tias e primas e a todos os deliciosos encontros e trocas.

Ao Kirliã Siquara presença que mudou minha vida para muito melhor desde que chegou e sem pedir nenhum tipo de autorização (como lhe é de costume). Obrigada por acreditar diariamente em mim e no valor do meu trabalho e por ter estado junto comigo em cada um dos passos pequenos e grandes. Obrigada por encher minha vida de alegria requebrante e contagiante, inconformismo ferrenho, amizades incríveis, família queridíssima e debates acalorados. Obrigada por querer continuar gerando um caos delicioso na minha vida.

E o que seria desta tese se não fossem as orientadoras e posso dizer que tive duas das mais incríveis. Agradeço à Miriam Grossi por sempre me instigar a buscar fazer e ser mais e melhor e por estar atenta a cada passo deste caminho. À Claudia Mayorga por ter aceitado construir junto este sonho com muita parceria e companheirismo, mas também muito aprendizado. Às equipes do NIGS e do Conexão de Saberes por todas as trocas e oportunidades de crescimento. Em especial, agradeço à Isadora Vier e Anahi Guedes pelas parcerias.

Às pessoas que ajudaram a dar vida a esta tese de uma forma tão linda e especial. Marco Severo (site), Rachel Leão (capa), Alice Barreto (projeto gráfico), Vinício Barreto (revisão) Rachel Barreto (revisão e palpites de belezas). À Equipe do PETP por ter me ensinado tanta coisa no período em que estive por lá. Agradeço especialmente à Cássia Reis (pela delícia do reencontro) e à Ariane Gontijo. Às mulheres da Marcha das Vadias de Belo Horizonte com as quais tenho tido excelentes oportunidades de troca.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina e à oportunidade de tentar romper com as fronteiras disciplinares e aprender com tantas professoras maravilhosas novas formas de conjugar academia e militância. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa recebida durante o doutorado. Ao PROCAD UFSC/UFBA pela possibilidade de conhecer o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), em especial à professora Cecília Sardenberg pela acolhida.

A todas vocês que de alguma forma participaram desta trajetória, muito obrigada!

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

Glória Anzaldúa (2000)

Resumo

A pesquisa teve como objetivo analisar as relações entre prostituição e feminismos em Belo Horizonte, a partir de olhar sobre a emergência das prostitutas como sujeitas políticas e a produção do conhecimento sobre prostituição. Para tal, foi necessário mapear o contexto e atrizes que fazem parte deste processo de emergência, construindo sujeitas e subjetividades multifacetadas, e identificar deslocamentos e continuidades presentes nos discursos e conhecimentos. Em termos epistemológicos e metodológicos, adotei uma postura interdisciplinar e feminista e utilizei métodos de inspirações etnográficas, incluindo entrevistas, observação participante e diário de campo. Foi construída uma narrativa histórica do processo de construção do movimento de prostitutas em Belo Horizonte e sua relação com o contexto nacional e internacional, tomando como centrais os momentos de surgimento (1964-1989), consolidação (1990-2002) e autonomia do movimento (2003-2015). A pesquisa indica que o movimento de prostitutas em Belo Horizonte se alinha a outros movimentos nacionais e internacionais, em sua origem nos confrontos e parcerias com o poder público, na consolidação a partir de políticas de enfrentamento às DST/AIDS e pela mais recente autonomia ao pautar debates sobre prostituição na cidade. O enfoque sobre a autonomia em contextos diversos é feito a partir da escolha de três vieses: luta contra a AIDS; Projetos de Lei; e tráfico de pessoas. Foi feita ainda uma análise da Marcha das Vadias em Belo Horizonte como forma de elucidar as atuais relações entre feminismos e prostituição na cidade de Belo Horizonte. É possível observar alterações na capacidade do movimento de pautar os debates relativos à prostituição e das prostitutas se colocarem progressivamente como sujeitas políticas de sua história. Destaco a importância de se considerar o movimento de prostitutas como parte dos feminismos que se constroem em Belo Horizonte e no mundo e de estabelecer um diálogo efetivo com este grupo de mulheres como forma de construção de um conhecimento e de um agir coletivos e compromissados socialmente.

Palavras-chave: Prostituição, feminismos, movimentos de prostitutas

Abstract

My research goal was to analyze the relationships between prostitution and feminisms in Belo Horizonte, focusing on the emergence of sex workers as subjects of political protagonism, with multifaceted subjectivities. I also studied the production of knowledge about prostitution, with its shifts and continuities. In epistemological and methodological terms, I adopted an interdisciplinary and feminist stance, inspired by ethnographic methods such as interviews, participant observation and field diaries. Through a historical narrative, I present the building process of the prostitutes' movement in Belo Horizonte and its connections with the national and international contexts. This narrative is focused around three central phases: the emergence (1964-1989), the consolidation (1990-2002) and the autonomy (2003-2015) of the movement. The research indicates that the prostitutes' movement in Belo Horizonte has its origins in the clashes and partnerships with the public sector; it consolidates as a result of STD/AIDS policies and, later, it starts to autonomously guide debates about prostitution in the city. The prostitutes' autonomy is detectable mainly in three areas: the fight against AIDS; the drafting of legislative bills; and discussions about human trafficking. I also analyzed Slutwalks organized in Belo Horizonte, to elucidate the current relationships between feminisms and prostitution in the city. One can see clear changes in the movement's ability to guide discussions about prostitution, and perceive how the prostitutes gradually become political subjects of their own stories. I highlight the importance of considering the prostitutes' movement as part of the feminisms constructed in Belo Horizonte and the world. I argue that it is important to establish an effective dialog with this group of women, as a way of building socially committed knowledge and achieving collective transformation.

Key Words: Prostitution, feminisms, sex workers movements

Lista de ilustrações

Ilustração	Página
1 “Pesquisadoras e prostitutas sem preconceito”	7
2 Printscreen do site Somos UFMG com o resultado da busca por “Prostituição”	50
3 Gráfico – Nível de formação pesquisadoras BH	54
4 Gráfico – Vínculo institucional atual	54
5 Gráfico – Pesquisadoras por curso de graduação	55
6 Gráfico – Pesquisadoras por curso de mestrado	55
7 Gráfico – Pesquisadoras por curso de doutorado	56
8 Fotos dos Hotéis da Guaicurus	73
9 Mapeamento de áreas de prostituição na região da Guaicurus	74
10 Fotografias de quarto de hotel da exposição “Hotel Esplêndido”, de Laura Fonseca	79
11 Cabine erótica na Rua Guaicurus	84
12 Fotografias da exposição Hotel Esplêndido, de Laura Fonseca	89
13 Fotografias da exposição Hotel Esplêndido, de Laura Fonseca	90
14 Trecho da reportagem “Sisterhood & prostitution”	98
15 Reportagem “Hookers unite newest battle cry in rights movement”	99
16 Cartazes dos “Hookers balls”	100
17 Cartaz da 1st National Hookers Convention	101
18 Reportagem “Ocupada igreja por prostitutas em França”	102
19 Reportagem “Attitudes are changing about prostitution”	103
20 Reportagem “A vida é fácil?”	111
21 Abertura do site da PMM	114
22 Reportagem “Prostitutas abrem sua reunião”	119
23 Capa da 1ª edição do jornal Beijo da Rua	121
24 Capa do livro “Bordel, bordeis: Negociando identidades”	124
25 Adesivos da campanha “Sem vergonha, garota! Você tem profissão!”	134
26 Pesquisa do Beijo da Rua sobre nomes para a profissão	135
27 Capas de manuais produzidos pelo Ministério da Saúde	137
28 Jornais “Na Vida”, produzidos pelo GAPA-MG	144
29 Mural “Putá sedução”	148
30 Caderno de Debates Plural: “Prostituição: trajetória e vida das profissionais do sexo”	150
31 Cartão postal Rede Brasileira de Prostitutas	157
32 Desfile da Daspu, 2009 – Arquivo pessoal de Luisa Luz	161
33 Carta de princípios RBP	162
34 Cartão postal APS-BH	166
35 Imagem de capa do Facebook da Aprosmig	169
36 Panfleto Dia sem Preconceito 2012	170
37 Panfleto Cida Vieira candidata a deputada federal	171
38 Panfleto do Seminário “Prostituição feminina: Encantos e armadilhas”	175
39 “Eu sou feliz sendo prostituta”	183
40 Audiência Pública ALMG 2003	187

Ilustração	Página
41 Cida Vieira e Gabriela Leite em evento na OAB-RJ	189
42 Panfleto campanha “Fairplay”	203
43 Reportagem “Prostitutas mineiras torcem contra o Brasil”	205
44 Fotos da Marcha das Vagabundas de Florianópolis, 2011	209
45 Laura cedendo entrevistas na sede da Aprosmig durante a Marcha das Vadias de BH de 2012	211
46 Panfleto Marcha Mundial das Mulheres	213
47 Evento “A prostituição e os desafios do feminismo”	217
48 Foto da Marcha das Vadias de 2014, de Túlio Vianna	219
49 Printscreen de postagem da página da Marcha das Vadias BH	220
50 Prostitutas e parceiras na sede da Aprosmig	225
51 Panfleto do Puta Day BH 2015	226
52 Laura, Cidinha, Zazá, Patrícia e parceiras na sede da Aprosmig	228
53 Prostitutas e parceiras na Exposição Hotel Explêndido, de Laura Fonseca	229

Lista de tabelas e quadros

	Tabela	Página
1	Entrevistas com representantes de entidades e grupos	41
2	Entrevistas com prostitutas	42
3	Observação participante em eventos e atividades	45
4	Projetos de Pesquisa e extensão	50
5	Teses e dissertações relacionadas a Belo Horizonte	56
6	Projetos de lei sobre prostituição no Legislativo Brasileiro (1975-2011)	184

Lista de abreviaturas e siglas

Sigla	
AARG	Associação dos Amigos da Rua dos Guaicurus
ABRAPSO	Associação Brasileira de Psicologia Social
ACT UP	AIDS Coalition to Unleash Power
AI-5	Ato Institucional número 5
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALEM	Associação Lésbica de Minas
ALMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
AMAVI	Associação Mineira Agente da Vida
AMOCAVIM	Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosá
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
APROCE	Associação de Prostitutas do Ceará
APROSBA	Associação das Mulheres Profissionais do Sexo da Bahia
APROSMIG	Associação das Prostitutas de Minas Gerais
APS-BH	Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte
ASP	Associação Sergipana de Prostitutas
BDI	Inventário para Depressão de Beck
BH	Belo Horizonte
CAL-PEP	California Prostitutes Education Project
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CELLOS	Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual
CIETP	Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CIFG	Centro do Interesse Feminista e do Gênero
CMI	Conselho Mundial de Igrejas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos
CN-DST/AIDS	Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS
CNDM	Conselho Nacional da Condição da Mulher
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONATRAE	Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
CONATRAP	Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
COYOTE	Call of Your Old Tired Ethics
CPEC	Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade
DASSC	Dignidade, Ação, Saúde, Sexualidade e Cidadania
DAVIDA	Davida Prostituição, Direitos Civis, Saúde
DEAM	Delegacia Especializada de Crimes contra as Mulheres
DPDM	Delegacia Policial de Defesa da Mulher
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EDA	Exotic Dancers Alliance
EHESS	École des hautes études en sciences sociales

Sigla	
EMERJ	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro
EST	Escola Superior de Teologia
EUA	Estados Unidos da América
FACT	Feminist Anti-Censorship Taskforce
FAMINAS	Faculdade de Minas
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIP	Fundo de Incentivo à Pesquisa
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
GAATW	Global Alliance Against Traffic in Women
GAPA-MG	Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais
GEMPAC	Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
GPFEM	Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas da PUC
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ICPR	Comitê Internacional para os Direitos das Prostitutas
ICRSE	International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe
ICTUR	International Centre for Trade Union Rights
IJUCI	Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania
INSTITUTO DH	Instituto Direitos Humanos
ISER	Instituto de Estudos sobre Religião
JOCUM	Jovens Com Uma Missão
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
LSI	Lei da Segurança Interior
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MAVPM	Women Against Violence in Pornography and the Media
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MdV	Marcha das Vadias
MdV-BH	Marcha das Vadias de Belo Horizonte
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNDH	Movimento Nacional de Direitos Humanos
MPC	Mulheres Promotoras de Cidadania
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MS	Ministério da Saúde
TEM	Ministério do Trabalho e do Emprego
MUSA	Mulher e Saúde
NEP	Núcleo de Estudos sobre a Prostituição
NEPEM	Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher
NETP	Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
NIGS	Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades
NOW	National Organization for Women
NPP	Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política
NSWP	Network of Sex Work Projects
NUH	Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT

Sigla	
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUDC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PESTRAF	Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial
PETP-MG	Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais
PMBH	Pastoral da Mulher de Belo Horizonte
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
PNETP	Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PROBIC	Programa de Bolsas de Iniciação Científica
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRPQ	Pró-Reitoria de Pesquisa
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RBP	Rede Brasileira de Prostitutas
REDTRASEX	Rede de Trabalhadoras Sexuais da América Latina e Caribe
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SIEX	Sistema de Informações de Extensão
SJI	St James Infirmary
SNJ	Secretaria Nacional de Justiça
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TP	Tráfico de Pessoas
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UDN	União Democrática Nacional
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sigla	
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UMEI	Unidade Municipal de Educação Infantil
UNB	Universidade de Brasília
UNGASS	Assembleia Geral das Nações Unidas Sessão Especial HIV/AIDS
UNICAMP	Universidade do Estado de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
WAP	Women Against Pornography
WAWAW	Women Against Violence Against Women
WHO	Whores Hosewives and Others

1. Notas introdutórias.....	1
1.1. Prólogo: Encenando a prostituição.....	1
1.2. Trajetos pela prostituição	7
1.2.1. Sujeitas políticas que se impõem.....	7
1.2.2. Meus caminhos pela prostituição	10
1.3. Contextualizações para o debate	20
1.3.1. As lutas das putas	20
1.3.2. Eixos de debate e intervenção	22
1.3.3. Meu lugar no debate	28
1.4. A pesquisa que aqui se constrói	30
2. Contornos da pesquisa	33
2.1. Delimitando o problema.....	33
2.2. Percursos metodológicos.....	34
2.2.1. Fundamentos metodológicos e epistemológicos .	34
2.2.2. Inserção em campo	36
2.2.3. Redes de pesquisadoras.....	47
2.2.4. Produções de grupos e entidades.....	59
2.2.5. Linha do tempo	60
2.3. Putas e pesquisadoras: Para além da dicotomia	61
2.3.1. Afinal, o que vocês fazem aqui?.....	61
2.3.2. Tecendo redes de solidariedade e de luta	66
3. Fragmentos do comércio do sexo em Belo Horizonte	72
3.1. A Guaicurus.....	72
3.1.1. Breve histórico	72
3.1.2. Os hotéis e o poder público	75
3.1.3. Organização do trabalho nos hotéis	78
3.1.4. Características dos hotéis	81
3.2. As cabines eróticas	84
3.3. Prostituição em ruas.....	85
3.4. Perfil das prostitutas e de seus clientes.....	87
4. Surgimento dos movimentos de prostitutas (1964-1989) .	92
4.1. Feminismos de Segunda Onda	92
4.2. Guerras do sexo feministas.....	95
4.3. Prostitutas começam a se organizar	98
4.4. Emergência da AIDS e de novas questões para o	
debate	104

	4.5. A luta contra a ditadura e o feminismo em segundo plano no Brasil	105
	4.6. A Redemocratização e a institucionalização dos movimentos feministas no Brasil.....	108
	4.7. As prostitutas brasileiras começam a se organizar	110
	4.7.1. As pastorais iniciam seus trabalhos com as “mulheres em situação de prostituição”	113
	4.7.2. Militância católica de esquerda e puta?	115
	4.7.3. Trabalhos com prostitutas em Belo Horizonte ...	122
	5. Consolidação dos movimentos de prostitutas (1990-2002)	126
	5.1. A epidemia da AIDS convoca para a luta e a ação conjunta	127
	5.2. A AIDS e os movimentos de prostitutas no Brasil	130
	5.3. Lutando contra a AIDS em Belo Horizonte	141
	5.3.1. Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais (GAPA-MG)	141
	5.3.2. Mulher e Saúde – Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher (MUSA)	145
	5.4. Projetos e pesquisas em Belo Horizonte	146
	5.4.1. Puta sedução	146
	5.4.2. Prostituição: Trajetória e vida das profissionais do sexo (Caderno de Debates Plural).....	149
	5.5. Movimento de prostitutas começa a se formar em BH	151
	6. Movimentos de prostitutas e autonomia (2003-2015) ...	154
	6.1. Prostitutas em redes.....	156
	6.1.1. Os movimentos de prostitutas ganham força em BH	164
	6.2. Prostitutas sujeitas políticas.....	178
	6.3. Repensando a relação entre prostituição, AIDS e saúde	178
	6.4. Projetos de Lei para prostitutas e com prostitutas	183
	6.4.1. PL 98/2003, de Fernando Gabeira	186
	6.4.2. PL 4211/2011, de Jean Wyllys – Projeto Gabriela Leite	187
	6.4.3. Batalha política.....	188
	6.5. Tráfico de pessoas e grandes eventos.....	190

6.5.2.	Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de	
Pessoas	194	
6.5.3.	As Copas, o tráfico e as migrações.....	201
6.5.4.	A Copa do Mundo em Minas Gerais e em Belo	
Horizonte	205	
7.	<i>Feminismos e prostituição em Belo Horizonte: o caso da</i>	
<i>Marcha das Vadias</i>	209
7.1.	Cenas da Marcha das Vadias de 2012.....	209
7.2.	A marcha das vadias em BH.....	214
7.3.	Marcha das Vadias e o debate atual em torno da	
prostituição em BH.....	216
7.4.	Reflexões sobre o debate	221
8.	<i>Considerações finais</i>.....	225
8.1.	Epílogo: Registrando as prostitutas, registrando	
histórias	226	
9.	<i>Referências Bibliográficas</i>	231



1. Notas introdutórias

1.1. Prólogo: Encenando a prostituição

Era outubro de 2012 e tínhamos marcado uma reunião de encerramento do eixo prostitutas do projeto Mulheres Promotoras de Cidadania (MPC), para avaliar e pensar sobre o relatório. Uma professora, duas alunas de pós-graduação, três alunas da graduação. Cada uma tinha seu momento de fala, para dizer o que estava pensando e sentindo. Um ano de trabalho, horas conversando com as prostitutas, leituras diversas, reuniões, o que será que isso tudo tinha significado para cada uma de nós?

Eu comecei a pensar o que tinha significado para mim. Depois de tantos anos estudando a prostituição, era a primeira vez que participava de um processo de orientação e também que acompanhava de perto o desenvolvimento das alunas. Lembrei-me de quando as conheci e de todos os medos que, como mulheres universitárias, jovens e de classe média, tinham de entrar nas áreas de prostituição. Aliás, este era um dos motivos pelos quais eu havia sido convidada a participar: auxiliar a entrada em campo. Umas tinham medo de serem agredidas, naquele espaço “tão violento”. Outras, de serem agarradas por alguém, naquele espaço tão “permeado por sexo”. Tinham medo, mas queriam “ajudar aquelas mulheres”, entender as situações de vida e de opressão que vivenciavam e, para isso, sabiam que seria necessário conhece-las.

la pensando na minha história no projeto e no quanto fui observando cada uma das alunas mudando, a olhos vistos, pelo trabalho. Uma não conseguia vencer as barreiras para estar na zona e acabou desistindo. Outra, insegura e tímida, sempre buscava companhia para conseguir ir. A terceira rapidamente se soltou e começou a abordagem de campo e as entrevistas sozinha, mesmo sem saber muito ao certo como fazer. A quarta se vinculou à associação e logo estava ajudando nas suas ações, trabalhando como voluntária. Já eu, ficava ali naquela ideia de tentar passar para elas cada uma das pequenas coisas que tinha aprendido ao longo dos anos: *não tenha vergonha, pergunte com naturalidade; não tenha nojo, sente-se na cama; se solte, se engaje, se coloque.*

A cada minuto, me reconhecia e lembrava de mim mesma, com meus vinte e poucos anos, aprendendo a andar por aquelas ruas e

corredores e a lidar com minha timidez para perguntar e observar o que antes parecia impossível, e que cada contexto e cada troca que vivenciei foi me permitindo reconhecer. Agora era bem diferente, os quartos e hotéis não me assustavam mais, pelo contrário, a sensação de voltar ali era a de reencontrar velhas amigas e de lembrar momentos agradáveis e as longas tardes que passava por lá, conversando sobre tudo e nada, e as risadas, muitas risadas. Reconhecia-me no medo, na insegurança, na timidez e, afinal, o que teria me transformado tanto?

Logo as alunas começaram a realizar suas avaliações, contando e refletindo sobre suas experiências. Duas chamavam a atenção, ambas (como eu lá no início) mulheres jovens, mas no final de seus cursos, que estavam em relacionamentos estáveis heterossexuais. A fala de uma ia alimentando a da outra, construindo um discurso em sintonia, quase que mesclado. E suas falas iam ficando registradas na minha cabeça e no meu diário de campo.

- Gosto de ir ao hotel, me sinto em casa.
- Antes eu tinha medo de ser vista como prostituta, agora tenho medo só de ser roubada. Me perguntam se sou prostituta e respondo, ou penso, “e se fosse?”.
- Às vezes, me dá vontade de alugar um quarto, virar prostituta. Podia ganhar dinheiro, conseguir minha independência, sustentar minha filha. Ou então alugar um quarto para ver como é a experiência, fazer sexo por dinheiro.
- Uma vez eu disse para meu namorado que tinha feito um programa, só para ver como ele ia reagir, e ele ficou chocado.
- Gostei muito das mulheres que conheci, algumas falaram coisas que mudaram minha concepção de vida, sobre tudo.
- Tenho vontade de continuar o trabalho, militar com as mulheres da associação, eu acredito na luta delas.
- Tenho inveja da liberdade e da autonomia que elas têm. É muito maior do que a minha com meu namorado. Depois de conhecer essas mulheres, meu namoro mudou. Chego a sonhar com algumas. Uma vez pedi para ele me tratar como se eu fosse uma prostituta, eu queria a identificação, eu queria ser mais livre. Nunca fiz sexo com alguém que não conhecia. Vou falar o que vou fazer, ele vai pagar e eu vou fazer direito, que está me pagando.

- Queria experimentar essa sexualidade meio comercial, mas que tem um prazer, estou seduzida, mas estou seduzindo também.

As frases delas ecoavam fragmentadas na minha cabeça, quase como se não conseguisse saber exatamente quem a disse ou por que. Lembrei-me de um dia em que estava fazendo uma entrevista em uma cabine erótica, junto a uma dessas alunas e, após a entrevista, um dos funcionários do local nos disse: “ainda vou trazer vocês para trabalhar aqui”. E as mulheres e clientes que perguntavam “você tem vontade de trabalhar aqui? Teria coragem?”. E pensei em quanto essa resposta era tão mais óbvia dez anos atrás: não. Hoje, era cheia de dúvidas e de questionamentos.

Pensar sobre se reflete como algo muito maior do que o desejo de realizar um trabalho ou uma fantasia. Naquele momento, para mim e para as pessoas naquela sala, era reconhecer, nas prostitutas, pessoas que também têm vontade, desejo, autonomia e, em nós, pessoas que têm também restrições e opressões.

Poucos dias depois, estava eu conversando com outras alunas, que queriam conhecer mais sobre prostituição, quando a presidenta da Aprosmig (Associação das Prostitutas de Minas Gerais), Cida Vieira¹, me liga. “Lê, você precisa vir aqui na associação no dia tal. Nós vamos todo mundo ser figurante de puta num filme²! E ainda vamos receber um dinheiro!”. Eu, com vergonha por antecipação, comecei a dizer que estaria presente, mas que não seria figurante. Além disso, enfatizei que as próprias prostitutas deveriam fazer isso, pois eu nem saberia como agir, e sempre reiterei a importância de seu protagonismo nas diversas

¹ Optamos, como José Miguel Nieto Olívar, por utilizar os nomes reivindicados por prostitutas e lideranças vinculadas a movimentos sociais ou instituições e a alterar os das demais, como forma de assegurar a proteção de suas identidades (OLIVAR, 2010).

² O filme gravado foi “O homem das multidões”, de 2013, com roteiro e direção de Cao Guimarães e Marcelo Gomes. Em 2014, durante a estreia do filme em Belo Horizonte, fomos todas assistir. Percebemos que as cenas que gravamos foram cortadas na edição final, o que gerou forte desconforto entre as prostitutas (se sentindo usadas) e, não posso negar, um alívio em mim (em saber que não veria meu corpo seminu nas telas dos cinemas).

situações. Ela insistiu. “Já está decidido, você vai participar!”. Desliguei e convidei as alunas para irem lá no dia, para poderem conhecer algumas das mulheres e, quem sabe, marcarem entrevistas.

Chegamos ao motel, na Rua São Paulo, onde estava a equipe de filmagem e mais algumas pessoas da associação. Cida logo começou: “é, Letícia, você vai ter que participar”. Tentei me esquivar mais uma vez. Ela falava “Mas você já está aqui com a gente há tanto tempo, claro que você sabe o que fazer!” ou “você faz a mesma coisa em casa, só que sem cobrar” e começavam todas a rir bastante. Eu comecei a ficar apreensiva, sem saber o que fazer, pois morreria de embaraço na frente das câmeras.

Pouco depois, Cida disse que havia várias mulheres que agora iam querer participar, “só porque ganhava dinheiro”, mas que elas só queriam que participasse “quem está sempre ao nosso lado”, como eu. Neste momento, percebi como o convite para estar ali era uma retribuição ao meu trabalho junto com elas, um reconhecimento pela minha dedicação. Laura e Cidinha, também da Aprosmig, reiteravam o convite a mim e a Karina Géa, aluna do MPC. Rapidamente aceitei. Pela falta de homens para participar, Cida também requisitava a presença de um aluno, Vítor Souza, que ia pela primeira vez.

Subimos as escadas do motel, que estava caracterizado para parecer um dos hotéis da Rua dos Guaicurus: luzes coloridas nos quartos, ambiente escuro, mulheres nas portas e seminuas. Fomos a um dos quartos escolher nossos trajes: roupas íntimas. Tentei escolher uma coisa mais tampada, mas logo a figurinista me mandou trocar por uma roupa que “mostrava tudo”. Um sutiã laranja todo de renda, deixando os seios à mostra, uma calcinha listrada colorida, fio dental, fiquei ainda mais acanhada. Ela disse que cada uma de nós poderia escolher mais uma peça e ganharíamos todas; as mulheres, eu inclusive, ficaram todas felizes. O clima era descontraído, cada uma mostrando a roupa que ia usar, conversando, brincando.

Fomos para o quarto onde estavam sendo feitas as maquiagens. Sentia-me muito constrangida andando pelos corredores de calcinha e sutiã, entre as funcionárias do filme e outras pessoas. A impressão era de que todos os olhares recaíam sobre mim e sobre cada detalhe e cada “falha” do meu corpo. As prostitutas, bem mais à vontade, queriam mais era ser vistas e desfilar pelos corredores com suas novas roupas e maquiagens.

Trocamos de quartos algumas vezes e, neste processo, fui ficando mais à vontade com o visual. Refleti como é possível se acostumar com os olhares e roupas, o que é tão evidente nos hotéis. Lá, mulheres com os mais diversos tipos físicos circulam pelos corredores ou ficam paradas em seus quartos se sentindo à vontade e bem com seus próprios corpos, diferente de mim, que me preocupava o tempo todo com cada gordurinha e pedaço de pele mostrado a mais. Aliás, isso sempre me chamou a atenção na Guaicurus, a autoestima das mulheres, parece que saber que, apesar do seu peso ou aparência, há muitos homens querendo pagar para fazer sexo com você tem um efeito muito positivo neste sentido. De toda forma, de tempos em tempos, algum olhar mais enfático me deixava incomodada e constrangida. Fora as câmeras que me faziam pensar o que, afinal, apareceria nas imagens do filme e demais arquivos.

Na hora de começar a gravação, cada mulher ficava parada na porta de um dos quartos, como as prostitutas fazem na Guaicurus. Os homens figurantes, em sua maioria clientes da zona, circulavam pelos corredores, alguns ficando parados nas portas conversando. O personagem principal era gravado andando de um lado para o outro, sem interagir conosco. O aluno, que também estava pouquíssimo à vontade, logo parou na minha porta e senti um grande alívio, como se ele fosse me proteger. Eu devia ficar fingindo que fazia a unha, parada na porta, como mandava o diretor. Ele, conversava comigo. A presença dele impediu a aproximação dos demais, num primeiro momento. Vitor, que conhecia meu trabalho antes de me conhecer, começou a brincar “quem podia imaginar, uma acadêmica importante aqui, fazendo figuração” e eu apreensiva, pensando que aquela experiência não cabia no Currículo Lattes.

À medida que o filme foi sendo rodado, devíamos ir mudando as posições e formas de interação. O aluno se deslocou por um instante para outra porta e logo se aglomeram vários homens à minha frente. Apesar da encenação, seus olhares para mim eram de “carne nova no pedaço”, pois não sabiam que eu não era prostituta. Devíamos simular conversas semelhantes às que ocorrem nos hotéis. Eu não sabia o que dizer e me sentia extremamente incomodada ao dizer coisas que sabia que eram corriqueiras naquele ambiente. Os homens me perguntavam preço, como quem pergunta de verdade para depois me procurar. Seus olhares me deixavam muito constrangida, mas ao mesmo tempo um

pouco feliz de “passar por puta” e poder experimentar, de alguma forma, o que isso significa.

Pediram que fizéssemos uma encenação, Vítor volta a participar. Eu, ele e mais um figurante fingimos entrar no quarto após termos combinado um programa. Fechamos a porta e o homem tentou me puxar para cima dele na cama, fiquei ainda mais incomodada, dizendo que não estavam mais filmando, já podíamos parar. O diretor pedia que todo mundo “se agarrasse”, que deixasse a “putaria acontecer”, abracei por alguns momentos um homem, mas logo me senti pouco à vontade e fui buscar abrigo, assim como Karina, no quarto onde Laura, vice-presidenta da associação, estava. Ela tranquilamente conversava com os homens, seduzindo-os e brincando.

Começou a ser gravada uma cena de sexo entre duas das figurantes. Fiquei pensando no abuso daquela situação, pois as mulheres estavam ganhando pouco para isso (200 reais), além de não ser parte do contexto real, onde os programas acontecem a portas fechadas. Uma delas depois veio reclamar da falta de respeito dos homens, que as apalpavam, mesmo antes dessa cena, dizendo que isso jamais ocorreria nos hotéis, onde cada prática tem um preço.

Quando terminou a gravação, fiquei parada, encostada na parede, um homem veio e apertou os meus seios com força. Senti raiva da mesma falta de educação que a prostituta relatava e me senti violentada, como se, naquele momento, por eu ser puta aos olhos do figurante, ele pudesse fazer qualquer coisa com meu corpo. Era aquele tipo de violência que toda mulher já sofreu ao andar de ônibus, ou em local cheio de pessoas, mas a forma como o homem apertou na minha frente os seios, me mostrava como tinha uma visão diferente daquelas mulheres e de seu direito à autonomia sobre o próprio corpo.

O filme acabou e as produtoras reclamaram de ter que pagar a mim e a Karina o mesmo valor, ao identificarem que não éramos prostitutas. Diziam que o combinado era que as figurantes deveriam ser todas “mulheres dos hotéis”, mas as mulheres logo intervieram a nosso favor. Elas diziam que conhecíamos muito o trabalho delas, que estávamos sempre juntas e que tínhamos feito o mesmo que elas durante as cenas, merecendo receber o mesmo valor. Os produtores acabaram aceitando.

Poucos dias depois voltei à Guaicurus e à Aprosmig, para mostrar as fotos que havia tirado com minha câmera. Todas ficaram

muito felizes em se ver nas imagens e tive a sensação de que algo havia mudado na nossa relação, pareciam sentir que eu estava totalmente do lado delas. Eu havia sido aprovada em um tipo de “teste de fogo”. Publiquei as fotos na página do Facebook da Aprosmig e Cida, pouco depois, as compartilhou em sua linha do tempo com os dizeres “Pesquisadoras e prostitutas sem preconceito”, o que me encheu de alegria.



“Pesquisadoras e prostitutas sem preconceito” – Foto tirada durante as gravações do filme “O homem das multidões”

1.2. Trajetos pela prostituição

1.2.1. Sujeitas políticas que se impõem

As feministas podem não concordar com o que falamos, mas não podem ignorar que hoje somos sujeitos políticos da nossa própria história. Têm que nos ouvir; não podem achar que sabem o que é o melhor para nós. Não podem ignorar o nosso discurso, nós temos o nosso movimento.

Gabriela Leite, em entrevista à revista Democracia Viva (LEITE, 2006)

Nos idos de 2006, eu havia iniciado meus estudos com a prostituição, no âmbito do mestrado, e me deparei com esta entrevista que a prostituta e militante Gabriela Leite, falecida em 2013, cedeu à revista Democracia Viva. Contava fatos de sua história na prostituição e fora dela, como militante e como pessoa. Nesta entrevista, duas coisas

me chamavam a atenção: 1) a sua afirmação de que ser prostituta, a princípio, representava para ela uma forma de dar vida à revolução sexual que buscava; 2) sua colocação das prostitutas como “sujeitos políticos de sua própria história”. Afirmava que, agora, o discurso e o movimento da categoria não poderiam mais ser ignorados, precisavam ser ouvidos e incorporados.

Gabriela se dirigia, naquele momento, às feministas, grupo do qual me considerava e considero parte. Sua fala era uma crítica à forma como estas têm percebido as prostitutas e atuado junto a elas, mas era também um convite à reflexão, à construção conjunta de novas formas de conhecimento e de ação. O convite exigia a participação das prostitutas³ como sujeitas políticas⁴, dotadas de agência, desejos, questionamentos.

3 Durante a escrita do texto, optei pela adoção prioritária do uso do feminino como referente genérico, haja vista que a linguagem pode servir de ferramenta de mudança, ao adquirir novos usos (CALDAS-COULTHARD, 2007). Desta forma, pretendo evitar a depreciação, invisibilização e exclusão linguística das mulheres ocasionada pelo uso do masculino como referente genérico (CALDAS-COULTHARD, 2000), baseada nas proposições de Carmen Rosa Caldas-Coulthard. Além do fator eminentemente político desta escolha, a pesquisa foi realizada por uma mulher, particularmente com prostitutas mulheres, orientadoras mulheres e muitas parceiras mulheres. Ao nos referir aos donos, gerentes, clientes, seguranças e porteiros, mantivemos o genérico no masculino, já que são normalmente homens que exercem estas funções. Adotei o uso da primeira pessoa, no singular ou plural (uma vez que parte das construções são frutos de trabalhos coletivos), considerando ser fundamental à proposta aqui apresentada que a autora se coloque no texto e reflita constantemente seu lugar, sua experiência, sua subjetividade, como partes essenciais da pesquisa, conforme discutirei no item sobre os fundamentos metodológicos e epistemológicos da tese.

⁴ Adotei, como o fez Fernanda Cardozo, o uso do neologismo “sujeitas” para me referir a minhas interlocutoras, pois, assim como a autora, considero ser uma forma adequada tanto ao fato de serem mulheres, em sua maioria, quanto por se encaixar em uma perspectiva de “guerrilha da linguagem”, como propõe Malcolm Coulthard (CARDOZO, 2009; COULTHARD, 1991). Esta proposta de termo vem sendo utilizada por diversas pesquisadoras do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS), da UFSC.

A prostituição tem ganhado importância como tema de pesquisa e intervenção em diversas áreas, a partir de formas díspares de contato com as prostitutas, de como este é estabelecido e qual a força que ganha na produção de conhecimento, seja no universo acadêmico, das políticas públicas ou da militância. A emergência do movimento organizado de prostitutas no Brasil, no final da década de 1970, e sua consolidação, nas décadas seguintes, somadas ao crescente interesse por este grupo em virtude da epidemia da AIDS e de tentativas de controle da mesma, produziram profundas mudanças sobre o campo. Se, para determinados grupos, a aproximação das prostitutas, no lugar de agentes, era uma realidade e condição *sine qua non* de ação desde os primórdios; para outros, esta seguia sendo vista como desnecessária ou até prejudicial. A frase de Gabriela indica uma ruptura, uma forma de se relacionar que se impõe (mesmo que não necessariamente seja colocada em prática por todas as pessoas), que demanda novas formas de produzir e agir frente ao fenômeno da prostituição.

O tema da tese se inspira no contato com esta entrevista e em como os dizeres de Gabriela foram se tornando, ao longo da minha trajetória, claros e centrais à minha produção, à minha constituição enquanto sujeita e também à construção do próprio campo de pesquisa, militância e trabalho da prostituição. Inspira-se ainda na constante demanda de certas prostitutas militantes pelo seu reconhecimento enquanto feministas. Em reportagem da Carta Capital, Indianara Siqueira e Monique Prada reivindicam, durante as celebrações do Dia Internacional das Prostitutas, seu reconhecimento como feministas, argumentando que a luta das prostitutas é também uma luta feminista e que deveria contar com a adesão de todas as mulheres (MORENA, 2015), questões apontadas em outros momentos por Cida Vieira. Gabriela Leite, apesar de suas inúmeras críticas a alguns feminismos, também reivindicava para si o título de feminista não ortodoxa.

A pesquisa teve como foco a cidade de Belo Horizonte, na qual venho desenvolvendo trabalhos com o tema da prostituição feminina⁵

5 Embora tenham sido realizados contatos com mulheres trans que exercem a prostituição, e também com homens cis, a pesquisa tem como enfoque as mulheres cis que se inserem nesta atividade, considerando que há

desde 2005, tendo acompanhado diversos movimentos e mudanças, incluindo a consolidação do atual movimento organizado de prostitutas. Este processo impacta sobremaneira a forma de se pensar, produzir conhecimento e intervir sobre a prostituição no local, e estas mudanças interferem sobre o processo de construção das sujeitas políticas, e é sobre estas questões, a partir de um olhar feminista, que pretendo me debruçar ao longo da tese.

1.2.2. Meus caminhos pela prostituição

1.2.2.1. Primeiros passos: estágio no GAPA-MG e na UFMG

Meu primeiro contato com esse campo se deu em 2005, quando realizei estágio no GAPA-MG (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais), sob a supervisão de Roberto Chateaubriand Domingues. O estágio durou um ano e foi executado juntamente com duas colegas do curso de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Marina Veiga França⁶ e Ana Paula Martins Lara. Inserimo-nos em algumas atividades do projeto Previna na Prostituição (que contava com financiamento do Ministério da Saúde), como a oferta de capacitação e a distribuição de preservativos nos hotéis e ruas de prostituição da área central de Belo Horizonte. O estágio incluiu a realização de entrevistas com prostitutas para um monitoramento, fruto de parceria com a UNGASS (Assembleia Geral das Nações Unidas Sessão Especial HIV/AIDS) no Brasil, que visava estabelecer um panorama sobre a questão da AIDS e da saúde em várias populações.

O GAPA-MG é uma das Organizações Não Governamentais (ONGs) que mais desenvolveu atividades com prostitutas no local e que

divergências importantes no objeto de estudos ao se adotar cada enfoque. Cabe destacar que Jaqueline Gomes de Jesus propõe, no “Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião” (JESUS, 2012), que todas as pessoas podem ser consideradas cisgêneras ou transgêneras, sendo as primeiras (cis) aquelas que se identificam com o gênero que foi atribuído ao nascerem, as segundas (trans) são não-cisgêneros, pois não se identificam com o que lhes foi atribuído.

⁶ Marina França continuou estudando o tema da prostituição, tendo defendido, em 2006, sua dissertação de mestrado e, em 2011, tese de doutorado, ambos na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS (FRANÇA, 2006, 2011b).

se tornou referência, particularmente na figura de Roberto Domingues. O contato com ele foi fundamental para nos apresentar os debates em campo e por direcionar o nosso olhar nos mesmos rumos dos movimentos de prostitutas no país. Um destes sendo a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), da qual Roberto é parceiro, e que advoga em prol de uma visão das prostitutas como capazes de autodeterminação e de escolha pela inserção na prostituição. Se, a princípio, pensávamos em termos de “ajudar estas mulheres”, como era comum a muitas feministas como nós, passamos paulatinamente a vê-las mais como trabalhadoras, dotadas de autonomia, e percebemos que a atuação deveria estar mais focada na busca por reconhecimento e descriminalização das atividades que envolvem a prostituição.

A vinculação à RBP, a percepção da importância de uma ação mais política, a amizade pessoal entre Roberto e Gabriela Leite e o fato de a ONG ter executado ações de combate à epidemia da AIDS na cidade, contribuíram para que o GAPA-MG tenha tido participação no surgimento ou em ações de todas as associações de prostitutas que se formaram na Capital⁷. Destarte, Roberto Domingues é uma pessoa chave no debate sobre prostituição a nível nacional e local. Formado em psicologia e direito, com mestrado em direito, foi um dos fundadores do GAPA-MG e hoje trabalha no Centro de Referência LGBT, da Prefeitura de Belo Horizonte. Roberto conta que se aproximou da prostituição quase por acaso, ao se encontrar com Gabriela Leite, num momento em que se iniciavam as ações do Previna, e logo se encantou com suas propostas e questionamentos libertários em relação à prostituição. Tornou-se uma espécie de “assessor técnico”, tanto da RBP quanto do movimento local, sendo procurado pelas prostitutas para dialogar e auxiliar em diversas questões.

Quando conheci Roberto, logo me encantei por seu jeito despachado e irreverente, ao mesmo tempo profundamente questionador. Homem branco, de olhos claros, humor ácido, provocava continuamente a mim e às demais estagiárias, nos levando a repensar nossas teses e ideias sobre o campo com o qual teríamos contato. Se

⁷ O processo de emergência das diferentes associações de prostitutas cis em Belo Horizonte é apresentado em minha dissertação de mestrado (BARRETO, 2008)

pensávamos na prostituição como forma de violência ou opressão, ele nos devolvia autodeterminação e agência, causando confusões em nossos pensamentos e sentimentos.

As ações desenvolvidas ao longo do estágio foram descritas em relatórios em que destacamos a necessidade de conhecer melhor a realidade da prostituição no centro da cidade e suas características, para refletir sobre possibilidades de intervenção (BARRETO; FRANÇA, 2005). Durante o encontro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) de 2005, apresentamos nosso primeiro trabalho com dados observados no estágio. Nele, destacávamos a forma como a ligação afetiva com clientes e o desconhecimento dos riscos de contágio vulnerabilizam as prostitutas em relação ao HIV/AIDS, bem como a diversidade de representações em relação à identidade de prostituta, em termos de visibilidade e relação com trabalho, dentre outros temas, além da insipiência de um pensamento corporativo (BARRETO; LARA; FRANÇA, 2005).

Um dos pontos que considero mais interessante do estágio foi a realização de visitas às ruas e aos hotéis de prostituição, em que acompanhávamos as agentes de saúde na distribuição de preservativos e repasse de informações. Estes momentos nos permitiram um conhecimento do contexto, suas regras e características, que foi adensado pelas entrevistas em profundidade e pelas conversas informais com as agentes de saúde, como Cleusy Lane de Miranda, que era prostituta e trabalhava há alguns anos no GAPA-MG, conhecendo bastante o campo. Nos momentos de visita, quando havia abertura por parte de alguma prostituta, aproveitávamos para conversar com elas, adquirir mais informações e estabelecer vínculos.

As entrevistas em profundidade, realizadas para monitoramento da UNGASS, fornecendo dados para o relatório brasileiro de AIDS de 2005, foram gravadas e transcritas. Seguiam um roteiro que usávamos como *checklist*, fazendo as perguntas de forma fluida (eliminando aquelas que já haviam sido feitas) e não necessariamente abordando todos os aspectos. O roteiro abarcava questões sobre as experiências na prostituição e fora dela, em termos de saúde, direitos humanos, violência e trabalho, dentre outros.

Durante este estágio tivemos, por sugestão de Roberto, nossos primeiros contatos com a Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH). Foram bem breves e se deram, especialmente, em

dois momentos. Um, durante o Dia Internacional da Prostituta⁸ (2 de junho de 2005) e outro quando fomos observar uma reunião da APS-BH. Chamava-me a atenção a figura de Jully, uma prostituta na faixa de seus 30 a 40 anos, de longos cabelos tingidos de loiro, roupas justas marcando o corpo e personalidade carismática. Durante a reunião, as prostitutas nos deram espaço físico, se levantando para que sentássemos, e de fala, embora quiséssemos observar. O que mais se destacou foi a fluidez e leveza com que contavam as histórias de seu cotidiano e das relações que desenvolviam com seus clientes, parecendo ser um momento de diversão e fortalecimento de laços entre elas.

No segundo semestre de 2005, realizei outro estágio, sob a supervisão de Vanessa Andrade Barros, no qual as estudantes faziam histórias de vida com prostitutas que participavam da APS-BH. Comecei também a acompanhar regularmente as reuniões da Associação, visando compreender como esta se organizava, sob orientação de Marco Aurélio Máximo Prado. A APS-BH é uma associação que surgiu através de intervenções do GAPA-MG e as duas entidades mantinham-se, naquele momento, em constante diálogo, embora com uma relação nem sempre pacífica. Por conseguinte, diversas interlocutoras estavam presentes nos dois espaços, como integrantes ou participantes ocasionais. No decurso destes períodos, foi possível conhecer e entrevistar prostitutas, nos familiarizar com alguns dos seus locais de trabalho, principalmente localizados na região central de Belo Horizonte, e também com a APS-BH. Fui aprendendo sobre a prostituição e suas diversas facetas, construindo visões e crenças menos estereotipadas e preconceituosas das que possuía anteriormente, como a ideia de “ajudar” essas mulheres.

Essas atividades eram uma parceria entre a APS-BH e o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Política (NPP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O NPP – do qual, naquele momento, também fazia parte o professor Cornelis Van Stralen e que Claudia

⁸ A data, celebrada em diversos países, foi escolhida em virtude de uma manifestação em Lyon, na França, em que mais de 100 prostitutas ocuparam a igreja Saint-Nizier. Hoje, no Brasil, grupos de prostitutas integrados à RBP têm usado o nome “Putá Day”, ou “Putá Dei”, para se referir à data comemorativa.

Mayorga viria a integrar no ano seguinte – possuía uma diversidade de projetos e realizava reuniões semanais, em que era possível conversar com a coletividade sobre os mesmos. Assim, até as pessoas que não participavam diretamente de uma ou outra atividade tinham conhecimento sobre ela e a discutiam. Hoje em dia, o Núcleo perdeu força neste debate, mas Claudia Mayorga e Vanessa Andrade seguiram realizando atividades com prostitutas e Marco Aurélio Prado desenvolve projeto com travestis, muitas das quais são prostitutas, vinculado ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH).

1.2.2.2. O mestrado em Psicologia Social na UFMG

A pesquisa de mestrado ocorreu no período de março de 2006 a agosto de 2008, foi orientada por Marco Aurélio Máximo Prado e realizada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, tendo como área de concentração a Psicologia Social e se integrando à linha de pesquisa “Política, Participação Social e Processos de Identificação”. Originou a dissertação “Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte” (BARRETO, 2008), que tinha como objetivo compreender as formas de hierarquização social e os modos como são politizadas e enfrentadas por prostitutas, enfocando as opressões ligadas ao sexo, ao gênero e ao trabalho. Posteriormente, o trabalho deu origem ao livro “Prostituição, gênero e trabalho” (BARRETO, 2013).

Ao longo desse período, realizei visitas e mapeamento de áreas de prostituição em Belo Horizonte, acompanhei eventos e reuniões da APS-BH, entrevistei profissionais do sexo e lideranças e visitei outros grupos de profissionais do sexo, como a Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde (RJ); a AMOCAVIM – Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa (RJ); a Fio da Alma (RJ); o NEP – Núcleo de Estudos sobre Prostituição (RS). Foi possível observar como as diversas associações e suas integrantes se colocam como sujeitas políticas, interferindo em políticas públicas e também no rumo do movimento e de suas vidas pessoais. Conversei com mulheres líderes destas associações e organizações e, em alguns casos, também com outras pessoas que as compunham.

Os grupos do Rio de Janeiro (Davida, Amocavim e Fio da Alma) foram contatados durante viagem que realizei à cidade, juntamente com Andreia Skackauskas Vaz de Mello⁹ e Júnia Penido Monteiro. Durante a ocasião, entrevistamos pessoas, fizemos visita a áreas de prostituição e realizamos coleta documental, especialmente nos arquivos da Davida. No caso da Davida, foi possível entrevistar, naquele momento, quase todas as pessoas que compunham a ONG, incluindo as prostitutas que eram multiplicadoras de saúde¹⁰. Uma oportunidade única foi entrevistar a própria Gabriela Leite, com quem conversamos sobre o movimento nacional, mas também sobre o contexto mineiro. No caso do NEP, o contato se deu durante o “VI Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e AIDS: Desafios da prevenção e da assistência no SUS”, ocorrido em Belo Horizonte (BH), em 2006, e foi bem mais pontual.

Um dos pontos fundamentais do mestrado, em relação ao conhecimento do campo de estudos e intervenções da prostituição, foi ter acesso a grupos e entidades que desempenham trabalhos e conhecer suas atividades. Através do contato com estes, consegui saber sobre seu funcionamento e formas de atuação, mas também suas influências sobre o campo. Outro aspecto que se destacou foi o lugar ocupado pelas prostitutas nestes grupos e associações, por vezes sendo as principais lideranças ou agentes de saúde.

1.2.2.3. O projeto Sem Vergonha – Centro-Oeste

No ano de 2006, fui convidada por Roberto Domingues para me integrar ao “Projeto Sem Vergonha – Centro-Oeste”, desenvolvido pela RBP e implantado a nível nacional, tendo como objetivo principal a redução da incidência das DST/AIDS através do reforço institucional da RBP. Organizações de prostitutas e ONGs parceiras ficaram responsáveis por executá-lo em diferentes regiões do Brasil. O GAPA-

⁹ Andreia seguiu estudando o tema da prostituição, tendo defendido dissertação e tese na área de estudos, a primeira na UFMG e a segunda na Unicamp (SKACKAUSKAS, 2007, 2014)

¹⁰ A atuação de ONG/AIDS muitas vezes se dá através da chamada educação de pares em que pessoas das próprias populações consideradas vulneráveis são capacitadas para fazer o trabalho de campo. Nestes casos, são chamadas de multiplicadoras ou agentes de saúde (BRASIL, 2002).

MG se encarregou de Belo Horizonte (Minas Gerais) e da região Centro-Oeste, abrangendo as cidades de Corumbá e Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Cuiabá (Mato Grosso), Goiânia (Goiás) e Brasília (Distrito Federal). Além das capitais, a cidade de Corumbá foi incluída devido a ações anteriores vinculados à RBP, como o Projeto Encontros (2003-2005), fruto de uma parceria entre o Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde e a ONG internacional Population Council, e que originou a criação do movimento de prostitutas DASSC (Dignidade, Ação, Saúde, Sexualidade e Cidadania).

Particpei deste projeto entre setembro de 2006 e janeiro de 2008, realizando viagens às cidades, ocorreram-nas quais fiz visitas a zonas de prostituição e entrevistas com prostitutas, membros dos Programas Municipais e Estaduais de DST/AIDS, integrantes de ONGs e militantes de grupos de prostitutas. Tínhamos por objetivo realizar um diagnóstico local e identificar lideranças entre as prostitutas, que participaram, posteriormente, de uma capacitação que foi realizada em Belo Horizonte.

O projeto representou, para mim, uma oportunidade de ter um contato mais próximo com a Rede Brasileira de Prostitutas, com grupos que desenvolviam projetos direcionados a esta população (Estruturação e GAPA-DF, em Brasília; Flor de Pequi, em Goiânia) e com organizações de prostitutas em outros locais, o que permitiu uma ampliação da compreensão do campo de pesquisa. Foi fundamental observar como cada cidade tem uma forma peculiar de lidar com a atividade, havendo uma diversidade quanto às pessoas participantes, aos locais e também às ações governamentais e não governamentais.

1.2.2.4. O doutorado em Ciências Humanas na UFSC

A minha formação anterior havia se dado no âmbito da Psicologia, sobremaneira na Psicologia Social e nos Estudos de Gênero, áreas fundamentalmente interdisciplinares. Apesar disso, sentia falta de abordagens ainda mais interdisciplinares, que dessem conta da multiplicidade de questões que meu objeto de estudos demandava que fossem compreendidas. Em março de 2011, teve início o meu doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Desenvolvi a presente tese na área de Estudos de Gênero, na linha de pesquisa “Epistemologia dos Estudos Interdisciplinares de Gênero”, sendo orientada por Miriam Pillar Grossi e co-orientada por Claudia

Andrea Mayorga Borges (do departamento de Psicologia da UFMG). Inseri-me no Núcleo de Identidades de Gênero e Sexualidades (NIGS), coordenado por Miriam Grossi, o que possibilitou o diálogo com pesquisadoras, ativistas e estudantes de diversas áreas.

Neste contexto, voltei a ter contato com o campo da prostituição por meio da disciplina de Métodos Antropológicos, ministrada por Carmen Sílvia Rial e Miriam Grossi, e realizada no primeiro semestre de 2011, na UFSC, em que deveríamos executar uma observação etnográfica. Em parceria com Cibele Dias da Silveira, desenvolvi projeto que teve como objetivo compreender como se articulam as categorias trabalho, afeto e sexualidade na vida de garotos de programa de Florianópolis, que atuam em ruas e praças ou através de mídias como jornal e sites. Os resultados apontaram que existem limites simbólicos entre trabalho, afeto e sexualidade, mas esses são reconstruídos e ressignificados, em função da relação estabelecida pelos garotos de programa com clientes, parceiros, parentes e com a própria prostituição (BARRETO; SILVEIRA; GROSSI, 2013).

A minha inserção no NIGS propiciou diversas ocasiões de diálogo, nos seminários de tese, reuniões, eventos e outros espaços. Foram oportunidades de aprendizado que ultrapassaram o conteúdo teórico de cada pesquisa, mas também se expandiram para as trocas com diversas sujeitas e suas identidades em campo e para além dele.

1.2.2.5. Programa Mulheres Promotoras de Cidadania: Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres – Eixo Prostitutas

Em agosto de 2011 fui convidada, por Claudia Mayorga, a me integrar à equipe de coordenação do grupo de pesquisadoras do eixo Prostitutas, do programa de pesquisa e extensão “Mulheres Promotoras de Cidadania: Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres”, realizado através de uma parceria entre o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (NEPEM) e o Centro do Interesse Feminista e do Gênero (CIFG), ambos da UFMG. A equipe era composta por André Geraldo Ribeiro Diniz¹¹, então mestrando, pelas alunas da

¹¹ André defendeu sua dissertação de mestrado com o tema da prostituição (DINIZ, 2013), estando cursando o doutorado no momento, ambos no departamento de psicologia da UFMG.

graduação em Psicologia Karina Dias Géa, Lorena Vianna e Máira Moreira e pela aluna da graduação em Terapia Ocupacional Alessandra Prado, todas da UFMG e se vinculava ao Núcleo Conexão de Saberes, coordenado por Claudia.

Durante a realização do projeto, visamos construir um trabalho coletivo, que contribuísse para a formação de todas as envolvidas e que formasse um sólido corpo teórico e prático, possibilitando sempre articular saberes, angústias e aprendizados¹². Realizamos visitas a áreas de prostituição, entrevistas com prostitutas e com representantes de grupos e entidades, reuniões, cooperações com a Aprosmig¹³, dentre outras. Apesar de manter um trabalho paralelo mais focado no meu próprio objeto, este projeto foi fundamental, por fornecer dados que também serão aqui analisados, mas principalmente pelas ricas trocas que possibilitou, como destacamos no relatório (REZENDE *et al.*, 2012).

1.2.2.6. O Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais – PETP-MG

Em julho de 2013, fui convidada, por Flávia Gotelip e Ariane Gontijo, a trabalhar como gerente do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (PETP-MG), da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC), da Secretaria de Estado

¹² A proposta de ação coletiva realizada por pesquisadoras de diversos níveis vem sendo construída, tanto no âmbito do Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade (NIGS), coordenado por Miriam Grossi, quanto no Núcleo Conexões de Saberes, coordenado por Claudia Mayorga, possibilitando diálogos constantes e uma produção coletiva. No NIGS, foi fundamental minha integração à pesquisa encomendada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) a respeito do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e das Conferências das Mulheres, me permitindo refletir sobre meandros de uma pesquisa que se constrói coletivamente.

¹³ A APS-BH foi perdendo força ao longo dos anos e, hoje, a principal associação de prostitutas atuante em Belo Horizonte é a Aprosmig, que tem como integrantes diversas pessoas que participaram da configuração anterior. Importante ressaltar que Cida Vieira, presidenta, foi entrevistada durante meu mestrado, quando optou por ser citada como Carla, e Laura do Espírito Santo era vice-presidenta da APS-BH, embora não tenha seu nome de registro citado na dissertação, havendo requisitado que o mesmo aparecesse em meus próximos trabalhos.

de Defesa Social (SEDS), do Governo de Minas Gerais, onde permaneci até o final de 2014. O programa, à época, era principalmente gerido e executado por pessoas com formação na área de psicologia. Dentre elas, duas foram minhas contemporâneas na UFMG e já conheciam o meu trabalho junto às prostitutas, sendo que participei de duas atividades sobre prostituição com Flávia, que no momento representava o programa: um seminário da Pastoral da Mulher e um grupo de trabalho sobre trabalho sexual e cafetinagem, num encontro de travestis. O convite partiu exatamente de um interesse por parte da equipe de aprofundar o debate sobre prostituição, sempre tão controverso em suas relações com o tráfico de pessoas.

Ao ser convidada para o cargo, tive várias dúvidas sobre se deveria ou não aceitar o mesmo, uma vez que me identifico com debates que enfatizam a importância de separar prostituição e tráfico de pessoas. Após reflexões e conversas, considerei que seria importante ter à frente da gestão da política uma pessoa que estivesse alinhada com os anseios e plataformas de ação do movimento de prostitutas. O aceite representou, para mim, um retorno à cidade de Belo Horizonte.

A participação no programa foi uma oportunidade interessante de ter contato de forma nova com os debates da prostituição, a partir do lugar de gestora pública. Aprendi sobre os trâmites e processos internos do governo, mas também a ocupar um lugar que às vezes tem que ser mais imparcial ou “político”, a segunda tarefa sendo a mais difícil. Ouvi de parceiras do programa questões com as quais discordava e nem sempre pude me posicionar da forma como eu faria se estivesse ocupando o espaço na função de acadêmica, embora isso não tenha me impedido de, sempre que possível, expor meus pontos de vista.

A minha presença no programa favoreceu uma aproximação deste com as mulheres prostitutas, que já estava em curso antes da minha entrada. Foi possível inserir temas que seriam debatidos e aprofundar questões que eram caras ao debate entre tráfico de pessoas e prostituição. Dois momentos muito valiosos foram encontros em que convidei pessoas para debater a prostituição junto à equipe e outros integrantes da coordenadoria. Em um, esteve presente Cida

Vieira e em outro, além dela, Marina França, Cynthia Semíramis¹⁴ e Vítor Costa¹⁵.

Ocupar este cargo me permitiu ter contato com grupos que debatem o tráfico e com alguns dos quais ainda não havia me relacionado. Foi emblemático que, durante uma eleição para membro da sociedade civil para participar do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (CIETP-MG), concorreram prioritariamente grupos religiosos, como o Jovens com uma Missão (Jocum), a Pastoral da Mulher de Belo Horizonte, o Centro Zamni do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, Providência Nossa Senhora da Conceição. Esta predominância tem sido observada em diversos debates sobre as redes de resgate que dominam as ações contra o tráfico de pessoas e ficou evidente nos diversos eventos organizados às vésperas da Copa do Mundo. Foram eleitas, ainda, representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Libertos Comunicação Saúde e Cidadania, Movimento Nacional de Direitos Humanos (Instituto DH), Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania (IJUCI-MG). Nesta eleição, todas as instituições inscritas foram eleitas e a Aprosmig não se candidatou.

Tendo feito minha localização no campo, passarei agora para uma breve apresentação dos debates sobre prostituição, visando elucidar o contexto em que se constrói a pesquisa. A seguir, indicarei o lugar que esta tese e sua autora ocupam no debate. Com isso, almejo produzir um conhecimento que não seja neutro, mas localizado e posicionado no campo de batalhas que permeia as discussões sobre a prostituição.

¹⁴ Cynthia é feminista e doutoranda em direito pela UFMG, tendo sido uma das articuladoras da Marcha das Vadias nos seus primórdios em Belo Horizonte, embora hoje se ache afastada da mesma.

¹⁵ Vítor desenvolveu pesquisa de mestrado e está realizando tese de doutorado sobre prostituição em Belo Horizonte, ambas sob a orientação de Renan Springer de Freitas na área de Ciências Sociais na UFMG (COSTA, 2013)

1.3. Contextualizações para o debate

1.3.1. As lutas das putas

A prostituição vem sendo há muito colocada como central a debates como questões de higienização ou de busca pela ordem em diversas cidades, como é possível observar em trabalhos como os das historiadoras Magali Engel, Luiz Carlos Soares e Margareth Rago (ENGEL, 1989; RAGO, 1985; SOARES, 1992), que remetem aos séculos XIX e início do XX. As autoras destacam as mudanças no contexto nacional por fatores como a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, com a instalação de grandes fábricas e um processo de urbanização e limpeza pública (SOARES, 1992) e a Abolição da Escravatura, em 1888, se tornando a prostituição uma opção rentável e autônoma para diversas mulheres (ENGEL, 1989).

Nestes contextos, como destaca Engel, vemos surgirem, por exemplo, a obrigação, trazida pelo Código do Processo Criminal, de 1932, de que prostitutas, junto com vadios e bêbados, assinassem o “Termo de bem viver”, ou a inclusão, no Código Penal de 1890, do crime de lenocínio, enquanto a prostituição poderia ser enquadrada como ultraje público ao pudor. Paralelamente, o saber médico vai ganhando força como definidor das ações higienistas e a prostituição se vê associada à propagação de doenças venéreas e sociais, sendo percebida como perversão (doença física), depravação (doença moral) ou comércio do corpo (doença social) (ENGEL, 1989). O objetivo de aumentar a produção passava pela necessidade de controlar as mulheres – Rago destaca que era importante redefini-las como mais cuidadosas, afetivas e assexuadas, redefinindo também o conceito de família) Assim, se estabelece um estereótipo da mulher honesta e se diferencia a mesma das putas, pois elas são incontroláveis, banais, fúteis.

Sabemos que estas mudanças contextuais, e diversas outras que as seguiram na história do Brasil, afetaram eminentemente as formas de se perceber a prostituição e das prostitutas se colocarem como sujeitas. Imagina-se que algumas destas mudanças tenham vindo acompanhadas de resistência e de ocupação do espaço público pelas prostitutas, mesmo que haja poucos registros. Um dos primeiros grupos de prostitutas organizadas de que temos notícia no Brasil, como nos informa a historiadora Beatriz Kushnir, é a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita, fundada em 1906, e que objetivava a

criação de um cemitério onde as mesmas pudessem ser enterradas de forma digna (KUSHNIR, 1996).

Nestes diversos momentos, percebe-se que ocorre uma ampliação dos debates que constroem saberes sobre a prostituição, embora às próprias prostitutas ficasse relegado prioritariamente o papel de serem descritas, analisadas, interpretadas. Esta perspectiva começa a sofrer drásticas alterações a partir das décadas de 1960 e 1970, no Brasil e no mundo. Aos poucos, as prostitutas reivindicam voz e se altera a forma como se fala ou se pensa sobre a prostituição. E é a partir desse momento histórico que direcionarei minha análise, por acreditar que representou uma grande mudança.

Tomando a manifestação de prostitutas em Lyon, França, em 2 de junho de 1975, como um dos eventos fundadores do movimento, a tese, finalizada em junho de 2015, abarcará estes 40 anos de luta das putas, além de outros marcos anteriores. A historiadora e ativista estadunidense Melinda Chateaufvert destaca que profissionais do sexo têm há muito lutado por suas vidas, por seu direito de trabalhar, por respeito e por justiça, uma vez que seguem sendo penalizadas por legislações, agredidas e assediadas pela polícia, violentadas sem a devida investigação e punição dos agressores, associadas a escravas. Porém, foi nos anos 1960 que a sua luta pela autodeterminação atingiu níveis globais, mas se mantendo multifacetada e sendo formada por uma coleção de histórias sobre ativistas e aliadas (CHATEAUVERT, 2014).

A tese é, assim, marcada por uma historicidade abrangendo um conjunto específico de movimentos organizatórios de prostitutas que emerge a partir da década de 1970, em diversas partes do mundo, mas com o foco no Brasil e em Belo Horizonte. Objetivamos aqui “contar uma história”, que se escreve à partir da leitura de alguns movimentos organizados específicos e daquilo que os mesmos foram selecionando como fatos importantes para sua constituição enquanto tal.

1.3.2. Eixos de debate e intervenção

A antropóloga argentina e professora da Unicamp Adriana Piscitelli, em “Feminismos e prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da antropologia feminista”, destaca que o cenário feminista frente à prostituição é bastante heterogêneo, embora os discursos abolicionistas tenham ganhado visibilidade e força na sua relação com o Estado e o combate ao tráfico de pessoas (PISCITELLI, 2012). A partir

de meus estudos, considero que, na literatura mundial, a prostituição tem sido pensada a partir de três eixos principais, que se fundamentam na forma como se percebe a prostituição e se age com relação a ela. Reitero que estes meios remetem principalmente à prostituição feminina cis, não necessariamente havendo formas semelhantes de se refletir sobre a trans ou masculina. A proposta se baseará nos quatro modelos propostos pela socióloga holandesa Marjan Wijers, que fundamentam diferentes regimes legais (WIJERS, 2004), com alterações, já que propomos três eixos centrais, unindo dois dos apresentados por Wijers (abolicionista e proibicionista). Estes eixos não são apenas teóricos, mas envolvem também a práxis frente ao fenômeno.

No modelo **proibicionista**, a prostituta é vista como delinquente, sendo penalizada, junto com as outras pessoas que atuam no meio. No **abolicionista**, como vítima a ser libertada e conscientizada, enquanto os demais envolvidos devem ser penalizados. No **regulamentarista**, a prostituição é mal social, mas que não é possível de ser erradicado, devendo ser controlada, protegendo a sociedade e assegurando a moral, a decência e a saúde. No **laboral**, a prostituta é mulher trabalhadora, cujo trabalho deve ser regulamentado por legislação laboral e civil comuns, é o único regime que não visa a controlar e suprimir a prostituição e que é fruto de discussões com o movimento de prostitutas (WIJERS, 2004).

As percepções sobre a prostituta e a prostituição determinam as formas de agir frente à atividade, dando origem aos quatro regimes legais (WIJERS, 2004). Considero que é a partir desta concepção que se tem da ocupação e das mulheres que a executam que se criam formas de intervenção, políticas públicas, teorias, dentre outras, sendo fundamental um resgate breve do que representa cada uma das perspectivas.

1.3.2.1. Proibicionista/Abolicionista: Eliminar a prostituição

No primeiro eixo teórico, o **proibicionista/abolicionista**, localizam-se aquelas concepções que fundamentam práticas que visam eliminar a prostituição. Em termos de regimes legais, equivaleria ao **proibicionista** e ao **abolicionista**, lembrando que o primeiro criminaliza a atividade, bem como as envolvidas, e o segundo também, mas salvaguardando as vítimas (prostitutas). São adotadas posturas e ações

que condizem com a supressão da atividade, vista como forma de violência, submissão feminina, exploração, crime.

As abolicionistas estadunidenses Rebecca Whisnat e Christine Stark afirmam que a indústria da prostituição é presença cultural poderosa e pervasiva, que envolve a compra de mulheres e crianças por homens. Acreditam que pornografia e prostituição prejudicam a segurança e o status civil de todas as mulheres, ao legitimar a objetificação feminina e propagar a exploração masculina e a violência contra crianças e mulheres (WHISNAT; STARK, 2004). Para Sheila Jeffreys, que desenvolveu sua teoria a partir do debate do feminismo radical, a legalização da prostituição favoreceria a expansão da indústria e do tráfico de pessoas (JEFFREYS, 2008). Para Piscitelli, o abolicionismo contemporâneo toma a prostituição como violência sexista, fruto do patriarcado, estratificação social e vulnerabilidade, bem como de violências sexuais sofridas pelas mulheres durante a infância (PISCITELLI, 2012).

Este tipo de concepção fundamenta, no âmbito feminista, posturas contra a prostituição, a pornografia ou o tráfico de pessoas (sem diferenciar este último da migração). A prostituição, para Piscitelli, atuou como divisor de águas no debate sobre significados e funções do sexo, e as abordagens são influenciadas pela forma como se percebe a sexualidade (PISCITELLI, 2005). A sexualidade pode ser considerada, conforme a antropóloga estadunidense Gayle Rubin (1998), forma de liberação sexual ou de extensão do privilégio masculino, evidenciando a complexidade das relações entre feminismo e sexualidade, produzindo tanto formas retrógradas quanto inovadoras de pensar a sexualidade, sendo importante diferenciar a opressão de gênero da sexual.

Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral, ambas professoras de letras em Portugal, consideram que um dos polos que dominam os debates feministas acerca do tema é o feminismo radical, que percebe as prostitutas como vítimas da opressão masculina, que amplia as desigualdades entre homens e mulheres (MACEDO; AMARAL, 2005). Neste mesmo viés, conforme nos mostra a socióloga espanhola Raquel Osborne (2002), encontramos discussões contra a pornografia, que alegam que trata as mulheres como objeto, gerando relações de violência. A prostituição e a pornografia seriam as piores formas de exploração feminina, e as mulheres adentrariam estas indústrias

sempre obrigadas. O tráfico de pessoas é percebido igualmente como forma de vitimização e opressão, estando sempre ligado ao sexo, como demonstra Kamala Kempadoo (2005), noção permeada pela ideia de que as mulheres só se envolvem sexualmente quando se envolvem afetivamente, não tendo desejo sexual autônomo.

O Brasil é considerado **abolicionista**, tendo assinado em 1951 a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico de Pessoas e a Exploração da Prostituição Alheia (1949), conhecido como o tratado abolicionista internacional, da ONU. A legislação nacional entende como legal a prostituição, mas ilegais os empreendimentos vinculados a esta e também o rufianismo (BRASIL, 2002). O abolicionismo fundamenta-se na visão da prostituta como uma vítima, que deve ser libertada e conscientizada da opressão a que está submetida, com a paralela criminalização dos demais envolvidos. Há ações de controle e de supressão e intervenções de caráter profilático e moralizador, como destaca a historiadora Cristiana Schettini Pereira (2005). Outros países, como os Estados Unidos, são considerados **proibicionistas**, uma vez que criminalizam a prostituição e as próprias prostitutas. Os dois regimes têm como objetivo a supressão da atividade, embora adotem formas de ação diversas.

1.3.2.2. Regulamentarista - Controlar/limpar a prostituição

No segundo eixo, **regulamentarista**, encontramos visões que se associam à noção de que a prostituição é um mal necessário, devendo ser controlada e higienizada para reduzir os seus males, o que seria associado ao regime legal **regulamentarista**. Em termos de políticas públicas, esta visão pode gerar práticas de cunho higienista e também cerceador. Nos países regulamentaristas, a prostituição é uma atividade regulamentada, mas que inclui requisitos específicos para tal, que podem abarcar registro em delegacia de polícia e exames médicos obrigatórios, dentre outros. A prostituição é percebida como um mal necessário, gerando consequências negativas para as pessoas que a exercem e para a sociedade, mas também benefícios (como a possibilidade de os homens realizarem sexo por dinheiro, reduzindo a incidência de estupros e violências contra as mulheres). Assim, é considerado importante que seja regulamentada, mas com uma legislação específica, que vise reduzir sua possibilidade de gerar danos

(por exemplo, com a realização de exames periódicos ou a sua redução a áreas específicas das cidades).

Dentre teóricas que se alinham a esta posição mais regulamentarista, podemos citar o caso da profissional do sexo francesa Morgane Marteuil (MERTEUIL, 2014) e do americano Ronald Weitzer (WEITZER, 2012). A primeira, a partir de uma posição marxista, advoga a necessidade de reconhecer a prostituição como trabalho reprodutivo e que, assim como a dona de casa, a prostituta deveria ter seu trabalho reconhecido. Ademais, como trabalho reprodutivo, considera que não haveria grandes diferenças entre a troca de sexo que envolva ou não dinheiro. O reconhecimento legal seria uma forma de questionar o próprio sistema capitalista (MARTEUIL, 2014). Podemos observar que a autora se distancia do que é trazido por determinados movimentos de prostitutas que, frequentemente, enfatizam que é um “trabalho como outro qualquer”, não devendo ser comparado ao sexo realizado de forma não profissional.

Weitzer afirma existirem dois paradigmas que se contrapõem, intitulado-os de paradigma do empoderamento (que seria o laboral) e da opressão (abolicionista). Propõe um terceiro, que seria o paradigma polimorfo, compreendendo tanto as questões de empoderamento quanto as de opressão que possam estar presentes na prostituição. O autor realiza análises de locais de prostituição em cidades que adotaram o regime regulamentarista, demonstra que as violações que ocorrem na prostituição são menores em locais fechados e, ademais, estes permitem uma separação das pessoas, evidenciando se alinhar a propostas regulamentaristas, embora com críticas à forma como têm sido executadas em alguns locais (WEITZER, 2012).

De acordo com a assistente social Marlene Teixeira Rodrigues, o Estado brasileiro reserva o sistema de justiça criminal, em especial o aparato policial, para se incumbir de lidar com a prostituição, visando controlar a atividade, mas sem criar políticas públicas ou outras formas de intervenção, deixando transparecer que o viés predominante é o da atividade como mal necessário (RODRIGUES 2004). O País, apesar de ser oficialmente abolicionista, adotou algumas práticas regulamentaristas, incluindo a restrição da atividade em áreas específicas, como ocorreu na Região da Rua dos Guaicurus, em Belo Horizonte, e na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, conforme nos conta a

antropóloga Soraya Simões (2010), ou com regras próprias (ENGEL, 1989).

1.3.2.3. Laboral: Reconhecer a prostituição

No terceiro eixo, **laboral**, encontramos a visão da prostituta como uma **trabalhadora**, noção profundamente influenciada pela emergência destas como sujeitas políticas, muitas vezes organizadas em torno de um movimento mais ou menos consolidado. Acredita-se que as explorações ocorridas são frutos do estigma e do isolamento, sendo necessário lutar por melhores condições de trabalho (OSBORNE, 2002), já que a violência estaria associada ao caráter informal e subterrâneo da atividade (KEMPADDOO, 2005). No dossiê especial “Sex Workers Organising”, do ICTUR (International Centre for Trade Union Rights), se debate sobre como uma análise baseada em direitos trabalhistas é relevante para a prostituição, colocando a ênfase das próprias prostitutas sobre seus interesses (ICTUR, 2005).

Julia Bindman, cientista política inglesa, aponta que o trabalho com o sexo não deveria possuir leis específicas, mas ser regulamentado pelas legislações laboral e civil comuns às demais categorias profissionais, o que não ocorre em virtude do status legal e do estigma associado a este (BINDMAN, 2004). A não percepção da prostituição como trabalho, segundo a antropóloga argentina Dolores Juliano, é considerada uma forma de desvalorização das prostitutas, numa sociedade em que a condição de trabalhadora é o que determina a valorização das sujeitas (JULIANO, 2004), e a distinção entre trabalho voluntário e forçado implica na negação de direitos humanos das prostitutas, conforme Jo Doezema, que foi coordenadora da NSWP (Network of Sex Work Projects) (DOEZEMA, 1998).

Esta visão é perpassada pela noção de que é uma opção mais flexível, mais bem remunerada e com jornada de trabalho mais curta do que outras atividades, gerando lucros para profissionais, sua família e demais envolvidas, conforme apontado pela economista do desenvolvimento Lin Leann Lim (2004), havendo uma ideia de que é uma atividade ocupacional que pode ser livremente escolhida.

A presença de possibilidade de escolha, no âmbito da prostituição, não exclui a existência de formas de opressão, de determinação e controle, mas precisamos identificar quais são estas, como se constituem e se mantêm, evitando discursos prontos, que afirmam que a inserção na prostituição, por si só, assegura uma forma

de escravidão ou de liberação. Destarte, afirma-se que há, como em qualquer trabalho, uma possibilidade de escolher atuar na prostituição, mesmo que esta liberdade seja influenciada por limites históricos e sociais, como o gênero (JULIANO, 2004). Visando compreender a forma como estas e outras categorias – como a classe e a geração – interagem, propomos que se pense nas mesmas de modo interseccional, sem hierarquiza-las e buscando refletir sobre diferença e poder, mas também em termos de capacidade de agência das sujeitas, que negociam constantemente seus posicionamentos (PISCITELLI, 2008b). A liberdade depende da quantidade de possibilidades, das facilidades e dificuldades de realização destas, da importância que tenham uma em relação à outra, nos planos de vida e em relação à identidade e momento, de até que ponto estão abertas ou fechadas, do valor que a sociedade atribui a estas possibilidades (BERLIN, 1996).

Perceber o trabalho sexual como passível de exploração, como qualquer ocupação, pode implicar em bases para a mobilização e lutas por melhores condições de trabalho, direitos e benefícios, bem como para a resistência à opressão, permitindo o surgimento de estratégias para a busca por mudanças (KEMPADOO, 1998). Uma das lutas do movimento de prostitutas é por dissociar estigma e prostituição ao enfatizar a valorização da identidade profissional. O movimento no Brasil, caracterizado em grande medida pela Rede Brasileira de Prostitutas e tendo como figura de destaque Gabriela Leite, tem gerado alterações em visões das prostitutas como violentadas ou oprimidas, que predominaram durante longo período. A luta principal da RBP é pela percepção da prostituição como uma forma de trabalho e não como meio de escravidão ou submissão, sendo um exemplo do modelo laboral, que, ao invés de discutir sobre as prostitutas, as inclui no debate relativo a qualquer tipo de política voltada ao trabalho do sexo, por vezes questionando o poder do Estado para regular a sua atuação (WIJERS, 2004).

1.3.3. Meu lugar no debate

Devido à minha opção pela epistemologia feminista e também meu papel como militante e parceira do movimento de prostitutas, em especial na cidade de Belo Horizonte, considero essencial explicitar aqui a forma como me coloco no debate proposto acima. Minha trajetória de pesquisa sempre esteve alinhada aos debates travados

pelo movimento de prostitutas local e permitindo uma produção de saberes que fosse o mais compartilhada possível. Concordo com José Miguel Nieto Olivar que a prostituição é um campo político intenso e disputado, no qual as pesquisadoras se inserem e tomam partido ao escolher fontes, ângulos ou palavras para produzir conhecimentos, sendo essencial reconhecer a impossibilidade de neutralidade e possuir sua própria posição (OLIVAR, 2010).

A organização política de prostitutas em Minas Gerais, hoje, é representada principalmente pela Aprosmig, minha parceira de debates e ações. A escolha por atuar em parceria com a Aprosmig implica, também, em adotar determinadas posturas e se alinhar a suas metas e formas de atuação. A associação integra redes como a Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), Redtralsex (Red de Mujeres Trabajadoras Sexuales de Latinoamerica y el Caribe) e NSWP (Global Network of Sex Work Projects). Todas têm uma atuação pautada pelo modelo laboral, tendo como uma de suas principais lutas a descriminalização da prostituição (e de seu entorno) e o reconhecimento da prostituição enquanto um trabalho. No caso da RBP, o alinhamento ideológico é um pré-requisito de participação, conforme descrito em sua carta de princípios (LENZ, 2008). Estas redes dialogam com outras, como a ICRSE (International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe) e a GAATW (Global Alliance Against Traffic in Women). Acredito, como Dolores Juliano, que adotar uma postura laboral, e uma visão menos vitimista da prostituição, é algo fundamental ao estabelecimento de uma relação mais igualitária entre feministas e prostitutas (JULIANO, 2004)

Apesar da opção pelas integrantes do movimento organizado por termos como *profissionais do sexo*, *prostituta* ou *puta*, com sua adesão a uma visão da atividade como sendo laboral e merecedora de direitos trabalhistas, esta questão não é fechada, unânime. Entre as prostitutas que encontramos pela cidade, algumas dizem querer ser chamada dessas formas, outras como trabalhadoras do sexo ou garota de programa, ou ainda nem se consideram prostitutas, já que exercem o trabalho ocasionalmente.

No trabalho com os homens que se prostituem, a questão dos nomes também se mostrou polêmica, alguns dizendo preferir serem chamados de *garoto de programa*, *boy* ou *profissional do sexo*, embora nem todos considerassem se encaixar no estereótipo, pois faziam

aquilo para “tirar um extra”. Em um Grupo de Trabalho sobre Trabalho Sexual e Cafetinagem, ocorrido durante o 7º encontro de travestis e transexuais do sul e sudeste, em 2012, Indianara Siqueira, militante das causas trans e de profissionais do sexo, sugeriu, com anuência do grupo, que fosse usado o termo “prostitutas do sexo”, mantendo o termo histórico prostitutas e abrindo mão do “higienizado” “profissionais do sexo”.

Aliado a isso, as opções sofrem muitas variações entre as mulheres ou em uma mesma mulher, em contextos ou momentos temporais diversos. Há aquelas que consideram que estão ali por opção, outras por obrigação, outras apenas para juntar dinheiro. Algumas querem que a profissão seja mantida, com direitos laborais assegurados, outras acham que deveria acabar e que é indigna, e há inúmeras que ocupam posições intermediárias ou fluidas entre estas. Poderíamos dizer que, embora não usem necessariamente estes termos, encontramos falas abolicionistas, regulamentaristas ou laborais entre elas, mesmo que não as nomeiem deste modo ou não entendam que usar uma determinada palavra ou defender alguma forma de ação é se encaixar em pontos diferentes do debate. Existem aquelas que, ao longo do tempo vão variando sua posição, por aproximação de grupos e pessoas que têm uma ou outra postura, já outras usam estes discursos da forma que mais lhes parece positiva, se dizendo abolicionista em contextos abolicionistas e a favor dos direitos laborais, onde este debate prevalece. Com relação aos eixos laborais e regulamentaristas, há ainda um desconhecimento do que efetivamente significariam para suas vidas, como a expectativa de que a regulamentação obrigaria ao registro ou faria com que mais pessoas se prostituíssem (“você queria que sua filha fosse prostituta?”).

Alinhar-nos ao debate **laboral** não significa a ausência de críticas frente ao mesmo, mas concordar com as reivindicações das prostitutas, agentes principais da produção do conhecimento neste viés. Esta opção implicará o uso de duas expressões prioritárias ao falar da atividade e das pessoas que a exercem. Usarei o termo “prostitutas”, que tem sido o principal escolhido pela categoria em nível nacional, e também “profissional do sexo” ou “trabalhadora do sexo” (*sex worker*), que tem sido adotado por grupos internacionais, além de “puta”, reivindicado por militantes como Gabriela Leite e Cida Vieira. Destaco que o

primeiro visa retirar a carga negativa associada ao termo prostituta e o segundo vincular a atividade a outras formas de atuação profissional.

1.4. A pesquisa que aqui se constrói

Para chegar a este formato de tese, foi fundamental o longo percurso que tenho no campo de estudos e intervenção da prostituição, me permitindo ocupar lugares diversos e também acompanhar alterações e permanências no mesmo. Realizei estágio, mestrado, intervenções, que aos poucos fizeram com que me tornasse próxima de algumas das mulheres, não só por uma relação de afeto, mas também por ocupar um lugar de referência técnica e por efetivamente me inserir em suas lutas políticas. A partir dos contatos que tive com o campo, os objetivos da pesquisa foram se reconstruindo e reestruturando. Se inicialmente desejava focar nas relações de conjugalidade, o que nos chamava a atenção e que, para mim, gritava no campo era uma diversidade de discursos, de práticas, redes de relação, disputas. O campo não apenas se apresentava como objeto de estudos, mas trazia questões, demandas e propostas, levando a refletir sobre a importância de conhecer como se estabelecem as relações entre prostituição e feminismo nos processos de pesquisa e intervenção na cidade de Belo Horizonte.

Neste contexto, foi indispensável um olhar que se voltasse sobremaneira para o papel das prostitutas na história. Ao longo desta década de contato com o campo da prostituição em BH, foi possível observar os novos espaços, discursos e práticas das prostitutas e as formas como foram emergindo como sujeitas políticas nestes contextos. Esta emergência altera suas relações com as pessoas, com a academia, com o poder público, consigo mesmas, exigindo outra forma de pensar a prostituição e as prostitutas. É sobre este fato que irei me ater na tese, visando analisar de que forma as relações entre prostituição e feminismo no contexto local são alteradas na relação com as prostitutas, enquanto sujeitas políticas. Para tal, farei uma retomada histórica do movimento de prostitutas local, nacional e internacional, levantando suas bandeiras de lutas e formas de se constituir ao longo dos anos. Oferecerei maior dedicação ao período que abarca os anos 2003-2014, momento em que os movimentos adquirem mais força e visibilidade.

A tese se estrutura em seis capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na introdução, foram ressaltadas duas questões

que considero essenciais para o debate: a minha trajetória no campo da prostituição e algumas contextualizações dos debates que marcam o mesmo. No capítulo dois, discorrerei sobre as bases epistemológicas e metodológicas da pesquisa e apresentarei os métodos que foram escolhidos ao longo do trabalho. Será enfatizado que a mesma não se restringe ao período do doutorado, abarcando também dados coletados desde minha graduação em psicologia. Indicarei a opção por uma forma de produção de conhecimento feminista e interdisciplinar, que se mostra mais adequada ao campo de pesquisa aqui retratado, além do constante diálogo com as prostitutas.

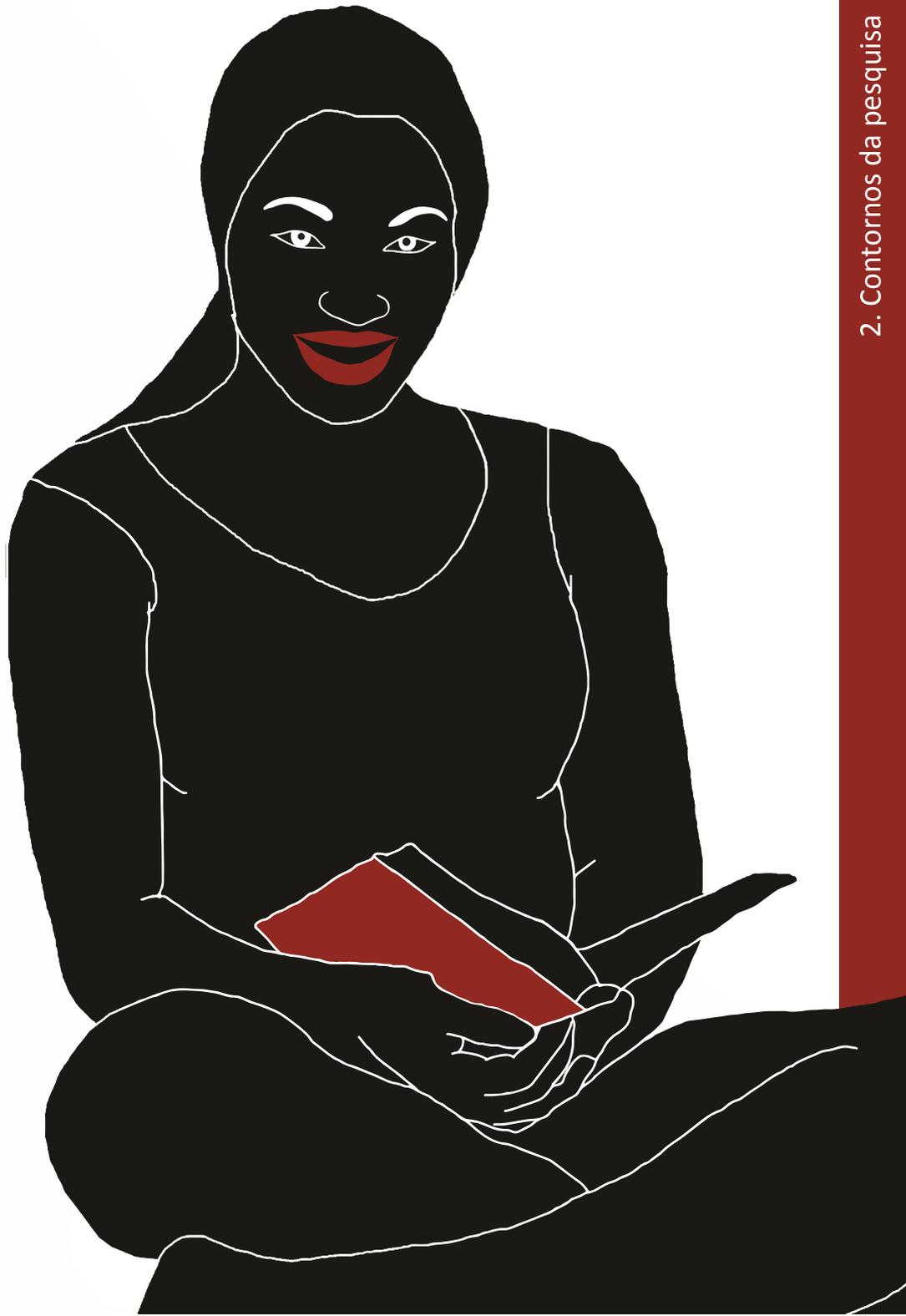
O capítulo três abarca informações sobre o contexto de Belo Horizonte e as principais áreas de prostituição pesquisadas na cidade. Com esta parte da tese, almejo que as leitoras consigam se localizar no campo e compreender suas configurações. Será dado enfoque à região conhecida como “Guaicurus”, onde se deu boa parte da pesquisa.

Os capítulos quatro, cinco e seis, trazem reconstruções históricas dos movimentos de prostitutas em Belo Horizonte, no Brasil e em partes do mundo. Para produzir estas narrativas, procurei trazer dados sobre o contexto em que se constituem e também sobre os movimentos feministas. Os períodos históricos foram escolhidos em virtude do contexto brasileiro e, a partir dele, identifiquei as questões que se mostravam como mais relevantes e marcantes. A opção por um recorte histórico se mostrou frutífera para que se vislumbrasse os diferentes momentos do movimento e suas características, embora ocasione certa fragmentação e algumas repetições de temas.

No capítulo quatro se destacam, no mundo, as “guerras do sexo feministas” e a segunda onda feminista e, no Brasil, as lutas contra a ditadura e o processo de redemocratização, construindo um movimento fortemente vinculado a demandas de esquerda e católicas. No capítulo cinco, a batalha contra a epidemia da AIDS toma conta do cenário nacional e internacional e muitos movimentos se institucionalizam e passam a receber financiamentos governamentais, num contexto da terceira onda feminista.

O capítulo seis é marcado pela autonomia dos movimentos de prostitutas, que se tornam integrados em diversos países. Neste período, destaco, as formas como o movimento foi adquirindo autonomia em contextos diversos, a partir da escolha de três vieses: luta contra a AIDS; Projetos de Lei; tráfico de pessoas e Copa do

Mundo. É possível observar alterações na capacidade do movimento de pautar os debates relativos à prostituição e das prostitutas se colocarem progressivamente como sujeitas políticas de sua história. O capítulo sete traz uma análise da Marcha das Vadias em Belo Horizonte como forma de elucidar as atuais relações entre feminismos e prostituição na cidade de Belo Horizonte, em que se observa um movimento de aproximação e diálogo, mas ainda permeado por visões polarizadas sobre a atividade laboral. Como considerações finais, destaco a importância de se considerar o movimento de prostitutas como parte dos feminismos que se constroem em Belo Horizonte e de estabelecer um diálogo efetivo com este grupo de mulheres como forma de construção de um conhecimento e um agir coletivo e comprometido socialmente.



2. Contornos da pesquisa

2.1. Delimitando o problema

Ao longo deste percurso, a cada instante foi se tornando clara para mim a forma como, no âmbito da prostituição, se torna impossível, ou ao menos improdutivo, estabelecer uma relação que não articule as produções de saberes nas diferentes esferas, de forma a permitir que pesquisadoras e prostitutas se influenciem mutuamente, num contexto de construção de descobertas epistêmicas, redes de solidariedade e de luta conjunta. Propomos aqui uma análise sob esta ótica, que tome como foco o contexto de Belo Horizonte, estabelecendo paralelos entre este e o material bibliográfico encontrado.

Observamos em diferentes pesquisas as formas como é a partir do estabelecimento de vínculos com o campo e com alguns de seus grupos (normalmente através de associações ou ONGs) que muitas pesquisas vão ganhando forma, buscando atender demandas das sujeitas, abarcando áreas de atuação específicas. Por outro lado, o campo também se modifica, por vezes adotando pesquisadoras como referências técnicas, parceiras ou militantes, além de observarmos mudanças pessoais naquelas mulheres que se tornam informantes-chave, sendo por vezes entrevistadas em diferentes estudos.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as relações entre prostituição e feminismo em Belo Horizonte, a partir de olhar sobre o retrato da emergência das prostitutas como sujeitas políticas e a produção do conhecimento sobre prostituição. Para tal, foi necessário mapear o contexto e atrizes que fazem parte deste processo de emergência, construindo uma sujeita multifacetada. Ademais, verifiquei deslocamentos e continuidades presentes nos discursos e conhecimentos nestes processos. Apesar da emergência das prostitutas enquanto sujeitas políticas ter afetado sobremaneira a forma de se realizar pesquisas e produzir conhecimento sobre o tema da prostituição ao longo dos anos, é necessário aprofundar as reflexões sobre quais os efeitos desta mudança e as suas características. A pesquisa se justifica tanto pela carência de materiais com esta perspectiva quanto pela compreensão de que este pode gerar dados interessantes para o âmbito acadêmico e para as próprias prostitutas.

2.2. Percursos metodológicos

2.2.1. Fundamentos metodológicos e epistemológicos

Pesquisar a prostituição, bem como as formas como se produzem as pesquisas e intervenções, em constante relação com a constituição do próprio contexto, é uma tarefa que não pode ser delimitada a uma única área de estudos. A prostituição se apresenta como objeto multifacetado, que, para ser compreendido, demanda o uso de teorias das mais diversas disciplinas. É necessário analisar quem são as pessoas que se envolvem nesta atividade, qual sua relação com o espaço urbano e com o poder público, como são suas relações para além da profissão, mais um sem fim de questões fundamentais. O tema aqui proposto envolve discussões que abarcam as relações de gênero, a constituição dos movimentos sociais, a forma de se fazer pesquisa e produzir o conhecimento, dentre outras. Outrossim, optar por uma ou outra área do conhecimento seria um grande equívoco, que fragmentaria o objeto e não permitiria sua apreensão. Visei dar conta da complexidade desta realidade, não a fragmentando e ocultando parte dela, mas enfrentando a desordem e a incerteza e produzindo um conhecimento que seja a um só tempo forma de tradução e de reconstrução e que se saiba local, situado em determinado tempo e momento, como nos propõe o filósofo e sociólogo Edgar Morín (1996).

Observo neste contexto que os saberes são constantemente construídos, questionados e apropriados de formas diversas. Pesquisadoras, militantes, prostitutas, cada uma possui seus saberes e influencia os das demais e as suas formas de ação. É frequente, em casos de populações em situações de subalternidade (classes populares, submetidas a modos específicos de exclusão do mercado, sem representação política e legal ou possibilidade de se tornar membros do estrato social dominante), que os discursos sejam construídos *para* elas e não *com* elas. Sua participação acaba sendo restringida, havendo a neutralização da Outra, tornada invisível, expropriada de formas de representação, silenciada, acarretando uma violência epistêmica, como nos aponta a indiana com formação em letras Gayatri Spivak (2003). Contra esta violência, a autora propõe uma resistência marcada pela pluralidade e heterogeneidade nativa, aliada ao reconhecimento dos privilégios possuídos pela elite (SPIVAK, 1994).

Como forma de impedir que vozes subalternas sejam silenciadas, é fundamental que se construa coletivamente e de forma não

hierarquizada o conhecimento. É necessário compreender que tanto os nossos saberes, quanto os delas, são parciais, localizados, e devemos ligá-los por redes que unam as sujeitas às demais, permitindo uma visão conjunta e conexões parciais que possibilitem a objetividade advinda de uma racionalidade posicionada, como propõe a filósofa e bióloga estadunidense Donna Haraway (1995). Assim, não se parte de uma verdade absoluta, científica e neutra, mas, como afirma a socióloga e Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci de Oliveira, de um conhecimento que é falível e verdades que são aproximadas e provisórias (OLIVEIRA, 2008).

Se, por um lado, é preciso refletir sobre a posição das prostitutas, é essencial pensar sobre nossas condições enquanto produtoras de saberes considerados legítimos. Precisamos ter em mente que os problemas, conceitos, teorias, metodologias e verdades são produtos que trazem a marca de suas criadoras, que são, por sua vez, marcados por seu gênero, classe, raça e cultura, como afirma a filósofa estadunidense Sandra Harding (1996), e também por valores materiais e culturais, como aponta a cientista social Lourdes Bandeira (2008). Assim, eu, mulher, branca, classe média, doutoranda, casada, produzo tipos específicos de saberes em relação com prostitutas de diferentes classes, origens, locais.

É fundamental adotar uma postura marcada pela reflexividade, em que se busque compreender as dinâmicas que operam nos espaços de interação, os nossos pensamentos e posturas e seus efeitos sobre a pesquisa. Deve-se reconhecer nesta a oportunidade de empoderar as sujeitas, que se tornam conscientes do saber e das possibilidades de uso deste, compartilhando a responsabilidade pela mudança social, como apontam as psicólogas portuguesas Sofia Neves e Conceição Nogueira (2005). A reflexividade deve abarcar a identificação dos exercícios e das relações de poder, com seus efeitos sobre a pesquisa; análise da teoria do poder que gera a conceituação destas; julgamentos éticos que interferem nos valores e interesses políticos da pesquisa; responsabilidade pelo que é produzido, como propõem Caroline Ramazanoglu e Jane Holland (2002).

Com base nestes pressupostos, visei produzir uma pesquisa interdisciplinar, que não se restringisse apenas à articulação de autoras de duas ou mais áreas do conhecimento (FERNANDES; CARLOS, 2009), mas que articulasse saberes provenientes das mais diferentes origens,

sem uma hierarquização entre os mesmos. A interdisciplinaridade se coloca como vínculo, não *entre*, mas *com* saberes, gerando reformulação do saber, do ser e do fazer, de modo que as dificuldades para colocá-la em prática serão minimizadas pela práxis, unindo humildade e partilha de esforços e resultados, como afirma o filósofo José de Ávila Coimbra (2000). Neste processo, é necessário aliar conceituação, realização da ação produtiva e a consideração das dimensões humanas nas relações sociais estabelecidas, nos apontam os educadores canadenses Yves Lenoir e Abdelkrim Hasni (2004).

Objetivei produzir uma pesquisa cuja interdisciplinaridade não se limitasse a aspectos teóricos, mas também metodológicos e epistemológicos, relacionando constantemente produção do saber e militância. Procurei manter uma postura crítica e de integração entre preocupações intelectuais e políticas de transformação das relações sociais, colocando em um mesmo patamar os interesses da ciência e das mulheres, aliada à articulação entre subjetividades¹⁶ da pesquisadora e das sujeitas e da explicitação da relação entre estas, como nos sugere a antropóloga canadense Huguette Dagenais (1987).

2.2.2. Inserção em campo

Em pesquisas com o tema da prostituição realizadas até o início dos anos 1990, era comum que as primeiras inserções em campo se dessem pela pesquisadora andando pelos locais a esmo, contatos

¹⁶ A ideia de subjetividade é apresentada por Suely Rolnik ao buscar conhecer as fronteiras entre esta, a ética e a cultura. Para a autora, a identidade se conforma pela relação entre os diferentes meios que habitam a subjetividade como o familiar, o sexual e o econômico, e que se combinam de formas diversas, de modo que cada tipo de existência delinearía um perfil de uma figura de subjetividade. Subjetividade e cultura são indissociáveis e paralelamente inconciliáveis, sendo que as forças externas são temporariamente cristalizadas dentro do sujeito e o fora influencia o dentro de modo a dissolver a subjetividade e construir outra, cada um dos lados sai de si e se torna o outro. Os foras são infinitos, mas os dentro que se concretizam em territórios de existência são finitos. Quando se cria um perfil subjetivo é ao mesmo tempo criado um cultural. Não há subjetividade sem uma cartografia cultural que lhe sirva de guia; e, reciprocamente, não há cultura sem um certo modo de subjetivação que funcione segundo seu perfil (ROLNIK, 1997).

diretos com algum local de prostituição ou podendo inclusive se passar por garota de programa ou por cliente, como vemos em trabalhos como os de Nestor Perlongher, Hélio Silva, Renan Freitas, Maria Dulce Gaspar (Freitas, 1985; Gaspar, 1985; Perlongher, 2008; Silva, 1993).

A situação começou a mudar bastante com o surgimento da AIDS e dos movimentos de prostitutas. O advento da AIDS foi marcado pelo surgimento de inúmeras ONGs que visavam combatê-la ou assessorar as infectadas e pela grande oferta de financiamento governamental para este fim. Os movimentos de prostitutas se organizaram para também terem financiamentos e novas redes foram sendo constituídas e novas pautas trazidas para as discussões.

Com estas mudanças, muitas pesquisas começaram a buscar a inserção em campo por meio de grupos ou entidades que já realizavam trabalhos com prostitutas, normalmente através de lideranças. Este trabalho se iniciou também desta forma, tanto no mestrado quanto em pesquisa com *michês* e no doutorado. Ao longo deste período, tentamos contatos diretos com prostitutas e alguns deles foram muito frutíferos, mas em outros casos não conseguíamos estabelecer relações ou mesmo identificar quem eram as pessoas que se prostituíam (Barreto et al., 2013). Estas dificuldades, aliadas ao fato de que já possuíamos contatos e algumas boas relações em campo, me fizeram optar, no doutorado, por reestabelecer estes laços, tanto como forma de inserção quanto como modo de iniciar o trabalho que já vinha sendo construído, marcado por estabelecimento de vínculos afetivos, de trabalho e também de militância.

O trabalho de inspirações etnográficas desta pesquisa tem como objeto de análise dados coletados desde os primeiros contatos com o campo, durante a graduação, em 2005, passando por todas as diferentes formas de inserção ao longo destes anos, conforme apresentado na introdução. Semelhante ao que propõe Piscitelli, em seu livro “Trânsitos”, é uma pesquisa de longa duração, realizada em diferentes espaços e com objetivos diversos, mas com objetos que se interconectam (PISCITELLI, 2013). Apesar de incluir inserções em outras cidades, nosso enfoque é na prostituição em Belo Horizonte, e os dados de outras localidades são utilizados para ajudar a compreender este contexto.

O trabalho de campo do doutorado se iniciou em fevereiro de 2012, com a retomada de contatos que haviam sido previamente

estabelecidos, durante a graduação e o mestrado, focando nas lideranças do movimento. A inserção em campo se deu via entidades e militantes, devido à invisibilidade nos contextos urbanos, desconfiança das envolvidas em relação aos objetivos das pesquisadoras, proibição de entrada e permanência nos locais, riscos existentes, semelhante ao que ocorreu comigo (em pesquisa anterior), Camilo Braz e Néstor Perlongher (BARRETO, 2008; BRAZ, 2010; PERLONGHER, 2008). A pesquisa de campo foi se desenvolvendo a partir da tentativa de estreitar laços com as mulheres conhecidas antecipadamente e de buscar novos vínculos, por outro lado havendo uma crescente demanda por parte da Aprosmig para nosso envolvimento e participação em suas atividades. Fui estabelecendo uma relação que proporcionasse possibilidade de trocas e de ganhos efetivos para os dois lados. Se as mulheres abriam para mim suas vidas, seus quartos, eu oferecia a elas meus conhecimentos, trabalho e histórias da minha vida.

Algumas das participantes, principalmente as integrantes da Aprosmig – Cida Vieira, Cidinha Silva, Laura Maria do Espírito Santo, Cleusy Lane de Miranda, Patrícia Borges e Zazá Borges –, e Roberto Chateaubriand Domingues se tornaram importantes colaboradoras de pesquisa. Como no trabalho de William Foote-Wythe, embora com outro foco, estas pessoas davam acesso ao campo, discutiam ideias, percepções e observações (FOOTE-WHYTE, 1980). Evidenciavam práticas, gestos e comportamentos próprios do grupo estudado, como ocorria na pesquisa com michês de Perlongher (2008), interferindo nas hipóteses e problema de pesquisa, da mesma forma que propõem as antropólogas Claudia Fonseca e Mariza Peirano (FONSECA, 1999; PEIRANO, 1995). O contato via grupos propicia ainda formação de vínculos, que permitem um trabalho mais aprofundado e comprometido socialmente com os interesses da população estudada e com a transformação social, conforme proposto pela psicóloga Ana Maria Bock (BOCK, 2003; BOCK *et al.*, 2007).

Apesar de ter desenvolvido trabalhos de campo nas demais atividades, no doutorado procurei manter um “olhar etnográfico”, a exemplo de Roberto Cardoso de Oliveira (2000), fundamentando a produção teórica especialmente em autoras advindas da área da antropologia. Considerando que este olhar permite que se preste atenção a linguagens que por vezes são pouco evidenciadas por técnicas como a entrevista, como nos diz Cláudia Fonseca (1999), e que se

registre impressões, situações, descrições e cenas, como o fez Perlongher (2008). A pesquisa foi desenvolvida, assim, com uma inspiração etnográfica, articulando dados de campo e leituras bibliográficas (FONSECA, 1999). Mariza Peirano afirma que um diálogo intenso com a outra favorece e explicita as relações entre teoria e prática (PEIRANO, 1995), mantendo como ponto de partida a interação entre a pesquisadora e seus objetos de estudo (FONSECA, 1999).

Foquei na pesquisa empírica, entendida como meio de conhecimento das relações sociais, e executada via faculdades de espírito, como o olhar, o ouvir e o escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000). Esta nos aproxima da realidade em questão, considerando que, como aponta Gilberto Velho, o fato de pertencer a uma mesma sociedade não assegura nosso conhecimento em relação a essa realidade, uma vez que nossas concepções são frequentemente fundadas em estereótipos que dificultam a reflexão e relativização, mascarando a diversidade de significados e interpretações (VELHO, 1978).

Desde o primeiro momento do doutorado, mantive contato com estas que estou chamando de minhas colaboradoras de pesquisa. Com Roberto, discuti questões mais teóricas e técnicas do projeto de doutorado, a inserção das bolsistas do Mulheres Promotoras de Cidadania, as configurações atuais do campo em Belo Horizonte. Com Cida, Laura, Cidinha e Cleusy, e posteriormente com Zazá e Patrícia, dialoguei sobre as organizações de prostitutas e sobre como estavam as vidas de cada uma, inclusive a minha, naquele momento. Com algumas, o sentimento de amizade e carinho logo se mostrava evidente, com a consequente cobrança de mim e demais pessoas da UFMG pelo “sumiço”. Aproveitei ainda para fazer uma devolução do que foi feito no mestrado, com a entrega da minha dissertação e depois de cópias do meu livro. Aos poucos, fui tecendo e refazendo, junto às prostitutas, redes de cumplicidade e de solidariedade.

Em outras etapas, busquei estabelecer contatos com grupos ou entidades que mantêm relações com prostitutas ou que são compostos por prostitutas, inclusive a Aprosmig. Muitas das pesquisas e intervenções realizadas em Belo Horizonte se vinculam a estes grupos, seja por meio de projetos, estágios, ou como forma de acesso ao campo, como mostrarei a seguir, tornando-se fundamental conhecer um pouco mais sobre os mesmos.

2.2.2.1. As entrevistas

A coleta de dados incluiu a realização de entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas, com representantes de entidades ou grupos. Visei compreender o contexto a partir de informantes-chaves, tendo como objetivo questionar pessoas bem posicionadas sobre aspectos como as redes e organizações do movimento, as relações entre os grupos, as estratégias e outros aspectos fundamentais (BLEE; TAYLOR, 2002). A escolha das entrevistadas foi realizada de maneira deliberada, com base no seu papel no contexto pesquisado. Estas entrevistas, realizadas por mim e por integrantes do Mulheres Promotoras de Cidadania, se encontram sistematizadas no quadro 1, em que apresento as que foram realizadas ao longo do contato com o campo de pesquisa, uma vez que todas elas foram utilizadas como fonte para as análises. No total realizamos 23 entrevistas formais com informantes-chave, sendo que algumas pessoas foram entrevistadas mais de uma vez. As entrevistas aqui apresentadas são aquelas que foram gravadas e transcritas.

Quadro 1: Entrevistas com representantes de entidades e grupos

Representante	Entidade	Data
1 Dos Anjos	APS-BH - Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte	18/5/2006
2 Gabriela Leite	Davida – Prostituição, direitos civis, saúde	24/7/2006
3 Anna Marina		
4 Multiplicadoras		
5 Kátia Monteiro		
6 Flávio Lenz		27/7/2006
7 Cleide	AMOCVIM – Associação dos Moradores do Condomínio e Amigos da Vila Mimosa	26/7/2006
8 Isabel, Rose, Lucinha	Fio da Alma	28/7/2006
9 José Manuel	Pastoral da Mulher de Belo Horizonte	23/10/2006
10 Roberto Domingues	Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS – GAPA-MG	1/6/2007
11 Rosa	AMAVI - Associação Mulheres da Vida	12/6/2007
12 Roberto Domingues	Coordenadoria de Direitos Humanos, GAPA-MG, RBP	8/2/2012
13 Cida Vieira	Aprosmig – Associação das Prostitutas de Minas Gerais	7/3/2012
14 Carlos Magno	Coordenadoria de Direitos LGBTT	18/5/2012
15 Anycky Lima	CELLOS – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual	22/5/2012
16 Edson Cruz	AARG - Associação de Amigos da Rua dos Guaicurus	4/6/2012

	Representante	Entidade	Data
17	Ailton	AARG - Associação de Amigos da Rua dos Guaicurus	6/6/2012
18	Renata Lima e Adriana Torres	MdV – Marcha das Vadias BH	11/6/2012
19	José Manuel	Pastoral da Mulher de Belo Horizonte	25/7/2012
20	Priscila Franco	Coordenação de DST/AIDS	31/7/2012
21	Bernadete Monteiro	MMM - Marcha Mundial das Mulheres	31/7/2012
22	Soraia Menezes e Camila	ALEM - Associação Lésbica de Minas	31/7/2012
23	Cristina Gonçalves	VHIVER	5/8/2012

Foram realizadas também entrevistas com profissionais do sexo (mulheres trans e cis e homens cis), objetivando conhecer melhor as pessoas que exercem a prostituição. Algumas destas pessoas entrevistadas são também representantes de instituições ou grupos, mas foram abordadas, neste momento, visando outros tipos de informação (o que não impediu que o tema da entidade fosse abordado). Dentre estas profissionais do sexo, cito abaixo aquelas com os quais tive um contato de entrevista formal, gravada e transcrita, destacando que diversas outras pessoas foram abordadas ao longo do trabalho de campo.

Destaco que a maioria das entrevistas formais com prostitutas, gravadas e transcritas, foram realizadas em períodos anteriores ao doutorado, tendo optado por, durante este, favorecer contatos mais informais e o registro em diário de campo. As conversas informais são mais ricas, dinâmicas. Encher balões, atualizar cadastros, organizar pastas, almoçar, divulgar eventos, convidar mulheres a participar de ações, distribuir material informativo e de prevenção, participar de reuniões, produzir páginas e textos, tirar fotos, tudo é ocasião para uma conversa e uma troca.

Entre entrevistas e conversas informais, foram realizados cerca de 27 diálogos com prostitutas, sendo dois deles em grupos de três pessoas, um desses grupos formado por travestis. A grande maioria das entrevistadas trabalha nos hotéis da Guaicurus, sendo que três trabalham em cabines, quatro na Afonso Pena (incluindo uma travesti) e duas na Pedro II (travestis). As técnicas usadas para as entrevistas variaram, sendo mais ou menos estruturadas e tendo ou não sido gravadas e transcritas, mas todas foram relatadas em diário de campo. Algumas entrevistas foram realizadas por mim e outras por demais membras do PMC, o que ocasionou níveis diversos de profundidade e de

possibilidade analítica. O volume total de entrevistas gravadas e transcritas é de 570 laudas, somando as de informantes-chave com as de prostitutas,.

Quadro 2: Entrevistas gravadas e transcritas com prostitutas

	Nome	Cidade	Identidade de gênero	Trabalho	Data
1	Fernanda	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	6/6/2005
2	Maria	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	7/6/2005
3	Celeste	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	28/9/2005
4	Laura Maria	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	16/5/2006
5	Fabiane	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	18/5/2006
6	Carla	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	25/2/2008
7	Cleusy	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	25/2/2008
8	Cláudia	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	24/3/2008
9	Carla (Cida Vieira)	Belo Horizonte	Mulher cis	Rua	29/3/2008
10	Renato	Florianópolis	Homem cis	Rua	6/5/2011
11	Matheus	Florianópolis	Homem cis	Rua	7/5/2011
12	Cidinha	Belo Horizonte	Mulher cis	Hotel	18/4/2012
13	Renata, Daniele e Flávia	Belo Horizonte	Mulheres trans	Rua	22/5/2012

A relação entre subjetividade e experiências de vida se dá também nos aspectos mais burocráticos do trabalho de campo, como na marcação de entrevistas, por exemplo. Acostumada a horários e prazos, eu frequentemente tentava marcar com elas horas para entrevistas. Ao chegar aos hotéis ou à associação, percebia que as mulheres não tinham ido trabalhar, não foram dar a entrevista ou estavam ocupadas no momento. Outras vezes, encontrava a prostituta, que pedia para deixar a porta aberta, mantendo sempre o olhar voltado para o lado de fora e, quando aparecia um cliente, logo pedia para me retirar. Foram vários “bolos” e remarcações, o que por vezes me deixava frustrada. Marina França, psicóloga com formação em antropologia, relata que as prostitutas se esquivam das entrevistas de forma semelhante ao que

fazem com os clientes, se mantendo amáveis, mas repletas de desculpas inverossímeis (FRANÇA, 2011b).

Com o passar do tempo, percebi como, na realidade, esta forma de agir estava profundamente relacionada ao trabalho delas e a suas características em que, normalmente, não marcam horários com clientes, mas os aguardam chegar, o que pode ou não ocorrer. Constantemente, em meu trabalho, ouvia que devia mudar de técnica, que as mulheres não aceitariam dar entrevistas, se incomodariam, que só o fariam se pagássemos algo ou se o período fosse muito curto. Havia, em participantes da associação, o constante medo de incomodar, aliado a uma ideia de que “nada funciona”. Na minha inserção, via que estes fatos não se confirmavam e que muitas adoravam ceder entrevistas, embora tenha ficado claro que preferiam quando isso se dava de maneira menos formal e com maiores possibilidades de trocas, sentindo-se menos usadas e tornando os encontros mais proveitosos.

Os roteiros também se mostravam frequentemente inadequados aos contextos. Com meu contato maior com o campo, sempre optei por manter o roteiro em mente, mas desenvolver uma conversa mais fluida com as prostitutas, o que era mais difícil para as bolsistas do MPC. Nestes casos, as prostitutas davam respostas secas, se incomodavam com o tanto de perguntas ou afirmavam querer conversar sobre outras coisas. O grande volume de pessoas que têm feito trabalhos com elas tem gerado um cansaço em responder a certas perguntas, muitas vezes se sentindo usadas, sendo fundamental que a conversa seja fluida não apenas como forma de coletar dados, mas também de manter o vínculo com elas e oferecer possibilidade de trocas.

2.2.2.2. Observação participante

Além das entrevistas, foram realizadas observações em eventos organizados *para, por* ou *com* a participação de prostitutas. Observei ambientes de prostituição, mas também outros locais pelos quais circulam as prostitutas, como seus espaços de lazer e de militância. Esta observação foi em alguns momentos sistemática, na forma de observação participante, e em outros livre. Na observação participante, segundo o sociólogo estadunidense Aaron Cicourel, a observadora se insere na situação social com o objetivo de realizar uma investigação científica, colhendo dados através da relação e sendo parte do contexto, modificando-o e sendo modificada (CICOUREL, 1990). Pare Eunice Durham, a imersão em campo possibilita que conheça não os fenômenos

isolados, mas a totalidade do contexto e os significados que perpassam este, bem como as formas típicas de pensar e agir (DURHAM, 1978).

Visei assim compreender quais as lógicas que regem o trabalho destas prostitutas por meio de uma aproximação com as “nativas” e também perceber suas interações cotidianas (VELHO, 1978). A importância desta observação se dá, de acordo com Perlongher (2005), pelo fato de o território, como região moral, atuar para além do seu aspecto geográfico, também determinando o comportamento das habitantes, e criando condições de sociabilidade territorial, perfis definitivamente psicossociais, de modo que o local cria “vida” quando desenvolve uma identificação social. No quadro 3, apresento de maneira sistemática as observações que foram realizadas. Lembrando que, para além destas, passei, como Claudia Fonseca (1996), longos períodos as acompanhando. Como Soraya Simões, fiz isso muitas vezes sem pressa ou objetivo claro (SIMÕES, 2010), buscando me familiarizar com o cotidiano, com as ruas, com os comportamentos e hábitos. Outro ponto não registrado aqui são os contatos realizados pelas integrantes da Associação para assessorias técnicas em situações diversas, como para realizar pesquisa sobre um tema sobre o qual fariam uma entrevista, para resolver questões relativas a eventos ou sites, ajudar em situações em que alguma das prostitutas é agredida.

Quadro 3: Observação participante em eventos e atividades

	Evento	Organizadoras	Data
1	Dia Internacional das Prostitutas	GAPA-MG	2/6/2005
2	Reuniões, distribuição de preservativos, organização de eventos	APS-BH	2005-2007
3	Reuniões, distribuição de preservativos, organização de eventos	GAPA-MG	2005-2008
4	Capacitação Sudeste no Ponto	GAPA-MG	14/10/2005
5	Curso de informática	APS-BH	3/2006
6	Concurso Camiseta	APS-BH	27/4/2006
7	Dia Internacional das Prostitutas	APS-BH	18/5/2006
8	Visitas diagnósticas, entrevistas, capacitações, observação	GAPA-MG (Sem Vergonha – Centro-Oeste)	2006-2008
9	Reuniões, distribuição de preservativos, organização de eventos	Aprosmig e grupos parceiros	2012-2015
10	Marcha das Vadias Florianópolis	Vários	18/6/2011
11	GT Trabalho do sexo e cafetinagem	7º encontro de travestis e transexuais do sul e sudeste	7 e 8/5/2012
12	Marcha das Vadias Belo Horizonte	Vários	26/5/2012
13	Lançamento do livro “Amor na Zona”	Geraldo	1/6/2012
14	Dia Internacional das Prostitutas	Aprosmig	2/6/2012
15	Prostituição e os desafios do feminismo	Marcha Mundial das Mulheres	15/7/2012
16	Parada LGBT	Diversos grupos	22/7/2012
17	Seminário “Prostituição feminina: encantos e armadilhas”	Pastoral da Mulher Marginalizadas	29/8/2012
18	Dia nacional sem preconceito	Aprosmig, Shopping UAI	29/9/2012
19	Reforma da lei penal – prostituição	OAB	8/11/2012
20	Peça “Filha, mãe, avó e puta”	Guilherme Leme (Direção)	8/11/2012
21	Filme “O homem das multidões”	Marcelo Gomes, Cao Guimarães (Direção)	11/2012
22	Audiência Pública – Tráfico de Pessoas	Comissão de Segurança Pública da ALMG	12/11/2013
23	Debate sobre prostituição	Marcha das Vadias	26/11/2013
24	Ciclo de debates Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Minas Gerais	Assembleia Legislativa de Minas Gerais	8/5/2014
25	Debate sobre o filme Elles	Fora do Eixo	9/5/2014
26	Seminário Impactos da Copa: Tráfico de Pessoas e exploração sexual	Pastoral da Mulher	15/5/2014
27	Debates sobre prostituição com alunos de graduação	PUC, Faculdade Pitágoras	15 e 20/5/2014
28	Marcha das Vadias BH	Marcha das Vadias	24/5/2014
29	Reuniões de organização, debate e avaliação, listas de discussão online	Marcha das Vadias	2012-2015

	Evento	Organizadoras	Data
30	Dia Internacional das Prostitutas – Puta dei	Aprosmig	2/6/2014
31	Conferência Municipal de Migração – Comigrar	Prefeitura de Belo Horizonte	30/5/2014
32	Reuniões e organização Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (PETP-MG)	8/2013 a 12/2014
33	Reunião de organização de evento para o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças	Rede um Grito pela Vida, Pastoral da Mulher, Comitê Coração Azul, PETP-MG, Jovens com uma Missão (JOCUM)	9/9/2014
34	IV Seminário para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	JOCUM	19/9/2014
35	Diálogos pela liberdade	Pastoral da Mulher	18, 19/10/2014
36	Encontro ABIA/Observatório da Prostituição	Associação Interdisciplinar de AIDS (ABIA)	10-12/12/2014
37	Putá Day BH	Aprosmig	2/6/2015
38	Marcha das Vadias BH	MdV-BH	20/6/2015

2.2.2.3. Diário de campo

As etapas do processo foram registradas em diários, preferencialmente logo após o contato, como meio de inscrever o trabalho de campo e torná-lo passível de ser comunicado, garantindo, como sugere George Marcus, que experiências e lições aprendidas influam no registro (MARCUS, 1986). A escrita, de acordo com James Clifford, é uma forma de traduzir a experiência para o texto e deve buscar o diálogo com o campo e o questionamento das expectativas e formas de atuação da pesquisadora, permitindo que se aproxime mais da realidade e que consiga inserir a experiência em um contexto mais amplo, que não se limite ao indivíduo (CLIFFORD, 1998). Possibilita ainda que se tenha acesso aos avanços e recuos realizados durante a pesquisa e que se obtenha um distanciamento, como indica Alba Zaluar (1994).

O diário se apresenta como a somatória de descrição e ensaio interpretativo, ocasionando o conhecimento do processo de transformação do objeto ao longo da pesquisa, uma vez que a autora narra os fatos e, ao mesmo tempo, participa deles, conseguindo delimitar aqueles mais relevantes para o registro, conforme sugere a

psicóloga Lucília Reboredo (1992). Mantido ao longo de todo o processo, Bronislaw Malinowski já propunha que o diário deve trazer tudo aquilo que se destaca, que se mostra rotineiro ou desviante, abrangendo atos, sentimentos, opiniões, permitindo compreender o ponto de vista e a visão de mundo das sujeitas (MALINOWSKI, 1976). O meu diário de campo, abarcando o período que vai desde a graduação até meados de 2014, conta com 240 laudas.

Foi escrito ao final do contato um texto etnográfico, com base nas observações devidamente organizadas, como meio de produção de conhecimento (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000), considerando que a etnografia abrange não só a descrição, mas a interpretação dos dados a partir de um contexto mais amplo, buscando realizar a descrição densa proposta por Clifford Geertz (1989). Como lembra Miriam Grossi, etnografia é o texto que resulta desta articulação entre trabalho de campo e teoria, não sendo possível antropologia que exclua a redação (GROSSI, 2004). A escrita, diz Gloria Anzaldúa, é fundamental ainda para reescrever histórias mal contadas, produzindo mudanças, permitindo-nos a um só tempo adentrar em mistérios, nos distanciar e também sobreviver. Ressalta ainda que o valor de nosso texto se dá pelo nível de nudez revelada a partir das maneiras como nos colocamos, de modo que, para alcançarmos as pessoas, devemos ter uma escrita carregada de sangue, pus e suor (ANZALDÚA, 2000). Escrever é a comunicação da experiência, não na forma de evidência incontestável, mas como visual, visceral, conforme Joan Scott, permitindo não apenas apontar a existência de diferenças, mas explorar suas origens, compreendendo que é através das experiências que as sujeitas se constituem (SCOTT, 1999).

2.2.3. Redes de pesquisadoras

Visando identificar quem são as pesquisadoras que produziram pesquisas e projetos *em* ou *sobre* Belo Horizonte, busquei acessar fontes como os sites de faculdades e os Currículos Lattes das mesmas. O meu contato com o campo me ofereceu diversos nomes, mas sabia que não representavam a totalidade do universo, sendo necessário utilizar outros recursos. O objetivo deste levantamento foi verificar quais eram estas pessoas, mas também o tipo de contato que tiveram com o campo.

2.2.3.1. Projetos de pesquisa e extensão

Os projetos de pesquisa e de extensão foram bastante difíceis de localizar. Apesar de saber de alguns deles por meio das prostitutas ou de pessoas que os executavam, eu queria ter acesso aos relatórios e demais informações sobre os mesmos, o que se mostrou muito complicado. Cabe enfatizar que existem contatos frequentes com a prostituição e que não se formalizam como projetos, como é o caso de disciplinas que incluem trabalho de campo, estágios ou intervenções pontuais. Experimentei, nas duas principais faculdades de Belo Horizonte, acessar seus sites de projetos de extensão e/ou de pesquisa, mas a maioria das informações era difusa, incompleta e, principalmente, não havia como obter os trabalhos finais que geraram. Busquei informações nos sites da PUC Minas e nas pró-reitorias de pesquisa e extensão da UFMG, mas ambas as procuras se mostraram pouco proveitosas.

No site da PUC Minas (PUC MINAS, 2014), não consegui identificar formas diretas de localização de pesquisas e a busca no acervo online da biblioteca também se mostrou infrutífera. Identifiquei, dentro do item Pesquisa e Pós-graduação, o link “Pesquisadores cadastrados”, em que conseguia visualizar os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), atualizados em setembro de 2013, mas que oferecia pouca informação sobre objetivos e frentes de atuação dos mesmos. Neste mesmo local, consegui localizar, no item “Relação de Projetos de Pesquisa”, uma lista em que vinham separados por ano os projetos financiados pelo FIP/PUC Minas (Fundo de Incentivo à Pesquisa), pela Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – 2002-2003) e pelo PROBIC/PUC Minas (Programa de Bolsas de Iniciação Científica 2001 a 2006), mas que carecia de demais informações.

Na UFMG, estive presente à Pró-reitoria de Extensão da UFMG (PROEX/UFMG) onde fui apresentada ao site do Sistema de Informações de Extensão - Siex¹⁷ (UFMG, 2014a), no qual poderia localizar as

¹⁷ De acordo com o site do Siex, o sistema é um cadastro e gerenciamento de dados que registra as informações de extensão, além de ser aberto à comunidade, uma vez que um dos pressupostos da extensão é a integração da universidade com a sociedade, gerando vínculos com os movimentos, demandas e políticas (UFMG, 2014a).

informações que buscava. O endereço permite a busca de ações de extensão a partir de formas variadas como palavras-chave, unidade, período, dentre outras. Foi possível vislumbrar que haveria algumas dificuldades para a localização dos projetos, uma vez que ao realizar a busca utilizando as palavras-chave “Prostituição” e “Prostituta”, cada uma trouxe apenas um resultado, ambos de autoria de Claudia Mayorga, número que eu sabia ser incorreto. As informações obtidas de ambas as formas se mostraram incompletas e insuficientes, e todos os relatórios e dados que consegui acessar foram obtidos através do contato direto com participantes dos projetos.

Na Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG (PRPq/UFMG) fui apresentada ao site Somos UFMG¹⁸ (UFMG, 2014b), em que há uma plataforma de pesquisa que permite buscas integradas aos Lattes de professoras da universidade. A procura pela palavras-chave “prostituição” mostra que foi usada 39 vezes, por 13 professoras, e nos indica a relevância de cada uma delas, calculada a partir do número de vezes em que usa a mesma em seu currículo Lattes. As três pessoas de maior relevância na UFMG são todas professoras do departamento de Psicologia, a saber: Vanessa Andrade de Barros (utilizando 12 vezes), Sandra Maria da Mata Azerêdo (9) e Claudia Andréa Mayorga Borges (5). As demais, utilizaram a palavra-chave apenas duas ou uma vez em seus currículos. Este dado dá um panorama do campo na instituição, corroborando nossa hipótese de uma forte atuação da psicologia na área. A procura por “Profissional do sexo” não trouxe nenhum resultado e a por “Profissionais do sexo” remeteu apenas a Eliana Amarante de Mendonça Mendes, da Faculdade de Letras, que orientou a tese de Gilmar Bueno dos Santos. Pesquisa com palavras correlatas levaram a resultados semelhantes em termos das pessoas encontradas. Abaixo trazemos uma imagem do site “Somos UFMG”.

¹⁸ Conforme explicitado no site, o Somos UFMG tem como objetivo facilitar o mapeamento de competências da UFMG, possibilitando maior interação da universidade com instituições públicas e privadas, sendo possível identificar pesquisadoras, suas especialidades e produção, dentre outros (UFMG, 2014b).

Palavra-chave: **PROSTITUIÇÃO** utilizada 39 vezes por 13 professores

Utilizada por **13 professores** Por ordem de relevância (total: 13)

Vanessa Andrade de Barros

Sandra Maria da Mata Azeredo

Claudia Andréa Mayorga Borges

Carlos Alberto Ávila Araújo

Eduardo Viana Vargas

Francisco Coelho dos Santos

Maria de Fátima Almeida Martins

Andrea Moreno

Angela Cristina Salgueiro Marques

Claudio Santiago Dias Júnior

Daniel Leal Werneck

Eliana Amarante de Mendonça Mendes

Elton Antunes

Palavras-chave relacionadas

Palavra-chave relacionada é aquela que foi utilizada juntamente com "Prostituição"

Atividade, Crimes Sexuais, Feminismo, Gênero, Movimento Associativo, Pesquisa-ação, Prostituição, Prostitutas, Subjetividade, Trabalho, assédio sexual, identidade, Imigração de mulheres, migrações internacionais, racismo, sexualidade, tráfico de mulheres, violência

Printscreen do site Somos UFMG com o resultado da busca por "Prostituição"

Apesar destas tentativas, a estratégia que se mostrou mais produtiva de localização de projetos de pesquisa e extensão foi por meio do levantamento dos Currículos Lattes. O método será descrito a seguir, mas apresento abaixo os projetos que localizei através deste.

Projetos de pesquisa e extensão

Título	Participantes	Período	Observações
Putas sedução: Pesquisa-ação feminista com prostitutas na Zona de Belo Horizonte	Sandra Azerêdo, diversas alunas e prostitutas	1994-1997	Financiamento: Fundação Mac Arthur. Relatório final (AZERÊDO, 1997b)
Prostituição: trajetória e vida das profissionais do sexo	Emerson Tardieu Pereira Júnior, Eduardo Martins de Lima	1999-2000	Parceria FUMEC, produto: Caderno de Debates Plural "Prostituição: trajetória e vida das profissionais do sexo"
Mulheres da Batalha: Práticas sexuais e a prevenção da AIDS/DST entre profissionais do sexo da zona grande de Belo Horizonte	Mônica Bara Maia, Alessandra Chacham	1999-2000	Parceria MS e Musa
Avaliação de efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo em três regiões brasileiras	Kátia Guimarães, Alessandra Chacham (Coordenadora local – MG), Claudio Santiago Dias Júnior	2000-2001	Financiamento: Banco Mundial. Parceria MS, UnB, Musa. Gerou o manual (BRASIL, 2003)
LEDA: Nas ruas, pela vida	Alessandra Sampaio Chacham, Patrícia Aparecida Santos	2002	Financiamento: MS, CN-DST/AIDS. Parceria Musa.

Título	Participantes	Período	Observações
Dimensões psicopolíticas da prostituição: Um estudo no baixo meretrício de Belo Horizonte	Vanessa Andrade Barros, Letícia Barreto, Marco Aurélio Prado, Mônica Queiroz de Oliveira, Erika Mendonça	2005-2008	Financiamento: CAPES, Fapemig. Pesquisas relacionadas (BARRETO, 2008; OLIVEIRA, 2008)
O cuidado junto às mulheres em situação de prostituição: Processos pedagógicos e transformação social	Fernanda Priscila Alves da Silva	2008-2010	Parceria com PMBH.
Mulheres da zona grande: Negociando identidades, trabalho e território	Juliana Jayme, Alessandra Chacham, Magda Neves	2009-2011	Financiamento: CNPq, Fapemig. Relatório (JAYME; CHACHAM; NEVES, 2011)
Quem vê cara não vê contaminação	Eliana Aparecida Villa, Dalian Cristina Rocha, Mariana Passos, Rose Bonfim, José Manuel Uriol	2010	Parceria com PMBH
“Regulamentando a conduta das meretrices”: Dispositivos pedagógicos para a prática do meretrício em Belo Horizonte (1920-1930)	Andrea Moreno, Lucas Aguiar Pereira	2010-2012	Pesquisa relacionada (PEREIRA, 2012)
Mulheres promotoras de Cidadania: Prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres – Eixo Prostitutas	Claudia Mayorga, Letícia Barreto, André Diniz, Karina Géa, Alessandra Rezende, Lorena Vianna, Maíra Moreira	2010-2012	Financiamento: MEC/SESU/PROEXT. Relatório (REZENDE <i>et al.</i>, 2012). Pesquisas relacionadas (DINIZ, 2013), Doutorado em curso Letícia Barreto
Prostitutas de Belo Horizonte: Vozes de uma experiência subalternizada	Claudia Mayorga, André Diniz, Nilso Costa	2013-2013	Pesquisa relacionada doutorado em curso de André Diniz
Compreendendo o processo saúde e doença de mulheres em situação de prostituição	Eliana Aparecida Villa, Marcia dos Santos Pereira	2014	Parceria PMBH
Diálogos pela liberdade: Prostituição e corporeidade	Eliana Aparecida Villa, José Manuel Lázaro Uriol	2014	Parceria PMBH

2.2.3.2. Análise dos Currículos Lattes

A dificuldade em localizar as informações destas formas fizeram com que eu enfocasse os esforços no levantamento de dados através dos Currículos Lattes das pesquisadoras. Visei mapear quem são as pesquisadoras e professoras que mais se destacam localmente, identifiquei também profissionais, o que ocorre em menor incidência, já que o Lattes é instrumento voltado para a área acadêmica¹⁹. Localizei pessoas que fizeram trabalhos sobre a prostituição em Belo Horizonte, que estão ou estiveram nesta cidade para trabalho de campo ou que atuam profissionalmente na mesma. O levantamento inicial se baseou em informações que eu já possuía sobre as redes, a seguir sendo complementado por uma busca no campo “assunto” do Lattes, por trabalhos com expressões como “prostituição” e “belo horizonte”. A seguir, busquei currículos de pessoas que orientaram ou foram orientadas pelas mesmas, em trabalhos sobre prostituição, o que levou a nomes que ainda não tinha localizado e permitindo vislumbrar redes de relações.

Mantive na análise aquelas que possuem produção relevante para o campo, excluindo currículos de alunas que realizaram apenas um estágio ou iniciação científica na área, mas que não publicaram artigos ou produziram relatórios ou monografias sobre o tema, embora os currículos tenham todos sido analisados. Foram mantidas as orientadoras que orientaram trabalhos sobre o tema em âmbito de mestrado, doutorado, especialização.

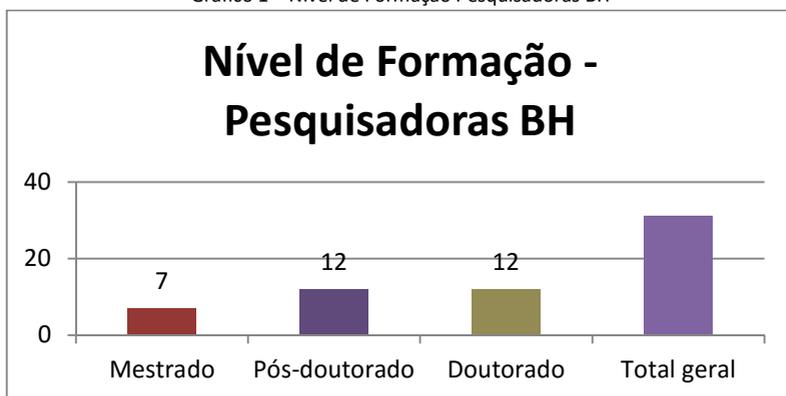
Foi construída uma tabela no Excel para sistematização das informações localizadas nos Lattes, incluindo nome, link para o Lattes, nível de formação, vínculo institucional atual, formação (área, universidade, trabalhos relacionados à prostituição, orientação), projetos de pesquisa e extensão relevantes ao tema, outros contatos com a prostituição. Ao final, obtive o número de 31 Currículos Lattes, conforme listados abaixo:

¹⁹ A plataforma Lattes do CNPq integra bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, havendo se tornado padrão nacional para registro de estudantes e pesquisadoras, sendo utilizada para avaliar e executar financiamento, análises de mérito e de trajetória (CNPQ, 2014).

1. Adriana Gracia Piscitelli
2. Alessandra Sampaio Chacham
3. André Geraldo Ribeiro Diniz
4. Andrea Moreno
5. Andreia Skackauskas Vaz de Mello
6. Antônio Augusto Pereira Prates
7. Carlos Alberto Avila Araújo
8. Claudia Andréa Mayorga Borges
9. Dorotéa Santana de Andrade
10. Eduardo Martins de Lima
11. Eliana Amarante de Mendonça Mendes
12. Eliana Aparecida Villa
13. Fernanda Priscila Alves da Silva
14. Gilmar Bueno dos Santos
15. Juliana Gonzaga Jayme
16. Letícia Cardoso Barreto
17. Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira
18. Luciana Teixeira de Andrade
19. Marco Aurélio Máximo Prado
20. Marina Veiga França
21. Miram Pillar Grossi
22. Mônica Bara Maia
23. Mônica Queiroz de Oliveira
24. Regina de Paula Medeiros
25. Renan Springer de Freitas
26. Roberto Chateaubriand Domingues
27. Rodolfo Gaede Neto
28. Ronaldo Alves da Silva
29. Sandra Maria da Mata Azerêdo
30. Vanessa Andrade de Barros
31. Vitor Lopes Costa

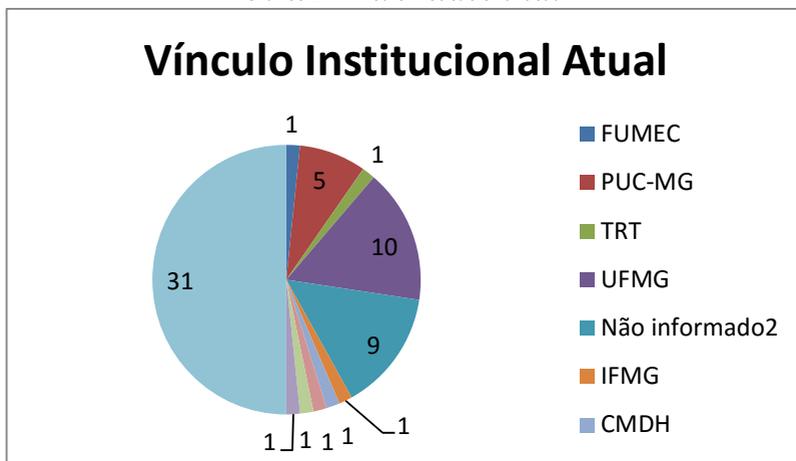
Dentre os currículos Lattes analisados, observei um grande número de pessoas que possuem como nível mais alto de formação doutorado ou pós-doutorado (12 cada), seguidas por mestrado (7), não havendo apenas graduação ou especialização. A ausência de níveis de formação mais baixos indica tanto uma predominância entre os Lattes de currículos de pesquisadoras e pessoas com trajetórias acadêmicas, quando à opção por excluir aquelas que realizaram apenas um trabalho de iniciação científica ou de conclusão de curso, mas que não produziram outros materiais na área.

Gráfico 1 – Nível de Formação Pesquisadoras BH



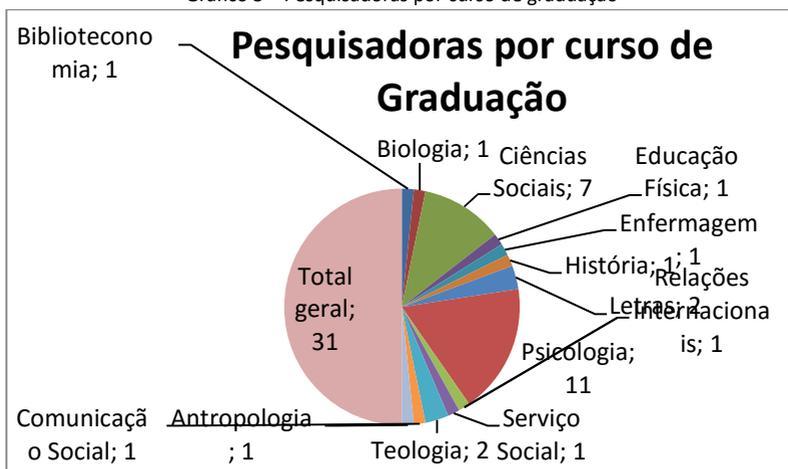
Um número grande de currículos não trazia informações sobre o vínculo institucional atual da pesquisadora (9) e, dentre os que traziam tal informação se destacaram os vínculos na UFMG (10) e PUC Minas (5).

Gráfico 2 – Vínculo institucional atual



Sobre formação das pesquisadoras, há um claro destaque em níveis de graduação, mestrado e doutorado para as áreas de psicologia e ciências sociais. Em relação à graduação, localizamos 11 pessoas formadas em psicologia e 7 em ciências sociais (8, ao se somar também a antropologia).

Gráfico 3 – Pesquisadoras por curso de graduação



Em níveis de mestrado e doutorado, a preponderância da formação em psicologia e áreas das ciências sociais se mantém. No mestrado, há 7 pessoas com formação em psicologia (uma em psicologia social) e 9 nas áreas das ciências sociais (sociologia 5, antropologia social

1, ciências sociais 1, ciência políticas 2). Em nível de doutorado 4 em psicologia (1 em psicologia social) e 9 em ciências sociais (sociologia 2, sociologia e política 2, antropologia cultural e social 2, ciências sociais 3).

Gráfico 4 – Pesquisadoras por curso de Mestrado

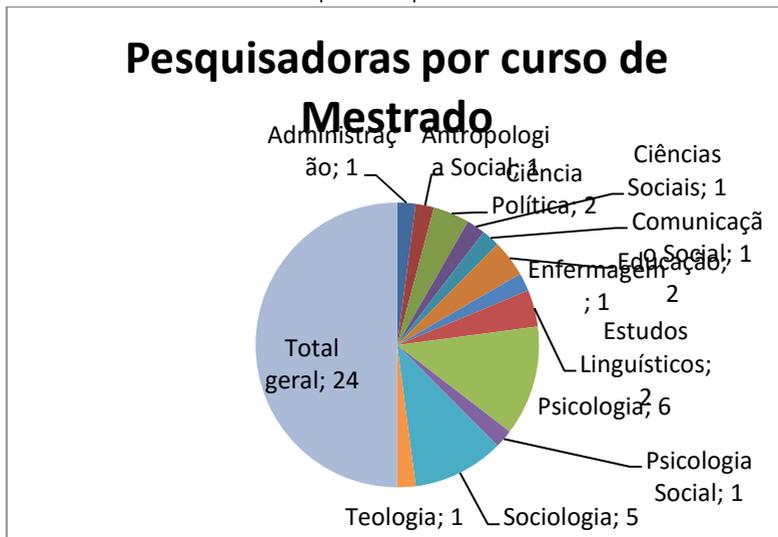
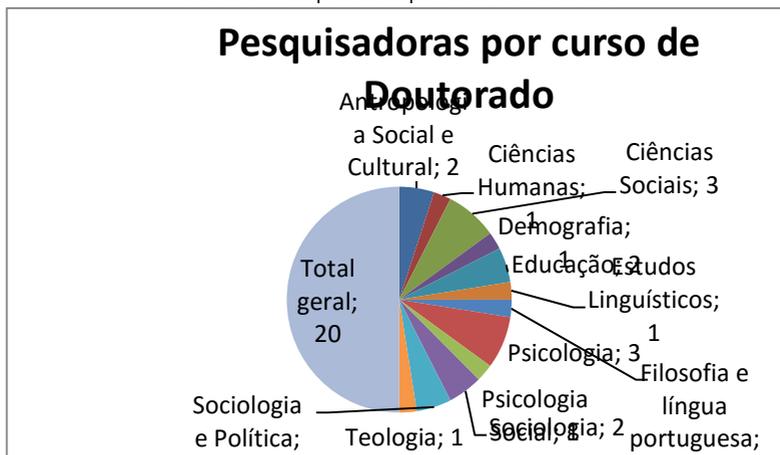


Gráfico 5 – Pesquisadoras por curso de Doutorado



A partir da análise dos Lattes identificamos as seguintes teses de doutorado e dissertações de mestrado com o tema da prostituição e que foram produzidas sobre Belo Horizonte ou por pessoas que atuam na cidade.

Teses e dissertações relacionadas a Belo Horizonte

Título	Autora	Orientadora	Tipo	Data	Financ.
Bordel, bordéis: Negociando identidades	Renan Springer de Freitas	Edmundo Campos Coelho	Dissertação de mestrado	1981-1982	
Aqui te pillo, aqui te mato! La construccion social de las relaciones sexuales em el mundo de la prostitución	Regina de Paula Medeiros	Oriol Romaní	Tese de Doutorado	1993-1997	
O fenômeno social da prostituição: Uma abordagem psicanalítica	Dorotea Santana de Andrade	Sandra Azerêdo	Dissertação de mestrado	1998-2002	CNPq
Otras identidades: Mujeres, Inmigración y prostitución	Claudia Mayorga	Eduardo Crespo Suarez	Tese de doutorado	2000-2007	ATHENA
La basse prostitution dans la zone bohème de Belo Horizonte: Histoires de femmes, histoires de putes	Marina Veiga França	Marie-Elisabeth Handman	Dissertação de mestrado	2005-2006	
Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: O caso da Organização de Prostitutas Davida	Andreia Skackauskas Vaz de Mello	Antônio Augusto Pereira Prates	Dissertação de Mestrado	2005-2007	Fapemig
Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte	Leticia Cardoso Barreto	Marco Aurélio Máximo Prado	Dissertação de Mestrado	2006-2008	
Prostituição e trabalho no baixo meretrício de BH: O trabalho na vida nada fácil	Mônica Queiroz Oliveira	Vanessa Andrade de Barros	Dissertação de mestrado	2006-2008	CAPES
As práticas informacionais das profissionais do sexo da Zona Boêmia de Belo Horizonte	Ronaldo Alves da Silva	Carlos Alberto Ávila Araújo	Dissertação de mestrado	2006-2008	

Título	Autora	Orientadora	Tipo	Data	Financ.
Du refus du feminin a la devastation: les enjeux psychiques de l'acte prostitutionnel	Dorotea Santana de Andrade	Sandra Azerêdo	Tese de doutorado	2006-2011	CAPES
Intérêts, sexualités et affects dans la prostitution populaire: le cas de la zone bohème de Belo Horizonte	Marina Veiga França	Marie-Elisabeth Handman	Tese de Doutorado	2006-2011	
O estilo interativo das profissionais do sexo de Belo Horizonte: Um estudo sobre estratégias linguísticas	Gilmar Bueno dos Santos	Eliana Amarante de Mendonça Mendes	Tese de Doutorado	2007-2011	
Prostituição, Gênero e Direitos: Noções e tensões nas relações entre prostitutas e a Pastoral da Mulher Marginalizada	Andreia Skackauskas Vaz de Mello	Adriana Piscitelli	Tese de Doutorado	2008-2014	CAPES
“No intuito de produzir influência educativa”: delegacia de costumes e a prática do meretrício em Belo Horizonte	Lucas Aguiar Pereira	Andrea Moreno	Dissertação de Mestrado	2010-2012	CNPq
Somos sujeitas políticas de nossa própria história: Prostituição e feminismos em Belo Horizonte	Letícia Cardoso Barreto	Miriam Grossi, Claudia Mayorga	Tese de doutorado	2011	CAPES
Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas	André Geraldo Diniz	Claudia Mayorga	Dissertação de Mestrado	2011-2013	CAPES
Lidando com a violência: A construção e transmissão de	Vitor Lopes Costa	Renan Springer de Freitas	Dissertação de Mestrado	2011-2013	CAPES

Título	Autora	Orientadora	Tipo	Data	Financ.
repertórios de segurança entre prostitutas					
Lutas políticas e (re)invenção de direitos nas periferias do gênero: sobre o ativismo de mulheres prostitutas	André Geraldo Diniz	Claudia Mayorga	Tese de Doutorado	2013-	CAPES

2.2.4. Produções de grupos e entidades

O levantamento de documentos e materiais produzidos por grupos e entidades que realizam trabalho com prostitutas em Belo Horizonte vem sendo realizado desde a minha graduação e, sempre que possível, os mesmos foram coletados e arquivados. Assim, possuo diversos materiais que refletem como se deu a atuação dos mesmos ao longo dos anos. A coleta se deu tanto em momentos em que foram feitas visitas ou entrevistas a grupos e entidades, como durante eventos em que eram distribuídos. Em alguns casos foi feita por mim ou por alguma parceira, como as integrantes do MPC ou outras pesquisadoras e estagiárias. No GAPA-MG, tive acesso a todos os documentos produzidos pelos Projetos Previna e Sem Vergonha – Centro-Oeste no final da década de 1990 e meados dos anos 2000, uma vez que fui estagiária e trabalhei como consultora na instituição. Nas demais, a coleta foi mais esparsa, não abrangendo tanto volume de material.

Ao longo do contato com o campo, priorizei a coleta nas principais entidades e grupos que desempenham trabalho com prostitutas, destacando Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais (GAPA-MG); Pastoral da Mulher (PMBH); Associação dos Amigos da Rua dos Guaicurus (AARG); Vhiver; Coordenação Municipal de DST/AIDS; Associação Lésbica de Minas (ALEM); Associação das Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (APS-BH); Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig). Nestes locais, busquei levantar materiais (panfletos, jornais, adesivos) produzidos pelas entidades em seus trabalhos para ou com prostitutas e identificar projetos e relatórios de pesquisas e intervenções que tenham sido feitas pela entidade ou com o seu apoio. As informações sobre estes grupos então se basearam tanto em entrevistas quanto em leitura de materiais produzidos (incluindo trabalhos científicos) e observações participantes realizadas ao longo

dos anos. Os dados obtidos sobre as ações serão analisados nos capítulos históricos da tese (4, 5 e 6).

2.2.5. Linha do tempo

Como forma de sistematizar as informações, colhidas de fontes diversas e com conteúdo bastante variável, optei por construir um arquivo do Excel que nomeei “Linha do tempo de BH”, auxiliando minha localização no campo. A planilha traz variáveis mais genéricas, possibilitando que possa abarcar todo esse leque de possibilidades, uma vez que seu objetivo não é trazer a totalidade dos dados, mas permitir uma melhor visualização dos mesmos. Assim, as colunas criadas foram as seguintes: ano de início, ano de término (se aplicável), título/nome, autora/responsável, participantes, tipo (dissertação, tese, monografia, artigo, evento, etc.), cidade, local e observações. Nesta tabela, registrei os principais acontecimentos relativos à prostituição, incluindo defesas de trabalhos, produção de artigos, realização de estágios e projetos, fornecimento de entrevistas, manifestações públicas.

Para ampliar a linha do tempo, incluindo questões sobre militância e intervenção em âmbitos não acadêmicos, realizei a leitura de materiais encontrados nas instituições e das entrevistas feitas nas mesmas. Ademais, as informações foram complementadas por diários de campo e textos produzidos pelas alunas do MPC e por mim em diversos momentos. Visei identificar acontecimentos importantes no campo, suas datas, locais, principais envolvidos.

A estratégia se mostrou bastante profícua para a visualização dos fatos e de sua sequência, favorecendo consequentemente o processo analítico. Em virtude disso, optei por iniciar uma linha do tempo mais geral, que incluísse acontecimentos nacionais e internacionais. A linha, ao final, inclui cerca de 400 itens, abarcando dados históricos, publicações, projetos, dentre outros. Ao observar, durante o levantamento bibliográfico, que não havia trabalhos que fizessem um histórico tão amplo do movimento, preferi ter esta linha como base para as análises. Acredito que a organização das informações nesta linha do tempo é também uma importante contribuição para o movimento e demais pessoas que se interessem pelo tema.

A linha do tempo geral foi traçada principalmente através de materiais produzidos pela Davida, tais como o jornal “Beijo da Rua”, e por uma de suas fundadoras, Gabriela Leite, reconhecida nacional e internacionalmente como referência do movimento de prostitutas

brasileiro. No caso de Gabriela, recorri principalmente à leitura de suas colunas no supracitado jornal e também a seus dois livros “Eu, mulher da vida” e “Filha, mãe, avó e puta” (LEITE, 1992, 2009). Em relação ao jornal, me debrucei sobre os exemplares que possuo arquivados na minha casa e também sobre o conteúdo publicado pelo site do mesmo a partir de 2002 (DAVIDA, 2015).

Em termos internacionais, me guiei por publicações como “Sex workers unite: A history of the movement from stonewall to the slutwalks”, de Melinda Chateaufvert (CHATEAUVERT, 2014), professora do Center for African Studies, da Universidade de Pensilvânia, e militante de causas ligadas a sexo, sexualidade, gênero e raça, e também por “Les luttes des putes”, de Thierry Schaffauser (SCHAFFAUSER, 2014), profissional do sexo e militante das causas LGBT e de trabalhadoras do sexo. Consultei também sites de organizações como a Global Network of Sex Work Projects (NSWP) e outras. A opção por focar em fontes produzidas por integrantes do movimento ou por suas aliadas visa trazer como central a voz das pessoas envolvidas nas lutas das prostitutas ao longo dos anos. Ademais, pouco se encontrou de bibliografia acadêmica nacional que tivesse como objetivo a apresentação deste processo histórico.

A partir do levantamento de fatos e dados históricos importantes, construímos uma linha do tempo, que está disponibilizada na aba “Prostituição” do site “Severidade”, permitindo o acesso online e gratuito por todas as pessoas. A linha do tempo foi dividida em seis categorias (*tags*) a saber: Movimento de Prostitutas Mundo, Movimento de Prostitutas Brasil, Movimento de Prostitutas Belo Horizonte, Movimento Feminista, Contexto, Belo Horizonte. O site inclui também uma lista com todas as figuras da tese (BARRETO, 2015).

2.3. Putas e pesquisadoras: Para além da dicotomia

2.3.1. Afinal, o que vocês fazem aqui?

A relação das prostitutas da associação com as “pessoas de fora”, sejam elas estudantes, pesquisadoras ou profissionais, foi mudando ao longo dos tempos. Por vezes se colocando em posição mais subalterna, outras mais autônomas e questionadoras. As pesquisadoras e profissionais também ocupam múltiplos espaços. Neste item, pretendemos analisar as principais formas como se constroem estas relações.

2.3.1.1. Referência técnica

Durante o longo processo de pesquisa, fui me tornando, como Roberto Domingues já era, uma espécie de referência técnica para elas. Assim, costumeiramente me perguntavam o que deveriam fazer, como fazer, como justificar o que tinham feito. Eu tentava não ocupar o lugar de saber, mas ir construindo com elas estas ideias, questionando o que achavam. Aos poucos iam falando, se colocando, sempre ao final perguntando “Não é, não, Letícia?”, tentando, pela minha concordância, validar seus próprios conhecimentos.

No começo estes casos eram muito comuns, mas com o passar do tempo as prostitutas começaram a se portar de forma mais autônoma, fazendo o que consideravam importante, me contando, orgulhosas, o que tinham decidido. Cada vez vai sendo mais frequente reagirem com risadas à nossa reação ou à expectativa frente a mesma “agora você vai ver! O Robertinho vai ficar doido”, “Letícia, você não vai acreditar no que fizemos!”. Nestes casos, não era o meu conhecimento que era passado para elas, mas muito mais o conhecimento delas que passava a ser visto como legítimo e fundamental. Exemplo disso ocorreu quando perguntei a Cidinha sobre o processo de distribuição dos preservativos, quantos eram entregues, em quais situações e etc., dizendo a ela que isso seria fundamental quando fossem tentar pedir financiamentos. Começou a me contar e logo se espantou com o tanto que sabia e com o tanto de trabalho que faziam, passando a prestar bem mais atenção a esses itens e a se orgulhar do trabalho que era feito.

Este lugar de pesquisadora ou profissional e ao mesmo tempo referência técnica pode ser observado em diversas outras cidades. Muitos exemplos podem ser localizados no próprio jornal Beijo da Rua, em que vemos publicados textos de pesquisadoras e profissionais, que também participam de eventos e oferecem assessoria para criação de textos, projetos e ações.

2.3.1.2. Voluntária militante

Quando retomei o trabalho com elas, em 2012, a primeira coisa que perguntaram ao saber da minha bolsa de doutorado foi “quer dizer que agora você recebe para estudar?”. E logo quiseram saber sobre porque eu ganhava com um trabalho com elas. Tivemos uma conversa, em que eu expliquei que aprendia muito com elas e ganhava muita coisa (para além do dinheiro, que era vinculado à universidade e não

exatamente ao tipo de pesquisa), mas disse a elas que precisavam, sim, de pedir mais retorno das pessoas que faziam trabalhos com elas. Comecei a sondar todas as ações em curso, dando exemplos do que podiam pedir em troca e elas logo se interessaram, ao ver que poderiam também fazer demandas e “usar” estas pessoas para conseguir seus objetivos. Embora sempre tenha havido uma relação de troca, em que eu participava ativamente de diversas ações, a partir de agora elas queriam dizer de que tipo de “ajuda” precisavam e de como deveria ser feito, o que era um grande avanço. Podiam pedir que estudantes fornecessem dados, atuassem como voluntárias, realizassem atendimentos, escrevessem releases e, sem dúvidas, começaram cada vez mais a por em práticas suas demandas.

Nos primeiros contatos com a Aprosmig, as integrantes logo dão um jeito de nos encaixar em algum papel. Uma vira assessora de comunicação, outra responsável pela cultura e assim por diante. Além de auxiliarmos nas atividades, é uma forma de garantir nossa presença e de delegar tarefas, embora muitas vezes nos sentíssemos incomodadas, pensando que as mesmas deveriam ser também desempenhadas pelas prostitutas. Ao notarem nosso engajamento, passam a perceber nossa presença como legítima e a abrir portas que estavam anteriormente fechadas (como a possibilidade de participar de atividades, a disponibilidade maior para entrevistas, dentre outras), deixamos de ser pesquisadoras (que as “usam”) e passamos a ser voluntárias, parceiras. Não estamos ali só para ajudá-las, mas elas também nos ajudam, oferecendo oportunidade de participar de um filme, sugerindo pautas para nossas pesquisas, apresentando suas colegas, nos dando conselhos afetivos.

O processo pode ser exemplificado pela participação em atividades promovidas pela Aprosmig, como o Dia da Prostituta (2/6/2012) e o Dia Nacional Sem Preconceito, que incluiu a eleição da Miss Prostituta (29/9/2012), nos quais não apenas participamos, mas distribuímos preservativos, acompanhamos as atividades, escrevemos releases, fizemos contatos, esclarecemos dúvidas, ajudamos a definir pautas e o perfil do evento. Outra forma que encontramos de contribuir com a Aprosmig foi através da criação e atualização da página no Facebook, bem como de acompanhamento e resposta de mensagens. Estas atividades foram fundamentais para ajudar na divulgação da

Associação e suas atividades, contando atualmente com mais de 5.400 pessoas que seguem a página.

Criamos uma marca para a associação, já que a anterior não tinha boa leitura e nem existia o arquivo original. O processo de escolha da logo foi muito interessante. Minha irmã, Alice Barreto, que é designer, fez algumas propostas e levamos para que as prostitutas votassem nas melhores, mas elas se dividiram entre algumas. Cida ficou pensando o que faria e ao final concluiu que deveríamos ir aos hotéis, perguntar para as mulheres e quis saber o que eu achava. Foi muito importante esse movimento, tanto para mostrar para elas quem é a Associação, já que muitas a desconhecem ou sabem apenas que é um local de pegar preservativos, e também de diálogo para além da equipe central da mesma. Durante diversas ações, ocorriam movimentos semelhantes, quando as lideranças nos perguntavam como agir, o que fazer, oportunidades muito ricas para auxiliar no movimento organizativo e também para que pudéssemos compartilhar conhecimentos, visando construir algo novo conjuntamente.

Era comum ouvir uma delas feliz dizendo, ao me ver empenhada em alguma empreitada, “Isso mesmo! Põe a Letícia para trabalhar!”, ao final se mostrando satisfeitas de saber que podiam contar comigo. Outra vez, fiz o Facebook da Aprosmig, junto com a logomarca criada pela Alice, logo Cida já dizia “Agora você vai ser a responsável pela comunicação na Aprosmig”. Às vezes, os interesses pela nossa contribuição chegavam até nossa família e amigos. Cida, muito esperta, sempre perguntava, “e seu pai, faz o que? E sua mãe?”, buscando pensar o que poderiam fazer pela associação.

Entre as muitas tarefas que nos oferecem, ou que nos oferecemos para desempenhar, nos vemos nos tornando efetivas militantes da causa, empenhadas na transformação social. Faz mister ressaltar, contudo, que nossa presença e forte atuação nestes espaços não pode nunca se confundir com um protagonismo no debate, devemos sempre atentar para qual o nosso espaço e quais aqueles lugares de que não devemos participar ou ocupar a linha de frente. A parceria vai se construindo a muitas mãos, mas cada uma de seu devido lugar de fala e de ação.

2.3.1.3. Puta pesquisadora

Uma questão muito interessante que observei durante o doutorado, mas que não era tão presente antes, foi essa maior

participação das mulheres nos rumos da pesquisa. Em diversas situações, as ouvi questionar sobre o que eu ia fazer, como e para que, para em seguida me sugerir temas de pesquisa ou títulos para o meu trabalho. Os temas incluíam: formas de programa, tipos de mulheres prostitutas, relação delas com suas filhas. Em determinado momento, numa reunião entre grupo de pesquisa e prostitutas, ainda no meu mestrado, uma delas perguntava a mim o tempo todo se estava “aprendendo muito com elas”, pergunta que seria feita ainda muitas vezes e que, sem dúvida, é a chave de porque sigo interessada por pesquisar este contexto e estas mulheres. Pareciam notar o quanto aprendia com elas, da importância de divulgar informações e querer dizer do que consideravam mais relevante saber sobre suas realidades, sendo agentes no processo.

Um caso emblemático é da minha relação com Claudia, que já conheço desde a época da graduação e com quem sempre tive longas e prazerosas conversas. Claudia sempre me pergunta o que, afinal, significa fazer doutorado, para que serve, o que ganho com isso. Certo dia, conversando com ela, me disse “já sei o que você precisa estudar!” e sugeri que eu estudasse os diferentes tipos de prostituição, porque cada mulher está ali, como cada uma é diferente da outra; noutro dia me sugeri que estudasse a relação das prostitutas com seus filhos, entrevistando os mesmos e perguntando a eles o que pensavam do trabalho de suas mães (Claudia tem uma filha, de 18 anos, que desde os 11 frequentava a Associação, sabendo do seu trabalho).

Por mais que eu não tenha conseguido por em prática todas suas ideias e sugestões, foi fundamental observar como estavam percebendo a relevância da pesquisa e do nosso papel, como modos de poderem saber mais sobre suas vidas, seu ambiente. Não era mais um objeto de estudo, mas uma sujeita que fazia parte da realidade que estava sendo pensada. Certo dia, Claudia me perguntou do título do meu livro, fruto da dissertação de mestrado, e eu disse que ainda não estava decidido. Pegou um papel, uma caneta e, junto com outras mulheres, começaram a pensar nos possíveis títulos: prazer de momento; satisfação do momento de prazer; ilusão passageira (pois muitas vezes elas e eles se apaixonam); ilusão do momento de prazer; nem tudo é dinheiro; homens para que te quero bem; sexo, amor e ilusão; amor, prazer e sexo. Esse momento foi riquíssimo para conhecer o que pensam de sua própria realidade e para alterar as visões que eu tinha da mesma.

2.3.2. Tecendo redes de solidariedade e de luta

Muitas vezes as pesquisadoras chegam a campo pensando que suas roupas (calças jeans, tênis), marcas de identificação como pesquisadoras (crachás, pranchetas, questionários), seu comportamento (“não sensual”) podem garantir que as pessoas as identificassem como não-prostitutas. Obviamente, visão perpassada por um estereótipo de que haveria um “tipo” de mulher que se prostitui, que não é o delas. Contudo, quando eu ia a campo (e o mesmo se repetia com outras pesquisadoras) me perguntavam quanto era o programa, tentavam me seduzir, me convidavam a trabalhar em algum local, queriam saber o que me levava a estar naquele local específico (se algum desejo obscuro, se vontade de ganhar dinheiro). No caso das bolsistas do MPC, a aluna parda era a mais confundida com prostituta, além de receber mais olhares e convites. Não havia como disfarçar nossos corpos e o interesse por eles, menos ainda havia como nos diferenciarmos visualmente das prostitutas que, como já dito, podem ser mulheres de diferentes “tipos”.

As relações entre pesquisadoras e prostitutas foram se constituindo de formas diversas ao longo do trabalho de campo, sendo permeadas por categorias sociais variáveis, que se interseccionam e produzem formas diversas de ser e de construir as relações. Eu, uma mulher branca, classe média, heterossexual, casada. As quatro bolsistas do MPC são mulheres jovens, de classe média, magras, uma delas parda e as demais brancas. O então mestrando André, um homem jovem, de classe média, homossexual. Cada uma, com sua corporalidade, subjetividade e experiência, se inseriu de forma diferente no campo e estabeleceu tipos específicos de relações.

No meu caso, ser uma mulher jovem, e considerada bonita pelos padrões estéticos vigentes, que sempre tinha a seu redor outras mulheres e homens que se encaixavam no perfil, trazia mais um ingrediente para a relação. Às vezes, éramos percebidas como concorrentes, que estavam ali para aprender sobre o trabalho e “roubar clientes”, e, outras, até mesmo éramos convidadas a fazer um programa ou a trabalhar em um local de prostituição. Os olhares por parte de clientes e frequentadores da zona (gerentes, donos de hotéis, seguranças e outros) eram principalmente de três tipos: um olhar de curiosidade, que indagava “quem é essa menina e o que está fazendo aqui?”; outro de vergonha por estar ali, cabisbaixo; o terceiro era o de

desejo, por vezes insinuantes e até com abordagens do tipo “você trabalha aqui?”, “qual o seu quarto?”, outras mais discretos, disfarçados, como quem não tem certeza se pode ou não olhar.

A relação se tornava mais complexa em uma dupla medida. Se, por um lado, sempre considerei essencial destacar que não pretendia trabalhar ali, era fundamental deixar claro que esta escolha não vinha de um demérito da profissão ou das pessoas que a executam. Era essencial para mim traçar limites, deixando claro que meu interesse era especialmente acadêmico (embora seja inegável que trouxe diversas influências para minha vida pessoal e para minha constituição enquanto sujeita política), por mais que soubesse que o trabalho delas era repleto de lados positivos e negativos, como o meu. Assim, vai se tornando possível ocupar posições menos hierárquicas, em que o que nos separa são limites mais ou menos tênues, mas que não implicam em uma postura de superioridade ou inferioridade.

Um momento específico, em uma cabine erótica, eu estava acompanhada da aluna Alessandra e conversávamos com os donos do bar que funcionava no local, que nos pareceram ser também gerentes. Um deles nos olhou de cima a baixo e disse “Eu vou trazer vocês para trabalhar aqui! Vocês nunca tiveram essa fantasia, não?”. Ficamos desconcertadas, mas disse que, por mais que às vezes possamos pensar nisso, temos outros trabalhos. Pouco depois, em uma entrevista, a dançarina nos disse ter ganhado, na primeira semana, o equivalente à minha bolsa de doutorado e, não posso negar, fiquei pensativa sobre a opção, logo depois retomando o foco da entrevista.

As questões da vida para além daquele contexto da prostituição, dizem respeito também às pesquisadoras e demais colaboradoras. Sendo eu uma mulher que começou o trabalho tendo um namorado, casou, divorciou e hoje está casada novamente, estas questões sempre geravam interesse das prostitutas. Perguntam-me “e o marido?”, “e o namorado?” e, após a resposta, vinha sempre uma série de conselhos e questionamentos “não pode viajar tanto, largando marido assim, ainda mais o seu que não é de se jogar fora”; “seu namorado não liga de você vir aqui, não?”; “ih, essa Letícia é louca, assim vai ficar sem homem! Andando para cima e para baixo na zona”; “oh, você podia ficar com esse aí, ele é bonitinho”; “você precisa arrumar um carioca, eles são mais quentes”; “seu marido novo é legal, ele gostou da gente?”. E se eu as enchia de perguntas e assuntos que eu gostaria de saber mais, elas

faziam o mesmo e assim íamos levando esta relação de troca. Sendo muitas delas mulheres mais velhas que eu, por vezes a relação era quase de um cuidado materno, como ao dizer para um namorado “cuida bem da nossa princesa!”, “não vai fazer nada de errado com ela, estamos de olho!”.

Uma questão interessante é que, por vezes, esperam que nos coloquemos como prostitutas, evidenciando não haver tanta diferença assim entre nossas atitudes e experiências de vida. Exemplo ocorreu quando foram convidadas a participar como figurantes no filme “O homem das multidões”, de Marcelo Gomes e Cao Guimarães, lançado em 2013, e concluíram que deveríamos participar. Contudo, o objetivo dos diretores era contratar mulheres que eram prostitutas e pedi a elas que avisassem que éramos pesquisadoras, ao que uma questionou, dizendo que eu estava sempre com elas, que conhecia o trabalho e que fazia as mesmas coisas que elas, a diferença era só que elas cobravam. Cida ainda comentou que pensava que nossa participação seria uma forma de retribuir pela nossa colaboração, já que seríamos remuneradas.

Neste caso, eu e Karina, bolsista do MPC, fomos diretamente confrontadas com nossos temores de sermos percebidas como prostitutas. Fomos contratadas justamente pelos produtores acharem que éramos prostitutas. Ali não tínhamos roupas compridas ou crachás para nos proteger, pelo contrário, estávamos de calcinha e sutiã, andando em meio a uma quantidade grande de homens (contratados para figurar como clientes) que pensavam sermos prostitutas. A princípio, andar pelos corredores sem roupas foi para mim muito difícil, me sentindo muito incomodada. Tentei agir com o máximo de naturalidade, falando de preços, tentando fingir saber o que fazia, mas me senti absolutamente constrangida. Fiquei a refletir sobre como me sentiria nos hotéis e ao mesmo tempo sobre como aquela situação não representava a realidade.

O que antes se caracterizava como um medo de ser confundida como prostituta, aos poucos vai se transformando, em algumas de nós, numa vontade de que isso aconteça e até mesmo num sentimento de inveja. Bolsistas declararam ter passado a sentir vontade de se hospedar nos hotéis, de realizar programas, afirmando que suas experiências em campo as levaram a repensar suas relações com namorados, percebendo na experiência das prostitutas uma possibilidade maior de

liberdade, experimentação e autonomia do que a delas. Para outras, a prostituição poderia ser meio de garantir uma vida mais tranquila financeiramente para ela e sua filha. Se antes havia um desejo de “ajudar” as prostitutas, agora há uma identificação com essas, algo fundamental ao estabelecimento de laços de solidariedade, que propiciam espaço para a luta conjunta.

O movimento organizado de prostitutas se constitui para as prostitutas como importante espaço de “saída do armário”, com a revelação de sua ocupação, tanto para prostitutas quanto para pesquisadoras, questão fundamental à construção do movimento. Cabe dizer que mesmo as prostitutas que saem do armário, assumindo para alguém sua ocupação, como Eve Sedgwick relata que acontece com homossexuais, acabam precisando constantemente realizar novas saídas, para outros grupos ou pessoas, e esta revelação gera consequências que podem incluir opressões coletivas e institucionais (Sedgwick, 2007). É comum, nos estudos sobre prostituição, que se opte pelo uso de nomes fictícios, salvo no caso das lideranças públicas do movimento (Simões, 2010), uma vez que, para além das discussões éticas tradicionais, muitas ocultam sua atividade das pessoas de seu círculo de relações. Durante a dissertação de mestrado, perguntei a elas o nome que gostariam e em alguns casos, devido a conflitos com a APS-BH, optei por me referir apenas ao cargo ocupado (Barreto, 2008). Hoje em dia, muitas reclamam de não ter seus nomes citados e certas vezes vão à mídia, na esperança de que suas famílias vejam ou falem sobre o assunto, ou reivindicam a inclusão de seus nomes e fotos em materiais diversos.

Uma das prostitutas viveu uma situação difícil com seu filho, que começou a explorá-la, ao descobrir que se prostituía (embora nunca tenha dito isso diretamente a ela). Certo dia ela o confrontou: “você está fazendo isso porque descobriu o que eu faço, né, pois pode parar, não interessa a ninguém”. Pegou a dissertação que foi escrita com base em sua história de vida, por Mônica Siqueira, então aluna do Mestrado em Psicologia da UFMG, e dizia “você deveria ler esse livro, para me conhecer melhor, saber quem eu sou. Tem muita coisa aqui que você não sabe, que devia aprender”; “você não tem nem segundo grau e deveria reparar quem são as pessoas ao meu lado, que fazem parte da minha vida, são doutores, pessoas importantes”.

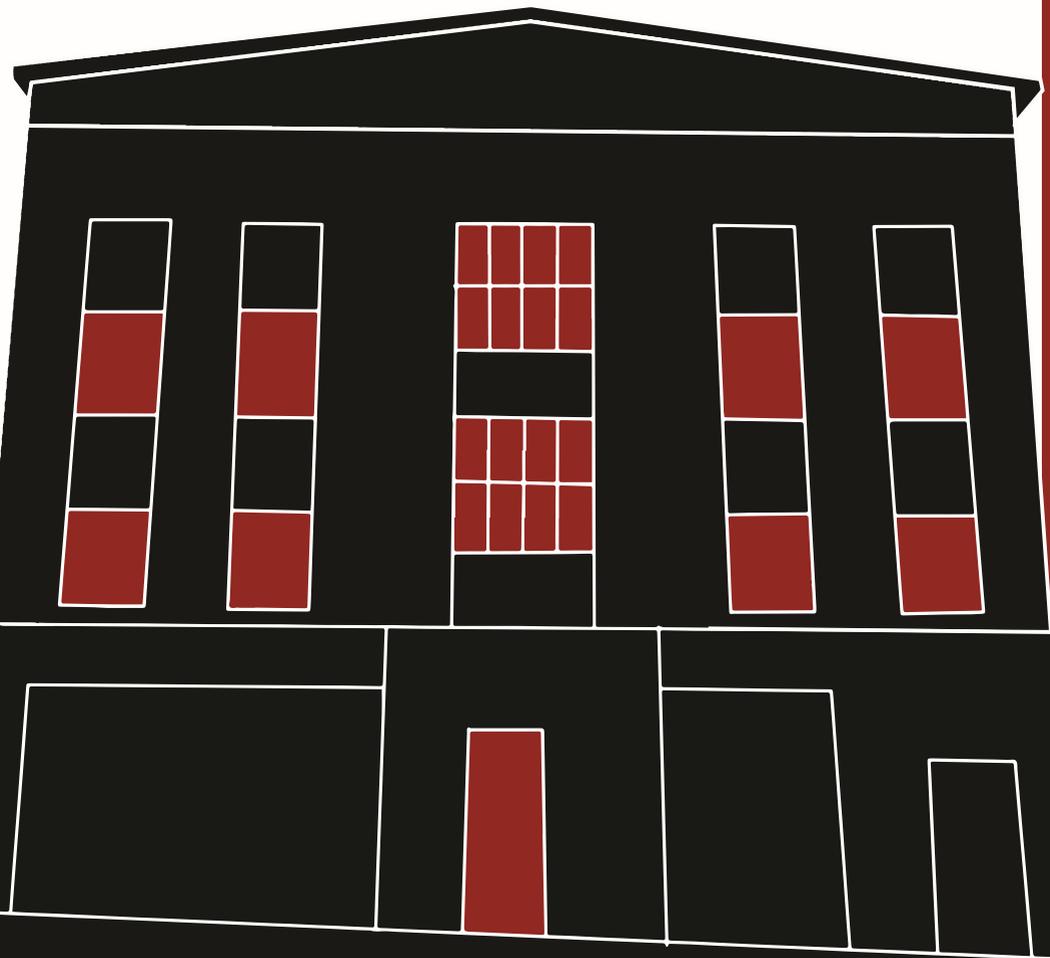
Algumas delas, que antes se escondiam, passaram a dar entrevistas citando seu nome e sobrenome, tirando fotos, o que nos mostra que há uma mudança da própria forma de se perceber e às suas relações, através da participação no movimento e do contato com as pesquisadoras. O nome se apresenta como mais do que uma forma de identificação, mas até mesmo de troca na relação pesquisadora-pesquisada que confere atributos de empoderamento e de manejo do estigma às sujeitas.

Outra coisa que observei é que, além do nome, as mulheres têm trazido mais seus filhos para os ambientes da Aprosmig, o que também indica uma busca por sair do armário. As filhas e filhos são uma constante nos ambientes de prostituição, estão presentes em espaços (como a sede da associação ou festas), em fotos, nos temas das conversas. Quando Cidinha ganhou uma neta, a levou, junto da mãe, para que todas a conhecessem, recebendo visitas e presentes. Laura, Claudia e Cida contam, com orgulho, as histórias de sucesso de suas crias, uma fazendo mestrado, outras se inserindo no mercado de trabalho. Laura, já imagina que, com a notoriedade conseguida na mídia, sua filha não mais tenha dúvidas do que faz, não sentindo necessidade de se esconder. As histórias das filhas fazem parte do cotidiano das prostitutas, mas trazem também um caráter de que “valeu a pena” seu trabalho, sua “batalha”. Marina França conta que grande parte dos ganhos destas mulheres é investido na educação de sua prole ou para melhorar seu nível de vida (FRANÇA, 2011b).

O meu contato e de outras pesquisadoras com as prostitutas sempre foi interessante por esta troca incessante, em que aprendíamos e ensinávamos o tempo todo. Em um Dia Internacional das Prostitutas, ocorrido em 2006, fizemos um levantamento sobre a história da Aprosmig e, ao mesmo tempo, contamos para elas um pouco da história do movimento em nível internacional. Enquanto íamos recolhendo peças do quebra-cabeça, elas iam se surpreendendo com o fato de a comemoração remeter a um acontecimento na França (“que chique!”) e de acontecer a nível internacional.

Algo que sempre me encantou foi o caráter descontraído das “contações de caso”, especialmente quando são sobre programas e clientes. Todas nós rimos, nos divertimos, como antigas amigas. Consolos, tamanho do pênis dos clientes, tipos de programas que pedem, os casos da zona antigamente, tudo é motivo para uma boa

risada. E, neste clima gostoso, frequentemente podemos ver mais de perto este lado divertido e cheio de amizade que perpassa a zona, por mais que haja clientes chatos ou violentos e que o trabalho não seja nem sempre prazeroso. O contato com as amigas e o saber fazer, somados à naturalidade com que se fala sobre sexo e prazeres, mostram um lado que fica escondido para aquelas pessoas que fazem pesquisas breves em busca de histórias tristes ou de superação e que não passam ali seu tempo, nos quartos, bares, restaurantes e ruas do local, conversando sobre nada, sobre tudo e se deixando levar. E são estes momentos e estas trocas que me fazem pensar que o contato com a prostituição para pesquisa ou intervenção precisa envolver uma dedicação e muitas conversas e trocas para que se consiga produzir relações menos hierárquicas e conhecimentos menos enviesados.



3. Fragmentos do comércio do sexo em Belo Horizonte

A emergência das prostitutas como sujeitas políticas em Belo Horizonte pode ser relacionada a um conjunto de acontecimentos, ações, projetos, pesquisas. A procura dos espaços de prostituição para fins de instaurar projetos de cunho religioso, de prevenção de DST/AIDS, de estágio ou pesquisa; o interesse do poder público por alterar as configurações de regiões de prostituição ou de políticas de se aliar às prostitutas em suas lutas; a curiosidade da mídia, do público em geral, de artistas; a redemocratização do País; os confrontos com a polícia; as relações entre as próprias prostitutas e com as pessoas de seu cotidiano; tudo isso contribui para a forma como emergem essas sujeitas e como se configuram suas lutas.

Esta variedade pode ser observada ao tomarmos o contexto da cidade de Belo Horizonte, que inclui hotéis de prostituição, ruas, casas de massagem, boates, cabines eróticas, cinemas eróticos. Apesar desta diversidade, uma área, conhecida como “Guaicurus”, se destaca em termos de prostituição feminina, especialmente cis, seja por possuir traços que a diferenciam de outras áreas de prostituição no Brasil, seja por concentrar um volume grande de prostitutas (o que facilita a execução de trabalhos como distribuição de preservativos), seja por ser foco de ações do poder público local ou ainda por ser o lugar de origem e atuação de movimentos de prostitutas que emergiram na cidade. Boa parte do que se produz de conhecimento sobre prostituição em Belo Horizonte, de alguma forma, inclui um contato com a Guaicurus, motivo pelo qual optei por me ater à descrição mais detalhada desta área e do meu contato com este campo.

3.1. A Guaicurus

3.1.1. Breve histórico

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira, em “‘No intuito de produzir influência educativa’: delegacia de costumes e a prática do meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930)”, se debruça sobre o projeto de modernidade da capital mineira e o papel da polícia e da prostituição neste processo. O autor enfatiza que a Polícia de Costumes e depois a Delegacia de Costumes foram atrizes no projeto de policiamento moral, que incluía um projeto pedagógico para as prostitutas. A região se constituiu como área de prostituição após intervenções de caráter regulamentarista do poder público, na década

de 1950, que visavam manter a prostituição em uma área concentrada (o que facilita o controle e fiscalização) e ocupar esta área central, que tinha se tornado desvalorizada.

Quando a Guaicurus surgiu, e durante seus primeiros anos, era considerada o centro da vida boêmia na Capital, procurada por intelectuais nos fins de noite, incluindo pessoas ilustres, como Juscelino Kubitschek (no momento prefeito da Capital) e o músico Noel Rosa (ROSA; ASSUNÇÃO, 2007). O fascínio que era despertado pela Guaicurus nos anos 1960 pode ser visto ainda na obra *Hilda Furacão*, de Roberto Drummond (1991), que posteriormente deu origem à minissérie de mesmo nome, escrita por Glória Perez e exibida pela Rede Globo, em 1998. Nestas obras, a personagem principal, cuja história mistura ficção e realidade, é uma mulher que troca sua vida como integrante da tradicional família mineira pelo quarto 304 do Hotel Maravilhoso.

Na década de 1980, com a extinção da Praça Vaz de Melo e a construção de um viaduto, o local atrai mulheres que trabalhavam anteriormente na região do Bonfim, como nos relata Regina Medeiros (2001). Contudo, ao longo dos anos foi perdendo prestígio, se tornando frequentada prioritariamente por prostitutas e clientes das classes médias e populares. Relatos de pesquisas indicam que o funcionamento dos hotéis não sofreu grandes alterações ao longo dos anos, de forma que nos ateremos às características²⁰ mais gerais e àqueles pontos que trazem mudanças.

O fato de diversos dos hotéis terem sido construídos em momentos históricos semelhantes é evidenciado por sua proximidade física e pelas similaridades que apresentam em termos de estrutura e de estética. São construções de dois a quatro andares, cujo primeiro é costumeiramente ocupado por outras atividades, vinculadas de forma direta ou indireta ao comércio do sexo (lanchonetes, cabines eróticas, sex shops, estacionamentos) ou sem relação clara (lojas de embalagens). Seu interior possui diversos quartos, que podem ou não incluir

²⁰ Para descrições mais detalhadas, recorrer aos trabalhos de Sandra Azerêdo, Letícia Barreto, Alessandra Chacham, Mônica Bara Maia, Juliana Jayme, Marina França e Renan Freitas (AZERÊDO, 1997b; BARRETO, 2008; CHACHAM, ALESSANDRA SAMPAIO; MAIA; ALVARENGA, 2000; FRANÇA, 2011a; FREITAS, 1985)

instalações sanitárias, totalizando cerca de 60 por edificação. As fachadas, que remontam em sua maioria às décadas de 50, 60, muitas vezes se encontram carecendo de pintura ou reforma, evidenciando o descaso com o tradicional ponto da cidade, como podemos observar nas fotografias abaixo.



Fotos dos Hotéis da Guaicurus (Tiradas por Letícia Barreto, em Belo Horizonte, 11/2012)

A área concentrada em que se estabelecem os hotéis e a sua proximidade com outros tipos de comércio do sexo podem ser observadas no mapa que construí. São cerca de 20 hotéis, todavia esta quantidade é constantemente alterada, pelo surgimento de novos empreendimentos e fechamento de antigos, por questões financeiras, por terem seus alvarás de funcionamento cassados ou outros motivos. O nome dado ao local remete a uma de suas ruas, mas abrange especialmente um conjunto de quatro quarteirões do hipercentro da Capital, como se pode ver no mapa abaixo, de minha autoria, e que atualiza a versão publicada na dissertação de mestrado.



Mapeamento de áreas de prostituição na região da Guaicurus (Realizado por Letícia Barreto, atualizado em 2014)

3.1.2. Os hotéis e o poder público

Sua ilegalidade é associada a uma tolerância do poder público para com sua existência e as intervenções ocorrem em momentos em que se busca fechar os hotéis por interesses políticos e outros, como a realização da Copa do Mundo de futebol. Marlene Teixeira Rodrigues (2004) destaca que quando o Código Penal tipifica atividades correlatas à prostituição como crime, atribui ao sistema de justiça criminal e à polícia (ao buscar “manter a ordem pública”) papel destacado na lida com a mesma. A ausência de definição acarreta que a polícia oriente suas ações por questões morais e é comum que atribua às prostitutas o lugar de vítima da exploração; em outros momentos, pode utilizar

determinações do capítulo “Do ultraje ao pudor público” (BRASIL, 1940) para condenar atos obscenos e apreender prostitutas. A autora destaca ainda que a presença da polícia nestes contextos é por vezes violenta, o que tem ocasionado ações de luta do movimento organizado de prostitutas desde seus primórdios. Enfatiza que a criminalização do entorno da prostituição coloca o sistema de justiça criminal, em especial a polícia, no centro do enfrentamento à questão, cabendo a ela a manutenção da ordem pública. Ao se penalizar o atentado ao pudor, embora não se especifique a prostituição, esta é atingida, sendo uma das estratégias utilizadas para apreender trabalhadoras, sendo a criminalização das demais atividades outra forma de penalização e cerceamento da atividade (RODRIGUES, 2004).

Por serem ilegais²¹, a maioria dos hotéis consegue alvará de funcionamento alegando ser hotel de alta rotatividade ou pensão, mas é amplamente conhecido pela população e pelo poder público que são locais em que ocorre prostituição. Os donos dos estabelecimentos afirmam alugar os quartos, sem relação com o que ocorre dentro deles, de maneira semelhante ao que acontece em diversos hotéis de luxo, alegando não serem hotéis de prostituição. Em suas entrevistas com donos e gerentes dos hotéis, Marina França destacou que as intervenções mais frequentes no local são realizadas por bombeiros, que exigem adequação a normas de segurança. A prefeitura também comparece para analisar regularmente as licenças de funcionamento e sanitárias, tendo, em 2009, anulado todas as de funcionamento, o que foi posteriormente negado pelo juiz que analisou o caso (FRANÇA, 2011b)

Em BH, como em outras cidades, a polícia interfere em casos em que é chamada, como quando o cliente não quer pagar o programa (CHACHAM, ALESSANDRA SAMPAIO; MAIA; ALVARENGA, 2000), ou em batidas em busca de drogas, como destacam Mônica Bara Maia, Giovanni Meirelles, Juliana Gonzaga Jayme, Alessandra Sampaio Chacham e Magda de Almeida Neves (JAYME; CHACHAM; NEVES, 2011).

²¹ No Brasil, todo o entorno da prostituição é criminalizado, incluindo os estabelecimentos, seus proprietários e aquelas pessoas que facilitam a execução da atividade, não sendo penalizadas prostitutas e seus clientes (BRASIL, 1940).

Abaixo vemos trecho de uma entrevista que relata os movimentos de fechamento e abordagem dos hotéis, quando Elaine Matozinhos era delegada, mas ainda não candidata a vereadora.

Eles falam que é batida policial, é para a segurança da mulher. Até a Elaine Matozinhos ser candidata, todo dia a gente ia presa, todo dia, eu já descia logo para não dar problema. Ai a gente chegava lá, eles davam café, eles falavam que faziam isso por segurança. Ai veio a candidatura dela, vocês sabem o que é. Ela deu dentadura, ganhamos identidade, ela ficou conhecendo as mulheres, foi isso que ela fez.

Entrevista de uma prostituta cedida ao Jornal da Rua, produzido pelo Uni-BH (JORNAL DA RUA, 2006)

Recentemente, tenho observado atuações também em busca de casos de tráfico de pessoas, sobre as quais discorrerei mais à frente. Vale destacar que é comum que tais ações fiscalizatórias, ou de operações por parte da polícia, sejam executadas pela Delegacia Especializada de Crimes contra as Mulheres (DEAM). Outro ponto a ser ressaltado é que há momentos em que a polícia é acionada por casos de violência, especialmente estupros, mas se nega a agir, por acreditar que “puta não pode ser estuprada” ou que devem procurar a delegacia comum. Temos ainda casos de assassinatos ocorridos dentro dos hotéis, mas que não foram devidamente investigados ou tornados públicos. Com isso, destacamos que, apesar de ser uma presença frequente no local, nem sempre a frequência se dá em benefício das prostitutas.

Os casos de violência e agressão na região da Guaicurus não são tão constantes quanto acreditam abolicionistas ou pessoas que não possuem contato com a prostituição, e prostitutas dizem com frequência terem ouvido falar, saberem de alguém que já sofreu ou, o mais comum, dizerem de casos em que clientes não quiseram pagar ou usar a camisinha, gerando embates. Os casos de violência são costumeiramente associados à relação com os intermediários, donos ou gerentes de hotéis, que impedem a saída daquela que não pagou a diária ou ainda colocam drogas em seus quartos, para que sejam levadas presas. Apesar da violência não predominar no local, são assustadores

os casos de assassinatos que ocorrem. A impressão que se tem é que, quando há violência, esta já chega na sua forma máxima e mais cruel.

Ao longo destes dez anos, acompanhei mais de perto dois casos de assassinatos de prostitutas, embora tenham ocorrido outros. Ambos foram cometidos por pessoas que não eram clientes, mas, como as mulheres costumam chamar, “homens de corredor”, que não tinham uma relação com a prostituta ou um motivo para matá-la, mas parecem ter ali uma oportunidade de cometer o crime de forma rápida, imperceptível, que choque pouco a sociedade, muitas vezes não sendo investigados ou julgados. Weitzer destaca que as prostitutas que trabalham nas ruas e na ilegalidade são mais suscetíveis à violência (WEITZER, 2012).

Em um dos casos que acompanhei, a dona do hotel impediu que a porta do quarto fosse arrombada, ao ouvirem os gritos, “para não estragar a porta”; uma prostituta comentava: “a gente vale menos do que uma porta”. Por vezes os casos chegam à mídia, e até mesmo os criminosos são presos, mas o mais comum é a pouca visibilidade e inclusive justificativas que tentam culpar a vítima, argumentando que não pagava diária, que era brava, que brigava com cliente. Certa vez, escutei de uma integrante da Aprosmig “estão matando umas meninas ali”, num tom quase que de desinteresse, evidenciando que, para elas, esta também não era uma questão tão chocante ou importante assim, o que me deixou bastante impressionada. Num outro caso, só se localizou a mulher ferida horas depois, quando ela ainda conseguiu dizer que “não foi um homem com quem fez programa”, o criminoso levou sua bolsa e documentos.

3.1.3. Organização do trabalho nos hotéis

A inserção das prostitutas na Guaicurus, assim como em outras áreas, também pode ser fluida. Para trabalhar nos hotéis, é necessário ser maior de idade e realizar o pagamento da diária. Alugam quartos fixos, que serão usados apenas por elas (quando pagam duas diárias) ou por elas durante um dos períodos e por outras no outro (quando pagam apenas uma). Nestes casos, é comum que morem no hotel ou durmam no mesmo durante dias da semana e que deixem seus pertences no estabelecimento. Embora o pagamento seja feito por dia, não havendo um valor mensal ou semanal, a reserva do quarto pode fazer com que tenham que trabalhar todos os dias, sem folga (ou pagar pelo quarto sem trabalhar), o que gera muitas reclamações. As que optam por

frequentar o local de forma esporádica, ou não desejam se comprometer com um mesmo hotel, ou todos os dias da semana, pagam a diária por dia que usarem. A procura destas mulheres é grande em períodos como o começo do mês (quando há maior presença de clientes), em que muitas ficam na sala da gerência aguardando a liberação de uma chave.

As que alugam o quarto e nele residem normalmente são aquelas que vêm de outros estados, frequentemente de São Paulo, mas também do Rio de Janeiro, Espírito Santo e outros, ou do interior de Minas. Muitas passam temporadas nos hotéis, que podem ser de duas semanas ou até de meses, e depois retornam para suas casas. Nestes casos, podem ocultar a atividade dos familiares e também ganhar bastante dinheiro em um espaço de tempo e depois descansar ou trabalhar com outras atividades. Há aquelas que, inclusive, vêm de suas cidades com parentes, como irmã ou mãe, para executarem, juntas, a prostituição. Há ainda as que residem na região metropolitana de Belo Horizonte, por vezes retornando para suas casas nos fins de semana. Abaixo vemos imagens típicas de um quarto em que a prostituta reside e o decora de acordo com seu gosto e também com as práticas que realiza.



Fotografias de quarto de hotel da exposição “Hotel Esplêndido”, de Laura Fonseca (2015)

O “programa”, definido por Renan Springer de Freitas como unidade elementar da atividade da profissional do sexo, é negociado entre cliente e prostitutas, discutindo-se as práticas que serão realizadas, o preço e o tempo (Freitas, 1985). Os valores e quantidades de programas podem ser bem variáveis. Os típicos custam entre 10 e 30 reais, de acordo com o hotel em que estão sendo realizados (o Brilhante, por exemplo, é famoso por ter prostitutas que são mais jovens e “adequadas” aos padrões de beleza vigentes, sendo mais caro), embora nem todos estabeleçam um valor a ser cobrado e haja aqueles que afixam cartazes na parede que indicam o mesmo. Incluem, em geral, “três posições [sexuais] e uma chupadinha”. O tempo para a realização é curto, cerca de 5 a dez minutos, embora não seja explicitado, visando sua redução (Freitas, 1985). Fazem entre 1 e 60 programas por dia, normalmente variando entre 10 e 20.

A despeito destes parâmetros, o comércio do sexo possui variabilidades em todos estes quesitos. Embora o preço seja

normalmente baixo para um “homem de corredor” (que frequenta ocasionalmente o lugar e não se fideliza com uma mulher), o “cliente fixo” muitas vezes paga somas bem maiores (havendo relatos de até 27 mil reais), por vezes incluindo gastos da prostituta com suas despesas domésticas, presentes ou ajudas. Pode ocorrer de uma mulher mais velha, que possui clientes antigos, receber somas maiores de dinheiro do que as mais jovens, o que ocorre também quando a procura é por alguém “mais experiente”. França aponta que, nos casos de fidelização de clientes, as prostitutas podem buscar agradá-los mais e afirmar receber deles uma ajuda (França, 2011). Os clientes que preferem práticas não tradicionais, como o sexo anal ou o sadomasoquismo, também pagam taxas mais altas. Há ainda formas que as mulheres utilizam para aumentar seus rendimentos, mesmo que não executando práticas que consideram desagradáveis ou que não realizam com clientes. Um exemplo é o sexo anal, em que há diversos relatos de que utilizam estratégias diversas para simular a prática, enquanto realizam o sexo vaginal (o “cu ladrão”), por vezes o cliente inclusive sabendo que está sendo “enganado”.

O tempo pode ser flexibilizado, fundamentalmente com os clientes fixos, mas também quando isso é tema da negociação do programa. O mais comum é a realização dos programas no próprio hotel, mas há casos em que são executados em motéis ou que incluem passeios a restaurantes, boates, ou outros, o que acarreta negociações de tempo e de preço.

3.1.4. Características dos hotéis

É comum que os hotéis sejam hierarquizados pelas nativas (prostitutas, clientes, gerentes, donos) que afirmam que “a partir do Brilhante, o nível só piora”, chegando até o que era chamado de “Castelo das Bruxas” (Imperial), demonstrando que há uma relação inclusive espacial entre eles. Marina França destaca que esta hierarquia determina que os “melhores” sejam também os mais caros, onde estão as mulheres mais jovens e “bonitas”, os clientes mais novos e de classes mais altas; nos “piores” estão os programas mais baratos, as mulheres mais velhas e que atendem menos aos padrões estéticos predominantes, os clientes mais velhos e de classes populares, muitos dos quais são seus antigos clientes. Os “mais caros” possuem mais mulheres brancas, de outros locais do País, enquanto nos mais desvalorizados há quantidade relevante de mulheres de mais de 40

anos, mulatas e negras, embora a questão de raça ganhe destaque quase exclusivo quando se pensa nas diferenças entre os hotéis, ficando obscura em outras situações (França, 2011). Por mais que seja um aspecto relevante, não podemos separar de maneira estanque os hotéis de acordo com estas características, que podem se mesclar.

Os hotéis considerados “melhores” têm uma maior preocupação com o ambiente físico, que é mais bem cuidado, por vezes com revestimentos de materiais nobres, como mármore, as camas podem ser de madeira, assim como os amplos armários, há a presença de banheiro nos quartos. Alguns quartos são escuros (podendo haver pesadas cortinas de tecido), com luzes coloridas, mas são menos frequentes os que tenham exposição de material erótico, sendo que existem quartos que parecem de hotéis “comuns”. Nos tidos como “piores”, paredes pintadas, costumeiramente em estado ruim de conservação, camas de alvenaria, há apenas uma privada, que pode ser separada por uma meia parede, pequenos armários para os pertences essenciais, janelas pintadas para escurecer o ambiente, eventualmente cobertas por cortinas finas de chita. É mais comum a exposição de uma coleção de aparatos eróticos, como “consolos”, filmes, fotos, revistas e até mesmo preço por cada tipo de prática. A equipe do projeto “Mulheres da Zona Grande: negociando identidade, trabalho e território”, coordenado por Juliana Jayme e desenvolvido por uma equipe da PUC Minas, destaca que há ainda diferenças com relação ao valor que as prostitutas cobram pelo programa nos diferentes tipos de hotéis (Jayme et al., 2011)

É variável o que é incluído no valor da diária (valor pago para o uso do quarto por um período de 8 ou 16 horas, de acordo com o hotel, o andar e o horário, mas geralmente entre 60 e 110 reais), sendo constante que se cobre por fora o aluguel de lençóis, aparelhos de som, toalhas, e a venda de preservativos, papel higiênico, lingerie. Alguns possuem faxineiras, que limpam os quartos; em outros, cada prostituta se ocupa dessa tarefa, principalmente nos hotéis “piores”. Estes gastos são fixos e não vinculados à quantidade de programas executado por cada prostituta. Atingido o valor combinado, tudo que a prostituta ganhar será seu, não devendo oferecer uma parcela aos hotéis.

A diária é uma questão de embate entre prostitutas e gerentes e donos de hotéis. Muitas argumentam que o valor é alto demais, o que dificulta seus ganhos, e que deveria haver exceções, como não cobrar no dia em que está menstruada ou no domingo, ou haver diferença de

valores entre o início e o final do mês (período em que conseguem menos clientes). Algumas acham que esta deveria ser uma das lutas da Aprosmig, frequentemente as que se envolvem pouco em suas atividades, embora outras destaquem que isso é impossível, pela relação de controle que os donos mantêm. Percebemos aqui as vantagens que poderia haver de uma descriminalização da atividade, com a fiscalização tanto da qualidade e salubridade dos hotéis, quanto dos ganhos de seus proprietários e gerentes. Outras, principalmente as mais novas (que costumam fazer mais programas por dia, chegando até a cerca de 50) e as que se prostituem em outros locais e cidades, consideram que é um aspecto positivo a existência da diária, pois não perdem dinheiro a cada programa, mas apenas nos primeiros.

Cada hotel possui um dono e um gerente ou dois, que variam de turno. O dono é pouco frequente no local, muitas vezes sendo desconhecido da maioria das pessoas, embora se saiba que alguns são políticos ou “figurões” locais; para outros, o hotel é uma herança de família, que pretendem deixar para seus filhos (nesses casos, muitas vezes herdaram de mulheres). A relação das prostitutas corriqueiramente se dá diretamente com os gerentes, que cobram as diárias e fiscalizam o local. Pesquisadoras e outras “frequentadoras”, como nomeia Maria Aparecida Moraes (MORAES, 1996), fora os clientes, também precisam da liberação desses para fazer visitas. Há ainda seguranças, porteiros e bares nos hotéis. É através destes porteiros, que ficam assentados na entrada dos hotéis, ao lado das íngremes escadas, que conseguimos identificar que ali funciona um local de prostituição (Barreto, 2008).

Os hotéis “melhores” são também considerados piores para trabalhar, nos quais algumas mulheres alegam que são mais exploradas. É frequente que não consigamos fazer distribuição de material ou realizar entrevistas nestes locais, o que nunca ocorre nos “piores”. Ao chegar, temos que aguardar o gerente na porta e ele vai ao nosso encontro, querendo saber o que faremos, com qual objetivo e, mesmo com hora marcada para conversar com alguém, são constantes os impedimentos à nossa entrada. As prostitutas destes hotéis são as que menos participam das associações e atividades voltadas para as prostitutas, muitas vezes não frequentando a entidade nem mesmo para pegar preservativo. Já as dos “piores” relatam melhores relações com os gerentes, mais autonomia e muitas vezes são as que participam mais

ativamente das atividades da Associação e de outros grupos, principalmente as mais velhas, que já veem sua inserção na prostituição como algo mais duradouro.

Durante o projeto do MPC, a nossa subjetividade de pesquisadoras se fazia presente na escolha dos lugares a pesquisar. Cada uma se sentia melhor em um determinado hotel ou conversando com uma mulher. Eu gosto de ir àqueles em que conheço as mulheres já de longa data, sempre começando pela visita aos quartos delas. Chego, converso, fico ali um tempo e depois prossigo o trabalho de campo. Já Alessandra, preferia o hotel em que conhecia o dono e o gerente, sendo que o segundo a apresentava para as mulheres. Por outro lado, André afirma preferir ir no horário noturno, quando o clima lhe atrai mais. Se eu e Alessandra íamos aos hotéis tidos como “piores”, André costumava frequentar os “melhores”. Uma das bolsistas, que acabou por desistir antes do término do projeto, se declarava sempre pouco a vontade; o único dia em que se sentiu bem foi com a mudança do tráfego da avenida Santos Dumont para a Guaicurus, inclusive os pontos de ônibus. A mudança desagradou mulheres e clientes, que se viram muito expostos, mas agradou à bolsista, que viu a presença de senhoras e crianças e se sentiu menos distante dos ambientes que costuma frequentar.

3.2. As cabines eróticas

As cabines eróticas, duas delas mostradas no mapa dos hotéis, já existiam na época do meu mestrado, mas eu nunca as havia frequentado. Em uma, em pequenas cabines, de cerca de dois metros quadrados, as mulheres fazem *strip-tease*, recebendo pelo tempo que dura o *strip*; na outra mostrada no mapa, o trabalho é desenvolvido por homens. Pode haver um vidro delimitando a área de quem assiste. As mulheres aguardam os clientes na frente das cabines, normalmente usando lingerie ou saias e shorts curtos. No entorno, música bem alta, ambiente escuro, bar, pessoas que conversam. Num dos empreendimentos que visitamos, havia 8 cabines de *strip*.

As mulheres alugam a cabine, por uma diária de cerca de 50 reais, por um turno de oito horas que pode ser “dobrado”, como nos hotéis, embora não haja possibilidade de pernoite. Apesar da área extremamente pequena, é comum a realização de programas dentro das cabines, pelos quais recebem valores variáveis: uma afirmou cobrar 10 reais para o cliente que quiser “passar a mão” e 30 ou 50 para os que querem sexo. Mesmo entre as que fazem programa, há casos em que

apenas dançam. As mulheres das cabines parecem mais com as dos hotéis “melhores”, tendo tipos físicos adequados aos padrões de beleza e sendo jovens (menos de 25 anos). O preço do *strip* é de 40 reais, por 15 minutos, e de 50 reais, por 30. Lá também são comuns os clientes que dão presentes ou “ajudas”, podendo extrapolar o valor médio do programa, chegando até a 800 reais. Às vezes, as mulheres fazem programas juntas, cobrando os valores separadamente.



Cabine erótica na Rua Guaicurus (Foto tirada por Letícia Cardoso Barreto, em Belo Horizonte, em novembro de 2012)

3.3. Prostituição em ruas

A prostituição nas ruas de Belo Horizonte é separada de acordo com as pessoas que exercem a atividade. Assim, na Avenida Pedro II se encontram quase exclusivamente travestis; atrás do Fórum, garotos de programa; na Praça Rio Branco (da Rodoviária), mulheres; na Avenida Afonso Pena, mulheres e travestis. Fiz poucas abordagens nestes espaços de rua, focando mais na prostituição dentro dos hotéis, portanto, trago aqui características mais gerais.

Cada um desses locais possui suas regras, mas, de maneira geral, o programa é negociado na própria rua, onde as pessoas que se prostituem aguardam, e executado nas suas redondezas, por vezes dentro dos carros, ou em motéis. Com exceção da Praça Rio Branco, a movimentação da prostituição ocorre à noite e durante a madrugada. As pessoas que trabalham em outros locais, ou cujas famílias não sabem da ocupação, optam por chegar mais cedo, por volta de 19 ou 20 horas.

Pode haver cobranças pelo ponto, principalmente entre travestis, o que ocasiona brigas e até mortes na região.

As mulheres que entrevistei na Afonso Pena, relataram fazer programas por valores que variam entre 30 e 200 reais, durando entre 5 minutos (sexo oral) e algumas horas (pernoite); clientes fixos chegam a pagar até 800 reais. Fazem menos programas por dia do que as mulheres da Guaicurus, havendo variações entre 3 e 15. Gilmar Bueno dos Santos, em sua tese “O estilo interativo das profissionais do sexo de Belo Horizonte: um estudo sobre estratégias linguísticas”, destaca que nesta avenida são presentes as chantagens feitas por clientes insatisfeitos, que ameaçam chamar a polícia, se valendo do estigma social associado à prostituição. Por outro lado, informa que as mulheres que lá trabalham consideram que oferece opções de trabalho mais independentes (não tendo que dividir seus ganhos com cafetão ou dono do local) e flexíveis, em termos de horários, valores e práticas (SANTOS, 2011)

Nas ruas, observa-se uma variação menor de tipos físicos, sendo a maior parte das pessoas jovens, com até seus 35 anos, e “bonitas”, de acordo com os padrões estéticos predominantes. Na praça da rodoviária, que, na época do meu mestrado, estava sempre cheia, hoje encontramos poucas mulheres, muitas delas sob o efeito de drogas, aparentando estar ali para sustentar o vício, o que era menos frequente anteriormente.

Um fato que chamou muito a atenção durante o trabalho de campo foram as “meninas que vendem cartões”, na rua Guaicurus. Sempre as tinha visto por lá, em grupinhos de entre cinco e dez meninas jovens, aparentando ser de classe média baixa, todas usando uma mesma camiseta rosa ou azul com uma estampa. Por vezes entravam na associação para usar o banheiro ou para beber água. Tinham nas mãos uns papéis, mas nunca me ofereciam. Estas meninas trabalham vendendo cartões postais para uma “ONG” (coloco entre aspas, por nunca sabermos qual é e nem se efetivamente é uma), para “ajudar a instituição”, bem na porta dos hotéis. Certo dia, uma das prostitutas me contou que as meninas vendem os cartões para os clientes, que às vezes oferecem até para comprar todos se fizerem programa com eles, o que ocorre nos motéis da praça da rodoviária. Há sempre com elas uma mulher que fiscaliza o trabalho, mas que não reclama que façam isso. Uma virou prostituta, trabalha num dos hotéis e foi entrevistada por mim, ela é hoje muito procurada como “a menina do cartão”. O fato de

venderem os cartões nessa localização, e de a fiscal fazer “vista grossa” para os programas, somado à sua juventude, leva a crer que este comércio tem efetivamente como objetivo que se prostitua, sendo a denominação ONG usada como fachada.

3.4. Perfil das prostitutas e de seus clientes

A Guaicurus é uma área tipicamente de prostituição feminina (mulheres cis), que tem como público-alvo os clientes homens cis. Há presença de mulheres trans neste espaço, especialmente travestis, mas se restringem a poucos casos. Contudo, recentemente, foi inaugurado um hotel²², o Rubi, que é ocupado quase exclusivamente por travestis. A escolha por um público-alvo masculino pode ser clarificada pelo impedimento de que mulheres entrem nos hotéis, salvo em casos em que vão trabalhar como prostitutas, visitar alguém (recurso corriqueiramente usado para fazer entrevistas) ou realizar algum tipo de trabalho (prevenção, religioso).

Prostitutas e clientes têm perfis diversos em termos de idade, estatuto civil e área de atuação, embora predominem membros das classes médias e baixas e pessoas pardas. Entre os clientes, é comum que frequentem a região nos intervalos do trabalho, a seguir do seu término ou antes de seu início, sendo bastante grande o fluxo em momentos como o fim da tarde e o horário do almoço. Podem ser “clientes fixos”, aqueles que procuram frequentemente uma mesma mulher, por vezes pagando mais ou estabelecendo relações externas com a mesma (como frequentar sua casa), ou “homens de corredor”, aqueles que não procuram nenhuma pessoa específica, mesmo que estejam presentes no local de forma assídua. Podem ir acompanhados ou sozinhos, para olhar ou para contratar um serviço, ocasional ou regularmente.

Entre as prostitutas, há as que realizam o trabalho na prostituição com exclusividade (apenas na Guaicurus ou incluindo outras áreas), em momentos de necessidade (para pagar uma conta) ou vontade (com um cliente que pague melhor ou para obter prazer), para complementar a

²² A inauguração deste hotel tem relação, provavelmente, com alterações no trânsito local, oriundas da implantação do Move, modalidade de BRT (Bus Rapid Transit), na Avenida Santos Dumont, que era tradicional ponto de travestis que trabalhavam na própria rua, que hoje tem circulação restrita a este meio de transporte.

renda (é comum no caso de atividades pouco remuneradas ou estáveis, como no caso das faxinas), nos intervalos de outras atividades (por desemprego ou férias), quando estão na cidade (a passeio ou se deslocam especificamente para que o façam sem risco de serem descobertas por parentes e família). Por mais que haja um imaginário social e entre as próprias prostitutas de “sair da prostituição”, observo que é extremamente raro que uma mulher o realize por completo, podendo retornar pelos motivos citados acima ou ainda ao término de um relacionamento afetivo (que a sustentava financeiramente ou que era incompatível com sua inserção no comércio do sexo, por vontade dela ou da pessoa com que se relacionava).

Pesquisa realizada no final da década de 1990 por Alessandra Chacham, Mônica Bara Maia e Giovanni Alvarenga (Chacham et al., 2000) destacava o perfil destas prostitutas, afirmando que as mulheres possuíam idade média de 30 anos, eram pardas, solteiras, com baixa escolaridade, a maioria era de Minas Gerais e residia em Belo Horizonte, quase 70% dentro dos hotéis. Outra pesquisa realizada nas ruas e hotéis, publicada no Caderno de Debates Plural, da Universidade Fumec, em volume com o tema “Prostituição: trajetória e vida das profissionais do sexo”, evidenciava nesta década uma média de 1,5 filhos, de início na prostituição aos 22,4 anos (DOS SANTOS JÚNIOR, 1999). Esta pesquisa evidencia ainda uma média de idade maior entre mulheres que trabalham em ruas do centro e zona norte (32) e hotéis da área central (31), ao comparar com demais áreas como saunas, boates e avenidas da zona sul (23). Outro dado interessante é que 66% se declararam solteiras e 20% separadas. Segundo Marina França (2011), tanto mulheres quanto clientes provêm sobremaneira das classes populares.

Algumas pesquisas indicam que haveria cerca de mil mulheres na região (CHACHAM; MAIA; ALVARENGA, 2000; CHACHAM *et al.*, 2009; JAYME; CHACHAM; NEVES, 2011), embora não seja tão simples este cálculo, haja vista que há as que trabalham sempre no local, outras ocasional ou periodicamente. No jornal Cadernos de Cidadania, produzido pela Pastoral da Mulher de Belo Horizonte, a edição comemorativa do Dia internacional da Mulher de 2014 trazia um perfil mais recente das prostitutas. Destacava que, entre as mulheres abrangidas pela organização (fundamentalmente trabalhadoras da região central), 47% têm entre 40-49 anos, 25% na faixa 50-59 e 16% entre 30-39; 47% são pardas, 28% negras e 19% brancas; 63% são

solteiras e 16% divorciadas; e 31% têm Ensino Fundamental II Incompleto (6 ao 9º ano) e 7% Completo, 28% têm o Ensino Fundamental I Completo (1 ao 5º ano) e 7% incompleto. O restante possui Ensino Médio completo (17) ou incompleto (10). Cabe ressaltar a ausência de pessoas que possuem Ensino Superior, o que pode indicar que esta categoria não foi considerada na pesquisa ou que não foi encontrada entre as sujeitas (FELIPE; MATOS; GONÇALVES, 2014).

As nossas 27 entrevistadas possuíam entre 18 e 54 anos, atuavam na prostituição por períodos que variavam entre dias e 35 anos, possuíam entre 0 e 4 filhos (dez delas não possuíam filhos), se declararam heterossexuais, salvo uma que se declarou homossexual e uma “indefinida”, 18 eram solteiras e 5 casadas ou amasiadas. A maioria tinha ensino médio completo (8), mas há as que não estudaram ou que cursaram o ensino superior. A grande maioria se diz religiosa, principalmente católicas (10), havendo 2 que se consideram cristãs, 2 evangélicas e 2 espíritas, 2 acreditam em deus, mas não têm religião, 2 se declaram agnósticas ou sem religião. Com relação à raça, 7 se dizem negras, 7 pardas, 8 brancas, as demais não informaram. 11 são mineiras (5 da região metropolitana de Belo Horizonte), as outras provêm do Mato Grosso do Sul, do Rio de Janeiro (2), da Bahia (2), do Rio Grande do Sul, de São Paulo (2), do Maranhão, de Santa Catarina, do Espírito Santo ou de Goiás, evidenciando que a região atrai pessoas de diferentes áreas do Brasil. Destas, 9 declaram viver em Belo Horizonte, as demais retornam para suas cidades de origem ou outras cidades ou estados, duas não disseram onde residiam.

As mulheres são as mais variadas. Novas, velhas, bonitas, feias, classe baixa, classe média, brancas, negras, gordas, magras, para todos os gostos. Interessante que todas elas, apesar do tipo físico poder não se encaixar nos padrões de beleza esperados, parecem se sentir bem com seu corpo e muito à vontade. Esperam os clientes de camisola, de calcinha e sutiã, ou até sem roupa, em diferentes estágios de nudez (Chacham et al., 2000). Assistem televisão, fazem poses ou atos sensuais, ficam na porta seduzindo os clientes, como podemos ver na fotografia abaixo.



Fotos da exposição Hotel Esplêndido, de Laura Fonseca (2015)

Os motivos que as levam a ingressar na prostituição são variáveis, abrangendo principalmente a falta de emprego, a busca por horários flexíveis, a ausência de vontade de ser empregada e o desejo de autonomia econômica, dados semelhantes aos apontados no Anuário das Mulheres Brasileiras (DIEESE, 2011), embora muitas digam permanecer na ocupação também pelas possibilidades de inserção de formas diversas das tradicionais em relações afetivas e sexuais (Barreto, 2008). Algumas contam para a família ou para amigos que se prostituem, outras mantêm uma profissão de fachada ou escolhem poucas pessoas para contar; as reações frente a isso variam da aceitação ao rechaço.

A maioria de nossas entrevistadas exerce exclusivamente a prostituição, mas 4 também atuam como faxineiras, 2 fazem crochê e 2 alugam imóveis. Afirmam ter renda mensal que varia entre 900 e 18 mil reais, embora a maioria receba entre mil e 3 mil. É interessante pensar que entre as pessoas em geral com 11 a 14 anos de estudo, a maior porcentagem (44,6%) das mulheres recebe entre 1 e 2 salários mínimos, sendo o rendimento médio real das que completaram o ensino médio 864 reais (DIEESE, 2011), valores inferiores aos relatados pelas prostitutas.



Fotografias da exposição Hotel Explêndido, de Laura Fonseca (2015)



4. Surgimiento dos movimentos de prostitutas (1964-1989)

4. Surgimento dos movimentos de prostitutas (1964-1989)

As décadas de 1960, 1970 e 1980 assistiram ao surgimento de movimentos de prostitutas em diversas partes do mundo, produzindo novas formas de se pensar e intervir sobre a prostituição. Este processo apresentou características específicas em cada localidade, embora seja possível observar a frequência de sua origem na luta contra as violências policiais e o vínculo inicial com grupos religiosos. É fundamental destacar que esta emergência se configurou no mesmo momento em que se consolidaram movimentos de mulheres e feministas. Se nos EUA vemos a emergência das Guerras do Sexo, no Brasil, a luta principal era contra a ditadura, o que marcaria sobremaneira diferenças nas formas de se pensar movimentos feministas e de prostitutas. O período histórico que escolhi analisar neste capítulo abarca, na história do Brasil, o período da ditadura militar (1964-1985) e os quatro primeiros anos da redemocratização.

No contexto internacional este período abarcou a consolidação de diversos movimentos feministas, dentre eles os de prostitutas, em momento conflituoso, marcado pelas chamadas Guerras do Sexo e, ao final, pela luta contra a AIDS. A Segunda Onda feminista unia mulheres em torno de questões comuns a todas elas (o que seria questionado na onda seguinte) e a Guerra dos Sexos Feministas as diferenciava no que toca às percepções sobre o sexo e a sexualidade. A AIDS, inicialmente não foi percebida como doença que afetava às mulheres, mas sim como um “câncer gay”, não se tornando pauta feminista. Esta visão foi alterada para incluir outros chamados “grupos de risco” (hoje não se usa mais este conceito, pensando-se em termos de vulnerabilidades), como era o caso das prostitutas. A dificuldade de algumas feministas em aceitar e legitimar a luta das prostitutas e suas reivindicações, aliada a sua colocação como grupo de risco e, como tal, foco de intervenção, acarretariam, no final da década de 1980, que o movimento de prostitutas fosse tomando a AIDS como pauta de ação e de financiamento para intervenções.

4.1. Feminismos de Segunda Onda

O período que antecede a década de 1970 é marcado, para a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto, pela efervescência política e cultural. Tinha como centro a derrubada de dois mitos: nos EUA, as guerras da Coreia e do Vietnã traziam o fim do sonho

do *american way of life*; na Europa, o sonho da revolução socialista (PINTO, 2003). Conforme Miriam Grossi, os estudos de gênero surgem no bojo de movimentos libertários dos anos 60 por vida melhor, mais justa e igualitária, tais como as revoltas estudantis em maio de 1968 em Paris, o movimento hippie, a luta contra a guerra do Vietnã nos EUA e contra a ditadura militar no Brasil. A estes se somavam ideias sobre o sexo como fonte também de prazer, a comercialização da pílula anticoncepcional e outras questões vinculadas à sexualidade (GROSSI, 1998).

Chantal Mouffe, cientista política belga, destaca que a emergência do capitalismo transformou o produto do trabalho humano em mercadorias e favoreceu a colocação em pauta de subordinações que já existiam. Ao se estabelecer o conflito em que o “nós” é visto como sendo impedido por “eles” de ter acesso a determinados recursos materiais e simbólicos, se estabelece um conflito que marca os antagonismos e politiza as relações. Desigualdades antes tidas como naturais passam a ser percebidas como construídas em uma sociedade hierarquizada. Para ela, os antagonismos que fundam os movimentos sociais (ou as novas lutas democráticas, como propõe) podem emergir quando determinada sujeita coletiva encontra sua subjetividade negada por certos discursos e práticas, e a percepção de negação pode vir relacionada à obtenção de direitos em outras esferas da vida. E a batalha efetivamente democrática deveria ser aquela que articula lutas diversas, na eliminação da subordinação e na redução das desigualdades, reconhecendo as especificidades e autonomia de cada sujeita e assegurando o pluralismo (MOUFFE, 1988).

De acordo com Miriam Adelman, Miriam Grossi e Julia Guivant, neste período os cenários político, social e cultural observaram a emergência de novas sujeitas e de debates sobre noções de poder e de conflito social. Um importante acontecimento é a entrada das mulheres nas universidades, como alunas, professoras e pesquisadoras, acompanhada por indagações sobre as questões das mulheres e, mais tarde, as de gênero (fins dos anos 1970), provocando rupturas teóricas e epistemológicas, bem como de formas de produção de subjetividades. Indagavam-se sobre as relações hierárquicas e desiguais nas sociedades modernas, a partir de uma ideia de universalidade do patriarcado, que atingiria a todas, nas mais diversas localidades (ADELMAN; GROSSI; GUIVANT, 2010).

Em relação às mudanças comportamentais, no que toca especialmente à sexualidade, estudos, como os executados por Sigmund Freud, Alfred Kinsey e Masters e Johnson, levavam a profundas alterações nas formas de se pensar a mesma, com ideias como as de que as crianças possuem sexualidade, de que a homossexualidade e a heterossexualidade se constituem num *continuum*, ou de que as mulheres são capazes de orgasmos múltiplos. Algumas das pesquisas e estudos eram, inclusive, realizados com prostitutas (GAGNON, 2006).

Tinha início a chamada Segunda Onda Feminista²³ (ou os feminismos de segunda onda) que, segundo a filósofa estadunidense Nancy Fraser, surge num contexto específico de capitalismo organizado pelo Estado, em que os estados são ativos no processo de condução de suas próprias economias. A autora destaca que as feministas deste momento rejeitavam a ideia de injustiça como fruto exclusivamente da má distribuição de renda entre as classes, passando a politizar o pessoal e ampliar a ideia de justiça, para abarcar também assimetrias de poder político e hierarquias de status. Pensavam as injustiças como algo sistêmico e estrutural e focavam nas vinculadas ao gênero, o que nem sempre era bem visto por demais militantes de esquerda, além de almejarem transformar as instituições estatais e não desconstruí-las. Seu projeto emancipatório relacionava lutas de gênero às contra injustiças vinculadas a questões de raça, orientação sexual e/ou classe, trazendo o esboço do pensamento interseccional (FRASER, 2009).

²³ A história feminista é frequentemente dividida em ondas (três ou quatro marcadas pela emergência de determinadas pautas, que alterariam as formas de pensar sobre as mulheres e a sociedade. Uma visão cronológica ou geracional deste processo apresenta a primeira onda entre o século XIX e o início do XX (desigualdades legais, sufrágio universal), a segunda onda entre 1960-1980 (pessoal é político, desigualdades culturais) e a terceira a partir de 1990 (desigualdades entre mulheres, feminismos diversos). Há ainda aquelas pessoas que consideram que, desde os anos 2000, estaríamos na quarta onda. A terminologia das ondas indica um projeto incompleto, mas que produz impactos grandes nos locais que atinge. Algumas feministas propõe uma abordagem temática, enfatizando que nem todas as reivindicações foram tema de luta ou conquistadas em mesmo momento por mulheres em diferentes lugares do mundo, devendo as ondas serem pensadas como círculos concêntricos e o feminismo como múltiplo, variável e plural (SCHOLZ, 2012).

Para Mouffe, o pluralismo combativo é elemento que constitui a democracia moderna, radical e plural, sendo essencial a politização das relações sociais, em que se delineie conflitos de interesse entre um “nós” e um “eles”, o que impossibilita a completa realização da democracia. O liberalismo permitiu a noção de cidadania universal, porém, as particularidades e diferenças foram relegadas ao espaço do privado, excluídas da esfera pública (MOUFFE, 1996).

De acordo com Fraser, nos anos 1970 e 1980, a emergência do neoliberalismo trouxe uma proposta de utilizar o mercado para domesticar a política, tendo a dívida externa como ameaça, implicando, nos países em desenvolvimento, em abertura de mercados e corte de gastos sociais. Naquele momento, as reivindicações por justiça tinham como centro o reconhecimento da identidade e da diferença, deixando de lado o paradigma da distribuição, e o feminismo acabou se adequando às propostas neoliberais. Em vista da crise deste modelo, a autora propõe que o feminismo volte a se reposicionar diretamente na esquerda, com a crítica ao capitalismo; que lute por uma vida que não coloque o trabalho assalariado no centro; que lute pela democracia participativa com aumento do poder das cidadãs, fortalecendo o poder público (FRASER, 2009).

4.2. Guerras do sexo feministas

Em 1975, foi publicado o livro “Against Our Will: Men, women and rape”, de Susan Brownmiller, também fundadora do New York Radical Feminists, que radicalizava visões sobre estupro, ao afirmar que todas as mulheres são vítimas da violência sexual e subjugação de gênero masculina, além de afirmar que muitas profissionais do sexo foram abusadas durante a infância (CHATEAUVERT, 2014). A autora havia estado presente na Conference on Prostitution de 1971, sobre a qual falei adiante, ocasião em que relatou ter feito alguns programas durante sua vida (REISIG, 1971). Em 1975, teve início a Women Against Violence Against Women (WAVAW), em Los Angeles, e uma conferência sobre violência contra a mulher, em São Francisco, deu origem à Women Against Violence in Pornography and the Media (MAVPM).

Em 1979, foi fundada a Women Against Pornography (WAP), em Nova Iorque, sob influência da MAVPM, que repudiava veementemente a pornografia. No mesmo ano, foi publicado o livro “Pornography: Men possessing women”, de Andrea Dworkin, que se tornaria forte liderança do movimento (HUNTER, 2006). Foi ainda adotada a Convenção Sobre a

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), tratado internacional da ONU. Esta convenção, ratificada pelo Brasil em 1984, estipula, em seu artigo 6º, que os Estados-Parte tomarão medidas adequadas para suprimir a exploração da prostituição da mulher e o tráfico de mulheres (ONU, 2006).

Na década de 1980, feministas radicais trouxeram a afirmação de que a pornografia é intrinsecamente violenta para o cerne de suas análises sobre a dominação masculina. Para elas, a chamada revolução sexual era uma falácia, que servia estrategicamente aos homens para conseguir obter sexo sem precisar oferecer nada em troca. De acordo com Raquel Osborne, o Feminismo Cultural tem suas raízes no Radical (surgindo a partir de meados dos anos 1970) e percebe os homens como sendo dotados de natureza agressiva, predadores sexuais. Para combater o patriarcado, seria necessário lutar contra a pornografia e produzir uma contracultura feminina, já que as mulheres seriam formadas por doçura, solidariedade e uma sexualidade não hierarquizada. Adotam uma noção de lesbiandade como algo político, perdendo sua dimensão erótica. No Feminismo Radical, homens eram inimigos por se identificarem com o papel ocupado nas relações de poder; no cultural, por serem homens. O feminismo antipornografia atribui às prostitutas e às atrizes e modelos o lugar de mais exploradas e vitimizadas pela pobreza, pela coação ou pela ausência de consciência (OSBORNE, 2002).

“La construcción sexual de la realidad: Un debate en la sociología”, de Osborne, relata que, em 1981, no volume da revista *Heresis*, “The sex issues”, aparece a primeira manifestação coletiva da dissidência feminista em relação à WAP e outros movimentos antipornografia. Foi então realizado um evento, em colaboração com a Universidade de Columbia, que trazia organizações que apoiavam, rejeitavam ou que produziam pornografia, levando à publicação de “Pleasure and Danger”, organizado por Carole Vance, e que consagrou a cisão (OSBORNE, 2002).

Em 1983, Catharine Mackinnon, advogada, e Andrea Dworkin, escritora, se aliando a forças ultraconservadoras, fizeram proposta para projeto de lei, nos EUA, no sentido que a pornografia fosse percebida como violação de direitos civis das mulheres, projeto este que não foi aprovado. Elas e suas apoiadoras passam a ser consideradas antissexo e

suas opositoras como pró-sexo ou anticensura, como era o caso da FACT (Feminist Anti-Censorship Taskforce) (OSBORNE, 2002).

Feministas Radicais acreditavam que, para enfrentar o patriarcado, as mulheres precisariam parar de servir os homens, como ocorre na prostituição, e criar papéis femininos que não se restringissem a suas utilidades sexuais. Para profissionais do sexo, a emancipação poderia vir da livre negociação do sexo, sem medo de prisão ou de violência, retirando o poder de homens em determinar suas vidas. As discordâncias fundamentais se davam em relação à fonte primária da opressão feminina (homens ou sexo) e a estratégia para sua liberação (controlar os homens ou liberar as mulheres) (CHATEAUVERT, 2014).

Os conflitos, que tiveram suas raízes neste período e seu ápice nos anos 1980, ficaram conhecidos como *Sex Wars*, *Feminist Sex Wars* ou *Guerra dos Sexos Feministas*. Lisa Duggan, historiadora estadunidense, aponta que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por batalhas políticas e culturais sobre a questão da sexualidade nos EUA. As disputas se focavam em temas como a regulação da pornografia, o escopo da proteção legal para gays, financiamento a artes “obscenas”, conteúdo da educação para o sexo seguro, escopo da liberdade reprodutiva das mulheres, dentre outras (DUGGAN, 2006).

Militantes da National Organization for Women (NOW), fundada em 1966 em Washington DC, lutaram para eliminar a pornografia e eram a favor da abolição da prostituição, como forma de proteger as mulheres. Acreditavam serem formas de controle masculino sobre a sexualidade feminina, sendo as prostitutas as mais oprimidas entre as mulheres, devendo ser conscientizadas de sua opressão. Prostitutas se opunham a esta visão, argumentando que a prostituição passava pela liberdade sexual e pelo controle dos próprios corpos, e que não eram submissas, pois os homens pagavam por sexo e elas podiam negociar preços, práticas e parceiros. A divisão entre liberais e radicais trazia questões sobre o espaço adequado para expressão sexual e se o sexo deveria ser considerado questão privada ou pública, de autodeterminação (CHATEAUVERT, 2014). Na declaração de propósitos da NOW, escrita pela ativista estadunidense Betty Friedan em 1966, é afirmado que é hora para uma verdadeira igualdade para mulheres, nos EUA, e parceria entre os sexos, sendo o principal objetivo da entidade a participação efetiva das mulheres na sociedade estadunidense, com igualdade de oportunidade e liberdade de escolha (NOW, 1966).

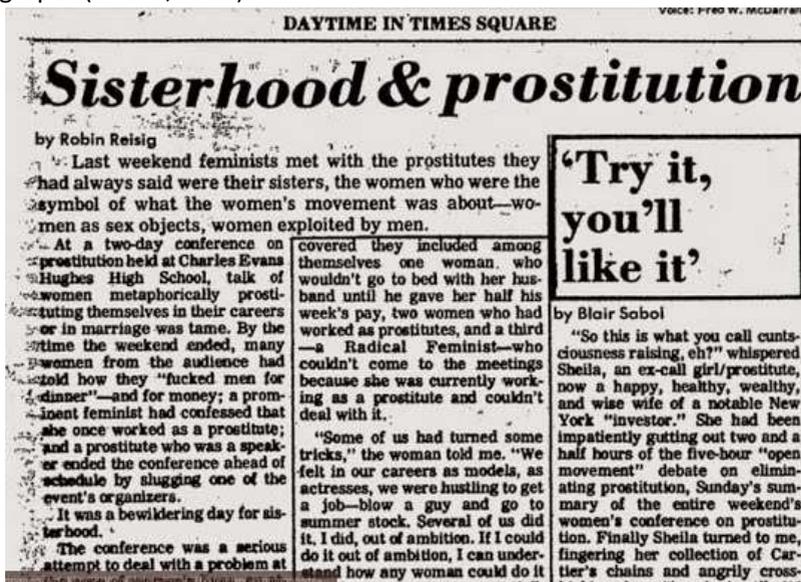
4.3. Prostitutas começam a se organizar

A Nova Iorque da década de 1970 assistiu à implementação de diversas leis de repressão ao sexo público ou à prostituição, que conferiam à polícia poderes de eliminar os abusos, o que acarretou milhares de prisões. Foi instaurada uma Comissão sobre Obscenidade e Pornografia que, no governo do presidente Richard Nixon, produziu um relatório (CHATEAUVERT, 2014), que incluiu a revogação de leis que proibiam a distribuição de materiais sexualmente explícitos para adultos e implementavam um programa massivo de educação sexual (HUNTER, 2006).

Os inícios dos movimentos de prostitutas, na segunda metade do século XX, são constantemente associados a momentos emblemáticos, como a fundação da Coyote (Call of Your Old Tired Ethics), em 1973, em São Francisco, EUA, e a manifestação que ocupou uma igreja em Lyon, França, em 1975. Contudo, Chateauvert destaca que essas análises deixam de fora fatos como a participação de profissionais do sexo em Stonewall, em 1969, em Greenwich Village, Nova Iorque, EUA. Para a autora, relatos históricos negligenciam a forma como as frequentadoras locais ganhavam suas vidas, ao adotar uma visão politicamente correta dos fatos, que apaga a participação de profissionais do sexo, transgêneras e usuárias de drogas (CHATEAUVERT, 2014). Esta história vem sendo recontada por diversas pessoas, como é o caso do quadrinista estadunidense trans Mike Funk, que relata o papel de drag queens e lésbicas no movimento (CAPARICA, 2013).

Em 1971, foi realizada a Conference on Prostitution, na Chelsea High School, que marcou um dos primeiros confrontos entre profissionais do sexo e feministas. Em painel nomeado “Eliminação da prostituição”, feministas afirmavam se identificar com as prostitutas, pois todas elas já haviam trocado sexo por algo diverso do amor. Convocaram a ex-prostituta Fran Christman, voluntária do Fortune Society, que falou contra a atividade. Prostitutas que foram ao evento, sem ser convidadas, eram de classe média, estudantes universitárias, e reagiram rancorosamente à associação entre coerção e trabalho sexual, gerando alvoroço no auditório. Profissionais do sexo diziam que a irmandade, almejada pelas feministas, partiria da busca pela liberdade sexual e não do sexo. Sentiam-se liberadas e viam as feministas como vítimas da heterossexualidade monogâmica (CHATEAUVERT, 2014; REISIG, 1971). Na imagem abaixo, vemos uma reportagem de jornal

intitulada “Sisterhood & prostitution”, de autoria de Robin Reisig, que relata este momento histórico, demonstrando as dificuldades de estabelecimento de redes de solidariedade e irmandade entre os dois grupos (REISIG, 1971).



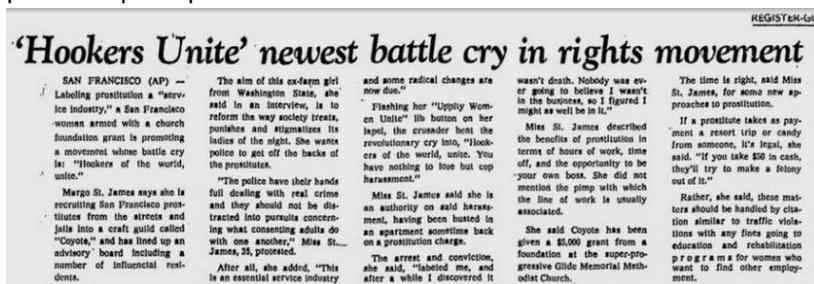
Trecho da reportagem “Sisterhood & prostitution”

Em 1971, em São Francisco, foi fundada a Whores Housewives and Others (WHO, em que o “O” representava as lésbicas), sob a liderança da prostituta Margo St. James²⁴, para confrontar a hipocrisia das leis de controle da sexualidade feminina, principalmente a prostituição, propondo um feminismo que almejasse liberdades e direitos, inclusive de se realizar sexo consensual com qualquer pessoa ou motivo (CHATEAUVERT, 2014).

Em 1973, Margo St. James funda, juntamente com Jennifer James, a Coyote, que lutava contra o estigma da puta e também contra o rótulo de desviantes, paralelamente realizando lobbys para que debate fosse tomado como pauta por movimentos feministas. O movimento já trazia

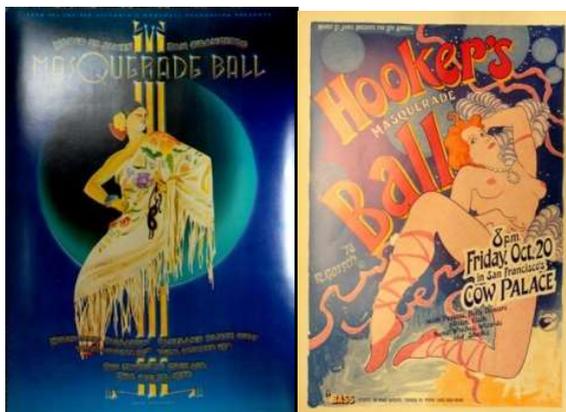
²⁴ Margo St. James nasceu em 1937, em Washington, e é uma das principais militantes do movimento de prostitutas nos Estados Unidos, onde atua especialmente em São Francisco.

uma aliança entre uma profissional do sexo e uma professora de antropologia: a primeira falava em nome do grupo, a segunda se tornando pesquisadora, consultora política, participando do NOW e de lobbys pela prostituição. A associação desenvolvia sessões fechadas de troca de experiências, que permitia que profissionais do sexo se identificassem com as demais e significassem suas vivências da “putafobia” (CHATEAUVERT, 2014). Abaixo, uma reportagem, sobre o início do movimento, traz Margo St. James afirmando que a prostituição é item essencial da indústria de serviços e que é hora de rever a forma de lidar com a prostituição e de “tirar os policiais de cima de nós” (EUGENE REGISTER, 1973). Sua entrevista evidencia como já havia uma percepção da prostituição enquanto atividade profissional e da violência praticada pelos policiais.



Reportagem “Hookers unite’ newest battle cry in rights movement”

Ao longo da década de 1970, a Coyote conseguiu vitórias, tais como a alteração de penas de prisão por prostituição ou a abolição de testes obrigatórios para DST, que, embora pudessem ser limitadas a algumas localidades, ofereciam bases para outros movimentos e encorajavam profissionais do sexo a lutarem por seus direitos. Uma das atividades abertas ao público eram os Hooker’s Balls e Hooker’s Conventions. O primeiro baile ocorreu em 1975 e foi um grande acontecimento, que reuniu políticos, drag queens, atrizes de Hollywood, estrelas do pornô, mídia (CHATEAUVERT, 2014). Abaixo podemos visualizar cartazes dos bailes.



Cartazes dos “Hookers balls”

A I National Hookers Convention (primeira conferência nacional de prostitutas) foi organizada pela Coyote em 1974, na Glide United Church, igreja metodista, com financiamento do San Francisco’s Glide Foundation, e a segunda foi em 1976, em Washington DC. A conferência de 1974 tinha como lema “A nossa conferência é diferente: Queremos que todas venham!” (a palavra “come”, em inglês, é usada tanto para o verbo vir quanto para gozar), fazendo alusão ao fato de que todas eram bem vindas, mas também que eram a favor do sexo. Na guerra dos sexos, as feministas identificadas com esta visão seriam consideradas pró-sexo. O evento contou com a participação de mais de mil pessoas, sendo um quarto delas jornalistas, e incluiu atrações como shows de drag, de comédia e de bandas (CHATEAUVERT, 2014). Entre as convidadas estavam putas militantes, advogadas e cientistas sociais (HERALD JOURNAL, 1974). Vemos, a seguir, o cartaz da primeira conferência.



Cartaz da 1st National Hookers Convention

Em 1975, a igreja de Saint-Nizier em Lyon, França, foi ocupada por cerca de 100 prostitutas. As ocupantes protestavam contra medidas de repressão e prisão adotadas no país, no que o jornal “El Tiempo” considera uma postura paradoxal, que misturava proibição e tolerância (EL TIEMPO, 1975), como vemos na imagem abaixo. Segundo Tierry Schaffauser, uma das principais causas da mobilização foi uma série de assassinatos cometidos contra prostitutas na cidade. O movimento não conseguiu que o culpado fosse preso, mas diminuiu os crimes. As prostitutas contaram que algumas das que desejaram participar foram agredidas por seus cafetões e o mesmo foi feito pela polícia, agredindo-as para que deixassem a igreja (SCHAFFAUSER, 2014). O movimento se espalhou pelo país com a ocupação de outras igrejas.

‘Ocupada’ iglesia por prostitutas en Francia

PARIS, 3. (AFP). — La situación paradójica en que se encuentra la prostitución en Francia —profesión tolerada pero prohibida, o prohibida pero tolerada— estalló brutalmente con la “ocupación” de una iglesia por las prostitutas de Lyon.

Cien mujeres de “vida alegre” de esa ciudad francesa, a 400 kilómetros de París, están enclaustradas desde el lunes en la iglesia de Saint-Nizier, que albergó en tiempos la tumba de la santa patrona de las prostitutas.

Las ocupantes del templo protestan contra las diversas medidas de represión y encarcelamiento de que son objeto, lo que les parece inadmisibles, pues pagan sus impuestos como todos los

ciudadanos y se niegan a ser tratadas como vulgares delincuentes.

Las cien “revolucionarias” lyonesas plantean así la verdadera cuestión de fondo sobre la profesión más vieja del mundo. ¿Por qué se es prostituta y por qué se reprime una profesión que sin embargo se mantiene, puesto que cumple según se reconoce tácitamente, una función social?

En Francia, en efecto, la prostitución no está considerada en sí como un delito.

Una ley de 1946 que suprimió los prostibulos reprime, no la prostitución, sino el proxenetismo, el abordaje en la calle (el “Tu viens cheri?”) y la incitación al libertinaje.

Los especialistas se preguntan, sin embargo, cómo se puede ejercer el oficio sin abordar al “cliente” en la calle cuando están cerradas las “casas”.

En los bares, se responde más o menos oficialmente. Pero para ello es preciso que el cliente entre en esos bares especiales, lo que nunca es seguro.

Entonces, en la noche parisiense de Pigalle, la prostituta se hace peripatética y sale del bar para pasearse por la acera a la caza del hombre. Hasta que llega zumbando el furgón policial.

Las de cierta categoría están motorizadas y hacen su ronda en flamantes y lujosos automóviles.

Reportagem “Ocupada iglesia por prostitutas en Francia”

No ano de 1978, o termo “sex work” foi usado pela primeira vez durante uma conferência, pela artista, autora, produtora de filmes e ativista dos direitos das prostitutas, Carol Leigh, também conhecida como Scarlot Harlot. O termo ganharia fama com a publicação de “Sex Work: Writings By Women In The Sex Industry”, em 1987, incluindo publicações da ativista (CHATEAUVERT, 2014).

O surgimento do movimento e as mudanças que tinha acarretado até o momento começavam a aparecer na mídia. A reportagem “Attitudes are changing about prostitution”, escrita por Seth Mydans, para o Sarasota Herald Tribune, destacava que o procurador do distrito de São Francisco anunciou que pararia de processar prostitutas, uma vez que a prostituição é ato não violento, não coercitivo e consensual entre adultos. A reportagem destacava que as prostitutas estavam se organizando em sindicatos como o Coyote, que na época tinha braços em Miami, Washington, Boston, Nova Iorque, Los Angeles, San Diego, Sacramento, Seattle e Denver. Margo St. James declarou que os EUA eram o único país no mundo onde feministas e prostitutas se coligaram. O autor destacava que 40% das prisões no país eram por crimes sem vítimas, incluindo a prostituição, mais de 100.000 prisões por ano eram fruto de crimes relacionados à atividade, prostitutas condenadas correspondiam a 30% da maior parte das cadeias femininas, mas que na

época as lutas de prostitutas e de mulheres provocaram revisões nas legislações (MYDANS, 1976).

Attitudes Are Changing About Prostitution

EDITOR'S NOTE — Attitudes are changing and more and more people seem to favor legislation of prostitution. That the world's oldest profession is still banned in America, except for a few counties in Nevada,

By SETH MYDANS
Associated Press Writer
NEW YORK (AP) — In San Francisco, the new district attorney announced that he would stop prosecuting prostitution. "It's a medieval, non-coercive activity between consenting adults and it doesn't involve any other crime, my office will not bother with it," said District Atty. Joseph Freitas Jr. last month. But many prosecutors have followed his approach. Prostitution today is as liberal as ever in America. But Freitas' announcement reflects a change quietly sweeping in the nation's

raising has been taking place. The ABA vote comes at a time when civil rights and women's groups are taking up the prostitution issue, constitutional challenges are being brought in the courts, prostitutes are publicly seeking their rights, and some state legislatures are beginning to re-examine restrictive laws. But change comes slowly in the face of the classic arguments against prostitution, summarized in 1989 in a Model Penal Code drafted by a commission of the American Law Institute. The model code argues that prostitution spreads venereal disease; is used by organized crime in combination with illegal trade in drugs, liquor and gambling; and leads to corruption in government and among the police. The code calls prostitution "a significant factor in social

public acceptance of the idea," adds Frank. "The public is apparently less stupid and less glib on this issue than people had thought." Some cities, among them San Francisco, are quietly de-emphasizing prosecution of the crime, in part because of complaints that police waste their time enforcing laws against victimless crimes. Forty per cent of all arrests nationwide each year are made for victimless crimes including prostitution, Ms. Belvas says. "If we're going to make our cities safe, we're going to have to stop wasting police time enforcing matters that should be purely private." More than 100,000 arrests are made each year for prostitution and related crimes, according to an American Civil Liberties Union (ACLU) analysis prepared by the attorney

activity are not treated equally," said Judge Sprague Avastin in a ruling in Oakland, Calif. "The practice of arresting prostitutes while merely issuing citations for the man customer violates the constitutional rights of the woman to free speech, due process of law and to be secure against unreasonable search and seizure." And in San Francisco, Judge Otto Marin-Vicario last October dismissed prostitution charges against 27 women whose male customers went free. She charged the police with "intentional, purposeful selective enforcement policy." Last year in San Francisco, for example, 1,500 prostitutes were arrested while only 13 of their male customers were held. Prostitution has been a part of American life since frontier days, Ms. St. James says sur-

growing number of housewives battling inflation. Estimates — they are only rough guesses — of the number of full-time prostitutes at work in America range from 200,000 to 500,000, the ABA report says. "The worse the economy gets, the more women get into it," says Ms. St. James, who prefers the Ms. designation. "In many places, prostitutes are getting younger and younger." Lt. Gary McGeaughey of the Minneapolis Organized Crime Intelligence Unit, says the average age in Minneapolis has dropped from about 24 in 1967 to 18 or 19 today.

According to McGeaughey, a skillful pimp can "brainwash" an impressionable young girl into prostitution in a day. Lt. George Bieck of the Chicago police department says, "We're finding younger and younger girls in the business. We got them at 17 and 18. We've had them as young as 14. Obviously, the younger and more naive they are, the more money they can make." He says police in Chicago are placing a new emphasis on "eliminating the pimp, rather than placing all the blame on the prostitute. These girls are coming from small towns and being sweet-talked into a life of prostitution."



Reportagem "Attitudes are changing about prostitution"

4.4. Emergência da AIDS e de novas questões para o debate

Até meados dos anos 1980, a AIDS não era questão prioritária para alguns movimentos de profissionais do sexo, mesmo com o engajamento de pessoas específicas na luta e, no Primeiro Congresso Mundial de Prostitutas, em Amsterdam, em 1985, o foco eram temas mais estigmatizantes (SCHAFFAUSER, 2014). A expansão da epidemia da AIDS, a partir de 1983, fez com que prostitutas começassem a repensar formas de agir, pois, se estilo de vida (na época, dos gays) era um fator, elas estariam também em risco. A Coyote foi pioneira em ensinar sexo seguro e sugerir o uso do preservativo, e tanto Alexander quanto Leigh eram ativistas também do movimento de AIDS. Nas décadas de 1980 e 1990, a AIDS ganhou força como foco de debate entre profissionais do sexo nos EUA, seja em formas de proteção, luta contra estigmatização social ou legal. A AIDS Coalition to Unleash Power (Act UP), fundada em 1987, em Nova Iorque, incluía profissionais do sexo, de diferentes gêneros, que lutavam contra leis que as mantinham em guetos e as puniam como vetores de doença. As parcerias com ativistas da AIDS foram se mostrando mais frutíferas do que com as feministas (CHATEAUVERT, 2014).

O primeiro programa de educação e distribuição de materiais dirigido a profissionais do sexo foi o California Prostitutes Education Project (CAL-PEP), um projeto desenvolvido pela Coyote para pesquisar a prevalência de AIDS entre esta população, considerando importante obter dados concretos e confiáveis. O programa ensinava a

pesquisadoras como criar estudos com amostra representativa e a prostitutas como realizar sexo seguro. Priscilla Alexander, professora de inglês formada pela Bennington College, se torna voluntária da Coyote, posteriormente participando do processo de coleta e análise de dados sobre injustiças vivenciadas pelo grupo, tais como o fato de a grande maioria das que eram presas por prostituição serem negras. Juntamente com St. James, defendia que a “putafobia” e a “*slut-shaming*” (humilhar, condenar ou punir mulheres por práticas e comportamentos sexuais considerados desviantes em relação aos tradicionais) causadas pela criminalização tornavam profissionais do sexo mais vulneráveis a violências e menos empoderadas para realizar denúncias (CHATEAUVERT, 2014).

A National Task Force on Prostitution, dirigida por Alexander, visava alcançar grupos de prostitutas e também a educação das pessoas em geral, e foi responsável pela produção de artigos e relatórios e, também, pela publicação de uma antologia sobre profissionais do sexo, “*Sex Work: Writings by Women in the Sex Industry*”, publicada em 1986. Em 1988, Cohen, Wofsy e Alexander publicaram o artigo “*Prostitutes and AIDS: Public policy issues*”, que resumia as pesquisas existentes e recomendava que a saúde pública apoiasse a educação em sexo seguro, mesmo com os parceiros (CHATEAUVERT, 2014)

Outros movimentos discutiam a prostituição, mesmo que esta não fosse seu foco principal. Apontamentos apareciam em associações como a Women Emerging, fundada pela ex-prostituta Robin Laylon, em 1988, que buscavam ajudar profissionais do sexo a sair da indústria do sexo e se recolocar em outros postos de trabalho. As *riot girls* também traziam questionamentos sobre questões vinculadas à sexualidade e Kathleen Hanna fundou a banda Bikini Kill e criou panfletos que debatiam o uso da expressão “vadia” (*slut*), demarcando ainda que sua experiência como *stripper* foi fundamental para uma convivência empoderadora só com mulheres (CHATEAUVERT, 2014).

4.5. A luta contra a ditadura e o feminismo em segundo plano no Brasil

No Brasil, este momento era profundamente marcado pelo início do Regime Militar (1964-1985). No início da década de 1960, o País estava dividido entre um lado conservador, representado por partidos liberais, como a União Democrática Nacional (UDN), unidos sob a bandeira do anticomunismo; e a esquerda, representada por partidos

como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e outros clandestinos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), aliados a movimentos de camponeses, operários, intelectuais e parte da igreja católica. O golpe, em 1964, trouxe longos períodos de cassação de direitos, censura e prisões arbitrárias, que foram acirradas em dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional número 5 (AI-5), trazendo clandestinidade, exílio, luta armada ou apenas silêncio (PINTO, 2003). Os partidos políticos tiveram registros cassados e foram substituídos por duas agremiações institucionalizadas pelo regime: Arena e MDB. Muitas vezes, os companheiros de luta contra a ditadura subestimavam a capacidade física e intelectual das mulheres, podendo haver superproteção na luta armada (TELES, 1993). A Copa do Mundo realizada no México, em 1970, evidenciava a situação brasileira no momento, com a frase “Brasil, ame-o ou deixe-o”. No País, já se assistia a emergência de movimentos de mulheres, nas classes médias e populares, que não se identificavam com causas feministas, mas visavam intervir no mundo desde seus lugares como donas de casa, esposas ou mães (PINTO, 2003).

O movimento feminista de segunda onda, que emergiria neste contexto, seria marcado pela tensão entre a luta contra a ditadura e sua percepção, por movimentos de esquerda, como uma luta menor, frente à necessidade de alargamento do campo político. O início dos anos 1970 foi marcado também pela formação de grupos de reflexão e de troca de experiências entre mulheres, muitas vezes em espaços privados e íntimos. Por vezes acusados de apolíticos pela esquerda nacional, estes grupos possibilitavam às mulheres falarem, expressarem suas opiniões, se identificarem umas com as outras (PINTO, 2003). Para Marlise Matos este momento no Brasil e na América Latina abarca os anos 60/70 e alinhou resistência à ditadura a luta contra a hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer (MATOS, 2010)

Enquanto a guerra dos sexos tinha seu auge nos EUA, as feministas brasileiras estavam mais voltadas para a luta contra a ditadura e, depois, contra a violência contra as mulheres, a prostituição e a pornografia, tornando-se centrais ao debate apenas anos depois (PISCITELLI, 2008a). Maria Filomena Gregori informa que, se de 1975 até 1980 os grupos feministas, recém-formados no Brasil, eram marcados pela tensão entre lutas mais gerais da esquerda e lutas específicas das mulheres, a partir daí a violência contra a mulher passa a ser denunciada

e incorporada como pauta central. Em Belo Horizonte, a mobilização pelo assassinato de duas mineiras levou à criação, em agosto de 1980, do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, um dos primeiros com tais características no Brasil (GREGORI, 1993).

O ano de 1975 é, para Celi Regina Pinto, o momento inaugural do feminismo brasileiro²⁵, com a promessa do general Geisel de uma distensão política gradual e controlada e a definição do mesmo como Ano Internacional da Mulher, pela ONU, e o início da década da mulher, trazendo o debate de questões feministas para a esfera pública. Neste período, as feministas se opunham ao regime militar, mas se dividiam entre aquelas que consideravam haver uma unidade entre mulheres e suas formas de opressão, e outras que marcavam a importância de se pensar a questão de classe (PINTO, 2003).

Foi realizado o encontro “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, no Rio de Janeiro, com a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, na mesma cidade, contando com a participação especialmente de mulheres da classe média intelectualizada. O Centro foi importante locus de debate feminista no Rio até 1979, com a presença de representantes das diversas tendências: marxista, liberal, radical, tendo como foco a luta de classes, os direitos individuais ou a condição da mulher, respectivamente. As feministas radicais traziam debates sobre a opressão, mas não tinham uma plataforma coletiva clara. No mesmo ano, ocorreu a reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, contando com um encontro nacional de feministas (o que se repetiria por uma década), marcando os debates acadêmicos sobre o tema (PINTO, 2003). No trecho abaixo, Maria Amélia de Almeida Teles reconhece como sendo este momento essencial para que as mulheres se tornassem protagonistas de sua própria história.

Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta

²⁵ Sobre as narrativas fundadoras do feminismo no Brasil, Joana Maria Pedro destaca a ausência de uma concordância entre as feministas sobre o marco inicial, sendo a escolha enviesada por questionamentos e relações de poder (PEDRO, 2006).

por seus direitos específicos se fundia com questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir (TELES, 1993)

Em 1976, o 8 de março, Dia Internacional da Mulher²⁶, foi comemorado publicamente pela primeira vez desde 1964. Cerca de 300 pessoas se reuniram no auditório do MASP (Museu de Arte de São Paulo), a convite do jornal Brasil Mulher e do Movimento Feminino pela Anistia (TELES, 1993).

4.6. A Redemocratização e a institucionalização dos movimentos feministas no Brasil

Este período, que vai do final dos anos 1970 até o final dos 1980, é marcado pela anistia política (Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979) e pela reforma partidária, responsável pelo multipartidarismo que se seguiria, ambos ocorridos em 1979, e pelas eleições de 1982, que só não incluíram a disputa pela presidência. A anistia permitiu o retorno de militantes do exílio e também marcou uma época de maior liberalização e menor repressão. Outro fator importante foi este exílio de homens e mulheres, muitas das quais identificadas com a esquerda, que se depararam com contextos de agitação cultural e social diversos do que estavam vivenciando no Brasil (PINTO, 2003).

O movimento feminista, antes concentrado no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), se dividiu, não em virtude de hierarquização de bandeiras de luta, mas em partidos políticos: a princípio, o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), além dos clandestinos PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PCB (Partido Comunista Brasileiro) e MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Embora boa parte das feministas brasileiras se identificasse com posturas da esquerda, já no início da década de 1970 podemos observar articulações com a direita,

²⁶ A data foi escolhida em homenagem a uma greve de operárias têxteis, em 1857, em Nova Iorque (EUA), em que a polícia ateou fogo à fábrica como forma de opressão às grevistas, levando à morte de 129 mulheres, que reivindicavam direitos trabalhistas. Foi a partir do II Congresso de Mulheres Socialistas, em Copenhague (Dinamarca), que a data passou a ser celebrada (TELES, 1993).

por mais que a pauta feminista seja progressista em sua natureza, ao questionar a sociedade tradicional. As feministas se dividiam entre as que almejavam a institucionalização do movimento (PMDB) e as autonomistas, que evitavam a aproximação com o estado, frequentemente identificadas com o PT (PINTO, 2003).

O feminismo neste período se viu marcado por: conquista de espaços no plano institucional (Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher); presença de mulheres em cargos eletivos; formas alternativas de participação política. O Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), criado em 1985, era reflexo das lutas feministas organizadas no Movimento de Mulheres pelas Diretas Já, em 1983, e tinha status de Ministério. José Sarney, após a morte do presidente eleito indiretamente Tancredo Neves, assumiu o compromisso firmado com mulheres do PMDB durante o processo eleitoral e criou o órgão. O CNDM foi importante articulador da consideração de direitos de mulheres no processo constituinte, com o slogan “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher!” e a elaboração da Carta das Mulheres, que enfocava temas como o direito ao aborto e a eliminação da violência contra as mulheres (PINTO, 2003).

Em março de 1979, ocorreu o I Congresso da Mulher Paulista, organizado por diversas entidades feministas, e contando com cerca de 900 participantes, que se reuniram no Teatro Ruth Escobar, obtendo grande repercussão midiática. As mulheres falavam de si e de seus problemas e, pela primeira vez, o tema do direito ao prazer sexual veio a público. No II Congresso, em 1980, participaram 4 mil mulheres (TELES, 1993)

A Assembleia Nacional Constituinte foi marcada por mobilização da sociedade civil para a elaboração de emendas populares: quatro delas tratavam dos direitos das mulheres, três promovidas por associações de mulheres e grupos feministas. O feminismo brasileiro se mostrava articulado, em torno do chamado “Lobby do Batom”, e capaz de pressão organizada para garantir suas bandeiras e intervir no campo político (PINTO, 2003).

Segundo Grossi, nos anos 1980, no Brasil, cresceu o número de pesquisas sobre as mulheres brasileiras e estas eram marcadas pela percepção de que não era possível pensar em uma condição única feminina, pois esta era permeada por aspectos de classe, região e outros, mas mantendo uma visão calcada na questão biológica (GROSSI,

1998). O conceito de gênero chegaria anos depois, a partir de influências estadunidenses, que permitiam, por exemplo, pensar as construções sociais que se produzem sobre a percepção das diferenças biológicas de sexo, como propunha Joan Scott (1995), que se tornaria leitura obrigatória às feministas brasileiras.

Durante este período se tornou mais forte a luta feminista pelo fim da violência contra a mulher, questão que ganhou a mídia com o assassinato de Ângela Diniz por seu ex-marido, Doca Street, que alegou legítima defesa da honra, tendo sido posteriormente condenado. Surgiram inúmeras organizações, sendo a primeira delas o SOS Mulher, em 1981, no Rio de Janeiro, crescendo um feminismo profissionalizado dentro das Organizações Não Governamentais, prestando serviços. A primeira Delegacia Policial de Defesa da Mulher (DPDM) foi criada em 1985. Outra questão que se destacava no período era a saúde da mulher, com temas como planejamento familiar e aborto (PINTO, 2003). No ano de 1986, em agosto, ocorreu em Brasília o Encontro Nacional da Mulher pela Constituinte, promovido pelo CNDM, contando com 1.500 participantes, em que foram levantadas reivindicações que seriam apresentadas pelas constituintes (TELES, 1993).

4.7. As prostitutas brasileiras começam a se organizar

A parte do segundo volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que trata sobre as violências do estado ditatorial contra segmentos LGBT durante a ditadura (1964-1985), toma como exemplar o padrão de policiamento adotado em São Paulo, entre 1976 e 1982. Cabe enfatizar a importância dos relatórios produzidos pela Comissão da Verdade e que estão possibilitando reescrever fatos históricos que haviam sido apagados ou distorcidos. Neste processo, fica evidente que alguns grupos, que antes eram tornados invisíveis no debate, também foram fortemente afetados pelo período da ditadura militar, como é o caso das prostitutas.

Um dos fatos que marcou o período foram as rondas de policiamento ostensivo, sob o comando do delegado José Wilson Richetti, que perseguia grupos vulneráveis e estigmatizados. A repressão se intensificou a partir de junho de 1980, durante o governo estadual de Paulo Maluf, com a visita do Papa João Paulo II à cidade, e a execução da política “Limpeza”, apelidada de “Rondão”, para “limpar” o centro da presença de prostitutas, travestis e homossexuais. Sob a acusação de contravenção penal de vadiagem, cerca de 300 a 500 pessoas eram

levadas por dia à delegacia, podendo ser decretada prisão cautelar. O relatório indica que, em 6 de junho de 1980, a capa da Folha de São Paulo noticiava a organização de uma manifestação de prostitutas e travestis, a ser realizada na Praça Júlio de Mesquita, em resposta aos rondões, depois outro ato público, no dia 13, com a participação de pessoas de diversos movimentos sociais (BRASIL, 2014). Durante essa manifestação, algumas feministas puxaram o refrão “Somos todas putas”, que foi repetido por todas as presentes. A manifestação passou em frente a áreas de prostituição, mas as trabalhadoras, que já haviam sofrido represálias, apenas acenaram das janelas (TREVISAN, 1980b)

Foi neste contexto (embora um pouco antes do evento citado no relatório) que ocorreu a primeira manifestação de prostitutas no Brasil. O evento se deu em 1º de dezembro de 1979, e participaram dele cerca de cem prostitutas da Boca do Lixo, que percorreram o centro de São Paulo, terminando seu trajeto na Seccional da Polícia. Reivindicavam melhores condições de trabalho, o fim das extorsões e dos maus tratos. Foi realizada depois uma reunião no Teatro Ruth Escobar, incluindo a presença de “feministas, viados, lésbicas, deputados, estudantes”, para pensar juntas como colaborar com as prostitutas, sendo que essas eram apenas 10 no evento e chegaram ao final (TREVISAN, 1980a).

Aliás, as putas presentes à reunião não contestaram em nenhum momento a prostituição em si, queriam, sim, melhores condições de trabalho, assim como os metalúrgicos lutam por salários melhores – com a diferença que estes últimos são considerados mais dignos em nossas cartilhas, progressistas ou não (TREVISAN, 1980a).

Gabriela Leite conta que este foi um marco tanto para o movimento de prostitutas, quanto para a sua militância política. De acordo com ela, a organização partiu das travestis, que tiveram a adesão das prostitutas, somando milhares de pessoas²⁷. Conta que as prostitutas não podiam nem mesmo permanecer nas ruas após o trabalho, podendo ser conduzidas à delegacia, onde eram duramente agredidas, o que levou à morte de duas travestis e uma mulher, que

²⁷ Podemos observar uma contradição entre o número de pessoas relatado por Gabriela e pelo Lampião da Esquina, o que pode ser devido ao fato de se confundirem as manifestações de 1979 e 1980.

estava grávida, o estopim para o evento. A assembleia, no teatro Ruth Escobar, lotou o auditório, além de ter tido grande presença da mídia. O delegado acabou por ser afastado. Gabriela relata que, naquele momento, muitas prostitutas consideravam que a luta por direitos, mostrando a cara, era “sem-vergonhice” (LEITE, 1992). A manifestação foi reprimida pela polícia que mandou fechar vários prédios (LEITE, 2009). Abaixo, exibimos trecho da reportagem do jornal Lampião da Esquina, que relata o evento (TREVISAN, 1980a).



Reportagem “A vida é fácil?”

Em junho de 1980, durante o Encontro Feminista de Valinhos, realizado no estado de São Paulo para debater sobre autonomia e as prioridades do movimento feminista (violência doméstica, controle da natalidade) (MEDEIROS, 2011) uma militante do grupo Associação de Mulheres, informou sobre o Núcleo de Defesa das Prostitutas e Travestis. O grupo, que incluía militantes de grupos homossexuais (Somos, Eros, Libertos), do Movimento Negro Unificado, Convergência Socialista, do grupo de mulheres do jornal O Trabalho, do departamento feminino da USP, da Comissão de Justiça e Paz e da Ordem dos Advogados, era uma reação à “Operação Pente Fino”. A mulher conclamava as demais para a luta feminista em defesa das prostitutas, ressaltando a dificuldade de mobilizar as mesmas e as travestis (GREGORI, 1993). Durante o evento, os temas prioritários eleitos foram as lutas contra a violência doméstica e contra o controle da natalidade (pelo direito de decidir o número de filhas). A partir do encontro, foram

criados o SOS-Mulher, em São Paulo (depois em Rio de Janeiro e Pernambuco), e o Centro de Defesa da Mulher, em Minas (TELES, 1993).

Poucos dias antes do encontro, foi feita uma manifestação pública no Teatro Municipal de São Paulo, que incluía a questão da violência policial, mas também o desemprego, questões de raça, de direito de ir e vir. Junto a essa houve uma passeata “pouco comportada”, segundo Gregori, o primeiro ato de denúncia na cidade com conotação de festa. Neste evento havia demandas de ordens diversas, expressas em palavras de ordem como “somos todas putas”, “abaixo o subemprego”, “os gays unidos jamais serão vencidos”, “abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”. O Encontro de Valinhos levou a uma retomada do caráter sério do movimento, deixando de lado esta união entre prazer e luta (GREGORI, 1993).

4.7.1. As pastorais iniciam seus trabalhos com as “mulheres em situação de prostituição”

A história de atuação das Pastorais das Mulheres Marginalizadas (PMM) no Brasil tem início em 1963, com a vinda de três voluntárias francesas da organização Ninho da França (que realiza trabalho com prostitutas), Edit Benoist, Tânia Micherda e Geneviève Noël, conforme nos informa o site da instituição. Vieram a pedido de Dom Antônio Batista Fragoso, bispo do Maranhão, e implantaram ações também no Ceará e no Piauí, depois se expandindo para outras localidades. Em 1974, a Igreja Católica assumiu o trabalho com “as mulheres em situação de prostituição” e foi realizado o I Encontro Nacional da Pastoral da Mulher Só e Desamparada (viria a se chamar da Mulher Marginalizada, em 1980, no IV Encontro). Os encontros nacionais visavam definir objetivos do trabalho, linhas de ação, buscando lutar contra a manutenção da prostituição através de alternativas de vida. Em 1987, a PMM passa a ser considerada pastoral social, sendo integrada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (PMM, [S.d.]). As pastorais sociais almejam a transformação social, realizando ações de conscientização, organização e mobilização, pensadas a partir da análise da realidade social que causa a marginalização (SPS, [S.d.]

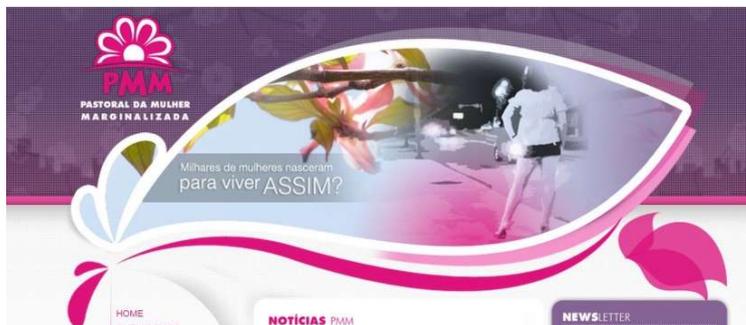
A PMM tem como missão “Ser presença solidária, profética e evangélica junto à mulher em situação de prostituição, construindo relações humanas e humanizadoras”. Dentre seus objetivos específicos estão: fortalecer a autoestima e descoberta de talentos; suscitar novas relações de gênero; conscientizar e sensibilizar para a busca de direitos

e exercício da cidadania; incentivar o protagonismo, apoiando tomadas de decisão e organização; oferecer condições de geração e gerenciamento de renda para as que vislumbram abandonar a prostituição. Atua segundo os critérios do método “Ver, julgar, agir e celebrar” e também os preceitos da pedagogia popular de Paulo Freire, de empoderamento social e histórico (PMM, [S.d.]). Através de sua missão profética e evangélica, atua para que as mulheres prostituídas possam ser agentes de sua libertação, contribuindo para sua inserção em movimentos populares e sociais (SPS, [S.d.]).

De acordo com Andreia Skackauskas, na tese “Prostituição, gênero e direitos: Noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada”, a PMM é organização cristã e abolicionista, profundamente influenciada por movimentos de esquerda a favor da justiça e contrários à desigualdade social. Sofre influência de ideias feministas para construir uma lógica de resgate e vitimização das prostitutas e, à medida que as prostitutas vão se constituindo enquanto sujeitas políticas, a pastoral vai se aproximando mais de retóricas abolicionistas mais radicais (SKACKAUSKAS, 2014).

A partir de 1986, a palavra “prostituta” vai desaparecendo do discurso da pastoral, ganhando destaque termos como “vítima da prostituição”, “mulher marginalizada”, “mulher” ou “mulher da zona” (SKACKAUSKAS, 2014). Podemos observar, pela leitura de materiais produzidos pela PMM, CNBB e outros, que as instituições utilizam termos como “mulher em situação de prostituição”, “marginalizada” ou “prostituída”²⁸, para se referir à profissional do sexo. Abaixo, trazemos uma imagem da página de abertura do site da PMM, que deixa clara sua postura negativa frente à prostituição, ao estampar uma mulher de roupas curtas parada na rua e a frase “Milhares de mulheres nasceram para viver ASSIM?”.

²⁸ O termo mulheres prostituídas é defendido por abolicionistas, como Sheila Jeffreys, por explicitar o lugar do perpetrador e da vítima, numa relação de violência em que não haveria possibilidade de escolha por parte da última (JEFFREYS, 2008).



Abertura do site da Pastoral da Mulher Marginalizada

O blog mantido pela PMM apresenta os principais pontos discutidos e abordados pela mesma a cada década, a partir dos anos 1970. Nesta primeira década, destaca pontos como a realização de três encontros nacionais; a solicitação à CNBB da inclusão de disciplina sobre trabalho com mulheres prostitutas no currículo de seminaristas; o estudo das legislações; a realização de abordagem de rua; o incentivo à denúncia do descumprimento de oito convênios existentes entre o Brasil e outros países, contra o tráfico de mulheres e o incentivo à prostituição (PMM, [S.d.])

4.7.2. Militância católica de esquerda e puta?

Embora em outras partes do mundo as prostitutas estivessem já entrando com força no debate sobre a AIDS, este passo demoraria um pouco mais para ser dado no Brasil. Por aqui, reinavam as ações vinculadas a PMM, Teologia da Libertação e outras religiões, frequentemente associadas a movimentos políticos de esquerda. A história de Gabriela Leite, bem como de Lourdes Barreto e de outras militantes do movimento, inicia-se neste contexto religioso e é a partir dele que são realizados o primeiro encontro de prostitutas e também as primeiras edições do Jornal Beijo da Rua.

Como a própria Gabriela conta, ela passou um tempo adepta da teologia da libertação, acreditando na sociedade ideal, em que não haveria exploração, opressão ou prostitutas, além de se integrar à vertente católica do PT, história que começou na Vila Mimosa, no Rio de Janeiro. No seu tempo livre, na Vila Mimosa, ensinava crianças a ler e escrever e brincava com elas, e foi convidada, por Nilton Guedes, a realizar a atividade dentro do Banco da Providência, ligado à arquidiocese do Rio de Janeiro, que atuava com a recuperação de

prostitutas. Acabou sendo expulsa da entidade, por “se comportar como uma prostituta”, durante encontro de mulheres, na Tanzânia, em que saiu para beber e voltou tarde da noite para casa (LEITE, 1992). Chegou a ser acusada de fazer apologia à prostituição e ser ameaçada com cadeia (LEITE, 2009).

A primeira fala pública de Gabriela se deu no I Encontro de Mulheres da Favela e da Periferia, no Centro de Convivência do Metro, em julho de 1983, organizado por Benedita da Silva (PT), primeira vereadora negra a se eleger no Brasil (LEITE, 1992). Junto dela foram mais duas prostitutas, e as três levaram uma faixa com os dizeres “Prostituta também é mulher” (LEITE, 2009). Este seria o início, ainda que embrionário, das relações que desenvolveria com o partido.

Após a manifestação de 1979 e a fala pública em 1983, Gabriela, já morando no Rio de Janeiro e trabalhando na Vila Mimosa, foi ficando famosa por suas entrevistas e foi convidada pelo teólogo Leonardo Boff, da Teologia da Libertação, que havia sido apresentado a ela pela feminista Rose Marie Muraro, para um jantar, junto com outras prostitutas. Boff era assessor do encontro que seria promovido pela Pastoral em Salvador, a ocorrer em 1984, para o qual a convidou. Logo nesse encontro, chamou sua atenção que as prostitutas eram chamadas de “meninas”, enquanto ela se apresentou, na mesa em que falou juntamente com Boff e mais três prostitutas, como “prostituta”, causando tensões (LEITE, 1992). Ao questionar Boff sobre o motivo de tal termo, ele explicou que a pastoral considerava muito forte “prostituta”, optando por uma denominação mais carinhosa (LEITE, 2009). Gabriela Leite afirma que este encontro representou uma mudança de perspectiva e atuação por parte da pastoral, que deixou de ver a prostituição como pecado individual e passou a percebê-la como fruto da estrutura política e econômica do País, sendo necessário um trabalho de conscientização (LEITE, 1987).

Foi num encontro da Pastoral que Gabriela conheceu Lourdes Barreto, outra das veteranas militantes do movimento de prostitutas, do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC), de Belém do Pará. Durante um encontro em Caxias, reuniram-se com outras prostitutas em um quarto, insatisfeitas com o evento, e decidiram que precisavam criar um evento só delas, para falarem livremente, beberem, fumarem, se aproximarem de outras prostitutas (LEITE, 1992).

Em 1986, Gabriela foi procurada por Fernando Gabeira, que queria se candidatar a governador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e que pedia seu auxílio para convocar uma reunião de discussão de suas ideias. Ela se envolveu ativamente na campanha e suas falas públicas sobre a prostituição começaram a incomodar a liderança católica do partido (LEITE, 1992). Era considerada reacionária, pois discordava da ideia de que as prostitutas deveriam ser conscientizadas da opressão e violência a que seriam submetidas.

Com o sonho do encontro nacional na cabeça, Gabriela recebeu convite de Rubem Cesar Fernandes para sistematizar seu trabalho e participar de um projeto dentro do ISER (Instituto de Estudos sobre Religião), do qual era coordenador. Tornou-se amiga de Edda Mastrangelo e, através de seu marido, o pastor presbiteriano Zwinglio Mota Dias, hoje professor aposentado da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), conseguiu um financiamento de US\$ 7.000 do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), de Genebra, para a realização do evento (LEITE, 2009). Começou a viajar pelo Brasil e a conhecer outras áreas de prostituição, levando consigo militantes do PT (LEITE, 1992).

Não há muitos trabalhos sobre a prostituição feminina ao longo destas décadas (1970 e 1980), realçando que este não era ainda um campo tão atraente para a academia quanto o é nos dias de hoje. Jefferson Afonso Bacelar, no livro “A família da prostituta” (BACELAR, 1982), oriundo de sua dissertação de mestrado do curso de Pós-Graduação em Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, sob orientação de Zahidé Machado Neto, busca tratar a prostituição para além do “comércio da carne”, vislumbrando a prostituta de classes populares de Salvador como mãe de família, educadora, responsável pela manutenção econômica. O objetivo da dissertação era compreender a organização de um tipo de família chefiado por mulheres que se prostituem. Vale ressaltar que o autor utiliza expressões que remetem à prostituição como um trabalho, em que o que está em negociação é o produto do trabalho sexual ou a força de trabalho sexual. Outro ponto relevante é que Bacelar atuava na Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, possuindo anteriormente contato com a região de prostituição chamada de Maciel e seus habitantes, o que facilita sua inserção neste ambiente e determina seu olhar, marcado por dados censitários e que remetem à população em geral do bairro.

Maria Dulce Gaspar, em seu livro “Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e identidade social” (GASPAR, 1985), fruto de sua dissertação de mestrado defendida em 1984, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação de Gilberto Velho, apresenta pesquisa que teve início em 1979, com prostitutas de Copacabana, objetivando entender a organização social e o sistema de representações da prostituição em boates neste bairro, exercida por mulheres jovens e de classe média. O livro traz como diferencial este público, pouco estudado até os dias de hoje, a maioria dos trabalhos se concentrando em outros segmentos de prostituição, além das técnicas de pesquisa, que incluem a pesquisadora agir como prostituta, para ter acesso a espaços e interlocutoras.

No levantamento de artigos da SciELO, o único que encontramos foi produzido por Monique Augras, em 1985. A autora, em “Poder do desejo ou desejo do poder” (AUGRAS, 1985), executa um esforço de comparação com artigo de Néstor Perlongher, publicado no mesmo volume e que se refere à atuação de michês (homens que se prostituem), com observações sobre a prostituição feminina. Para a autora, a violência não se encontra nos pontos obscuros dos contratos estabelecidos na prostituição, mas estes, em si, seriam violentos, ao fragmentar o corpo em pedaços a serem negociados, reduzindo o mesmo à projeção fantasmagórica do corpo masculino. Acredita, assim, na negação da alteridade desta mulher. Por fim, estabelece que a prostituição seria uma amostra privilegiada das hierarquias de poder a que todas as pessoas são submetidas. Podemos observar que a autora coaduna com visões feministas de que a prostituição seria, intrinsecamente, uma forma de violência e que geraria consequências em toda a sociedade. Outro ponto que merece relevo é que a mesma não cita nenhuma pesquisa de campo com as prostitutas. Cabe enfatizar que Augras foi orientadora de mestrado de Sandra Azerêdo, autora do projeto Puta Sedução, desenvolvido em BH, sobre o qual me deterei adiante.

4.7.2.1. Primeiros passos da Rede Brasileira de Prostitutas

O Primeiro Encontro Nacional das Prostitutas ocorreu em 1987, na Fundação Calouste Gulbenkian, no Rio de Janeiro, com o encerramento no Circo Voador e tendo grande repercussão na mídia. Foi

o primeiro encontro de prostitutas realizado na América Latina (LEITE, 1992). O evento contou com Edda como produtora e Flávio Lenz, então editor da publicação do Iser, como assessor de imprensa. Compareceram mais de 2 mil pessoas, além de imprensa de todo o mundo e, apesar da diversidade de temas propostos, todos os caminhos levavam ao tema da violência policial (LEITE, 2009).

Em um texto de Gabriela Leite sobre a preparação para o primeiro encontro, localizado nos arquivos da Davida, ela destaca que a ideia surgiu dentro dos encontros da Pastoral da Mulher Marginalizada, em que havia pouco espaço de fala para as prostitutas, que viam a necessidade de articulação alternativa. Conta que no Encontro Regional Leste-Sul, de 1986, em Caxias do Sul (RS), solicitaram que fosse realizada reunião apenas com prostitutas, que decidiram pela realização de um encontro nacional em que agentes externas poderiam apenas ser observadoras. O objetivo principal articulado seria a organização das prostitutas em movimento nacional de luta pela cidadania e melhoria de condições de vida (LEITE, 1987). Um trecho escrito neste documento revela como a visão da militante era diferente naquele momento, no que tange à prostituição, que não deveria existir (se aproximando a ideias abolicionistas), mas já demarcava sua posição de são sujeitas políticas.

Entendemos também que nós, prostitutas, não acreditamos na prostituição, mas que somos sujeitas de nossa própria história e que precisamos estar unidas em um movimento para lutar contra a prostituição e consequente exploração, mostrando assim o reverso da medalha (LEITE, 1987, p. 4)

Conforme nos relata Aparecida Fonseca Moraes, este primeiro encontro foi promovido pelo programa “Prostituição e direitos civis”, coordenado por Gabriela Leite e que funcionava no Iser. Uniu mulheres prostitutas que também tinham passagem por outras organizações populares, costumeiramente vinculadas à Igreja Católica e à Pastoral da Mulher Marginalizada. Tinha como objetivo facilitar a articulação de uma rede de contatos e intercâmbios entre as prostitutas do País, com ações conjuntas e busca por direitos, embora os debates tenham se focado mais ao redor dos conflitos e tensões produzidos pela condição de ser prostituta. Foi organizado na forma de grandes plenários e pequenos grupos, mas os momentos de discussão ganharam força mesmo nas conversas mais informais, em diferentes espaços. A autora

destaca que as reportagens sobre o encontro traziam a prostituição não como questão de polícia, mas social e política, o que representava uma importante mudança de foco (MORAES, 1996). Abaixo, trazemos uma reportagem do Jornal do Brasil que relatava a realização do evento com destaque para a fala de Gabriela Leite, que declarava que as prostitutas sofrem violência e são desprezadas pela sociedade (JB, 1987).

Prostitutas abrem sua reunião

Emocionada, a socióloga Gabriela Silva Leite, ex-prostituta da Boca do Lupo de São Paulo, abriu ontem o 1º Encontro Nacional de Prostitutas, no Centro de Artes Calouste Gulbenkian, na Praça 11. Além de lembrar a situação marginal em que vivem as mulheres que trabalham na rua e nos bordéis, ela citou a questão da violência a que são submetidas as prostitutas, e o desprezo com que são tratadas pela sociedade.

Cerca de 40 prostitutas, vindas de diferentes pontos do país, participaram do evento. Até a próxima quarta-feira elas estarão reunidas no Centro para discutir questões ligadas à saúde, à educação, à violência e à sexualidade. Na quinta-feira, o Encontro será encerrado no Círculo Voador, com a presença do vice-prefeito João Rezende, da atriz Laécia Santos e de outros artistas.

— Queremos resgatar nossa cidadania. A prostituta é discriminada, não tem o menor amparo e serve como bode expiatório de todas as doenças malditas. A prostituta tem que ser encarada como cidadã, tem que ter um mínimo de saneamento básico. Afinal de contas temos

hoje cerca de 10 milhões de mulheres que trabalham nas ruas, nos bordéis, nas zonas. Estamos nos organizando para que seja criada uma entidade nacional, que seja respeitada e ouvida — diz Gabriela, acrescentando que ao final do encontro será elaborado um documento para ser enviado à Assembleia Nacional Constituinte.

Organizadora do encontro, Gabriela Silva Leite se prostituiu quando ainda estava na faculdade (cursando ciências sociais na USP).

— Foi muito difícil no começo, pois eu só pretendia ficar trabalhando um mês no máximo.

Aos poucos, acrescentou, perdeu o preconceito, percebendo que aquelas mulheres com quem trabalhava, eram seres humanos e amigos. Ao contrário do que havia previsto, ficou na profissão oito anos.

Trabalhando atualmente como pesquisadora no Instituto de Estudos da Religião, onde está tentando resgatar a história da zona do Mangue, ela não pensa em voltar à antiga profissão, mas sonha com uma entidade representativa das prostitutas.

— Essa visão de que prostituta é uma farda-fel, uma mariposa, tem que acabar — diz Gabriela, acrescentando que a sociedade não pode continuar virando as costas para essas mulheres.

Para Enir Gonçalves, 46, Emma, como é conhecida no Mangue há 18 anos, a profissão de prostituta deveria ser legalizada.

—Chega de falar que nos somos grupo de risco. Nós usamos camisinha. Eu sou mulher da vida e sou um ser humano como qualquer outro. Mereço respeito — disse, emocionada, na abertura do encontro.

A exemplo de outras mulheres, ela procurou a prostituição porque o emprego que tinha como servente em uma escola do Estado não dava para sustentar as três filhas.

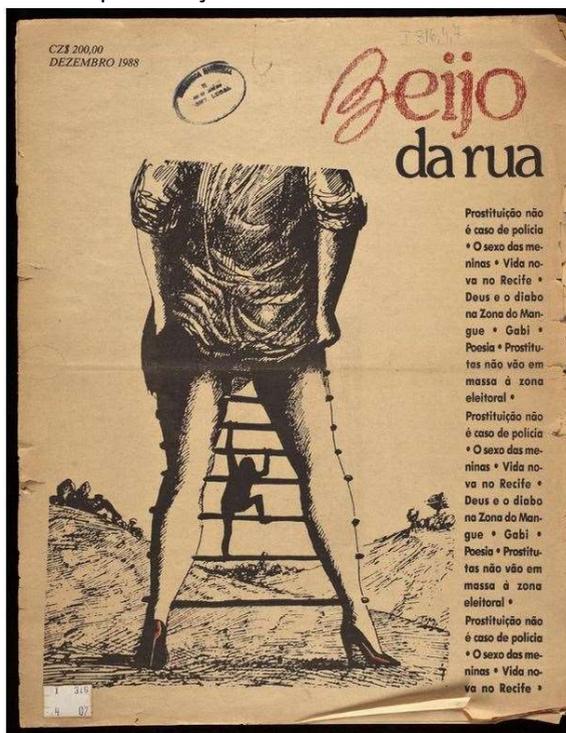
Emma denunciou a Casa do Hemofílico, que mandou funcionários ao Mangue para fazer exames de Aids e hepatite nas prostitutas e das suas parceiras, e afirmou que quatro delas estavam com Aids. Das dessas mulheres tentaram o suicídio à toa, pois, segundo Emma, fizeram novos exames no Instituto Oswaldo Cruz e nada ficou constatado.

Reportagem “Prostitutas abrem sua reunião”

Em uma entrevista, cedida à época, Gabriela destacava que, para considerar o encontro vitorioso, era essencial que as prostitutas sentissem que haviam estado num espaço apenas delas, “coisa que nunca sentiram”, além de destacar que a visão da recuperação deveria ser substituída pela da profissionalização (MAGALHÃES, 1987). Em outra, ressalta que a meta principal era a criação de sindicato ou associação e que era fundamental que as pessoas não fossem divididas pela parte do corpo que usam no trabalho, sendo as que usam a de cima da cintura honestas e laboriosas e as de baixo sem-vergonha e imorais (REIS, 1987). Pode-se observar o tom laboral que adquiriu sua fala nestes momentos, mesmo que por vezes mesclado por conteúdo mais abolicionista ou regulamentarista.

A primeira associação de prostitutas foi fundada em 1988, a partir do ocorrido em 1987, quando o Pastor Fanini, batista vinculado à Igreja Eletrônica Norte-Americana, comprou a TV Rio e a instalou em local ao lado da Vila Mimosa. Tentou expulsar, à força, prostitutas e demais moradoras do local. Elas decidiram que a criação de uma associação seria uma forma de resistir ao processo e criaram a Associação de Moradores e Amigos da Rua Miguel de Frias, formada quase exclusivamente por prostitutas, tendo Eunice como presidente.

Conseguiram audiência com o prefeito Saturnino Braga e o consequente comodato para todas as casas do Manguê (LEITE, 1992). Durante celebração ecumênica, organizada pela Associação, o pastor se comprometeu, frente a toda a imprensa presente, a não mais incomodar as prostitutas. O advogado do Iser, Modesto da Silveira, auxiliou na escrita e registro do estatuto e Gabriela permaneceu por apenas oito meses na Associação (LEITE, 2009). Posteriormente, a Associação se separaria da RBP e passaria a ser chamada de AMOCAVIM (Associação dos Moradores e Amigos do Condomínio da Vila Mimosa). No mesmo ano foi lançado o Beijo da Rua, durante o I Encontro de Prostitutas do Nordeste, realizado em Recife, e abaixo podemos visualizar sua primeira capa. O jornal, que posteriormente passaria a ser publicado pela ONG Davida, se tornaria uma das principais formas de transmissão de informações sobre prostituição e a RBP no Brasil.



Capa da 1ª edição do jornal Beijo da Rua

O Segundo Encontro de Prostitutas ocorreu no Rio de Janeiro, em 1989 (RBP, 2014), ano em que também se consolidaram os Encontros

Nacionais de ONG/AIDS e começou a ser implementado o Projeto Prevína. Foram debatidos novos temas, tais como as fantasias sexuais e a opção pelo termo que escolheriam para designar a atividade e as pessoas que a executam. Por sugestão de Gabeira, optaram por passar a usar o termo “profissionais do sexo”, mais politicamente correto (LEITE, 2009).

4.7.3. Trabalhos com prostitutas em Belo Horizonte

4.7.3.1. Pastoral da Mulher de Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, a Associação da Pastoral da Mulher (Posteriormente chamada de Pastoral da Mulher Marginalizada e Pastoral da Mulher) foi fundada em 1982, sendo parte da Arquidiocese de Belo Horizonte, atuando conjuntamente com instituições governamentais e não governamentais. Segundo o site da Arquidiocese, busca promover o exercício da cidadania, a consciência crítica, autonomia e fortalecimento da autoestima, favorecendo que a mulher atue como protagonista de sua própria história (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2014). Importante destacar que esta visão, presente hoje no site da instituição, diverge de outras apresentadas em documentos anteriores, indicando haver sofrido uma influência dos debates sobre prostituição e autonomia, travados por movimentos de prostitutas e outras parceiras.

Estatuto da PMBH (Pastoral da Mulher de Belo Horizonte), escrito em 2004, destaca que sua finalidade é “contribuir para a emancipação das mulheres marginalizadas, especialmente daquelas que ganham sua vida no exercício da prostituição” (APMM/BH, 2004). Visa criar laços entre as mulheres e apresenta-las a outras realidades, que permitam melhores condições de vida, possuindo projetos de inclusão digital, alfabetização, grupos de convivência e oficinas formativas e profissionais. Objetiva, ainda, concretizar uma nova perspectiva de vida e a reinserção no mundo do trabalho e em organizações sociais (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2014).

Segundo o site das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, a pastoral faz parte das pastorais sociais da arquidiocese e, embora existam outros quatro grandes focos de prostituição, a associação restringe sua ação ao hipercentro da cidade de Belo Horizonte, demarcando que este é o público-alvo da entidade. No mesmo endereço eletrônico, a Irmã Roseli afirma que a entidade propõe às prostitutas

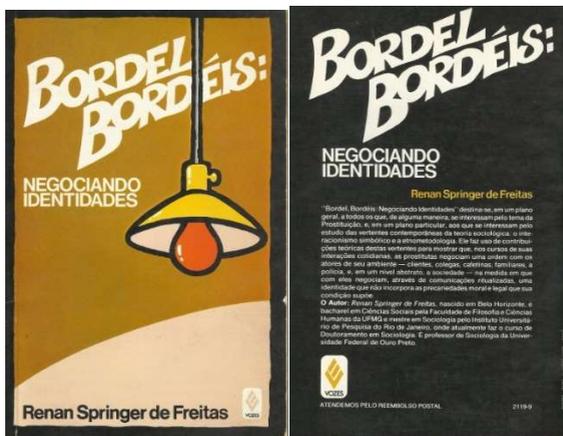
uma oportunidade para que descubram soluções alternativas à situação de prostituição (IRMÃS OBLATAS, 2014).

A Pastoral inicialmente se instalou no Bairro da Lagoinha, antiga área de prostituição da cidade, visando ficar mais próxima das “mulheres prostituídas”. As voluntárias realizavam visitas às áreas de prostituição, onde ouviam as prostitutas. Em 1986, alugaram duas outras casas em regiões de prostituição, nos bairros Bonfim e Lagoinha. Foi oficialmente registrada em 1987, constituindo-se como uma associação civil sem fins lucrativos, que visa a “promoção da libertação total das mulheres marginalizadas, especialmente as prostitutas”, momento em que se vinculou à Arquidiocese, nomeando-se Associação da Pastoral da Mulher Marginalizada (IRMÃS OBLATAS, 2014).

A Pastoral foi se tornando um ponto importante de encontro e debate entre as prostitutas, que a procuravam em busca de serviços especializados (como de psicologia) ou para realizar cursos diversos (pintura, costura, computação). Segundo Regina Medeiros, na década de 1980, a delegacia de mulheres realizou inúmeras abordagens aos hotéis de prostituição, levando, em ônibus cheios, prostitutas, funcionárias e donas para a delegacia, por vezes com o fechamento dos mesmos (MEDEIROS, REGINA, 2001). Neste momento, algumas prostitutas, inclusive de Belo Horizonte, já participavam de encontros nacionais da PMM, que foram quatro, entre 1980 e 1989 (PMM, [S.d.]). Hoje, a PMBH tem uma sede na Rua Guaicurus, conhecida como Cantinho da Paz.

4.7.3.2. Bordel, Bordéis

Em Belo Horizonte, destaco a produção da dissertação de mestrado “Bordel, bordeis: negociando identidades”, defendida pelo sociólogo Renan Springer de Freitas, no ano de 1983, sob a orientação de Eduardo Campos Coelho, no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). A dissertação originou o livro de mesmo nome, publicado em 1985, pela Editora Vozes (FREITAS, 1985), e que se tornou referência obrigatória para pesquisadoras brasileiras e belo-horizontinas.



Capa do livro "Bordel, bordéis: Negociando identidades"

A pesquisa de campo foi realizada entre 1980-1982 e, embora a dissertação tenha sido defendida no Rio de Janeiro, todo o trabalho de campo foi realizado em Belo Horizonte. Contou com entrevistas em profundidade com prostitutas, cafetinas, clientes, policiais, advogados de prostitutas e delegados, além da observação dos locais de prostituição. O enfoque se deu sobre a prostituição de rua e a de bordel, esta última subdividida em zona (que inclui a região dos hotéis da Guaicurus), *rendez-vous* e motel (FREITAS, 1985).

Renan Freitas aponta as possibilidades de negociação dentro da prostituição e a forma como estas impactam, por exemplo, na relação com clientes, evidenciando que o não cumprimento de acordos, ou a impossibilidade de realização dos mesmos (no que tange negociações afetivas e de conteúdo pouco definido), podem se tornar fontes de ruptura e conflito. Nestes casos, relata a procura por outro ator, normalmente o cafetão, que mediará os conflitos. Indica que prostitutas possuem regras com relação às ações que executam ou não, mas já deixa claro que, em alguns casos, estas são quebradas por questões diversas, como o interesse por um cliente ou seu desejo no momento. Podemos observar que o autor traz elementos que apontam no sentido de uma agência, por parte das prostitutas, nos processos decisórios, embora estas não impliquem em eliminação das situações conflituosas, que podem gerar violências (FREITAS, 1985).

O livro de Renan de Freitas se tornou referência na região, principalmente por mapear e apresentar as áreas de prostituição local,

bem como suas características, de forma clara e pormenorizada, além de trazer comparativos sobre os diferentes tipos de prostituição (FREITAS, 1985). Chama a atenção o fato de que, naquele momento, o pesquisador percorreu os ambientes de prostituição sem relatar a presença de movimentos organizados de prostitutas, aventurando-se pelos espaços sem auxílio de alguém, ou algum grupo, que o inserisse no contexto.



5. Consolidação dos movimentos de prostitutas (1990-2002)

A década de 1990 foi marcada, no campo das lutas das prostitutas, pelo impacto da epidemia da AIDS e das ações contra a mesma, paralelamente ao surgimento da terceira onda feminista. Os movimentos de prostitutas foram se aproximando cada vez mais dos movimentos de luta contra a doença, que propunham uma ação conjunta (BRASIL, 2002), diferente de outros movimentos sociais (como o feminismo), que tinham dificuldades em integrar as prostitutas às suas causas.

As feministas negras e do chamado “terceiro mundo” questionavam a unidade do feminismo, ao afirmar que algumas questões centrais às feministas brancas, de classe média e de países de “primeiro mundo” são contraditas pela experiência negra ou ainda se mostram periféricas nesta. Neste processo, fortalecem-se ideias da existência de *feminismos* (no plural) e de categorias de opressão que se interseccionam, interconectam e sobrepõem (SCHOLZ, 2012), conforme apresentado no capítulo dois. O movimento feminista se via marcado por cisões que questionavam a origem em comum das opressões, indagando a existência de uma categoria “mulheres” que resumiria as formas de opressão, como nos informa Judith Butler, presumindo a existência de uma identidade única (BUTLER, 2003).

Os movimentos de prostitutas, que são anteriores ao surgimento da AIDS e já traziam reivindicações de ordens diversas, se viram fortemente influenciados pelo surgimento da doença. As prostitutas, como havia acontecido na época da epidemia de sífilis, voltaram a ser percebidas como foco de doença e de intervenção, como “problema de saúde pública”. As políticas e financiamentos públicos voltados para este grupo sofreram um grande aumento e, no geral, o foco se deu exclusivamente sobre sua saúde e comportamento sexual. Ao redor do mundo, inclusive no Brasil, observamos os grupos de prostitutas se transformarem (ou se constituírem enquanto) em ONGs, se aliarem a ONGs de combate à AIDS, receberem financiamentos para suas ações. A AIDS tomou conta do cenário e as prostitutas eram percebidas a um só tempo como grupo de risco e agentes de saúde, vendo suas lutas sendo progressivamente mais permeadas pelo combate à doença.

No caso do Brasil, o período escolhido, fortemente permeado também pelo debate da AIDS, remete aos três primeiros mandatos presidenciais frutos de eleições diretas, após a ditadura militar. Os

governos de Fernando Collor de Mello / Itamar Franco (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 / 1999-2002) foram marcados pelo neoliberalismo, com a abertura comercial, as privatizações e a redução da participação estatal.

5.1. A epidemia da AIDS convoca para a luta e a ação conjunta

A epidemia da AIDS, no início dos anos 1980, foi um marco importante na consolidação e surgimento de diversos movimentos vinculados aos grupos considerados, naquele momento, “de risco”. Como nos traz o sociólogo, historiador e ativista britânico Jeffrey Weeks, a epidemia, vista como um “câncer gay”, atingiu, num primeiro momento, populações homossexuais já marginalizadas que, frente aos poucos recursos, se viram convocadas à luta e à organização (WEEKS, 1995).

Na década de 1990, as ações de combate à AIDS foram ganhando força e, junto com elas, novas organizações de prostitutas e o surgimento destas como importantes atrizes políticas, nos diálogos com a academia. O período foi marcado pelo surgimento de diversas novas atrizes no campo de estudos, intervenção e ação política da prostituição, que foi adquirindo novos contornos. Os encontros de ONG/AIDS e os Congressos de AIDS foram se tornando, com a maior organização do movimento de prostitutas, lócus importantes para os encontros e debates. Fundos governamentais de combate à epidemia favoreceram que grupos que atuavam com esta população pudessem se institucionalizar e se encontrar nos eventos bianuais internacionais de AIDS (CHATEAUVERT, 2014).

Adriana Piscitelli destaca que o tema da prostituição já gerava interesse entre as feministas desde a década de 70 e que Gabriela Leite afirmava que as relações começaram a se tornar mais tensas a partir dos anos 90. Neste período, marcado pelo feminismo de terceira onda, apareceram visões ambivalentes e negativas sobre a prostituição, aliadas à profissionalização do movimento (PISCITELLI, 2012). José Miguel Nieto Olivar enfatiza que houve maior sofisticação política e conceitual e tomaram lugar divergências políticas dentro do movimento de prostitutas nacional, havendo aquelas que lutavam pela profissionalização e pelos direitos trabalhistas (prostituição como opção identitária) e as que buscavam seus direitos enquanto mulheres, para

além ou apesar da prostituição (prostituição como condição temporária) (OLIVAR, 2010).

Nos anos 1990, em São Francisco, uma terceira onda de feministas, *queer* e profissionais do sexo (maioria mulheres, mas incluindo também homens e trans) começaram a criar organizações laborais para enfrentar problemas ocasionados pela expansão da indústria comercial do sexo. Surgiram grupos e projetos como Exotic Dancers Alliance (EDA), US PROStitutes Collective (US PROS), Sex Workers Outreach Project USA (SWOP-USA), Feminist Anti-Censorship Taskforce (FACT), St. James Infirmary, PONY-X press, Danzine, Hook. Em junho de 1999, foi inaugurada a primeira clínica de saúde ocupacional para profissionais do sexo, a St. James Infirmary (SJI), que unia redução de danos à organização comunitária. Neste período, o movimento começou a se diversificar, ao não focar apenas nas mulheres e se basear nos direitos humanos, influenciadas por análises interseccionais e *queer*, que iam contra uma identidade essencialista da prostituta. Em 1990, Carol Leigh, vestida como Scarlot Harlot, liderou uma marcha de cerca de 300 profissionais do sexo durante a VI Conferência Internacional de AIDS, para protestar contra a exclusão das prostitutas das pesquisas sobre a doença, embora fossem consideradas vetores (CHATEAUVERT, 2014).

O primeiro encontro europeu de prostitutas aconteceu em 1991 e teve como principais conquistas o estabelecimento de reivindicações como o reconhecimento de que a prostituição é uma profissão e a luta pela legalização da atividade (STRACK, 2005). Em 1992, Alexander participou do encontro da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, e foram desenvolvidos parâmetros de saúde para pessoas na indústria do sexo (CHATEAUVERT, 2014).

Segundo informações contidas no seu site, a NSWP foi estabelecida como uma aliança informal, em 1990, por um grupo de ativistas dos direitos de trabalhadoras do sexo, que desenvolviam projetos na área, ao redor do mundo. A organização desenvolve atividades em parceria com outras organizações, tendo como princípio a participação de profissionais do sexo em diversos níveis, e publica trabalhos e periódicos em consonância com seus princípios, tais como o "Research for Sex Work". Realiza lobby para interferir em decisões políticas ao redor do mundo, como a inclusão da noção de coerção, no Protocolo de Palermo, ou a reconsideração das políticas da UNAIDS

frente às profissionais, em 2007, como debateremos adiante. Em 2008, foi oficialmente registrada na Escócia como uma organização privada sem fins lucrativos (NSWP, 2015).

Paulo Longo, profissional do sexo e então coordenador da NSWP, realiza um histórico da mesma no Beijo da Rua. Conta-nos que foi fundada em uma conferência de AIDS, em 1990, quando um grupo de ativistas (homens, mulheres e trans) constatou a necessidade de se aliarem na luta contra a epidemia. A ação era, inicialmente, focada na escrita de cartas e na pressão por políticas públicas, além da busca de financiamentos (com constantes respostas negativas).

Os encontros da rede se davam nas conferências de AIDS (anuais até 1994, depois bianuais). Em 1992, foi reavivado o Comitê Internacional para os Direitos das Prostitutas (ICPR), por atuações do grupo holandês Rode Draad. No ano de 1993, lançaram, no encontro em Berlim, o slogan "Sex Workers part of the solution" (profissionais do sexo parte da solução), reivindicando a participação dessa população nas políticas de saúde (LONGO, 2004).

No Jornal Beijo da Rua de 2002, vemos o início da coluna Gira Internacional, de Friederike Strack, militante alemã da ONG Hydra, que se radicara no Brasil e passara a escrever sobre o contexto internacional. Um fato interessante da coluna é que nos permite acompanhar os eventos que eram eleitos pela Davida e pela RBP como sendo representativos e importantes de constar no informativo. A autora destaca, em um de seus textos deste período, a Lei para Regular as Relações Jurídicas das Prostitutas, apelidada de "Lei da Prostituição", em vigor há quatro meses em seu país de origem. A lei, que serviria de inspiração para o Projeto de Lei de base regulamentarista apresentado pelo então deputado Fernando Gabeira no ano seguinte, tornou possível fazer denúncias contra clientes e contratos com donos de locais, por exemplo. A autora destaca os progressos, mas também a necessidade de avançar em outras pautas reivindicadas pelas trabalhadoras do sexo (que lá optam pela expressão "companheiras do prazer"), como impedir a delimitação de áreas específicas para o exercício da atividade (zonas de tolerância) (STRACK, 2002). Catherine Deschamps, antropóloga social francesa, conta que, no mesmo ano, um projeto de lei na França mobilizou, como só havia acontecido antes nos anos 1970, as prostitutas francesas e algumas associações feministas, que ocuparam as ruas (Deschamps, 2011). A "Lei da segurança interior" (LSI) penaliza a

abordagem (*racolage*) passiva e atinge mulheres que atuam em vias públicas, por vezes se vendo obrigadas a procurar lugares menos acessíveis e seguros (FRANÇA, 2011b).

O combate à AIDS e sua prevalência no âmbito das chamadas ONGs/AIDS e de esferas governamentais favoreceram o diálogo entre prostitutas, acadêmicas e outras parceiras em projetos e ações. Na década de 1990, os diálogos entre trabalhadoras do sexo e acadêmicas, no que toca à produção de textos, tornou-se mais forte, com as segundas apoiando ideias que surgiam do movimento organizado das primeiras. No ano de 1994, foi publicado o *Social text 37*, que marcou o início de uma trajetória de coletâneas que mesclavam textos de prestadoras de serviços sexuais, ativistas e acadêmicas a nível internacional. Neste volume, questiona-se o estigma vinculado à prostituição e visões feministas sobre a mesma (PISCITELLI, 2005). Em 1998, foi lançado o livro “*Global sex worker: Rights, resistance and redefinition*”, cujas organizadoras se afirmam como uma acadêmica, Kamala Kempadoo, e uma trabalhadora sexual, Jo Doezema. A primeira destaca, na introdução, a opção pelo termo “trabalhadora do sexo” como vinculada à percepção da luta pelo reconhecimento enquanto trabalho digno de direitos humanos, além de ser apenas um aspecto da vida das pessoas que se inserem nas atividades e de ser uma categoria que traz as marcas da história e do contexto em que se inserem. Um ponto importante é sua percepção de que a noção de trabalho sexual permite a mobilização por condições melhores de exercer a atividade e de resistir à exploração (que é intrínseca às relações de trabalho, no contexto capitalista), além de favorecer a união entre prostitutas e feministas, contra a desvalorização de atividades desenvolvidas por mulheres (KEMPADOO, 1998).

5.2. A AIDS e os movimentos de prostitutas no Brasil

O período entre os anos 1990 e 2002 foi marcado pelo predomínio de um projeto neoliberal nos governos brasileiros. De acordo com Brasília Sallum Jr, as eleições de 1989 foram responsáveis por radicalizar as polarizações político-ideológicas estado/mercado e nacional/internacional. Fernando Collor foi eleito como sendo o porta-voz do antiestatismo e implementou ações como a suspensão de barreiras não tarifárias às compras no exterior, a privatização de empresas estatais, a redução das despesas do Estado (SALLUM JR, 1999). O governo Collor teve, inclusive, forte impacto sobre as políticas de

combate à AIDS, com o corte de despesas públicas destinadas a este fim. Sallum Jr ressalta que a ótica liberal implementada durante o governo Fernando Henrique Cardoso teve seu início ainda no governo de Itamar Franco (1992-1994), quando FHC, então Ministro da Fazenda, implantou o Plano Real, favorecendo a estabilização da economia e a valorização da moeda nacional frente ao dólar. Porém, foi durante seus governos como presidente que a aliança entre a direita e o centro político partidário possibilitaram um liberalismo econômico como característica mais forte, com a redução da participação estatal em atividades econômicas e o tratamento igualitário a empresas de capital nacional e estrangeiro (SALLUM JR, 1999).

Durante este período, observa-se o retraimento de diversos movimentos sociais e, paralelamente, sua inserção em debates e esferas públicas. A participação feminina na política foi ampliada, mas ainda se observava sua baixa presença nos cargos de primeiro escalão e no campo eleitoral. As questões das mulheres começaram a aparecer em propostas de candidatas. Há um aumento do feminismo difuso, sem militantes ou organizações, defendido por pessoas que podem até mesmo não se identificar como feministas. Muitas formaram ONGs, a partir das quais atuavam, sendo a participação das demais mulheres limitada, o que não ocorria na militância dos anos anteriores, e a luta se torna segmentada (PINTO, 2003).

A atuação do poder público brasileiro frente ao fenômeno começou a ganhar corpo no início da década de 1980, sendo a AIDS definida, como nos aponta o médico brasileiro Paulo Roberto Teixeira, como questão de saúde, com enfoque sobre a vigilância epidemiológica, assistência médica e discurso de não-discriminação (TEIXEIRA, 1997). Em meados dessa década, foi criado o Plano Nacional de AIDS (1986), do Governo Federal, e, paralelamente, iniciou-se a disponibilização de recursos para organizações da sociedade civil que visassem atuar frente ao fenômeno, surgindo as chamadas “ONG AIDS”.

A década de 1990 trouxe a consolidação de diversas políticas frente à AIDS, bem como de grupos que atuavam nesta área. Contudo, cabe destacar que, nos primeiros dois anos, relativos ao governo do então presidente Fernando Collor, projetos como o Previna foram suspensos e as articulações em níveis estaduais e municipais se tornaram especialmente precárias (PARKER, 1997). Entre 1994 e 1998,

foi assinado o primeiro acordo com o Banco Mundial, com a retomada do Projeto Previna, então nomeado Previna 2 (BRASIL, 2002).

Se o movimento de prostitutas, em nível nacional, já havia sido iniciado, a AIDS convocava para a luta e acabava por delimitar formas específicas de configuração nos momentos seguintes. Diversos grupos de prostitutas, e ONGs que atuam com este público, começaram a propor e desenvolver projetos financiados pelo Ministério da Saúde. Os projetos desenvolvidos por atrizes da RBP tinham como enfoque a conjugação entre prevenção e organização da categoria (BRASIL, 2002; RBP, 2014). Com o crescimento de demanda de ações com os então chamados “grupos de risco”, prostitutas passaram a ser multiplicadoras/agentes de saúde, executoras de projetos, consultoras para as ONG que os desenvolviam. O “Projeto Previna”, que tinha como público-alvo profissionais do sexo (prostitutas, travestis, michês), homossexuais, presidiários e usuários de drogas, foi sendo alterado pelos debates das coordenações estaduais e nacionais de DST/AIDS com os grupos de prostitutas, que se colocaram como protagonistas no processo de prevenção da categoria.

Em um documento de 1991, da então chamada Rede Nacional de Prostitutas, eram descritos os objetivos da mesma: retirar as prostitutas do isolamento a que eram submetidas, que se refletia na violência policial, no descaso dos serviços públicos de saúde e na introjeção de valores negativos sobre sua vida e profissão, levando-as a atitudes autodestrutivas. Objetivos específicos: realizar encontros, envolver e sensibilizar a sociedade, prestar assessoria aos órgãos que atuam junto à prostituição, criar um espaço de celebração e de exercício para a autoestima das prostitutas; apoiar trabalhos e/ou movimentos de prostitutas em todo o território nacional; produzir textos que divulguem o trabalho realizado e seus objetivos (RNP, 1991).

Em 1992, Gabriela Leite, Flávio Lenz e seu pai, Waldo Aranha Lenz César, que era um dos fundadores do Iser, decidem deixar o Instituto. Gabriela estava sendo mal vista na entidade, após começar a namorar Flávio, que era anteriormente casado com uma amiga sua; passava a ser considerada uma mulher perigosa, que “roubava homem”, questões que foram expressas em um manifesto escrito por uma das integrantes. Neste período, Gabriela recebia uma bolsa de estudos da Asoka e já trabalhava pouco com a prostituição, deixando de vez a atividade ao começo do relacionamento (LEITE, 1992).

A saída do Iser foi o gatilho para a fundação da Davida – Prostituição, direitos civis e saúde, no ano de 1992. Queriam uma instituição cujo objetivo único fosse a defesa dos direitos de prostitutas e seu reconhecimento como profissão, além da busca por mais cidadania. Waldo foi presidente da instituição enquanto esteve vivo. Apesar do sonho começar a se tornar realidade, as financiadoras não queriam subsidiar uma instituição nova, sem credibilidade, ou “uma puta e seu cafetão”. Gabriela, Flavio e Waldo decidiram abrir um restaurante, deixando a Davida um pouco para segundo plano, até começarem a receber o primeiro financiamento do Programa Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde (LEITE, 2009).

A década de 1990 assistiu ao surgimento de diversas associações e grupos de prostitutas, muitas delas relacionadas às ações do Projeto Previna, como GEMPAC (Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central), a APROCE (Associação de Prostitutas do Ceará) e a ASP (Associação Sergipana de Prostitutas), a Davida – Prostituição, Direitos Civis e Saúde, o NEP (Núcleo de Estudos sobre a Prostituição), e o jornal Beijo da Rua começou a ser editado (BRASIL, 2002). Em 1994, ocorreu o Terceiro Encontro Nacional das Trabalhadoras do Sexo, que mudou de nome para se adequar ao debate que estava sendo feito no resto do mundo, e também tornar-se mais “politicamente correto”. Durante o encontro, decidiu-se por dividir a RBP em coordenações, nacional e regionais (BRASIL, 2002). Os grupos religiosos começaram a atuar de forma mais enfática frente ao fenômeno neste período, sendo corriqueira a incorporação da prevenção à doença a pautas já existentes junto a grupos “excluídos”, como ocorreu com a Pastoral da Mulher Marginalizada (GALVÃO, 1997).

No ano de 2002, foi lançada no Brasil a Campanha “Sem vergonha”, financiada pelo Ministério da Saúde e desenvolvida com o apoio da Rede Brasileira de Prostitutas. A campanha incluía um kit informativo com caderneta, broches e adesivos. O material tinha como personagem principal a prostituta “Maria sem-vergonha” e trazia lemas como “Sem vergonha, garota! Você tem profissão!”. A campanha visava subverter o significado negativo comumente atribuído à expressão “sem-vergonha” (que remete a ideias como canalha, devassa, e que são corriqueiramente usadas como forma de “slut shaming” e de humilhação para prostitutas e mulheres que fogem às normas), ao propor que as prostitutas não tenham vergonha de sua profissão

(dissociando a prostituição de ideias como “vida fácil”, por exemplo). De acordo com Flávio Lenz, o conteúdo foi desenvolvido juntamente com o comitê assessor para profissionais do sexo, formado por prostitutas, coordenadoras da Rede, travestis e consultoras. Foi sugerido o slogan “Sem vergonha de ser puta”, que recebeu apoio inicial do governo, mas acabou sendo vetado por membros do Ministério da Saúde (MS). O autor ainda destaca que foi a primeira campanha de massa para prostitutas que contou com apoio do governo brasileiro e a primeira vez que a estratégia de valorização do trabalho e dos direitos das prostitutas aparece, embora já fosse bandeira antiga do movimento (LENZ, 2002).

Abaixo trazemos imagens de adesivos da campanha, que evidenciam seus enfoques, além da prevenção, na autoestima, na valorização da prostituição enquanto trabalho e das prostitutas enquanto sujeitas de direitos. Até hoje vejo estes adesivos colados em quartos das prostitutas e algumas contam da emoção de se deparar com os mesmos pela primeira vez e se sentirem representadas.



Adesivos da campanha “Sem vergonha, garota! Você tem profissão!”

Neste ano, vemos no jornal Beijo da Rua²⁹ a realização de uma pesquisa sobre o nome que as leitoras preferiam para sua atividade. O

²⁹ É importante destacar que, após alguns anos, o jornal passa a ser publicado tanto online quanto em sua versão física, sendo este um momento em que diversas discussões, que estavam já acontecendo dentro do movimento,

debate era uma questão importante, haja vista os diversos termos já adotados pela rede, num ir e vir de opção pelas palavras “puta”, “prostituta” ou “profissional do sexo” (DAVIDA, 2002a).



PESQUISA
Davidida

O Beijo recebeu muitas opiniões sobre o melhor nome profissional para as mulheres que fazem sexo por dinheiro vivo. E quer mais, principalmente agora que um novo projeto de lei para regulamentar a prostituição está sendo preparado. Então vamos lá. Marque abaixo até duas opções ou escreva um nome diferente dos apresentados. Depois, ligue para a redação, 2224-3532, no Rio, e diga para a Cris qual é a sua preferência. Você também pode recortar e enviar para Rua Santo Amaro 129, Rio – RJ, CEP 22211-230.

Meretriz()	Dadeira()
Profissional do sexo()	Programeira()
Trabalhadora do sexo()	Bordeleira()
Trabalhadora sexual()	Rameira()
Defensora do sexo()	Garimpeira de macho()
Acompanhante do prazer ()	Libertina()
Companheira do prazer .()	Cocote()
Atendente de executivo .()	Fêmea()
Atendente de operário .()	Messalina()
Mulher da vida()	Rapariga()
Mulher do mundo()	Quenga()
Dama da noite()	Mulher de amor()
Cortesã()	

Outro nome (escreva aqui)

Pesquisa do Beijo da Rua sobre nomes para a profissão

Gabriela Leite, na “Coluna da Gabi”, destaca que, apesar de terem optado pelo nome politicamente correto “profissional do sexo”, ela considera que é uma expressão que não representa a categoria. Destaca seu apreço pela palavra “puta”, que considera “linda, sonora e

foram retomadas. A publicação do jornal online facilita o processo de construção dos fatos históricos que marcaram o movimento, ao trazer aqueles selecionados pelo mesmo como mais relevantes.

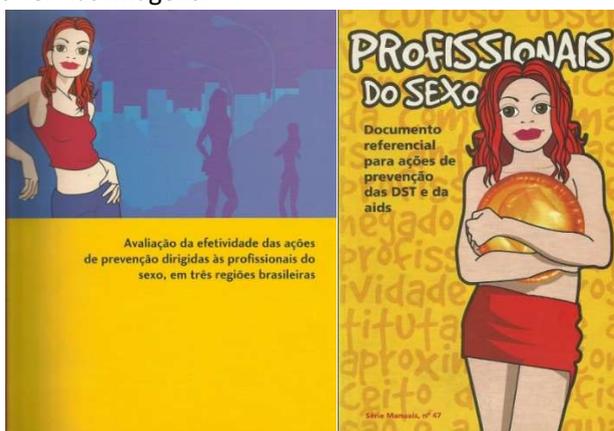
importante”, embora seja um palavrão usado, inclusive, para estigmatizar suas filhas e netas. Para ela, é importante reivindicar a palavra e tirar seu peso, para que se torne um elogio, algo do qual suas descendentes possam ter orgulho (LEITE, 2002b). Essa posição foi sustentada pela prostituta até o fim de sua vida, nos mais diferentes espaços e contextos. Em outra coluna, no mesmo ano, Leite ainda afirma que ser prostituta é tão bom ou ruim quanto qualquer outra atividade, mas que é necessário que as trabalhadoras se reconheçam como especialistas em fantasias sexuais e que é isso que comercializam (LEITE, 2002a). Vamos observando o movimento nacional adotar, cada vez mais, uma postura mais laboral.

No mesmo ano, ocorreu o Seminário Nacional “AIDS e Prostituição”, organizado pela Coordenação Nacional de DST/AIDS, que contou com participação de 180 pessoas entre membros do poder público estadual e municipal e integrantes de associações de profissionais do sexo, que travaram debates acirrados. O seminário foi considerado histórico pelo movimento, ao traçar recomendações tais como: ampliar a participação das profissionais do sexo na implementação e avaliação de ações governamentais de enfrentamento à epidemia; empoderar o movimento, incentivando a auto-organização e a educação de pares; rever horários de atendimento nos serviços de saúde para se adequar às necessidades desta população; fortalecer o movimento de prostitutas, promovendo visibilidade política e social do movimento e facilitando a agenda política do mesmo (DAVIDA, 2002c).

Foi lançada a primeira pesquisa nacional realizada com a categoria profissional, segundo o próprio Beijo da Rua, no especial “O retrato da prostituta brasileira”. A pesquisa foi encomendada pela Coordenação Nacional de DST e AIDS do MS e realizada pela Universidade de Brasília (UnB), sob a coordenação geral de Kátia Guimarães, com o acompanhamento de perto por parte de integrantes do movimento organizado. Para a coleta de dados, foram entrevistadas 3 mil mulheres em três regiões do país, comparando grupos de pessoas que participam e não participam de programas de prevenção, para verificar sua eficácia (DAVIDA, 2002b).

Os resultados da pesquisa foram publicados no manual “Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras” (BRASIL, 2003), organizado por Liliana Pittaluga e Denise Serafim. O trabalho de campo em Minas Gerais foi

coordenado por Alessandra Chacham, professora da PUC Minas. Neste documento, podemos ler recomendações para ações de prevenção com esta população, incluindo questões relacionadas ao estigma e à identidade profissional. Foi lançado no mesmo ano o manual “Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS” (BRASIL, 2002), que traz importantes considerações, elaboradas pela parceria entre movimento social e governo federal, sobre formas de intervenção junto a profissionais do sexo. Ambos os documentos têm estampada a personagem Maria Sem-vergonha, estando vinculados às estratégias políticas da campanha, como podemos ver nas imagens.



Capas de manuais produzidos pelo Ministério da Saúde

O ano de 2002 assistiu a debates do deputado Fernando Gabeira com o movimento de prostitutas sobre o projeto de lei que seria apresentado no ano seguinte. Em determinada ocasião, Gabeira convidou 50 ativistas para jantar em Ipanema, para explicar a proposta e pedir sugestões, e em outra visitou a área de prostituição Vila Mimosa, também no Rio de Janeiro (NOBRE, 2002). Outro evento importante foi o Encontro Fluminense de Profissionais do Sexo, que ocorreu em dezembro, e contou com a participação de 80 prostitutas, deputadas e membros do poder público, trazendo como propostas de atuação a participação de prostitutas nos debates sobre a revitalização da Praça Tiradentes (Projeto Monumenta) e a reativação do Fórum de Profissionais do Sexo do Estado do Rio (SIMÕES, 2002). A relação do governo brasileiro com a política americana de combate à AIDS, que traz entre seus focos a abstinência, o adiamento da primeira relação sexual

e o teste rápido, e que visava realizar pesados investimentos através da USAID, também foi tema de debate, sendo enfatizada a necessidade de ouvir o movimento social nas negociações (LENZ, 2002).

Foi durante este ano que a prostituição foi reconhecida como ocupação pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, sendo descrita na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO³⁰). A *família* “Profissionais do sexo” apresenta práticas – como agendar a batalha, seduzir o cliente, negociar serviços eróticos, fazer companhia ao cliente – e competências pessoais – como paciência, capacidade de persuasão e sedução, saber ouvir. A inclusão na CBO foi consequência das atuações do movimento de prostitutas ao longo dos anos, ocupando espaços, debatendo sobre as relações de trabalho (MTE, 2002). Por mais que o documento não tenha força de lei, torna-se instrumento de comprovação da legitimidade da atividade e já vi por diversas vezes ser usado em situações de confronto, “a CBO nos protege”, “já temos a CBO, somos reconhecidas como trabalho!”.

Nas reuniões de construção da dita família, conflitos se travaram entre mulheres cis e trans, sendo que as últimas não queriam ver as palavras “travesti” e “transexual” vinculadas à prostituição, solicitando a exclusão de termos como “travesti profissional do sexo”, hoje não mais considerados sinônimos de profissionais do sexo. Este foi um momento importante em que ficou evidente que as lutas de mulheres *cis* e *trans* que se prostituem divergem em pontos importantes, nem sempre podendo ser equivalentes. Exemplo disso é que se, por um lado, a prostituição se mostra como uma opção de trabalho mais rentável ou

³⁰ A CBO foi instituída pela Portaria Ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002, e é um documento que reconhece, nomeia e codifica as ocupações existentes no mercado brasileiro. As ocupações semelhantes constituem as chamadas famílias, que abrangem um domínio de trabalho mais amplo e que foram elaboradas por comitês compostos por profissionais de cada área. A família “profissionais do sexo” contou com a participação de lideranças e grupos de prostitutas e colaboradores na sua elaboração, como a APROSBA (Associação das Mulheres Profissionais do Sexo da Bahia), a Davida (Prostituição, Direitos Cívicos, Saúde), GAPA-MG (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais), GEMPAC (Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará), Igualdade (Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul), NEP (Núcleo de Estudos da Prostituição de Porto Alegre) (MTE, 2002).

atrativa para diversas mulheres cis, para muitas trans esta se torna uma das poucas opções disponíveis, ao serem expulsas de casa ou não aceitas no mercado de trabalho.

No Brasil, as relações entre prostitutas e academia também foram ganhando novos contornos com o surgimento das associações, ONGs e da participação das prostitutas e parceiras em projetos e ações. Neste período, já é possível encontrar alguns trabalhos que contaram com ONG ou algum grupo organizado como forma de acesso ao campo, como é o caso de Claudia Fonseca, que adentrou o campo em contato com o Núcleo de Estudos sobre a Prostituição – NEP, mas este não era o formato preponderante.

Claudia Fonseca escreveu seu artigo “A dupla carreira da mulher prostituta”, publicado na Revista de Estudos Feministas, a partir de uma demanda da ONG Themis, que funcionava em local próximo a área de prostituição na cidade de Porto Alegre e buscava conhecer as prostitutas, para pensar como mobilizá-las. A pesquisa contou com o amparo, além da ONG, do GAPA-RS e também da política municipal de DST/AIDS, que também desenvolviam trabalhos com o público-alvo. Revisando a bibliografia, a autora observa que a maior parte da literatura encontrada sobre o tema retrata as agruras de ser prostituta, e traz estas mulheres como sujeitas arrependidas de terem se perdido, evidenciando um puritanismo das pesquisas, além de uma visão trans-histórica da atividade, como fenômeno que se manteria ao longo do tempo. Considerando que em parte este fato se dava pela ausência de trabalho de campo, a pesquisadora se aproximou do NEP, passando a ter contato com a heterogeneidade de mulheres que frequentavam o local, além de passar cerca de um ano (1994-1995) conversando com as prostitutas em seu espaço de trabalho, mas também se integrando em seu cotidiano (Fonseca, 1996).

Outros artigos publicados no período destacam a relação entre prostituição e AIDS. Keith Carter, Bhiro Harry, Michael Jeune e Devian Nicholson, em seu artigo “Percepción del riesgo, comportamientos riesgosos y seroprevalencia del VIH em trabajadoras sexuales de Georgetown, Guyana”, e Isabel Cristina Pinheiro Pires e Angélica Espinhosa Barbosa Miranda, em “Prevalência e fatores correlatos de infecção pelo HIV e sífilis em prostitutas atendidas em Centro de Referência de DST/AIDS”, são exemplo disso. Os artigos foram publicados, respectivamente, na Revista Panamericana de Salud Publica

e na Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia e indicam o início de um longo trajeto de pesquisas e artigos na área da saúde, que conjugam indagações sobre prostituição e HIV/AIDS. Carter e sua equipe realizaram, em 1993, um estudo com 108 trabalhadoras sexuais, em que mesclavam entrevistas e exames de sangue, visando compreender o status sorológico e também conhecimentos e práticas de risco (CARTER et al., 1997). Pires e Miranda partiram de análises de prontuários médicos de 180 prostitutas, atendidas pelo Centro de Referência em DST/AIDS de Vitória-ES, entre 1993 e 1996, concluindo a existência de uma maior prevalência de infecção pelo HIV entre esta população do que entre a população em geral (PIRES; MIRANDA, 1998). Estes trabalhos reiteram a importância de ampliar as ações preventivas com as trabalhadoras do sexo.

Gilson de Vasconcelos Torres, Rejane Marie Barbosa Davim e Terêza Neuman Alcoforado da Costa, em “Prostituição: causas e perspectivas de futuro em um grupo de jovens”, na Revista Latino-Americana de Enfermagem, apresentam um estudo descritivo exploratório, realizado com 10 jovens que faziam programas sexuais em Natal-RN. Ao questionar os motivos que levaram as jovens (apesar de serem tratadas como adolescentes, em alguns momentos, a amostra incluía pessoas de até 23 anos) a ingressar na atividade, destacam a ausência de condições financeiras, evidenciando que a maioria desejava ter uma “profissão”, clamando por intervenções do poder público. Apesar disso, o próprio artigo deixa claro que algumas das entrevistadas viam mais vantagens neste trabalho do que em outros (como o de doméstica) e outras desejaram se inserir na ocupação (TORRES; DAVIM; COSTA, 1999). As respostas à pergunta “Você tem ocupação/profissão?” mostram que a maioria das entrevistadas não considerava a prostituição como profissão. Mas é importante perceber que a pergunta é enviesada, ao questionar tal ponto no próprio local de trabalho.

A partir de 2000, começa a ganhar destaque artigos produzidos por pesquisadoras que possuíam contato mais próximo com as prostitutas, o que, inclusive, alterava sua percepção sobre a AIDS e sua vulnerabilidade. Um dos temas que ganha destaque é a relação estabelecida entre prostitutas e parceiros e clientes, visando pensar semelhanças e diferenças entre as duas, especialmente no que diz respeito à vulnerabilidade às DST/AIDS.

Em 2000, Elisiane Pasini, que teve longo contato com a Vila Mimosa, publicou “Limites simbólicos corporais na prostituição feminina”, nos Cadernos Pagu, onde analisa as relações estabelecidas pelas mulheres com parceiros afetivos e comerciais e as fronteiras e proximidades entre ambas. Destaca que é comum que as mulheres separem algumas práticas ou partes do corpo às quais apenas parceiros teriam acesso, separando vida profissional de vida “fora”, mas que nem sempre estas são estanques, especialmente para aquelas que não estão em relacionamentos fixos (PASINI, 2000). Na Revista de Saúde Pública, Cristiane Paulin Simon, Rosalina Carvalho da Silva e Vera Paiva, no texto “Prostituição juvenil feminina e a prevenção da AIDS em Ribeirão Preto (SP)”, ao estudar prostitutas entre 18 e 21 anos, trazem uma consideração importante, sobre a necessidade de um conhecimento prévio do grupo e de pensar estratégias sensíveis à população em questão. Outro ponto que se destaca é a necessidade de investigar práticas de risco com os companheiros, pois é com eles que se dá com maior incidência o não uso do preservativo, além da evidência de que desenvolvem relações semelhantes a namoro com alguns clientes (SIMON; SILVA; PAIVA, 2002).

5.3. Lutando contra a AIDS em Belo Horizonte

5.3.1. Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais (GAPA-MG)

No contexto de Belo Horizonte, o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Minas Gerais (GAPA-MG), entidade civil, sem fins lucrativos, foi fundado em março de 1987, mantendo-se através de projetos financiados, doações e convênios, além da realização de eventos para arrecadar fundos (GAPA-MG, 1995a). O GAPA-MG, que já agia frente à epidemia, começou, em 1988, sua atuação junto às prostitutas. Após um anúncio em uma rádio local, foi procurado por grande número de prostitutas que foram à entidade em busca de preservativos. A ONG recebeu convite para integrar o Projeto Previna, que foi a primeira ação formulada pela Coordenação Nacional de DST/AIDS que tinha como público-alvo as profissionais do sexo (BRASIL, 2002), propiciando que Roberto Chateaubriand Domingues, então presidente da ONG, conhecesse Gabriela Leite, que se tornaria uma importante parceira no debate.

O GAPA-MG realizava visitas a áreas de prostituição, distribuição de preservativos, reuniões comunitárias, tornando-se uma referência para a população que trabalhava com o sexo. Dessa forma, muitas vezes eram acionados, especialmente na figura de Roberto, para intervir frente a situações vivenciadas no cotidiano. As reuniões começaram a se tornar local de organização da categoria, tanto pela parte de mulheres quanto de travestis, e as diversas associações que surgiram na cidade, de alguma forma, tiveram contato com estes espaços, seja pela forma de surgimento ou pela frequência por parte de suas integrantes. Além das reuniões, grupos focais e outras atividades, que contavam com a participação de prostitutas, tornaram algumas delas em agentes de saúde, responsáveis pela educação de pares.

Os relatórios e projetos³¹ produzidos pelo GAPA-MG para a Coordenação Nacional de DST/AIDS, durante a década de 1990, permitem reconstruir parte de suas ações durante este período, no que tange à prostituição. O projeto de intervenção comportamental Previna na Prostituição, num primeiro momento, tinha como objetivo estabelecer a prática generalizada do sexo seguro entre prostitutas, travestis e michês, criando condições para a redução de incidência de infecção por DST/AIDS nesta população. As atividades previstas eram: treinamento de agentes multiplicadoras entre as trabalhadoras do sexo para as atividades de campo; acompanhamento do trabalho das multiplicadoras; realização, tabulação, análise e comparação de pesquisas e levantamentos de dados visando avaliação. Almejava-se o contato com lideranças locais, nas áreas de prostituição, para identificar possíveis multiplicadoras (GAPA-MG, 1995a). Em 1991, o GAPA-MG treinou 27 profissionais do sexo como multiplicadoras de saúde; em 1994, realizou a primeira pesquisa psicossocial do Previna, por amostragem, treinou 23 agentes de educação para a saúde e realizou pesquisa com equipamentos de saúde. Foi também nesse ano que se iniciaram os grupos de discussão sobre prevenção (reuniões comunitárias), em que cada agente seria responsável por 20 pessoas-chave (GAPA-MG, 1995a).

³¹ Obtive acesso a esses relatórios no período em que atuei no GAPA-MG como estagiária e consultora.

Num segundo momento do projeto, foram incluídas entre as atividades: reciclagem de agentes multiplicadoras (entre as trabalhadoras do sexo) para as atividades de campo; acompanhamento do trabalho das multiplicadoras, através de reuniões semanais; realização de encontros com grupos de profissionais do sexo, coordenados pelas agentes de saúde; fixação de murais, em locais de frequência de profissionais do sexo e clientes – hotéis e bares – para encaminhamento de dúvidas e questionamentos da população; elaboração e distribuição de um informativo mensal, a ser colecionado pela comunidade; realização, tabulação, análise e comparação de pesquisas junto aos clientes e realização de grupos focais visando avaliação (GAPA-MG, 1998b).

Fica evidente, na proposta do projeto, que, doravante, a formação de grupos passaria a ser a principal atividade de prevenção. Outro ponto importante foi que os michês passaram a não mais se incluírem neste projeto, sendo agora abarcados pelo “Projeto sexo, prazer & homens”; em momento anterior, estes faziam parte de grupos de discussão junto com as travestis. Começou-se a delinear o trabalho com clientes, como forma de favorecer o sexo seguro, realizando a primeira pesquisa psicossocial com estes na cidade (GAPA-MG, 1998b).

Os relatórios indicam dificuldades encontradas, tais como a pouca organização das profissionais do sexo, que impedia a tomada de consciência com relação à necessidade de ações grupais frente à epidemia. Destacam ainda a dificuldade de ação junto a gerentes dos locais de prostituição, que por vezes tinham pouca disponibilidade para o contato com as agentes e agiam de forma discriminatória frente a pessoas infectadas pelo vírus (GAPA-MG, 1995b).

Iniciou-se a produção dos informativos “Boletim Na Vida”, que poderiam ser guardados e reunidos em uma pasta, formando uma cartilha, abarcando temas como saúde, prevenção, negociação de sexo mais seguro e direitos civis. Estes boletins (até o 8º foram produzidos até 1998) evidenciam que o GAPA-MG foi progressivamente inserindo as questões dos direitos das prostitutas e de sua organização enquanto grupo dentro do material distribuído, em consonância com o que vinha sendo feito por outros grupos no Brasil (GAPA-MG, 1998b). Os boletins, apesar de seu enfoque na prevenção e nos riscos, falavam também de “um mundo que reserva delícias e prazeres” e da necessidade de “gozar a vida e ser feliz”, para “conquistar o que queremos” “com saúde e com

tesão”. Outros destacam o direito das prostitutas a não serem testadas em relação a DST/AIDS contra a sua vontade e ressaltam que a responsabilidade da prevenção é também do cliente. Apontam ainda a necessidade de auto-organização da categoria e um olhar sobre a prostituta como uma profissional, evidenciando sua escolha pela percepção da prostituição enquanto um trabalho. Afirma-se que o diferencial do trabalho de campo realizado no local de trabalho, com a distribuição dos boletins, foi a realização das reuniões comunitárias com a população-alvo, conduzida pelas monitoras e que visava debater questões identificadas durante as visitas (GAPA-MG, 97AD).

ANO 1 - Nº 1 e
AUGUSTO / 98

ÓRGÃO INFORMATIVO DO PROJETO
PREVINA NA PROSTITUIÇÃO - GAPA/MG

**AIDS
NO SUOR
DA
BATALHA**

Tem muita gente que acha que os profissionais do sexo são pessoas de vida fácil, que ganham a vida no maior conforto. O que a maioria não sabe é o quanto lentos que suor para ganhar nesse direito e pagar essas dívidas no final do dia. Literalmente suor... E isso, de vezes, causa preocupações quando o assunto é o HIV, o vírus que causa a AIDS. Não apenas o suor mas, sobretudo, a saliva. Por isso, vale a pena esclarecer essas coisas. Em todos os líquidos do corpo

humano, o HIV pode ser encontrado, ou seja, na saliva, no suor, na lágrima, fezes e urina. Porém, esses líquidos não possuem quantidade de vírus suficiente capaz de infectar outro pessoa. Apenas o sangue, espermatozóide vaginal e leite materno possuem essa capacidade e devem ser evitados durante o ato sexual, sempre usando camisinha no caso do sexo com penetração anal, vaginal e, se possível, oral. Desse modo, encostar o seu corpo no corpo suado do cliente, ser lambido por ele, fazer ele gozar das mais variadas formas, até mesmo ser beijado (o que muitas de nós não gostamos de fazer), não representa nenhum risco, desde que não haja presença de sangue. Não tenha medo do sexo e nem das pessoas. Proteja-se

LEIA, GUARDE, RELEIA, REPENSE **Na Vida**

ÓRGÃO INFORMATIVO DO PROJETO
PREVINA NA PROSTITUIÇÃO - GAPA/MG

A Organização de Profissionais do Sexo

Como todos nós sabemos nosso trabalho não é reconhecido legalmente como profissão, embora sejamos chamados de profissionais do sexo. Seja qual for o nome que nos dêem ou que preferirmos ser reconhecidas, o que importa mesmo é que somos de fato profissionais, pois cumprimos funções, buscamos atender bem e cada vez melhor nossos clientes, fazemos acordos com gerentes e donos de hotéis, enfim, trabalhamos duro como qualquer outro trabalhador especializado em sua função. A diferença é que, em nosso caso, nossos especialidades são oferecer prazer e fantasia para quem nos procura.

Mesmo não sendo legalizada como profissão, podemos nos organizar em associações para garantir nossos direitos as condições melhores em nossas condições de trabalho e proteção contra violência, seja praticada por clientes, por colegas ou até mesmo pela polícia.

O direito de organização é garantido pela constituição e é fazendo valer esse direito é que conquistamos pioneiramente nossa identidade de cidadãs. Organizadas em torno de uma Associação somos mais fortes para discutir os problemas que nos afetam e reivindicar soluções, sejam essas apresentadas pelas autoridades competentes do Governo, pelos intermediários de nossa profissão, como gerentes e donos de hotéis ou até mesmo por nós, profissionais do sexo.

Mas não podemos nos furtir, ter cidadã, em qualquer lugar do mundo, só trabalho, pois exige de todas nós atenção cotidiana em nossos direitos, mas também em nossos deveres. Isso mesmo! Para cada direito existe um dever correspondente. Se exigimos respeito, devemos respeitar as pessoas com as quais convivemos. Se exigimos garantias contra a violência, não podemos ser violentas e sim denunciar toda e qualquer forma de violência a que formos sujeitas e assim por diante.

LEIA, GUARDE, RELEIA, REPENSE **Na Vida**

Jornais “Na Vida”, produzidos pelo GAPA-MG

No terceiro momento do Projeto Previna, o objetivo seguiu sendo promover a prática generalizada do sexo seguro entre profissionais do sexo (agora apenas prostitutas e travestis), criando condições para a redução da incidência de DST/AIDS na comunidade e entre seus clientes e parceiros estáveis. Neste período, começaram a ser implementados questionários para os donos de hotéis de prostituição, relativos à estrutura dos mesmos e questões da organização do trabalho (GAPA-MG, 1999). Foram realizados grupos focais, quatro com mulheres e quatro com travestis, abordando temas como o uso de preservativo, a relação com clientes, identidade e percepção de risco, além de avaliações do projeto. Dentre os resultados, podemos destacar a presença de relatos de prazer sexual no ato remunerado e a leitura dos

integrantes do GAPA-MG de que isto implica a necessidade de mudança de olhar sobre a questão, uma vez que o uso do preservativo é perpassado por conteúdos subjetivos de profissionais do sexo (GAPA-MG, 1998a). Nos anos 2000, foram realizados pelo GAPA-MG grupos com homens clientes e se buscou traçar o seu perfil (GAPA-MG, 2000).

Até o início dos anos 2000 foram publicados alguns artigos e livros sobre o tema pelo GAPA-MG e sua equipe. Um exemplo é o artigo de Roberto Domingues “Profissionais do sexo: De objetos de intervenção a agentes de transformação”. Neste artigo, Roberto questiona a não percepção da prostituta como uma profissional e também a ideia de “universo da prostituição”, como se ocupasse um lugar que fosse díspar do “nosso”. Destaca ainda a importância de que a discussão sobre AIDS seja emancipatória, ao abarcar os direitos, o que estava sendo feito, naquele momento, junto às profissionais do sexo, que almejavam constituir uma associação (DOMINGUES, 1996).

5.3.2. Mulher e Saúde – Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher (MUSA)

No ano de 1993, foi iniciado o projeto “Na Batalha”, implantado em Belo Horizonte pela ONG feminista MUSA (Mulher e Saúde – Centro de Referência de Educação em Saúde da Mulher), atuante desde 1989, quando foi criada por quatro profissionais da saúde que se afastaram da direção de cargos públicos. O projeto “Na Batalha” tinha como proposta reduzir a incidência de infecção pelo HIV/AIDS e de outras DST entre as profissionais do sexo da Zona Grande³², região central, e do Bairro Bonfim, através da capacitação de agentes multiplicadoras de saúde e, dentre as atividades, estavam oficinas, vídeos comentados, as barracadas (demonstração de como usar preservativo) e as abordagens individuais (LAMOUNIER, 2006).

Em uma publicação do jornal Vida Viva, do Musa, se destaca que as profissionais do sexo são mulheres ativas, provocadoras, que buscam e comandam a relação sexual, merecendo respeito na relação de

³² A chamada “Zona Grande” abarcava a região dos hotéis da Guaicurus, mas fazia referência também a outras áreas de prostituição existentes na região antes das obras para construção do viaduto da Lagoinha. A expressão não delimita uma área geográfica precisa e hoje caiu em desuso, embora ainda seja usada por algumas pessoas.

trabalho e acesso a direitos, evidenciando que a entidade se alinha a uma visão laboral da prostituição (MUSA, 2002b).

É fundamental ressaltar que durante o período de existência do projeto as integrantes do mesmo atuaram frequentemente em parceria com outras ONGs como é o caso do GAPA-MG, conforme observado na realização do seminário “Construindo a saúde da mulher profissional do sexo: Revendo papéis e atribuições da Sociedade Civil e dos Servidores Públicos de Saúde”. Ocorreu em 2002, proposto pelo MUSA, tendo como objetivo avaliar as ações desenvolvidas por poder público e ONGs em relação às profissionais do sexo na cidade. Contou com a participação de cerca de 70 pessoas, incluindo Gabriela Leite, que produziram um documento com linhas básicas para projetos de intervenção comunitária com estes grupos (MUSA, 2002a).

Este projeto não está mais sendo desenvolvido, mas deu origem a algumas pesquisas e experiências, que apresentam ainda seus frutos, como a publicação de artigos e a realização de pesquisas por ex-integrantes da ONG, hoje integradas a universidades (como a PUC) e a outras ONG (como a ALEM e o Vhiver), conforme será explicitado no próximo capítulo (CHACHAM; MAIA; ALVARENGA, 2000; CHACHAM, *et al.*, 2009; JAYME; CHACHAM; NEVES, 2011).

5.4. Projetos e pesquisas em Belo Horizonte

5.4.1. Puta sedução

A pesquisa “Putas sedução: um estudo com prostitutas na zona de Belo Horizonte” foi executada entre 1993 e 1996, recebendo financiamento do Fundo de Capacitação e Desenvolvimento de Projetos, do Programa de População da Fundação MacArthur. Coordenada pela psicóloga feminista Sandra Maria da Mata Azerêdo, contou com a participação de diversas pesquisadoras e também de prostitutas, e pessoas de ambos os grupos receberam financiamento na forma de bolsas, algumas das quais de iniciação científica. Teve como enfoque as áreas de prostituição da Zona Grande (centro) e Zona do Bonfim (bairro Bonfim). Inicialmente, foi proposta uma pesquisa em parceria com a Pastoral da Mulher, visando compreender as relações de violência nos contextos de prostituição, mas a parceria foi desfeita, por discordância de opiniões. Posteriormente, Gabriela Leite atuou como consultora para a pesquisa e a mesma acabou por se direcionar para a criação de um

centro de referência para os direitos reprodutivos das prostitutas (AZERÊDO, 1997b).

A pesquisa trouxe algo novo para o campo, ao incluir as prostitutas em reuniões e na equipe de pesquisa, de forma que estas participassem no delineamento de ações e pudessem receber por isso. Dentro do projeto, surgiu a primeira tentativa de associação, então denominada Associação Mineira Agente da Vida (AMAVI). Um bom exemplo das atividades do projeto pode ser obtido ao acessarmos o jornal mural “Putá Sedução: Uma mensagem da AMAVI/Associação Mineira Agente da Vida”, no caso o número 1, produzido em julho de 1996 (AZERÊDO, 1997b). O mural traz alguns pontos, como o fato de que o projeto busca “a autonomia das prostitutas na prevenção de doenças”. Destaca o nome de três agentes de saúde que eram também prostitutas, Marta Ferreira, Solange Gomes e Rozeli da Silva³³, informando que estão organizando “um grupo de gente que queira trabalhar com elas”. Informa o nome das demais pessoas que estão na associação, embora esta seja ainda “um sonho”.

³³ Rozeli da Silva foi entrevistada por mim durante o mestrado, quando me cedeu a cópia do jornal, havendo mantido uma relação com o GAPA-MG nos anos subsequentes. Marta e Rozeli foram agentes de saúde do GAPA-MG no início do Projeto Previna.

Putas Sedução

Uma mensagem da AMAVI / Associação Mineira Agente da Vida No. 1 Julho 1986

Ei! Você aí...

Putas Sedução é um mural que faz parte do Projeto que está promovendo uma campanha para a AUTONOMIA das prostitutas na prevenção de doenças. Você já viu a cartilha CAMISINHA DE VÊNUS? Ela também faz parte do Projeto. Os dois primeiros números de *Putas Sedução* estão sendo por nossa conta. O resto fica por conta de vocês. As agentes de saúde Marta Ferreira, Rozeli da Silva e Solange Gomes estão buscando o mural e estão organizando um grupo de gente que queira trabalhar com elas. Se você estiver interessada, converse com elas!

Desejamos à *Putas Sedução* muitos anos de vida!



ASSOCIAÇÃO



alguns lugares que servem de sede provisória e estão providenciando o estatuto para registrarem a AMAVI. Se você estiver interessada em se associar, converse com a gente da diretoria da AMAVI, no telefone 467-5875, às seguintes horas: de 13 às 18 hs

História

Neste primeiro número do mural, a gente quer contar um pouco da história da AMAVI. A primeira associação foi a Associação de Prostitutas do Rio de Janeiro, fundada em 29 de setembro de 1987, tendo como presidente a Eunice. Esta associação foi criada depois do Encontro Nacional de Prostitutas em junho de 1987, no Rio, Gabriela Leite, que hoje é a presidente da Rede Nacional de Profissionais do Sexo, em seu livro *Eu Mulher de Vida*, publicado em 1992, nos conta: "Era um momento histórico para nós prostitutas, que há tanto tempo sonhávamos com esse Encontro".

E aqui? Como começou o movimento? Conforme informações de Gabriela, o movimento aqui em Belo Horizonte começou em 1989, quando Roberto Chateaubriand, presidente do GAPAMG, passou a assessorar a Rede. Nessa época, Roberto iniciava um projeto de prevenção de DST/AIDS na Zona. Em 1990, as agentes de saúde Marta e Rozeli e outros profissionais do sexo passaram a trabalhar neste projeto. Em maio de 1994, este grupo foi ao "Terceiro Encontro Nacional de Trabalhadoras do Sexo", no Rio, com as despesas de viagem pagas pelo GAPAMG. Neste Encontro, Marta foi eleita, como liderança, membro do Conselho Consultivo da Rede.

E assim começou o encontro da gente a AMAVI.

Mural "Putas sedução"

Durante este período, Sandra e suas alunas publicaram artigos e fizeram apresentações em congressos, que divulgavam e debatiam as atividades implementadas. Em um artigo publicado nas Coletâneas da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia), intitulado "Prostitutas e feministas: mulheres em busca de um diálogo numa pesquisa-ação", Sandra analisa o processo de executar esta metodologia com as prostitutas. Ressalta que, anteriormente a pesquisa teria como tema a "extrema subordinação de gênero", o que se altera à medida em que estabelece uma relação com as três prostitutas colaboradoras da pesquisa. Sandra relata que sua posição de mulher, de classe média, feminista, a fazia ver nas prostitutas sujeitas sem escolha, escravas, vítimas de um destino imposto por sua pobreza, mas que durante o processo foi matizando esta percepção, ao vislumbrar possibilidades de escolha. Foi adotando cada vez mais uma visão da prostituição enquanto um trabalho (mesmo que permeado por clandestinidade, discriminação, alienação e ambiguidade), marcado por suas rotinas e organização profissional o que, inclusive, levou a uma opção pela psicopatologia do trabalho, de Christophe Dejours (AZERÊDO, 1997a).

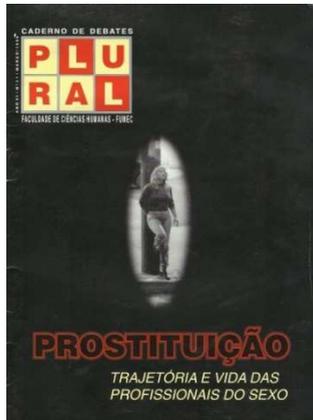
Sandra Azerêdo, uma feminista e psicóloga social, indicava sofrer influências do que Adriano Nuernberg, Mara Lago e Miriam Grossi

apontam que ocorreu na década de 1990 a estes campos. A partir dos anos 1990, os estudos de gênero e feministas produziram um novo estágio na psicologia social, com o questionamentos de noções naturalizantes e essencialistas. Esta chegada se dá exatamente durante a chamada crise da psicologia social no País, marcada por tensões epistemológicas e conceituais, que favoreceram os debates, trazendo em seu cerne a crítica ao modelo positivista e a valorização da subjetividade (NUERNBERG; LAGO; GROSSI, 2010).

5.4.2. Prostituição: Trajetória e vida das profissionais do sexo (Caderno de Debates Plural)

No ano de 1999, foi lançado um volume do Caderno de Debates Plural, produzido pela Universidade Fumec, que trouxe um dossiê intitulado “Prostituição: trajetórias e vida das profissionais do sexo”. O dossiê foi escrito, quase em sua exclusividade, por alunas da Pós-Graduação em Perícia Técnico-consultiva do Judiciário, em sua maioria formadas em Direito e Psicologia. A universidade mantinha um programa de atenção às vítimas de violência doméstica na Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher de Belo Horizonte, desde 1992, através do projeto de pesquisa “Um espaço para a mulher em busca de cidadania”.

A esse espaço chegavam diversas profissionais do sexo, embora nem sempre prestassem queixa, temendo as consequências. Em 1997, Elaine Matozinhos, que era a titular da unidade policial (foi eleita deputada estadual, em 1999, e vereadora do município de Belo Horizonte, hoje em seu 5º mandato), durante reunião do programa, declarou interesse em conhecer a situação das prostitutas, para oferecer atividades de requalificação profissional. Buscaram realizar levantamento de dados, contando com a participação da prostituta Cleide Santiago, que tinha interesse em criar uma representação sindical para a categoria, e convidaram outras pessoas a participar do projeto, como as alunas do curso supracitado e professoras de outras instituições (PEREIRA JÚNIOR; LIMA, 1999). A capa do dossiê se encontra estampada abaixo.



Caderno de Debates Plural: “Prostituição: trajetória e vida das profissionais do sexo”

Dentre os artigos, que incluem levantamentos sobre o perfil das áreas de prostituição e das prostitutas, bem como análises de sua “situação”, se destaca o “A vida das profissionais do sexo: Vontades, frustrações e sofrimento pessoal – Uma experiência tumultuada”, escrito pelas profissionais do sexo Cleide de Oliveira Santiago, Edna dos Santos, Marcinha e Rosemeire. Neste texto, o primeiro que encontramos que traz material escrito por prostitutas em Belo Horizonte, elas destacam as agruras da prostituição, tais como o medo da exposição pública, o vício no dinheiro fácil, a exposição ao HIV, as agressões, a exploração por parte dos donos de hotéis, os clientes (bêbados, deficientes, viciados), a obrigação de fazer programas, a discriminação. Por outro lado, se consideram de “utilidade pública”, atendendo os “loucos” e “tarados” e impedindo que façam isso com suas famílias. Por fim, afirmam serem trabalhadoras, que exigem seus direitos de cidadãs. Podemos observar como as visões trazidas por elas flutuam entre posturas abolicionistas, regulamentaristas e laborais. Essa multiplicidade de visões, provavelmente construídas a partir de trocas entre elas, com suas famílias e também com pesquisadoras e profissionais, nos dão indícios de como a emergência das sujeitas políticas vai se traçando em um contexto multifacetado e por vezes até contraditório. Por outro lado, terminam com uma frase que demonstra o reconhecimento da importância da realização desses diversos trabalhos e pesquisas, especialmente para que a atividade seja reconhecida como trabalho (SANTIAGO *et al.*, 1999):

Enfim, podemos dizer que a partir deste momento, com a publicação desta pesquisa e o conhecimento das pessoas sobre nossa situação, temos um importante instrumento de luta por nosso reconhecimento como categoria de trabalho e contra o preconceito social (SANTIAGO *et al.*, 1999).

5.5. Movimento de prostitutas começa a se formar em BH

O movimento de prostitutas em Belo Horizonte se mostrou, neste período, presente principalmente na informalidade e na fluidez, com intensidades e níveis de organização variáveis. Desde o começo da década de 1990, surgiram algumas tentativas organizativas e apenas uma delas chegou a ser oficializada. O movimento era atravessado pelas propostas de combate às DST/AIDS e a atuações vinculadas às universidades, tendo sido constantemente permeado por ações de outras instituições e por projetos, adquirindo um caráter por vezes utilitarista e de prestação de serviços, e frequentemente se dissipando ao final do contato. As mobilizações se deram também em torno de questões emergenciais, como o fechamento de hotéis, com posterior desmobilização. Para muitas prostitutas, o movimento deveria lutar por redução das diárias, pela criação de cursos e por outras questões cotidianas e de caráter imediato.

A primeira associação de que temos notícia se chamou AMAVI (Associação Mineira Agente da Vida) e se deu através de ações de prostitutas aliadas ao projeto Puta Sedução, desenvolvido dentro da Universidade Federal de Minas Gerais, e a atuações de prevenção desenvolvidas pelo GAPA-MG. Algumas atuavam como agentes de saúde quando Sandra Azerêdo começou a desenvolver ações com o mesmo grupo, incluindo mulheres que já participavam da ONG. As lideranças que compuseram a Associação eram fruto deste contexto e algumas abandonaram a proposta quando perderam a bolsa de pesquisa que recebiam e com ela a oportunidade de “mudar de vida” ou de “ganhar dinheiro extra”.

As reuniões do GAPA-MG se tornaram referência para o diálogo de questões relativas à prostituição, sendo procuradas em situações de violência, tornando-se palco importante ao processo associativo, tanto de mulheres quanto de travestis. O GAPA-MG oferecia, além da distribuição de insumos e material informativo e das reuniões, serviços

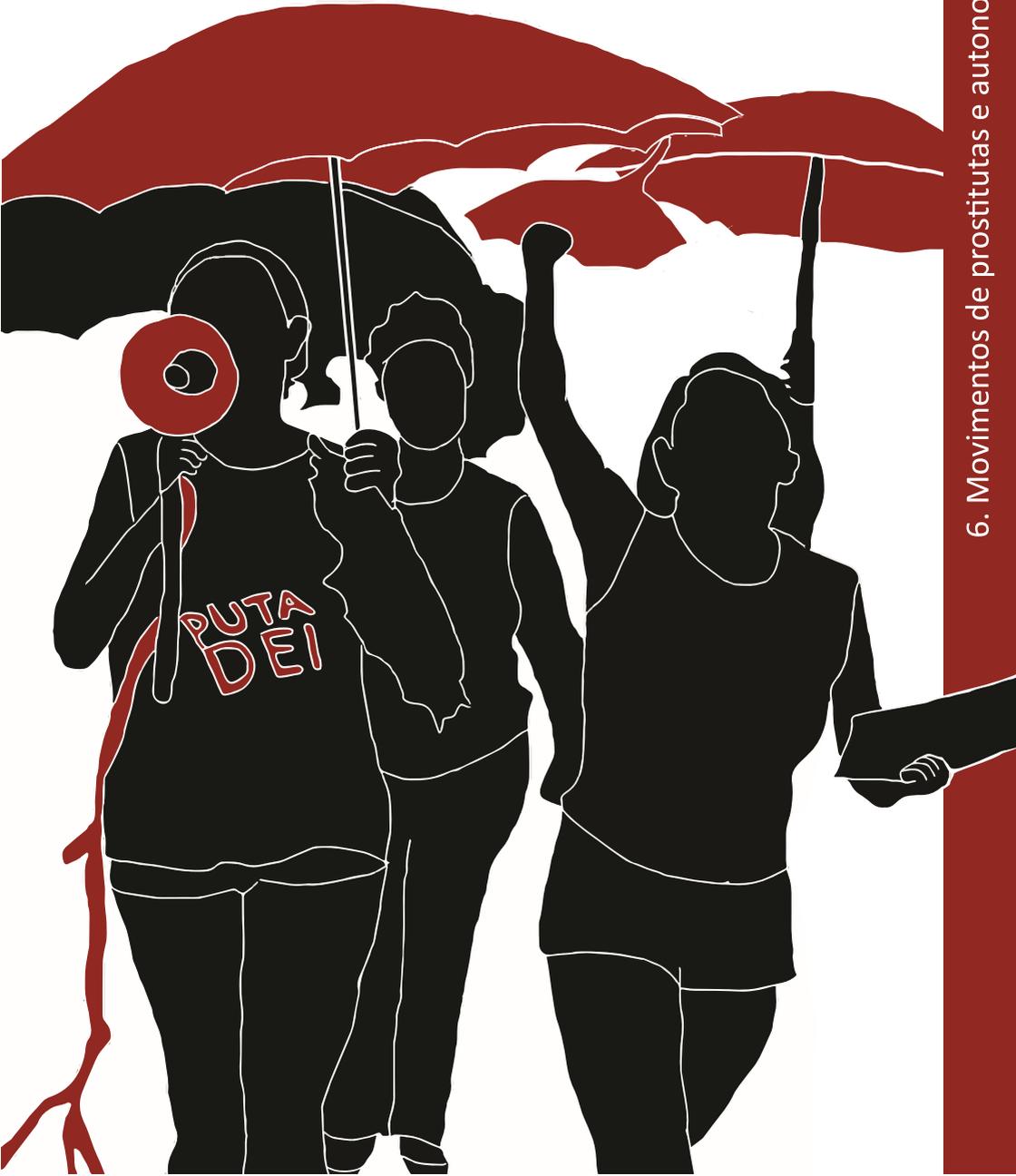
de atendimento jurídico e psicológico, dentre outros, algumas vezes acessados por esta população (Barreto, 2008).

As prostitutas se encontravam e reuniam em atividades promovidas pelos diversos grupos de ONGs ou da universidade, momentos em que estreitavam a relação entre elas e com parceiras. Se, durante o projeto Puta Sedução, começa-se a pensar na fundação da AMAVI, algumas das mesmas mulheres frequentavam as reuniões do GAPA, da Pastoral ou do Musa, sendo difícil dizer que a iniciativa de organização partiu de uma só entidade ou grupo de prostitutas. Apesar disso, devemos destacar a importância, neste momento, de figuras como Roberto Domingues e Sandra Azerêdo, que traziam constantemente a necessidade de organização para a pauta. Na pesquisa da Fumec, vemos também uma proposta de formação de um sindicato, que não teve muito seguimento.

Duas das prostitutas que eram bolsistas do projeto coordenado por Sandra, Marta e Rozeli (que tinham passagem pelo GAPA-MG), foram convidadas por Roberto, junto com outras prostitutas e travestis que também eram agentes de saúde do GAPA-MG, a participarem do Terceiro Encontro Nacional de Profissionais do Sexo, em 1994. As prostitutas se encantaram com a possibilidade de se organizarem, recebendo inspirações de outras associações já existentes no âmbito nacional. Neste encontro, ambas foram eleitas como representantes da associação que fundariam em BH, como é relatado no Mural Puta Sedução.

Ao longo dos anos, a parceria entre Roberto e Gabriela foi se fortalecendo e, conseqüentemente, também o vínculo entre as duas instituições, bem como com outros grupos de prostitutas, como o GEMPAC, a Aprosba, o NEP, conferindo um lugar de destaque à ONG no cenário local. O GAPA-MG executou projetos que atendiam às prostitutas (como Sem Vergonha, Maria Sem Vergonha, dentre outros), quase todos financiados por órgãos da saúde, além de Roberto se tornar aliado político e consultor técnico para questões relativas à prostituição. Algumas das prostitutas que foram lideranças do movimento participaram do GAPA-MG como agentes de saúde, distribuindo preservativos e materiais informativos, dentre outras ações, recebendo ajuda de custo. Foi através do GAPA-MG que algumas pesquisadoras tiveram seus primeiros contatos com o campo da prostituição e, ao auxiliar na distribuição de preservativos, também conseguiram

estabelecer vínculos e criar possibilidades de entrevistas, como foi o meu caso e o de Marina França (Barreto, 2008; França, 2011).



6. Movimentos de prostitutas e autonomia (2003-2015)

Os movimentos de prostitutas, a partir dos anos 2000, vão conquistando cada vez mais visibilidade e autonomia para pautar diferentes debates e ações que dizem respeito à prostituição. Tomarei aqui três exemplos principais, os projetos de lei; os discursos sobre tráfico de pessoas e grandes eventos; e a relação com a saúde. Como dizia Gabriela Leite, as prostitutas vão se tornando cada vez mais sujeitas de sua própria história, devendo ser procuradas e consultadas em questões que as atingem (LEITE, 2006).

Paralelamente, podemos observar que os movimentos em diferentes países vão se tornando mais articulados tanto através de encontros de AIDS como de redes e eventos próprios. Neste sentido, considerei ser interessante neste capítulo não mais dividir período em termos nacionais e internacionais, pensando-os de forma conjunta. A década de 2000, marcada pela quarta onda feminista, assiste a uma maior atuação das feministas na sociedade civil e em suas fronteiras com o estado, com a implantação de novas políticas e uma atuação mais transnacional. Em relação à prostituição, vemos nos feminismos um crescente interesse pelo tráfico de pessoas, vinculado sobremaneira a discursos sobre direitos de crianças, que permeia o debate e leva à busca por financiamento por parte de agências multilaterais e supranacionais para o enfrentamento ao fenômeno (PISCITELLI, 2012). Para Marlise Matos a quarta onda é marcada pela institucionalização de demandas das mulheres e do feminismo, a partir de sua inserção nos poderes executivo e legislativo; pela criação de órgãos específicos a esta população, especialmente a nível federal; pela consolidação do processo de institucionalização das ONGs e redes feministas além do financiamento e influência do feminismo transnacional e da agenda internacional de instituições globais e regionais; uma nova moldura teórica de atuação trans ou pós nacional que abarca a radicalização da luta contra o capitalismo e a associação a outros movimentos sociais. Segundo a autora, os feminismos têm reconstruído, a partir do sul global, suas relações tanto com o estado quanto com o capitalismo, com uma democratização do gênero e reformulação de políticas públicas (MATOS, 2010).

No contexto Brasileiro, o país passa a ser governado, em 2003 (e até os dias de hoje) por governos de centro-esquerda³⁴ do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014, 2015-), integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT). A vitória de Lula representou uma grande mudança e se deu paralelamente a outros movimentos, na América Latina, de vitórias da esquerda, centro-esquerda e nacionalistas, fazendo oposição a políticas de modernização (ALMEIDA, 2011). O Partido dos Trabalhadores tem perfil plural, mas forte identidade e adesão entre as eleitoras, além de laços com setores organizados da sociedade civil (FORTES; FRENCH, 2012).

Em “O Brasil de Lula”, Perry Anderson destaca que o primeiro mandato do presidente foi marcado por um compromisso em “ajudar os pobres” e acabar com a miséria, através dos programas Fome Zero e, posteriormente, Bolsa Família. O segundo programa, conjugando outros já existentes e trazendo como central o pagamento de um valor mensal em troca do compromisso com o estudo e saúde das crianças por parte dos pais, acarretou grande impacto político com custo baixo e forte identificação popular de Lula. Aliado ao aumento do salário mínimo e à criação de empregos, favoreceram o maior consumo popular, o crescimento econômico e a distribuição de renda, com a maior redução da pobreza na história do país. No segundo mandato, o presidente driblou a crise internacional e, paralelamente, estabeleceu uma política internacional de integração regional, com foco nos países ao sul da América Latina, além do alinhamento das potências do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Apesar de sua eleição ter como base os movimentos sociais, Lula não mobilizou ou incorporou os mesmos, sendo seus governos marcados pela desmobilização (ANDERSON, 2011). A participação popular passou a se dar em novos contextos, como as conferências nacionais, com diferentes políticas setoriais e mobilização da sociedade

³⁴ As coalizões partidárias que o PT realizou para se eleger se deram com a aproximação de setores conservadores da sociedade e partidos sem identidade ideológica clara (como Partido Liberal - PL, Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e Partido da República - PR), o que leva à sua caracterização como governo de centro-esquerda.

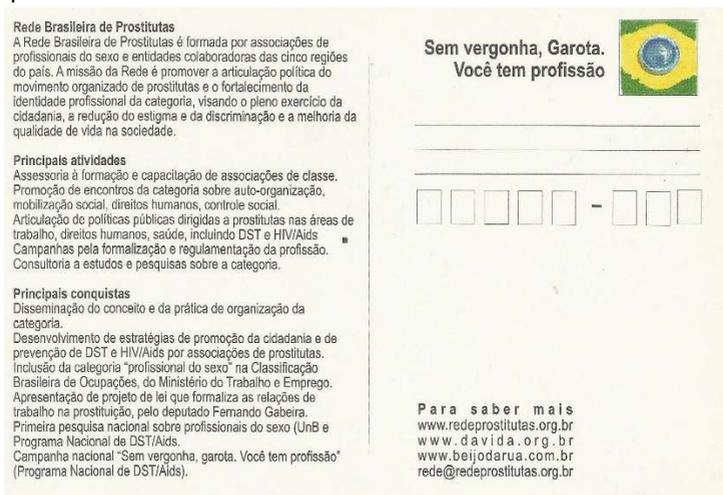
civil (FORTES; FRENCH, 2012). De acordo com Wellington Lourenço de Almeida, no primeiro mandato de Lula, que era reconhecido por seu histórico de luta nos movimentos sociais, havia grande expectativa por implementação de políticas públicas focadas nos direitos humanos. Em seu primeiro mandato, o presidente manteve a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, criada nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e ainda criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), todas elas com status diferenciado. A SPM, criada no primeiro dia de governo, favoreceria a participação das mulheres nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, tendo a primeira ocorrido em 2004, aprovando o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM). A primeira conferência nacional movimentou 120 mil mulheres, dentre aquelas que estiveram nesta, nas estaduais, municipais e regionais (ALMEIDA, 2011). A experiência das militantes para lidar com a AIDS, através das ONGs e da presença de ativistas como gestoras nos anos anteriores, favoreceu um diálogo com os governos e sua capacidade de pautar agendas (FERNANDES, 2011). A eleição de Dilma Rouseff, em 2010, representou um governo de continuidade, uma vez que a mesma havia sido Ministra de Minas e Energia e da Casa Civil, nos governos Lula. Evidenciava o grande poder de Lula em eleger uma candidata pouco carismática e desconhecida (ANDERSON, 2011).

6.1. Prostitutas em redes

Em 2004, a Rede de Trabalhadoras Sexuais da América Latina e Caribe, sob a coordenação de Gabriela Leite e Elena Reynaga (Argentina), fez encontro na Venezuela, com a participação de integrantes de oito países em que foi realizado o planejamento estratégico da Rede. Durante esse evento, definiu-se que o principal foco para o próximo ano seria fortalecer as instituições participantes e consolidar a voz das trabalhadoras do sexo da região (LENZ, 2004b).

Neste ano, durante a reunião de planejamento estratégico nacional, houve uma cisão no movimento de prostitutas nacional, e foi criada a Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo, que se opunha à RBP e era liderada por Rosarina Sampaio, fundadora da Aproce. Esta federação atua principalmente no nordeste e constantemente de forma aliada à Pastoral da Mulher Marginalizada e organizações antitráfico e antiturismo sexual (OLIVAR, 2010). Integrantes do movimento brasileiro decidiram recuperar o nome original, voltando a se chamar Rede

Brasileira de Prostitutas (LENZ, 2004a), como podemos observar no cartão postal abaixo, que ressalta ainda objetivos, atividades e conquistas do movimento.



Cartão postal da Rede Brasileira de Prostitutas

Foi realizado no mesmo ano o Encontro Nacional e Internacional de Líderes Trabalhadoras Sexuais, em Lima (Peru), organizado pela associação Miluska Vida e Dignidade e pela ONG Capesju, contando com a participação de mais de 70 mulheres que representavam Brasil, Chile, Argentina, Equador e México. A discriminação e a violência policial foram apontadas como os principais problemas enfrentados na América Latina, sendo que todos grupos representados iniciaram suas lutas a partir da resistência contra a violência policial (LENZ, 2004a). Marlene Teixeira Rodrigues argumenta, em seu texto "O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo: administração de conflitos, discriminação e exclusão", na revista Sociedade e Estado, que a emergência de movimentos de direitos das profissionais do sexo alterou a forma como o sistema de justiça criminal lida com a prostituição no País. Os movimentos, que emergiram em grande medida da recorrência de casos de violência policial contra prostitutas, buscam estabelecer ligações com diferentes setores da sociedade em sua demanda por direitos e cidadania e, a partir da década de 1990, conseguiram trazer proposições ao debate público. (RODRIGUES, 2004). Através destas ações, podemos observar como o movimento vai se

organizando na América Latina e no mundo, adquirindo contornos globais.

A Conferência Europeia sobre Trabalho Sexual, Direitos Humanos e Migração, promovida pelo ICRSE, foi realizada em 2005, em Bruxelas, na Bélgica, visando enfrentar as políticas antiprostituição e antimigração presentes no continente. Durante o evento de 2005, cerca de 2/3 das participantes eram mulheres, seguidas por travestis, transexuais e apenas alguns homens. A CATW, organização abolicionista americana, com filial europeia, também organizou coletivo de imprensa, incluindo depoimento de uma mulher que afirmava ser vítima de tráfico de pessoas (MUNK, 2006). O encontro contou com momentos restritos às 120 profissionais do sexo, que começaram a elaborar documentos para serem aprovados no evento. O segundo dia incluiu aliadas entre as participantes e foi concluído com a Declaração de Direitos de Profissionais do Sexo na Europa (Declaração de Bruxelas). No terceiro dia, foram ao parlamento apresentar os resultados da conferência e realizaram uma manifestação pública. A Declaração de Bruxelas foi marco fundamental do movimento de prostitutas internacional, que sistematizou reivindicações levadas ao parlamento e outras políticas, passando a servir como instrumento de luta e guia de atuação. Afirma que as legislações que criminalizam a prostituição e o comportamento discriminatório têm impedido acesso a direitos e liberdades, havendo casos de violações de direitos e preconceitos em relação a prostitutas em toda a Europa, mesmo onde há regulamentação (ICRSE, 2005).

A declaração traz direitos humanos, trabalhistas e migratórios que deveriam ser assegurados para modificar esta situação, fundamentando-se nos direitos já acessados por outras trabalhadoras e pessoas em geral. Dentre os direitos citados estão: vida, liberdade e segurança (determinação de sua sexualidade); privacidade e vida familiar (não interferência na vida privada e familiar); saúde (exames voluntários e confidenciais); liberdade de movimento (incluindo migração); liberdade da escravidão e do trabalho forçado (total acesso a direitos trabalhistas); proteção da lei igualitária e proteção da discriminação (proibir assédio policial e discriminação na justiça); casar e constituir família (sem discriminação e com acesso a serviços); trabalhar e ter condições justas e favoráveis de trabalho (reconhecimento como trabalho); organização pacífica e associação;

deixar e voltar de seu país; participação pública (formulação de leis que as atingem); asilo e direito à não repulsão (ICRSE, 2005).

Friederike Strack analisa algumas das propostas que haviam sido pensadas em 1991 e o status que se encontravam em 2005, destacando avanços e retrocessos até o momento da declaração. Dentre os avanços estão a legalização da prostituição na Holanda e na Alemanha, com acesso a benefícios sociais, a integração crescente com profissionais do sexo homens, o fortalecimento do movimento e a criação de novas organizações (STRACK, 2005). A alteração de legislações nestes países ofereceu base para se pensar legislações em outros locais e também para produção de dados para analisar a efetividade de cada uma delas.

Em 2005, uma das ações conjuntas das entidades participantes da RBP foi a realização de manifestações pelo Dia Internacional da Prostituta. O ano foi marcado ainda pelo lançamento do site da Rede e do Davida (DAVIDA, 2005). Este foi o primeiro ano em que comecei meus trabalhos com as prostitutas de Belo Horizonte, como estágio vinculado ao GAPA-MG, que organizou uma barraquinha com maquiagens para as prostitutas, em parceria com o Senac.

No X Encontro Feminista Latino Americano e Caribenho, ocorrido no mesmo ano, participaram as colaboradoras Anna Marina Barbará (autora do livro “As Meninas da Daspu”) e Friederike Strack, pela Davida, e a APPS (Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo) enviou as prostitutas Nanci Feijó e Nice. As quatro se indignaram ao ver faixa assinada pela Pastoral da Mulher Marginalizada que trazia os dizeres “Prostituição? Não condene. Busquemos juntas uma solução”, bem como uma carta manifesto contrária ao Projeto de Lei 98/2003, ambos desconsiderando a opinião das prostitutas que estavam no local. Nanci, durante uma festa do evento, que era o primeiro que contava com representação oficial das prostitutas, subiu no palco e disse “Sou prostituta e sou feminista!” (PINHEIRO, 2005), reivindicando o reconhecimento do movimento de prostitutas como movimento feminista.

Foi também nesse ano que ocorreu o lançamento da grife Daspu, na Praça Tiradentes, que gerou grande rebulição na mídia nacional e internacional. Daspu é a grife da Davida que busca produzir novos sentidos sobre a prostituição, ao afirmar libertariamente a identidade da prostituta (ANDRADE; LENZ, 2012). Gabriela Leite, em sua coluna, vê

este fato como mais uma barreira contra os estigmas que foi vencida (LEITE, 2005):

Sempre acreditei e sonhei com o movimento transpondo barreiras e atingindo a sociedade inteira, inteirinha. Sempre acreditei que o movimento de putas não poderia nunca ser babaca, tipo politicamente correto. Queria e quero um movimento revolucionário, recuperando inclusive o sentido revolucionário do ser revolucionário. Uma organização revolucionária sempre tem que se lembrar que seu alvo não é fazer com que seus partidários escutem as convincentes palestras de líderes especialistas, mas conseguir fazê-los falar por si mesmos, para que alcancem, ou pelo menos se esforcem por alcançar, o lugar da participação política. Quando minhas amigas putas estavam lá desfilando, lindas e ativas, sem vergonha de ser putas, elas estavam falando por si mesmas e sendo políticas, extremamente políticas e revolucionárias.

Sempre sonhei com a palavra puta sendo falada por todos com a sonoridade e a força que a palavra tem. Sonhos sonhados existem para se tornarem realidade. A Daspu é uma realidade. A Daspu é a moda da puta. Esse é o nosso conceito de moda. Por isso a minha felicidade, por isso meu êxtase. O caminho está aberto para a puta perder o medo da sociedade e ser com orgulho e prazer a puta cidadã.

Em 17 de dezembro de 2008, mais de cem ativistas profissionais do sexo se reuniram em Washington DC, com guarda-chuvas vermelhos³⁵ e cartazes, na Marcha Nacional pelos Direitos de

³⁵ A primeira vez que o guarda-chuva vermelho foi usado como símbolo do movimento e da solidariedade entre trabalhadoras do sexo foi em Veneza (Itália), em 2001, durante a 49ª Bienal de Arte. As prostitutas marcharam portando os guarda-chuvas como parte da instalação feita pelo Esloveno Tadej Pogacar, para chamar atenção às más condições de trabalho e os abusos enfrentados. O símbolo foi adotado pelo ICRSE quatro anos depois, em 2005, se

Trabalhadoras do Sexo, bradando que “Direitos de profissionais do sexo são direitos humanos”. A data, escolhida como Dia Internacional contra a Violência contra Prostitutas, remete ao momento em 2003 em que ocorreu a prisão do assassino de Green River, Gary Leon Ridgway, que confessou matar ao menos 48 mulheres, incluindo diversas prostitutas (CHATEAUVERT, 2014).

Ocorreu em 2008 o IV Encontro da Rede Brasileira de Prostitutas, promovido pela Davida, na Praça Tiradentes, com o tema “Profissão meretriz”. Abordou temas como as parcerias governamentais e privadas, impacto das legislações, violações de direitos humanos e estigma associado às prostitutas. Contou com a participação de 20 associações brasileiras, de 25 cidades e cinco regiões do Brasil (DAVIDA, 2008b). Uma agressão física sofrida pela prostituta Márcia Martins, de um cliente, em um hotel de Belo Horizonte, teve uma decisão final do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acabou por abrir as portas para que prostitutas possam receber indenização por dias não trabalhados. Apesar do benefício não ter sido concedido à mulher em questão, o argumento para tal foi de que não havia referências claras de valores e tabelas de preço. Para Roberto Domingues, que acompanhava o processo de perto, foi uma vitória do movimento (LENZ, 2008c).

A Daspu, que já tinha tido coleções assinadas por Rafaela Monteiro (2006), Sylvio de Oliveira (2007) e Franklin Melo, nos anos de 2008 e 2009 foi assinada por estilistas de Belo Horizonte (ANDRADE; LENZ, 2012). Segundo Luísa Luz, que fazia parte da equipe em 2008 (em contato por e-mail), o diálogo com a Daspu começou quando Gabriela Torres, então coordenadora do Curso de Design de Moda da Fumec, convidou Flávio Lenz para uma palestra. Foi criada uma equipe de alunas e ex-alunas, coordenada por Ana Luisa Santos, que criou o coletivo Profissionais do Ramo. A coleção “Cruzadas: entre o botão e a espada” foi apresentada em junho de 2008, na quadra da Unidos da Tijuca (RJ), na praça Roosevelt (SP) e na Universidade Fumec (BH), durante a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso de algumas das integrantes. Abaixo, vemos uma foto da equipe do coletivo, com Gabriela Leite e modelos Dasputinhas, durante o lançamento. No ano seguinte o coletivo mudou

tornando emblemático da resistência à discriminação e da proteção do abuso e da intolerância (NSWP, 2015)

de nome para Rodô e adquiriu nova conformação, desenvolvendo a coleção de 2009.



Desfile da Daspu, 2009 (Arquivo pessoal de Luisa Luz)

Foi neste ano que a RBP criou e divulgou sua carta de princípios, após debate e votação em plenária, refletindo ações já adotadas, mas ainda não devidamente registradas (LENZ, FLAVIO, 2008). O documento serve como base para pensar se uma associação pode ou não fazer parte da rede e também para pautar as ações de integrantes do movimento, tendo sido reproduzida por diversas membras. Podemos ver a seguir uma versão da carta, impressa pela Aprosmig em 2011 e distribuída em todos os hotéis da região da Guaicurus. Após a distribuição, era frequente ver mulheres chegando e pedindo para ter uma cópia e colar em seus quartos, encantadas com o desenho florido.

PROSMIG
Associação das Prostitutas de Minas Gerais

*Reconhecimento da Profissão
Saúde, Cidadania,
Segurança no Trabalho
Sem preconceito.*

Carta de Princípios da Rede Brasileira de Prostitutas

- A rede considera
A prostituição como uma profissão, desde que exercida por maiores de 18 anos.
- A rede é contra
A exploração sexual comercialmente de adolescentes, em consonância com a legislação brasileira.
- A rede repudia
A vitimização das prostitutas;
Controle sanitário de prostitutas;
Combate a criação e a existência de zonas delimitadas e confinadas;
Combate a criminalização dos clientes;
Oferecimento de exames e outros procedimentos médicos nos locais em que se exerce a prostituição, a não ser em casos que envolvam a população em geral;
Que se associe a prostitutas com a criminalidade;
O tráfico de seres humanos.
- A rede defende
A regulamentação do trabalho da prostituta;
A promoção a auto-organização das prostitutas;
Promovendo o acesso aos insumos de prevenção de DST/Aids;
Acesso aos serviços de saúde integral;
Direito de migração para o trabalho legal;
O trabalho sexual é um direito sexual;
Que as prostitutas se assumam como prostitutas/putas, em todos os espaços.
- A rede combate
A discriminação, o preconceito e o estigma dirigido às prostitutas.
- A rede atua
Em parceria, nos cenários nacionais, regionais e internacionais, com outras redes de prostitutas e aliados.
- A rede entende
O turismo sexual como uma forma de trabalho para maiores de 18 anos.
- A rede entende
Que a prostituta não vende o seu corpo, ela presta serviços sexuais.
- A rede recomenda
Aos seus integrantes a realização de encontros municipais, estaduais e nacionais

APROSMIG: RUA GUAIÇURUS, 648 - (31) 3201.1799
GAPA-MG: TAIMOIOS, 689 - SALA 11 - (31) 3271.2128

http://aprosmig.zip.net
aprosmig@gmail.com
cidvieira123@yahoo.com

Carta de princípios da BPP (impresa pela Aproxmig)

O V Encontro da BPP tomou lugar em Porto Alegre, em 2010, promovido pelo NEP, e foi marcado pela escolha de representantes para ações e articulações em níveis nacional e internacional. Estiveram presentes 160 pessoas, de 20 estados diferentes, que debateram sobre: saúde integral; prevenção; vulnerabilidades individuais, institucionais e sociais; papel das lideranças e a formação de novas líderes; direitos humanos; legislação. A candidatura de Gabriela Leite como deputada federal, pelo Partido Verde (PV), reavivou o debate sobre o PL 98/2003, contando com a presença dos advogados Roberto Domingues e Paulo da Cunha para explicar o mesmo. Cida Vieira foi aprovada como suplente de Lourdes Barreto para a Redtrasex. Foi determinado também que as associações deveriam preencher propostas de filiação à NSWP (LENZ, 2010).

Em 15 de abril de 2014, prostitutas que trabalham no “Prédio da Caixa”, como é conhecido o edifício número 327, no centro de Niterói, sofreram uma ação criminosa. A polícia invadiu as salas, reteve e agrediu

prostitutas e ainda tomou posse de seus pertences, de forma ilegal e truculenta. A ação gerou uma manifestação em que cerca de 100 profissionais do sexo traziam faixas com dizeres como “prostituição não é crime” ou “queremos trabalhar”. Havia ainda provocações como “Polícia, me prende! Você é meu cliente” e “Policial, vem com a gente! Você é meu cliente!” (SIMÕES, 2014).

Através deste histórico do movimento, podemos afirmar que se assemelha ao que Felipe Fernandes propõe em relação ao movimento LGBT, em que o interesse social pela temática foi estruturante em uma relação que tinha como participantes gestoras, ativistas e acadêmicas, sendo responsáveis costumeiramente pela execução, definição de pautas e revisão de conteúdos, respectivamente (FERNANDES, 2011). Ao longo de todos estes anos, Chateauvert considera que uma das vitórias do movimento de prostitutas foi a redução do preconceito contra o trabalho com o sexo e que as pessoas da indústria têm tomado mais as rédeas sobre os seus trabalhos e as condições e dado seus depoimentos em formas diversas, como livros, filmes e revistas (CHATEAUVERT, 2014).

6.1.1. Os movimentos de prostitutas ganham força em BH

A organização das prostitutas em Belo Horizonte continuou ocorrendo de forma esparsa, principalmente no contexto de projetos do GAPA-MG, como o Previna, no qual surgiam lideranças, de maneira informal. Uniam-se nos momentos em que era necessário, depois desfazendo a organização. Um marco importante deste movimento foi a participação ampla das prostitutas em audiências públicas, em 2003, contra o fechamento dos hotéis, com a participação do então deputado federal Fernando Gabeira. Neste mesmo momento, teve origem uma primeira tentativa de organização por parte dos donos de hotéis, chamada de “Grupo Eva”, que alugou um ônibus para levar mulheres, clientes e simpatizantes a estas audiências, dissolvendo-se a seguir (Barreto, 2008).

6.1.1.1. Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte – APS-BH

A APS-BH se consolidou em torno de algumas lideranças, também destacadas em reuniões do GAPA-MG, sem possuir uma sede ou estatuto, reunindo-se em locais variados. Em 2005, a primeira tentativa da APS-BH de se constituir juridicamente como Associação se deu

através da intermediação do deputado Durval Ângelo (PT), presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG. Foi redigido um estatuto, que foi lido em reunião, sendo a ata de fundação assinada por todas as pessoas presentes, tornando-se sócios fundadores, inclusive por pessoas que não eram prostitutas, como eu e Vanessa Andrade (professora da UFMG). A partir deste momento, ao longo de meu contato com a APS-BH (e depois com a Aprosmig), sempre foi possível observar estas duas questões: a aproximação de políticas (com objetivos diversos) e a colocação de membras da academia e outras parceiras “mais capazes” em lugares de poder dentro da associação. Sobre estes lugares, vale destacar a insistência para que fizéssemos registros em ata, assumíssemos cargos dentro da associação, fôssemos responsáveis por dialogar com parceiras externas.

No período em que a APS-BH estava na ativa e funcionava dentro do Centro Cultural da UFMG, já eram constantes as demandas por parte da mídia e de pessoas da academia que queriam desenvolver projetos ou pesquisas. Em um dado momento, em 2006, foi a primeira vez que me recorde de sermos solicitadas a dar uma entrevista gravada em vídeo, para uma aluna da UFMG. Neste momento, Laura e outras prostitutas se recusavam a mostrar o rosto, com medo de que suas atuações no mercado do sexo fossem descobertas pelas famílias. A responsável pela gravação conversou, explicando que não seria tornado público e que não estavam fazendo algo errado ou criminoso, não havendo sentido para tampar seus rostos e corpos. Laura cedeu a entrevista usando óculos escuros, mas se dizendo muito feliz e muito “chique” pela presença da UFMG na Associação e por estarem dentro da universidade. Foi para mim, também, a primeira fala gravada sobre o tema, constrangida e, eu mesma, sentindo a falta de óculos escuros, mas paralelamente reconhecendo a importância de que o trabalho fosse ganhando visibilidade.

A Associação foi registrada oficialmente em 2006, com a presidência de Dosanjos Pereira e a vice-presidência de Laura Maria do Espírito Santo. Neste momento, funcionava no Centro Cultural da UFMG, onde ocorriam reuniões semanais, que contavam com a presença de

cerca de 20 pessoas. Hoje, a APS-BH³⁶ continua existindo, mas não atua mais na região da Guaicurus. Nossas interlocutoras contam-nos que a entidade recebe preservativos (embora essa informação não tenha sido confirmada pela representante da Coordenação de DST/AIDS) e que funciona na casa de Dosanjós, mas está praticamente inativa. Participantes como Laura, Cidinha e Cleusy, migraram para a Aprosmig. Durante o ano do meu doutorado, não tive notícia de nenhuma atividade vinculada a essa associação. A seguir, trazemos uma das poucas imagens que temos de materiais produzidos pela Associação, um cartão postal, ilustrado pela prostituta Viviane, em que vemos uma mulher nua sendo escalada por um pequeno homem. Interessante pensar que esta imagem se assemelha à primeira capa do Beijo da Rua, em que um homem subia por uma escada entre as pernas de uma mulher (relativamente maior do que ele).



Cartão postal APS-BH

No ano de 2006, eu trabalhava no projeto Sem Vergonha Centro-Oeste, executado pelo GAPA-MG, e desenvolvia meu trabalho de campo junto à APS-BH. Antes desta atuação pela ONG, os conflitos com Dosanjós já haviam se iniciado e, no começo do ano, ela havia sinalizado que não gostaria da presença da UFMG em algumas reuniões. A princípio, o argumento, extremamente legítimo, era de que havia temas a serem debatidos exclusivamente entre prostitutas, embora nem todas

³⁶ Para informações mais detalhadas sobre o período da APS-BH, recomendo a leitura de minha dissertação de mestrado (BARRETO, 2008).

concordassem com isso, acreditando ser importante nossa participação, que “começava a mostrar frutos”.

Em momento seguinte, Dosanjós começou a falar que muitos grupos recebiam dinheiro para trabalhar com as prostitutas e não faziam nada, usando o nome delas para se favorecer, acusando especialmente o GAPA-MG. O tópico do dinheiro, e de quem lucra com a prostituição e as intervenções relativas a esta, está sempre rondando a APS-BH e suas parceiras. As pessoas das universidades e de projetos sociais são constantemente acusadas de receber dinheiro para realizar o trabalho. O mesmo ocorre com prostitutas que se tornam agentes de saúde ou que são convidadas para viagens e cursos por sua atuação no movimento, seja via RBP ou outros grupos, como a Pastoral, ou entidades do poder público.

No meu caso, este questionamento veio principalmente ao lado de dois fatos: a confecção de camisetas (que a equipe da UFMG sugeriu que fossem feitas e vendidas, à exemplo da Daspu, para gerar renda para a Associação) e a minha inserção no GAPA-MG, sendo remunerada pelo trabalho no Projeto Sem Vergonha. Em outros momentos, nos perguntavam se as estagiárias, voluntárias e mestrandas estavam ganhando algo “em cima” delas. Em um dos primeiros questionamentos mais acirrados, Dosanjós questionava a todas as pessoas da UFMG, me deixando de fora, pois “conhecia meu trabalho”, mas esta postura mudou quando viu a publicação de um artigo de congresso e quando comecei a receber no GAPA-MG.

Foi em 2007 que o conflito se agravou e levou a um rompimento de laços com a presidenta, após inúmeras reuniões para as quais não fui convidada ou não fui informada da data. Ao chegar a uma reunião, e ser logo cumprimentada com alegria pelas demais participantes, Dosanjós deixou claro que eu não poderia participar e nem fazer mais o trabalho com a Associação; que, se quisesse, devia usar meus contatos para acessar as mulheres de outras formas. Justificou dizendo que já havia outras pessoas fazendo trabalho por lá e que eu estava vinculada ao GAPA-MG, com o qual ela já tinha tido muitos problemas. O fato de eu receber dinheiro, e ainda por essa instituição, parecia ser o estopim e a então presidenta não me deixou seguir argumentando.

Dias depois, encontrou um trabalho publicado nos anais de do Fazendo Gênero, que escrevi junto com outras pessoas da UFMG (BARRETO *et al.*, 2006), e me ligou possessa, dizendo que eu xingava a

associação e que era um absurdo, que estava usando-as para conseguir coisas. Tentei longamente explicar e conversar, inclusive dizendo que já havia por diversas vezes tentado marcar datas com elas para devolutivas, mas nunca tinham se interessado ou aceitado. Por mais que eu tentasse conversar e explicar, o caminho parecia sem volta, ao menos para ela, já que depois sua decisão foi questionada por várias outras integrantes. Mônica Queiroz de Oliveira, que realizou seu mestrado no mesmo departamento e período que eu, na dissertação “Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte – O trabalho na vida nada fácil” também relatou dificuldades em frequentar as reuniões, com resistência por parte da presidência, que a via como ameaça à sua liderança, embora as prostitutas também reivindicassem sua presença (OLIVEIRA, 2008).

6.1.1.2. Associação das Prostitutas de Minas Gerais - Aprosmig

A Aprosmig (Associação das Prostitutas de Minas Gerais) surgiu a partir das ações de Cida Vieira, auxiliada por Roberto Domingues, aliada a uma insatisfação de algumas mulheres com a APS-BH e sua presidenta. Cida foi uma das minhas entrevistadas durante o mestrado (no momento, preferia ser chamada de Carla) e a conheci na Avenida Afonso Pena, onde até hoje trabalha. Naquele período, contou que pretendia formar a Associação de Apoio e Defesa aos Profissionais do Sexo de Minas Gerais. Disse que já fazia algumas ações há cerca de sete anos em Betim-MG, onde reside, mas pretendia ampliar seu raio de ação para todo o Estado. Desejava que a Associação oferecesse cursos, bem como serviços gratuitos, como de advocacia e medicina. Relatava que muitas prostitutas a buscavam quando precisavam de ajuda, chegando inclusive a morar na casa dela (Barreto, 2008).

Cida, Cleusy e Laura foram assumindo a liderança das atividades, tendo como ponto de referência e de encontro o GAPA-MG. O contato com Roberto ocasionou que a Aprosmig se pautasse mais nos ideais da RBP de defesa da profissão e da autodeterminação das prostitutas, mantendo uma relação com esta. A diretoria era composta por Cida, Cidinha, Laura e, depois, por Viviane, que já fez parte da Aprosba (Associação das Prostitutas da Bahia e por Cleusa (Zazá) Borges e Patrícia Borges (mãe e filha. Atualmente Cleusy e Viviane não fazem mais parte da diretoria. Atuam principalmente distribuindo preservativos, conversando sobre temas variados com as mulheres que vão buscá-los.

São famosos os eventos que organizam, normalmente com propostas megalomaniacas e por vezes confusas, em que podem ou não estar presentes muitas pessoas, mas que frequentemente ganham destaque na mídia, como foi o caso da escolha da Miss Prostituta. Ganharam destaque também pelos cursos de inglês que ofereceram para preparar as prostitutas para a Copa do Mundo de Futebol.

A Aprosmig funciona nos fundos do Hotel Pensão Mineira em local cedido pela AARG. O espaço no andar térreo é composto por uma sala pequena, com três mesas, duas delas com materiais de cadastro das prostitutas e da Associação, e outra com materiais informativos de diversas organizações. Nas paredes, muitos materiais informativos, além dos adesivos da campanha “Sem vergonha, garota! Você tem profissão!”, quadros grandes de fotografias de prostitutas em seus quartos. Possui ainda um banheiro e uma sala maior, onde ocorrem as oficinas, e em que há uma geladeira e uma pia, que dividem com os membros da AARG.

No ano de 2012, decidimos que seria interessante pensar uma nova logomarca para a Aprosmig, já que a antiga não era clara o suficiente. Minha irmã Alice Barreto se ofereceu e fez algumas sugestões, em sua maioria mantendo a proposta original, com uma sombra de uma mulher e o nome da Associação. As integrantes da Aprosmig adoraram, mas ficaram em dúvidas de qual gostam mais. Fiquei muito feliz quando Cida, frente ao impasse declarou “Vamos perguntar para as mulheres nos hotéis! Elas que vão decidir”, pois percebi que havia um indício de um pensamento mais comunitário e vinculado à base se constituindo.



Imagem de capa do Facebook da Aprosmig

No mesmo ano, aconteceu o Dia sem Preconceito, realizado pelo Shopping Uai, em parceria com a Aprosmig e representantes de outros grupos sociais. A programação, como podemos observar no panfleto

abaixo, era bem diversa, trazendo temas ligados à prostituição, deficiência, raça, orientação sexual. Nesta ocasião, ocorreu o primeiro Miss Prostituta, com um desfile de cerca de 12 candidatas e a eleição da miss. O fato teve grande repercussão na mídia nacional e internacional e, apesar da vergonha e medo inicial, muitas mulheres mostraram seus rostos e nomes nas reportagens.

PROGRAMAÇÃO 29 DE SETEMBRO DE 2012 - ENTRADA FRANCA

<p>12h: Apresentação de Congado (Abertura) Os guerreiros do Congado saíram da Praça Rio Branco em direção à Rua Saturnino de Brito (Portaria 1). A apresentação acontecerá nos Pisos 1 e 3</p> <p>13h: Mestre de corimônia: Kayete (Extra FM) (Abertura Oficial) Piso 3</p> <p>13h15: Apresentação e oficina de capoeira Piso 1</p> <p>13h45: Roda de conversa: Direitos, conquistas e legislação da profissão do sexo Roberto Chateaubriand Domingues (Rede Brasileira de Prostitutas) Piso 2</p> <p>14h45: Palestra e lançamento do livro "Marla de Rodas" Tatiana Rolim Piso 3</p> <p>15h20: Desfile de modelos negros Piso 3</p>	<p>15h45: Apresentação e performance em tecidos Henrique Moura Piso 3</p> <p>16h15: Oficina do Movimento Negro Marisa (N-Zinga e U Negro) Piso 2</p> <p>16h45: Oficina Religiosidade de Matriz Africana Fabiana D'Azini e Kiamanzele Kamaza (CEN – Coletivo de Entidades Negras) Piso 4</p> <p>17h15: RENATO VIANNA Finalista nos programas "Jovens Talentos" (SBT) e "Ídolos" (Record). Vencedor do concurso "Nextel - No Embalo da Rede/Maria Gadê" Piso 3</p> <p>18h15: Palestra de conscientização sobre o HIV Dra. Inene Adams (Projeto AMIMOR) Cristina Moreira (Grupo Viviver) Piso 2</p> <p>18h40: Palestra LGBT LIBERTOS, CELLOS, CELLOS TRANS, ALEM e ASTRAY Direitos e Conquistas Piso 4</p>	<p>19h15: Dança de Rua + Duelo de MCs Piso 1</p> <p>19h35: Desfile das Prostitutas (APROSMIG) Um ato pelo direito de se ter direito Abertura do desfile com Valquíria La Roche Piso 3</p> <p>20h15: VINI MORAIS TIMBASHOW Piso 3</p> <p>20h35: Premiação de todas as Prostitutas participantes APROSMIG e Fundação Doimo Piso 3</p> <p>20h55: VINI MORAIS (Fechamento) TimbaShow Piso 3</p> <p>Co-realização:  São apoiadores desse evento: </p>
--	---	--

Uai Shopping Centro – Pisos 1, 2, 3 e 4
Rua Saturnino de Brito, 17 – Centro
www.uaishopping.com.br
(31) 3271-2112

Realização: 

Panfleto Dia Sem Preconceito 2012

Em 2014, Cida Vieira foi candidata a deputada federal, pelo PCdoB, mesma legenda pela qual havia sido candidata a vereadora nas eleições anteriores. Fez uma campanha a favor dos direitos das prostitutas e da regulamentação da profissão, mas também “contra todos os tipos de preconceitos”. Durante a campanha, Cida reclamou que o Partido não estava dando visibilidade a sua candidatura, já que recebeu financiamento menor e também teve pouco acesso a material de divulgação, e que estava sofrendo “putafobia”. Cida teve uma votação baixa e não se elegeu.

Maria Aparecida Vieira, mais conhecida como **Cida Vieira**, é mãe, reside em Betim/MG. Luta desde 2009 pelos direitos das prostitutas, apoiando a regulamentação da profissão, com o objetivo de promover a cidadania, combater a violência contra os profissionais do sexo e combatendo a exploração sexual de adolescentes e crianças. Cida participa do conselho do projeto DaVida, é conselheira titular do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CO-NATRAP) e foi coordenadora geral da Associação de Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig).

Além de lutar por essas pautas, Cida Vieira vai construir uma democracia libertária, inclusiva e que garanta os direitos humanos para todas e todos brasileiros. Para isso, criará a "Bancada sem preconceitos" que dará atenção aos exclu-

dos: Profissionais do sexo, Mulheres, População LGBT, População negra e Dependentes químicos. Defendendo os direitos sexuais e reprodutivos, combater a violência contra as mulheres e os profissionais do sexo, a regulamentação da prostituição sem explorações, o casamento igualitário, o Estado laico, a construção de hospitais e postos de saúde de qualidade e construção de linhas intermunicipais que atenda as regiões mais carentes. Através da elaboração de Projeto de Leis e políticas públicas para atender as necessidades da população brasileira mudará a atual situação do país.

Fomentando assim uma PUTA igualdade, uma PUTA democracia e um PUTA mandado!

DEPUTADA FEDERAL
Cida Vieira 6569
VOTEM: Cida Vieira 6569 para dePUTAda federal!

Dilma Rousseff
PIMENTEL 13
PRESIDENTA 13

José Alencar
ALMEIDA
150

Panfleto Cida Vieira candidata a deputada federal

6.1.1.3. Relação com grupos e entidades

Ronaldo Alves da Silva, na dissertação “As práticas informacionais das profissionais do sexo na zona boêmia de Belo Horizonte”, discute as informações acessadas pelas prostitutas da Guaicurus sobre temas como a regulamentação. O autor destaca que elas acessam diversos discursos produzidos por grupos e entidades, pelas próprias prostitutas e reinterpretações vindas de outros âmbitos, produzindo um argumento de não rejeição, mas que considera que trará poucas mudanças efetivas às suas vidas. A APS-BH também se mostrou como lócus de troca e produção de saberes (SILVA, 2009), posição hoje ocupada pela Aprosmig.

6.1.1.3.1. Coordenação Municipal de DST/AIDS

O fornecimento de preservativos se dá através da relação estabelecida com a Coordenação Municipal de DST/AIDS, sendo que as lideranças são também multiplicadoras de saúde, recebendo uma ajuda de custo mensal para desempenharem o trabalho. De acordo com Priscila de Moura Franco, psicóloga, especialista em sexualidade, e referência técnica em prevenção na Coordenação de DST/AIDS, o trabalho da Coordenação, vinculada à Secretaria de Saúde, há projetos articulados a pesquisas nacionais e regionais, que traçam o perfil destas

e dos que são atingidos pelas mesmas, considerados os grupos mais vulneráveis, como as prostitutas.

Através do projeto “BH de Mãos Dadas”, executam ações (por conta própria ou em parcerias) para além da distribuição de insumo e de informação, como a organização de fóruns, campanhas de vacinação, atividades de formação (oficinas sobre sexualidade, gênero, autoestima), visando atingir uma vivência mais saudável da sexualidade. O contato com a Aprosmig foi buscado pela própria Priscila, ao perceber que as ações implementadas até então não estavam conseguindo atingir o contingente necessário de prostitutas. O trabalho com estas mulheres é realizado, por meio de parceria com a Coordenação, também pela ALEM (Associação Lésbica de Minas) e pela Cidadãs Positivas (com menor frequência).

A relação das prostitutas com órgãos públicos da saúde permite que consigam insumos e recebam ajuda de custo, bem como financiamentos maiores (o que não é o caso da Aprosmig). Por outro lado, fixa a relação do poder público com as prostitutas via saúde, muitas vezes deixando de abarcar outras áreas. Dentro da Aprosmig, o vínculo é bastante claro, com todas as participantes da diretoria sendo também multiplicadoras, trabalho que por vezes priorizam em relação aos da própria Associação. Aliás, a relação das prostitutas e do movimento organizado com o preservativo foi um marco desde o início. Assim, sempre que este não era distribuído, consideravam que não havia motivo para sua presença ou para alguma ação e, quando era, a participação de mulheres apenas para conseguir o insumo era alta, muitas não se importando com debates. Por outro lado, devo demarcar que muitas prostitutas alegavam participar apenas pelo insumo, mas, ao chegarem aos encontros ou ao serem abordadas na distribuição de materiais, acabavam se integrando às atividades e participando ativamente. Hoje em dia a Aprosmig distribui regularmente preservativos para suas associadas, sendo um meio de assegurar sua presença constante na sede e também o cadastro das frequentadoras.

6.1.1.3.2. Oficinas da Associação Lésbica de Minas (ALEM) e do Vhiver

Outra ação frequente na Aprosmig é a realização de oficinas, principalmente em parcerias com Organizações Não Governamentais, mas também com instituições de ensino. A ALEM, segundo sua diretora

Soraya Menezes, pedagoga, começou a trabalhar com as prostitutas após ela, que então integrava a equipe do Grupo MUSA (Mulher e Saúde), ter percebido, em visitas aos hotéis, a presença de prostitutas lésbicas. Hoje a ALEM realiza trabalho de campo através de recursos para projetos pontuais obtidos junto aos órgãos da saúde, buscando sempre aliar prevenção à identificação das que são lésbicas. Realizam oficinas para as profissionais do sexo nas quais distribuem preservativos e material elaborado para esta população e conversam sobre temas do interesse delas.

O Vhiver também realiza oficinas na Aprosmig. Cristina Moreira Gonçalves, filósofa, segunda secretária do Vhiver (que já atuou também no MUSA), nos conta que a instituição tem um trabalho bem vasto, que inclui oficinas, confecção de panos de prato, academia. Recebem verbas estatais para financiar os projetos, além de doações. Ela coordena o projeto “Profissionais do sexo vivendo sem drogas” e considera este público-alvo muito carente e sofrido. A princípio, o Vhiver buscou realizar palestras, mas teve pouca adesão, o que associa ao fato de as mulheres terem que pagar diária. O grupo passou, posteriormente, a executar as ações dentro da Aprosmig. Fazem trabalho de campo, a “busca ativa”, no qual distribuem um kit de prevenção às drogas, conversam sobre prevenção, orientam sobre realização de exames.

6.1.1.3.3. Pastoral da Mulher de Belo Horizonte (PMBH)

Em entrevista com José Manuel Lázaro, advogado, filósofo e teólogo espanhol, que reside no Brasil desde 2003 e que atua em diversas frentes na Pastoral (como capacitação e visitas a campo nos hotéis), este declarou que a Pastoral busca conhecer as demandas das prostitutas, para atender suas necessidades. A entidade funciona com a captação de recursos através do Instituto Irmãs Oblatas, via Rede Oblatas, e da submissão de projetos a editais. Declara que visam trabalhar a dignidade das prostitutas, reduzir o estigma e melhorar suas condições de saúde e de acesso a direitos; oferecem oportunidades de geração de renda para aquelas que desejam deixar a prostituição de forma voluntária ou conciliá-la com outra atividade. São realizadas visitas diárias aos hotéis, com a entrega de materiais de sensibilização. Executam também trabalho de sensibilização com os clientes, com a distribuição de um jornal, incluindo artigos das próprias mulheres.

O teólogo nos relata que a prostituição é compreendida dentro do sistema capitalista, com esquemas de valores e moral específicos, podendo ser que a opção por se inserir nesta atividade na verdade seja pré-escolhida, o que considera muito triste, já que muitas partem da pobreza, sofreram abusos, embora reconheça que pode haver menos exploração do que em outras atividades profissionais disponíveis para estas mulheres, como a de doméstica. A Pastoral tem uma relação com a Aprosmig, mas que não é muito próxima, devido ao fato de que consideram os donos de hotéis (inclusive os da Associação de Amigos da Rua dos Guaicurus - AARG) seus adversários, e estes são aliados da Aprosmig, evidenciando que há uma divergência de objetivos.

Prostitutas que frequentam a Pastoral, por vezes, relatam casos que evidenciam o pano de fundo abolicionista por trás de discursos e intervenções. Uma conta que foi convidada a fazer uma viagem para evento, já que frequentava um dos cursos oferecidos, e, ao fazer uma brincadeira com um homem, “leve”, mas de conteúdo erótico, foi logo abordada pela psicóloga “mas você não sabe o que quer da vida? Não queria outra coisa? Mudar de vida?”. A prostituta, que estava já fazendo um curso técnico de enfermagem, se irritou pela forma como foi interpretada sua brincadeira e disse que nunca mais voltaria lá. Certa vez, conversando com uma das voluntárias na Pastoral da Mulher, ela me contou que, hoje em dia, não há um discurso ou uma pressão no sentido de que as prostitutas parem de trabalhar, mas que o “olho deles até brilha!” quando sabem que uma delas pretende fazer isso. Ela mesma diz para as pessoas de lá que não mais se prostitui, ganhando sua vida como faxineira, conquanto ainda o faça ocasionalmente. Relata que o atendimento feito pela psicóloga vai em dois sentidos: da compreensão de que é possível viver com menos dinheiro e que a prostituição é como se fosse um vício, algo que traz prazer, mas faz mal. Esta mesma mulher diz que se identifica com o argumento, pois adora estar nas áreas de prostituição, encontrar suas amigas, poder xingar, falar do jeito que quiser, ficar com um homem sem ter que se envolver, além de se sentir muito integrada e de ganhar um bom dinheiro; “me sinto uma rainha!”. Morre de rir ao contar que os homens podem até vê-las como máquinas de sexo, mas que elas olham para eles como máquinas de dinheiro.

A PMBH realiza oficinas e atividades com as prostitutas, normalmente em sua sede, na rua Guaicurus. A entidade possui uma

abordagem por vezes abolicionista, o que gera conflitos ocasionais com as visões das mulheres da Aprosmig. Sua visão da prostituição como possuindo pontos positivos mas também armadilhas pode ser observada no nome escolhido para seminário realizado em comemoração aos 30 anos da entidade, em 2012: “Prostituição feminina: encantos e armadilhas”, cujo panfleto é reproduzido abaixo.



Panfleto do Seminário “Prostituição feminina: Encantos e armadilhas”

Andreia Skackauskas destaca que o jornal Grito Mulher, publicado pela Pastoral da Mulher de Belo Horizonte, evidencia uma forma peculiar da Pastoral local de pensar a prostituição: ajudando as prostitutas, quer elas permaneçam ou não na prostituição. A autora relata que, em entrevista com José Manoel, ele afirma acreditar que se as condições pessoais e sociais de igualdade entre homens e mulheres forem criadas, com mudanças políticas e econômicas, a longo prazo a prostituição será superada (SKACKAUSKAS, 2014).

6.1.1.3.4. Associação dos Amigos da Rua dos Guaicurus (AARG)

A AARG é formada por donos de hotéis e comerciantes e começou por volta de do ano de 2005, a partir das cobranças de vários setores da

região em relação às batidas policiais e de exigências em relação aos imóveis, como nos conta Edson Cruz, presidente há três anos e dono de imóveis na região. Surgiu com o objetivo de dar assessoria jurídica para manter os estabelecimentos como casas legais. Edinho, como é conhecido, destaca que não são hotéis de prostituição, são hotéis “normais”, nos quais os donos não se responsabilizam pelo que ocorre dentro dos quartos.

Inicialmente eram sete hotéis. Hoje, a AARG conta com 14 associados, além de outros comerciantes que a integram, todos contribuindo financeiramente de forma mensal. A Associação oferece atendimento jurídico, faz encaminhamentos médicos para prostitutas e pessoas do hipercentro (funcionárias, proprietárias, familiares etc.), oferece plano de saúde. Edinho propõe que as casas não deveriam ser consideradas de prostituição, mas de divertimento, havendo uma coerência entre seu registro e a atividade desempenhada. Considera que a prostituta é uma mulher que tem direito de fazer da vida o que quiser, que é uma profissional liberal.

Segundo nos conta um ex-presidente da Associação, muitos dos hotéis são herança de família. O da sua foi comprado na década de 1950, tendo passado à sua administração em meados da década de 80. Destaca, como Edinho, que as mulheres que atendem lá trabalham também em hotéis considerados “familiares”, com a diferença de haver trânsito menor de clientes. Considera que o hotel oferece mais segurança e melhores condições de trabalho do que outros locais, sendo por isso amplamente procurados pelas prostitutas, faltando vagas. A Associação criou um “padrão Guaicurus do serviço na área sexual” para seus associados e fiscaliza as casas quanto à iluminação, higiene, segurança, todas elas trazendo avisos luminosos de que fazem parte da AARG. Este ato se assemelha à proposta da Amocavim de instituir um “padrão de lazer sexual” (Simões, 2010).

Na época das eleições de 2012, Edson Cruz se candidatou a vereador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em uma das reuniões da Aprosmig, ele logo se apresentava, falando da AARG e de que seu objetivo era legalizar a região e que possuía pactos com todos os candidatos à prefeitura. Afirma que “dono de zona é o verdadeiro cabeça de bacalhau”, por nunca aparecer, mas ele se assumia e não tinha medo, por ter boas relações inclusive com a polícia. Era recorrente fazer uma conta para provar que era possível vencer as eleições com os votos

das putas, que são os que o interessam, por mais que considerasse já ter votos suficientes em outros locais. Ele dizia: “pelo menos 50 mulheres em cada hotel, atendendo pelo menos 10 homens por dia, durante 30 dias, nos 20 hotéis, teria pelo menos 300.000 pessoas, das quais espero apenas 1% dos votos”. Algumas putas fizeram campanha para e abordavam seus clientes, mas não foi suficiente para o mesmo se eleger.

6.1.1.3.5. *Psicologia PUC Minas*

Estágios e projetos desenvolvidos por faculdades são uma constante na Aprosmig que, além disso, é procurada para trabalhos de conclusão de curso ou de disciplinas. A ausência de informações detalhadas sobre as atividades a serem realizadas, bem como a de devolução após o término, somadas à quantidade, dificultam o mapeamento de todas as ações. Tomaremos, então, o caso do curso de Psicologia da PUC Minas no contexto do Estágio Profissionalizante - Psicologia e Políticas Públicas I, como exemplo de uma das atividades mais atuantes no momento.

De acordo com a professora da instituição Márcia Mansur, em conversa por e-mail, o estágio teve seu início em 2013, após o contato de um aluno com a Aprosmig, em que notou possibilidades de atuação e demandas para a psicologia. O estágio tem como objetivo realizar intervenções psicossociais e vem sendo implementado semestralmente, com a participação de cerca de cinco duplas de alunas, que se revezam nos horários acordados com a Associação. Dentre as atividades realizadas estão o acolhimento psicossocial, as visitas aos hotéis, o apoio e fortalecimento da gestão (acompanhamento da rotina da Associação, reuniões com a diretoria), apoio a lutas políticas (ações de mobilização, articulação e fortalecimento político em eventos).

A aluna do estágio Marcília Catrine traz, em seu relatório, reflexões que nos evidenciam a importância do contato com o campo, na produção de outras formas de se pensar a prostituição

Quando pensava neste estágio, acreditava que encontraria todas as prostitutas em uma condição de submissão, mas quando se começa a ter contato, e ler mais sobre a história de algumas destas profissionais, percebe-se que há autonomia e escolha. O que no primeiro momento causa estranheza, e até mesmo dúvida, no entanto, quando se conhece a realidade,

encontra-se este outro lado da prostituição, o qual não é exposto para a sociedade. Então, algumas dessas mulheres são, sim, donas do seu corpo, da sua vida pessoal, emocional e familiar (CATRINE, 2014, p. 8).

A equipe integra o Grupo Interdisciplinar de Pesquisas Feministas da Puc (GPFEM) e organizou um Grupo de Trabalho sobre o tema no II Ciclo de Debates do GPFEM. Este fato nos oferece indícios de que a prostituição se mostra como um tema importante entre acadêmicas feministas em Belo Horizonte, como podemos observar nos trabalhos de Sandra Azerêdo, Claudia Mayorga (Psicologia UFMG), Alessandra Chacham, Magda Almeida Neves, Juliana Jayme (Ciências Sociais PUC Minas), Márcia Mansur, Maria Ignez Moreira (Psicologia PUC Minas).

6.2. Prostitutas sujeitas políticas

Ao longo destes últimos doze anos as prostitutas foram, cada vez mais, conquistando autonomia para intervir e pautar debates sobre prostituição em diferentes esferas. Se antes eram objeto de projetos de lei, agora se articulam para construir projetos com os deputados ou para elas mesmas se candidatarem a cargos públicos. De grupo de risco da AIDS a multiplicadoras de saúde, começam a rejeitar financiamentos públicos que continuam a restringir a atuação frente a prostituição à esfera da saúde e, mais especificamente, das DSTs. O pânico moral gerado pelo tráfico dá lugar aos poucos a estratégias de obter clientes durante os grandes eventos ou de se empoderarem frente ao fenômeno.

6.3. Repensando a relação entre prostituição, AIDS e saúde

A relação com a AIDS e com os órgãos públicos que financiam projetos de combate a esta e outras DST é uma das mais emblemáticas. Se o movimento de prostitutas em grande medida se consolidou a partir de financiamentos e ações que tinham esta pauta, nos últimos anos as prostitutas começam a recusar recursos que não estejam em acordo com suas demandas e reivindicações e a demandar, cada vez mais, que sejam “parte da solução”.

Em 2003, vemos no Beijo da Rua destaques dados ao sucesso do projeto “Esquinas da Noite”, cuja ideia foi concebida pela Rede, financiada pelo MS e executada por coordenações estaduais (Davida, no Sudeste; Gempac, no Norte; GAPA-MG, no Centro-Oeste; NEP, no Sul; e Aproce, no nordeste). Foram capacitadas ONGs, em todas as regiões,

para o trabalho com profissionais do sexo, atingindo quase 50 cidades (DAVIDA, 2003a). Esta foi uma estratégia adotada pela Rede também em outros momentos, para conjugar sua integração e fortalecimento com a implementação de políticas de prevenção.

Um confronto com a Igreja Católica marcou o ano de 2003, com reações à declaração do cardeal colombiano Alfonso López Trujillo, presidente do Conselho para a Família do Vaticano, que reiterava a posição contrária ao uso do preservativo, afirmando que a membrana do mesmo era permeável ao HIV. Foi lançada por quatro ONGs a campanha “Pecado é não usar”, incluindo um vídeo de um minuto que trazia como frase final “Quanto tempo vai demorar para a igreja pedir perdão pelas vítimas da AIDS?”, criado por Flávio Waiteman e produzido pela Lux Filmes São Paulo (DAVIDA, 2003c; DAVIDA *et al.*, 2003). A Arquidiocese do Rio pediu a abertura de inquérito civil para impedir a exibição do material e, com ação cautelar na Justiça, as quatro organizações que assinam o vídeo, dentre elas a Davida, se tornam réis neste processo (DAVIDA, 2003b). Segundo Luís Corrêa Lima este foi um ápice do confronto entre igreja e políticas de prevenção e, no ano seguinte, o MS adotou como slogan “Pela camisinha não passa nada. Use e confie” (LIMA, 2007).

A XV Conferência Internacional de AIDS, realizada na Tailândia, com o tema “Acesso para todos”, contou com a presença de profissionais do sexo em mesas, oficinas, manifestações e estandes (LENZ, 2004). Para esta conferência, Paulo Longo indica que a NSWP tinha como objetivo levar o maior número possível de prostitutas, almejando visibilidade e participação, mas encontraram dificuldades com a organização do evento, sendo necessárias estratégias alternativas. Foi realizada uma mesa com a participação de profissionais do sexo de países como África do Sul, Malásia, Holanda, Argentina e Brasil, dentre elas duas pessoas trans, incluindo a brasileira Camile Cabral (LONGO, 2004).

No final dos anos 1990, a agência do governo norte-americano Usaid (United States Agency for International Development) destinou 48 milhões de dólares para o combate à AIDS no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Quando George Bush foi reeleito, em 2004, foram instauradas novas regras para que as instituições fossem contempladas com a verba. Uma delas era assinar um aditivo se comprometendo a não trabalhar com organizações de prostitutas. Gabriela Leite convocou

reunião com o MS solicitando que a cláusula fosse retirada ou que o Brasil não aceitasse o financiamento (LEITE, 2009). Em 2005, o presidente Lula rejeitou a verba, ao se recusar a coadunar com a cláusula antiprostituição, ação que obteve visibilidade internacional (CHATEAUVERT, 2014).

A consulta regional Trabajo Sexual y VIH en America Latina y el Caribe, realizada em 2007, em Lima, foi marcada pela recomendação, elaborada por prostitutas, transgêneros e autoridades, de que a OEA (Organização dos Estados Americanos) aprovasse uma convenção para eliminar as violações de direitos humanos vivenciadas por profissionais do sexo. A principal recomendação foi o reconhecimento do trabalho sexual como atividade profissional, com os devidos direitos sociais. Foram aprovadas outras dez recomendações, dentre elas a de não confundir migração com tráfico ou o trabalho sexual com a exploração sexual de menores e outras formas de exploração (STRACK, 2007).

No ano de 2007, foi lançado o Plano de Enfrentamento da Feminização da Epidemia da AIDS e outras DST, em virtude do crescimento de 44% de mulheres infectadas entre 1995 e 2005 (LENZ, 2007a). Também uma mulher empregada doméstica foi espancada por quatro jovens de classe média, que depois justificaram que “pensaram que era uma prostituta”, gerando manifestações do movimento (LENZ, 2007b).

A XVII Conferência Mundial de AIDS ocorreu na Cidade do México, em 2008, sendo a primeira a ocorrer na América Latina. Incluiu uma pré-conferência sobre trabalho sexual, da qual participaram cerca de 60 profissionais do sexo, entre mulheres, homens e trans, de 25 países. Foi divulgado um documento pedindo o reconhecimento do trabalho sexual como trabalho, o fim de exames obrigatórios e a garantia de direitos humanos da categoria, entre outros. O evento foi marcado também por um desfile da Daspu (LENZ, 2008e). Esta conferência incluiu uma mesa de plenária que, pela primeira vez, teria como uma das integrantes uma prostituta, Elena Reynaga, da Redtralsex, que destacou as vantagens de que os recursos para o enfrentamento da epidemia sejam manejados por organizações de base (LENZ, 2008b). Demonstrou ainda a importância da organização da categoria e do respeito aos direitos humanos para a prevenção, ressaltando os 34 casos de assassinatos de prostitutas ocorridos no dez meses anteriores na América Latina (LENZ, 2008a).

As trabalhadoras do sexo não abaixamos a cabeça. Não queremos costurar, tecer ou cozinhar. Não queremos máquinas de costura. Queremos melhorar nossas condições de trabalho. E por isso propomos: eliminação de todas as normas que criminalizam o trabalho sexual; justiça para os crimes contra nós; não às zonas confinadas e guetos que promovem violência e discriminação; não a exames obrigatórios; eliminação do carnê de saúde para as prostitutas; exames voluntários e sigilosos; acesso universal e prevenção, diagnóstico, tratamento e atenção de qualidade em HIV/AIDS; acesso à saúde para prostitutas móveis e migrantes; serviço de saúde integral sem discriminação; recursos para as organizações de base, sem intermediários; e acima de tudo reivindicamos o reconhecimento do trabalho sexual como trabalho.

Elena Reynaga, durante a XVII Conferência Mundial de AIDS.

Em 2008, o Governo Federal brasileiro, via Ministério da Saúde, cujo ministro era José Gomes Temporão, decidiu criar uma Comissão Interministerial para debater a prostituição. O ministro recebeu representantes da Rede, que elencaram 17 recomendações prioritárias a serem levadas para membros da justiça, trabalho, previdência, cultura e mulheres (LENZ, 2008d).

Em julho de 2010, em Viena, durante a XVIII Conferência Mundial de AIDS, profissionais do sexo protestaram contra a política norte-americana Pefar (Plano de Emergência do Presidente Americano para o Alívio da AIDS). A ação ocorreu na ocasião da entrevista do embaixador da mesma, Eric Goosby, que condicionou ações de combate à AIDS com essa população a medidas que as prostitutas consideraram perniciosas, principalmente a chamada “cláusula antiprostituição”, que trazia o impedimento de que uma organização que não tenha política explícita contra a prostituição e o tráfico de seres humanos receba seus fundos. O protesto foi promovido pela NSWP e suas integrantes demandavam que recursos desta e da Usaid não discriminassem e apoiassem organizações da categoria como forma de favorecer a prevenção (LENZ, 2010). Na mesma conferência, ocorreu uma Marcha pelos Direitos

Humanos, com a participação de profissionais do sexo, empunhando cartazes e já os tradicionais guarda-chuvas vermelhos (DAVIDA, 2010).

No ano de 2011, prostitutas brasileiras tomaram uma decisão importante para o movimento, durante encontro regional realizado em Belém, promovido pelo GEMPAC: não mais participar de editais do MS que ofereçam recursos de combate às DST e à AIDS. O movimento reconhece que o apoio estatal tende a ficar restrito a esta esfera, embora as militantes tenham outras prioridades, como a regulamentação. Os financiamentos estaduais e municipais podem continuar sendo solicitados pelas integrantes (LENZ, 2011). Decidiram que não devem mais restringir ações às políticas de AIDS, algo que reforça o estigma, a vitimização e o controle sanitário, além de transformar as prostitutas em profissionais contratadas para a prevenção, o que as afasta de suas colegas (DAVIDA, 2011). Uma consequência deste tipo de concepção regulamentarista é o foco na prostituição como questão de polícia ou de saúde, por exemplo. No Brasil, a emergência da AIDS e as tentativas de controle da epidemia levaram à criação de projetos, políticas públicas e financiamentos para entidades que visassem reduzir a incidência desta nesta população específica. Consequentemente, a prostituição, em termos de políticas públicas, foi progressivamente reduzida a questões de saúde, que muitas vezes nem abarcam a saúde da mulher como um todo, mas apenas questões reprodutivas e sexuais.

A Suprema Corte dos Estados Unidos anunciou, em 2013, a decisão de que a cláusula antiprostituição, que deve ser assinada para ter acesso aos recursos USAID/PEPFAR, viola a Primeira Emenda da Constituição dos EUA, nos casos em que é aplicada para organizações dentro dos EUA. Assim, estas passaram a poder atuar sem adotar políticas antiprostituição, obrigação que ainda segue valendo para outros países (DAVIDA, 2013b).

Em 2013, no Brasil, uma campanha protagonizada por prostitutas ganhou as redes sociais e a mídia. Os materiais foram produzidos durante oficina realizada em João Pessoa, momento em que foram bem aceitos pelos membros do poder público presentes. A peça mais polêmica foi a que trazia uma foto de Nilce Machado, presidente do NEP, com a frase “Sou feliz sendo prostituta”. Prostitutas que participaram da campanha que, após elaborada e lançada, foi vetada e posteriormente

modificada, enviaram notificação extrajudicial, revogando a autorização de uso da imagem (DAVIDA, 2013a).



6.4. Projetos de Lei para prostitutas e com prostitutas

A análise dos projetos de lei sobre prostituição apresentados desde os anos 1970 nos oferecem indícios de como foi se transformando a relação entre prostitutas e políticas a partir de sua entrada no cenário enquanto movimento social organizado. Se os primeiros projetos trazem propostas que buscam “resolver o problema”, a partir de 2003 começamos a ver outros que são fruto de diálogos com as prostitutas e que se relacionam a suas demandas.

Visando obter conhecimento sobre os projetos de lei (PL) apresentados enfocando a questão da prostituição, fiz um levantamento através do site da Câmara dos Deputados, utilizando a palavra “prostituição” como assunto a ser localizado. Foram encontrados 142 resultados, dos quais a grande maioria remetia a exploração sexual infantil (ou à proteção à criança e ao adolescente frente à exibição de conteúdos de natureza sexual em meios de comunicação de massa, por exemplo) e um número menor ao tráfico de mulheres (principalmente propondo alteração deste termo por “tráfico de pessoas”, o que ocorreu em 2005). Nos fixaremos, aqui, apenas nos sete projetos que tratam

especificamente da prostituição, excluindo os casos de tráfico e exploração sexual infantil.

Quadro 3: Projetos de lei sobre prostituição no Legislativo Brasileiro (1975-2011) (Fonte: Site da Câmara dos Deputados)

1312 /1975	Roberto de Carvalho	Estabelece medidas sobre confinamento da prostituição (zonas previamente delimitadas, seguindo alguns critérios), controle sanitário, assistência previdenciária e reeducação das prostitutas.	Causada por problemas econômicos, condição social e razões de ordem psicológica, clandestinidade gera ilícitos penais, reintegração para exercer ofícios honestos.
3436 /1997	Wigberto Tartuce PSDB/DF	Dispõe sobre a regulamentação das atividades exercidas por pessoas que praticam a prostituição em desacordo com os costumes morais e atentatórios ao pudor. Obrigatório cadastramento em unidades de saúde e exame mensal para prevenção de DST.	Considera-se profissional aquele que pessoalmente e mediante remuneração ou vantagem, utilizando-se do próprio corpo, exerce o comércio sexual. Só para maiores de 18 anos. Visa regular o exercício, reconhecer a cidadania e proteger a sociedade.
98 /2003	Fernando Gabeira PT/RJ	Exigibilidade de pagamento por serviço de natureza sexual suprime 228, 229, 231 (artigos que criminalizam o entorno da prostituição: casas, favorecimento, agenciadores). Pagamento pelo tempo em que permanecer disponível para serviços de natureza sexual, tenha sido solicitada ou não a prestá-los.	Reduzir malefícios da marginalização a que está relegada. Providências de ordem sanitária e de política urbana que preveniriam os efeitos indesejáveis.
2169 /2003	Elimar Máximo Damasceno PRONA/SP	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências.	Criminalizar a conduta daquele que paga ou oferece pagamento pela prestação de serviços sexuais, ou seja, daquele que contrata a prostituição. Venda do corpo é intolerável.

4244 /2004	Eduardo Valverde PT/RO	Institui a profissão de trabalhadores da sexualidade e dá outras providências. Consideram-se trabalhadores da sexualidade toda pessoa adulta que com habitualidade, e de forma livre, submete o próprio corpo para o sexo com terceiros, mediante remuneração previamente ajustada, podendo ou não laborar em favor de outrem	Trabalhadores da sexualidade: aqueles que expõem o corpo, em caráter profissional, em locais ou em condições de provocar apelos eróticos, com objetivo de estimular a sexualidade de terceiros. Necessário contrato de trabalho. Registro na delegacia do trabalho e no INSS. Regularizar a atividade e assegurar direitos.
377 /2011	João Campos PSDB/GO	Acrescenta artigo ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de contratação de serviços sexuais, e dá outras providências.	Reapresenta projeto de Elimar Damasceno
4211 /2011	Jean Wyllys PSOL/RJ	Regulamenta a atividade de profissionais do sexo. Considera-se profissional do sexo toda pessoa maior de dezoito anos e absolutamente capaz que voluntariamente presta serviços sexuais mediante remuneração, diferente da exploração sexual.	É exigível pagamento pela prestação de serviços sexuais. Vedada a exploração sexual (mais de 50% dos ganhos, forçada, não pagar).

Podemos observar que o primeiro projeto, PL 1312/1975, de Roberto de Carvalho, fundamenta-se em uma visão regulamentarista da prostituição (Wijers, 2004), visando reduzir os seus males ao controlar a atividade (em áreas adequadas), ao mesmo tempo em que visa destacar que a clandestinidade é uma das formas de ampliar os ditos males da atividade. A prostituição é pensada como ocupação negativa, não só para a sociedade, mas também para a prostituta, que deve ser reeducada e reintegrada, exercendo outras atividades. O PL 3436/1997, de Wigberto Tartuce, PSDB-DF, mantém a mesma postura regulamentarista, objetivando regular o exercício e proteger a sociedade. Acrescenta a necessidade de cadastramento em unidades de saúde e de exames preventivos das DST, evidenciando uma influência da epidemia de HIV/AIDS e das noções de grupos de risco e comportamento de risco, associadas às prostitutas. Segundo Rodrigues, este projeto foi arquivado, mas teve grande repercussão na mídia (RODRIGUES, 2004).

O PL 4244/2004, de Eduardo Valverde, PT-RO, institui a profissão de trabalhadores da sexualidade (que abarca também strippers, atrizes pornô, entre outras), que exercem a atividade de forma livre. Ademais, coloca como necessário o contrato de trabalho, o registro na Delegacia do Trabalho e no INSS, como formas de regulamentar a atividade e assegurar direitos, protegendo também a sociedade. Observamos uma ênfase na sociedade a ser protegida e não na regulamentação e reconhecimento de uma atividade profissional, não havendo referências a diálogos com o movimento de prostitutas.

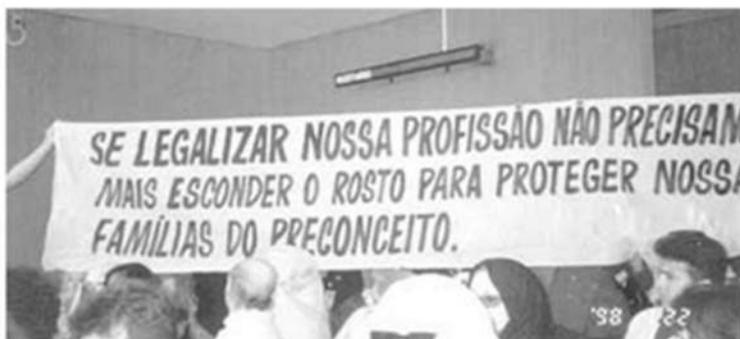
6.4.1. PL 98/2003, de Fernando Gabeira

O PL 98/2003, de Fernando Gabeira, PT-RJ, foi elaborado em parceria com o movimento de prostitutas e propõe a exigibilidade de pagamento por serviços de natureza sexual e a descriminalização do entorno da prostituição (casas, agenciadores), argumentando que providências sanitárias e de política urbana poderiam reduzir os efeitos indesejáveis da prostituição. Nas candidaturas e algumas ações de Gabeira, prostitutas utilizavam o slogan “Um puta deputado”, que posteriormente foi incorporada por Gabriela Leite em sua campanha para Deputada Federal pelo mesmo partido, em 2010, não tendo sido eleita.

No ano de 2003, ocorreu o II Encontro Fluminense de Profissionais do Sexo, na CUT-RJ (Central Única de Trabalhadores), tendo como objetivo debater o Projeto de Lei (PL) 98/2003, além de traçar as próximas estratégias para o movimento, tais como a realização de um encontro nacional de fóruns de profissionais do sexo (NOBRE, 2003a). A realização do evento na CUT foi analisada por Marise de Oliveira Pinto, coordenadora da Comissão Estadual da Mulher Trabalhadora da CUT-RJ, como fundamental, uma vez que a entidade tem como uma das suas ações o fornecimento de subsídios políticos para favorecer a organização dos movimentos sociais, além de ser uma forma de diminuir o estigma associado a este movimento em especial (NOBRE, 2003b).

O PL foi debatido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no ano 2003, num evento que lotou o auditório (teve que ser instalado telão em sala anexa) e que contou com a participação de prostitutas e de donos de hotéis, como ilustrado na imagem abaixo (LENZ, 2003). Rodrigues conta que, naquele momento, participaram entidades feministas, a Rede Nacional de Profissionais do Sexo, universidades, órgãos governamentais (RODRIGUES, 2004). A apresentação em Belo

Horizonte se deu em meio a diversas audiências públicas relativas ao fechamento dos hotéis e, historicamente, foi um dos principais momentos de mobilização coletiva das prostitutas, possibilitando diálogo entre prostitutas, donos de hotel, deputados, membros de entidades que realizam trabalhos com a prostituição.



Audiência Pública ALMG 2003

6.4.2. PL 4211/2011, de Jean Wyllys – Projeto Gabriela Leite

O PL 4211/2011, de Jean Wyllys, PSOL-RJ, foi produzido conjuntamente com o movimento de prostitutas, recebendo consultoria de assessoras técnicas como Roberto Domingues, e se baseou no projeto de Gabeira. Visa regulamentar a atividade de profissionais do sexo, diferenciada da exploração sexual (esta sim sendo penalizada e vedada), estabelecendo que não pode ser forçada, sem pagamento ou ocorrer lucro dos agenciadores de mais de 50%. O projeto ainda possibilita o trabalho autônomo e em cooperativas (WYLLYS, 2012).

O projeto conceitua profissionais do sexo como pessoas de mais de 18 anos, capazes, que voluntariamente prestam serviços sexuais recebendo remuneração por isso. Já a exploração sexual é a apropriação de mais do que metade do rendimento da prestação de serviço, o não pagamento pelo serviço contratado ou forçar alguém a praticar prostituição mediante grave ameaça ou violência. A exploração é crime contra a dignidade sexual da pessoa, independente da maioridade ou da capacidade civil da vítima, sendo previsto nos artigos 214 e 218 do

Código Penal e nos artigos entre 240 e 241-E do Estatuto da Criança e do Adolescente. Propõe alterações nos artigos 228, 229, 230 e 231 do Código Penal (BRASIL, 1940), principalmente no que tange à substituição do termo prostituição por exploração sexual, ao invés de focar em sua supressão como almejava Gabeira (salvo do artigo 230). Com isso, objetiva regular a profissão do sexo e combater a exploração sexual (através da fiscalização de casas e controle do Estado sobre o serviço). O projeto destaca ainda que não existe prostituição de crianças e adolescentes, mas sim abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes (WYLLYS, 2012).

O deputado federal Jean Wyllys (PSOL) recebeu, em março de 2012, no Rio de Janeiro, integrantes da RBP e aliadas, para debater o projeto de lei a ser apresentado à Câmara dos Deputados. O projeto é baseado na lei alemã, bem como nos projetos 98/2003, de Fernando Gabeira, e 4244/2004, de Eduardo Valverde, ambos arquivados. Debateram sobre as possibilidades de prostitutas se organizarem em cooperativas, a autorização de funcionamento de casas, a diferenciação entre migração para o trabalho e tráfico de pessoas (DAVIDA, 2012).

6.4.3. Batalha política

Podemos perceber, principalmente através dos dois últimos projetos, como o movimento organizado de prostitutas tem conseguido levar suas pautas ao Congresso e gerar debates, mesmo que ainda sem conseguir uma aprovação de suas propostas. Esta conquista se dá através de parcerias com pessoas engajadas na luta pelos direitos humanos e direitos de grupos específicos, como homossexuais e mulheres.

Os projetos abolicionistas PL 2169/2003, de Elimar Máximo Damasceno, do PRONA-SP (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), partido ultraconservador, e o PL 377/2011, de João Campos, PSDB-GO, são basicamente o mesmo projeto³⁷, que visa criminalizar a contratação de serviços sexuais, ou seja, penalizar os clientes, proposta fundada em modelo sueco. Podemos observar que tais projetos foram apresentados exatamente nos mesmos anos dos projetos de Gabeira e Wyllys,

³⁷ Uma vez arquivado o projeto, caso o deputado não esteja mais ocupando o cargo, é necessário que seja reapresentado por outro deputado.

evidenciando uma clara batalha política no campo da prostituição, embora nenhum dos lados tenha conseguido vencer. A principal diferença é que no caso de Wyllys, por conhecer a audácia do projeto, o que dificulta sua aprovação, e também pelo diálogo com o movimento, há diversas alterações em relação à versão anterior.

Por mais que o campo de batalha ainda esteja em disputa, novos espaços têm sido abertos à discussão. Exemplo disso foi o evento, do qual participamos eu e Cida Vieira, sobre a Reforma do Código Penal, que ocorreu na Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro (OAB-RJ), em 8/11/2012, e contou com as presenças de Gabriela Leite, Jean Wyllys, Rubens Roberto Rebello Casara (vice-Presidente do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Emerj), Máira Fernandes (pós-graduada em Direitos Humanos e Relações do Trabalho pela UFRJ), Sônia Correa (integrante da Comissão de Bioética e Biodireito da OAB/RJ), Alana Moraes (antropóloga pela UFRJ e membra da Marcha Mundial das Mulheres-RJ). A maioria das pessoas da mesa era a favor do projeto de Wyllys e da reforma do Código, retirando o entorno da prostituição da criminalidade, embora Rubens Casara argumentasse que é muito difícil obter a aprovação. A oposição era feita por Alana Moraes, que insistia em argumentar que a prostituição é forma de submissão e dominação das mulheres, o que foi amplamente combatido pelas demais participantes, evidenciando a clara posição abolicionista do grupo feminista Marcha Mundial das Mulheres.



Cida Vieira e Gabriela Leite em evento na OAB-RJ (arquivo pessoal)

Interessante destacar que, além de parceiras do movimento de prostitutas que se encontravam na mesa, na plateia estavam presentes pesquisadoras e ativistas da prostituição, como Laura Murray e Soraya Simões. Podemos observar como o trabalho de campo acaba por se tornar espaço também de ação coletiva, unindo pesquisadoras, prostitutas, parceiras diversas, sendo comum a presença inclusive de pessoas que já finalizaram suas pesquisas. Nestes momentos, por vezes as pesquisadoras contribuem com seu saber sobre o campo, por outras executam ações as mais diversas, sendo oportunidades de haver uma troca de saberes e também de ganhos com a pesquisa para ambos os lados.

6.5. Tráfico de pessoas e grandes eventos

Os instrumentos que visam controlar o trânsito internacional de pessoas³⁸ bem como a proteção de fronteiras nacionais, ganharam força

³⁸ A migração pode ser definitiva ou temporária, podendo ser econômica ou voluntária, possuindo razões afetivas e socioculturais; ou forçada, por refúgio, perseguição, escravização. O tráfico de pessoas é uma violação grave dos direitos humanos, envolvendo privação de liberdade, exploração, violência, retenção de documentos. Ocorre por meio de redes articuladas, que criam uma

a partir dos anos 2000, com o fortalecimento do debate sobre o tráfico de pessoas. O Brasil ratificou, em 2004, três tratados internacionais que trazem em seu bojo preocupações com a atenção às pessoas que são vítimas de tais crimes, embora mantenham como foco a natureza criminal dos atos.

A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, Decreto 5015/2004, traz a necessidade de que cada Estado-Parte atente para a assistência e proteção às vítimas das infrações previstas na Convenção, incluindo a importância de garantir que opiniões e preocupações das vítimas sejam apresentadas e levadas em consideração no processo penal (BRASIL, 2004a). O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, Decreto 5016/2004, enfatiza a necessidade de tratar migrantes com humanidade e proteger plenamente seus direitos. Define o tráfico de migrantes como sendo “promoção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado-Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente”. Aponta a necessidade de fortalecer programas que levem em conta as realidades socioeconômicas das migrações, combatendo pobreza e subdesenvolvimento, que favorecem o tráfico. Com relação às medidas de proteção e assistência, destaca: a necessidade de preservar e proteger os direitos das pessoas afetadas; conceder a migrantes proteção adequada contra a violência que possa ser infringida; assistência a migrantes cuja segurança esteja em perigo, por terem sido objeto dos atos; importância de considerar as necessidades específicas de mulheres e crianças (BRASIL, 2004b).

grande estrutura de serviços-meio, para obtenção de lucros em suas diversas etapas (produção de documentos, lavagem de dinheiro, transporte). Diferencia-se do contrabando de migrantes, em que um intermediário facilita o cruzamento ilegal das fronteiras, uma vez que há finalidade de exploração do migrante, que é vítima do crime. Ambos são crimes e espécies do gênero migração, mas, no primeiro, o transporte para outro país é realizado por terceiros de forma consensual, havendo violação não dos direitos humanos, mas das leis migratórias. Num terceiro tipo, a migração irregular, não há a presença de um terceiro (TERESI; HEALY, 2012).

A proposta de combate ao tráfico se apresenta também no âmbito do Mercosul, dois anos depois, através do Plano de Ação para a luta contra o tráfico de pessoas entre os estados parte do Mercosul e os estados associados (Mercosul/RMI/Acordo, no 01/2006), Portaria 2167/2006. Esta tem como objetivo criar mecanismo operacional e eficiente de cooperação, coordenação e acompanhamento contra o fenômeno, visando uma resposta integral dentro dos países (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2006).

6.5.1.1. Protocolo de Palermo

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, Decreto 5017/2004, também conhecido como Protocolo de Palermo, apoia uma abordagem global e internacional frente ao fenômeno. Destaca a importância da prevenção e combate ao tráfico; a proteção às vítimas, respeitando seus direitos humanos; a cooperação entre os Estados-Parte (BRASIL, 2004c).

O Protocolo de Palermo, que se torna o principal instrumento internacional de combate ao crime, define tráfico de pessoas como sendo:

O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa ou que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (BRASIL, 2004c).

Podemos observar que a definição do fenômeno traz três elementos: atos, meios e fins. Os atos se destacam com sua relação com a mobilidade e, por consequência, com a migração, já os fins, por se destinarem sempre à exploração. Na existência dos meios previstos pelo

Protocolo, o consentimento será considerado irrelevante. Por outro lado, o meio será desnecessário para a caracterização de tráfico de menores de 18 anos.

Adriana Piscitelli e Márcia Vasconcelos indicam que o Protocolo de Palermo se diferencia de instrumentos anteriores ao não correlacionar o tráfico diretamente à prostituição e delimitar a necessidade de meios favorecendo o debate e a participação popular no processo. Ampliou-se o conceito para incluir trabalho doméstico, construção civil e outros setores em que pode haver o trabalho forçado. As autoras criticam a necessidade de que cada país tipifique o crime e também a ausência de clareza de termos como exploração e situação de vulnerabilidade (PISCITELLI; VASCONCELOS, 2008). Em “Apuntes feministas acerca del marco jurídico de la inmigración y tráfico de mujeres en Europa y España”, publicado na INTERthesis, Claudia Mayorga destaca que o Protocolo dá ênfase às medidas de repressão ao crime, com foco especial nos países de origem, relegando ao segundo plano os direitos das vítimas, haja vista que as medidas de proteção não são obrigatórias (MAYORGA, 2012).

Em “Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas”, Piscitelli argumenta que, apesar do enfoque sobre a proteção das vítimas, o protocolo pode favorecer a ampliação da indústria do resgate e gerar consequências negativas para as mesmas, como a restrição de movimento e a detenção, causando danos colaterais. A busca pela proteção das mulheres nestas situações é comum a certas feministas, que se distanciam em suas análises sobre o que é a prostituição e qual a relação dela com o fenômeno, gerando pontos de vista por vezes opostos, caracterizando as chamadas guerras do sexo ou sex wars. Um dos lados gira ao redor da Coalition Against the Trafficking in Women (CATW) e conglomerava visões abolicionistas, que pensam as prostitutas como vítimas da objetificação, da exploração, da violação dos direitos humanos. O outro lado se alinha ao Human Rights Caucus e aos direitos das trabalhadoras sexuais, negando associações entre a prostituição e a exploração sexual infantil ou prostituição forçada, e considerando que prostituição e tráfico não são inerentemente vinculados, mas que podem sê-lo pela ausência de proteção legal que cerca a primeira (PISCITELLI, 2008a). Doezema enfatiza que a escolha pelo primeiro polo frequentemente ocasiona ações mais focadas sobre a repressão ao tráfico e suas vítimas do que ao

acesso a direitos humanos e laborais por parte de prostitutas (DOEZEMA, 1998). Para Dolores Juliano, os discursos sobre o tráfico de pessoas atuam como profecia autorrealizada: impõem-se obstáculos para a migração, gerando dificuldades e por vezes inserção em redes de tráfico ou de exploração (JULIANO, 2003).

6.5.2. Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

De acordo com Piscitelli, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, o debate sobre o tráfico de pessoas começou a ganhar força no Brasil, principalmente por sua aparente vinculação com o turismo sexual, em especial no nordeste, com pressões de ONGs feministas e de direitos das crianças. A Pesquisa Nacional sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF) teve seu início em 2000, com ampla divulgação a partir de 2002, embora sejam várias as críticas à metodologia da mesma. Em 2001, foi assinado um termo de cooperação técnica entre a Secretaria Nacional de Justiça e a UNODC para o enfrentamento ao fenômeno, sendo realizados diagnósticos e capacitações. Em 2004, começaram a ser criados escritórios de combate, articulados com polícia, redes de serviços e também à OIT (PISCITELLI, 2008a).

No ano de 2004, o Brasil ratificou convenções e protocolos, citados anteriormente, aprovados pela Resolução da Assembleia Geral 55/25, que dizem respeito ao tráfico de pessoas e às formas de combate ao crime e de atenção às vítimas, a serem implementados de forma complementar (TERESI; HEALY, 2012), com enfoque no Protocolo de Palermo. O combate ao tráfico, no contexto nacional, ganhou força também em 2006, a partir do Decreto 5948/2006, que aprovou o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) e instituiu o Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano. O Plano, com duração de dois anos, trazia como um de seus objetivos a atenção às vítimas, nos termos da legislação em vigor e dos instrumentos internacionais de direitos humanos (BRASIL, 2006).

O I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas destacava o tráfico de pessoas (TP) como causa e consequência de violações de direitos humanos, atingindo quase um milhão de pessoas por ano, sendo uma das mais lucrativas atividades criminosas. Enfatizava os três eixos de atuação: prevenção, atenção à vítima e repressão e responsabilização (SNJ, 2008). O decreto tem como anexo a Política

Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que destaca, entre outros, princípios para a atenção às vítimas. No ano de 2008, o plano foi atualizado através do decreto 6347/2008 (BRASIL, 2008). A política traz como princípios norteadores:

- Respeito à dignidade da pessoa humana;
- Não discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status;
- Proteção e assistência integral às vítimas diretas e indiretas, independente de nacionalidade e de colaboração em processos judiciais;
- Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- Respeito a tratados e convenções internacionais de direitos humanos;
- Universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- Transversalidade das dimensões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça e faixa etária nas políticas públicas;
- Observância dos princípios da proteção integral da criança e do adolescente.

Nas diretrizes gerais, destaca a importância de atuação conjunta e articulada de todas as esferas do governo no atendimento e reinserção social da vítima, articulação com organizações não governamentais, estruturação da rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas, envolvendo todas as esferas de governo e organizações da sociedade civil. Incentiva a formação e capacitação de profissionais para prevenção, repressão, verificação da condição de vítima e para o atendimento e reinserção social das mesmas. Indica ainda a verificação da condição de vítima e respectiva proteção e atendimento, no exterior e em território nacional, bem como sua reinserção social (BRASIL, 2008).

A política nacional foi elaborada, entre 2005 e 2006, com ampla consulta à sociedade, favorecendo o debate sobre o tema entre as feministas, e algumas hoje tomam este como um dos seus principais focos de ação. As prostitutas e suas organizações foram muitas vezes excluídas do debate, permeado de visão contrária à regulamentação e à

prostituição em si, vendo no tráfico uma forma de lutar contra a prostituição (PISCITELLI, 2008a).

As Portarias 31 e 41/2009 direcionam a implantação da política nos estados. A Portaria 31 tem como objetivo articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas. De acordo com esta portaria, os Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) têm por principal função articular e planejar as ações para o enfrentamento ao fenômeno, no âmbito estadual, sendo implementados em parceria com o governo federal (SNJ, 2009). Os Comitês Interinstitucionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CIETP) devem ser espaços compostos por representantes do poder público, setor privado e sociedade civil, para estabelecimento da agenda de ação nos estados, configurando-se como espaços plurais e democráticos. Atuam de forma intersetorial, auxiliando e completando a atuação dos NETP (TERESI; HEALY, 2012).

6.5.2.1. Tráfico de pessoas, trabalho forçado e prostituição no contexto nacional

Apesar da existência destes tratados internacionais, a legislação brasileira prevê apenas o crime de tráfico de pessoas para fins de exploração da prostituição, conforme apontado nos artigos 231 e 231-A, do Código Penal (BRASIL, 1940).

- 231 – Tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual: Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro;
- 231-A – Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual: Promover ou facilitar o deslocamento dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual.

Ela Wiecko de Castilho, em “A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?”, analisa 23 decisões em ações relativas à aplicação do artigo 231 do Código Penal. A autora observa que o discurso judicial, nos processos, traz ideias que evidenciam discriminação de gênero, como a de que a prostituição tem como causa a pobreza; que a mulher é um ser fraco;

que a prostituição implica em escravidão (crença na subalternidade feminina); que provoca degradação moral e familiar; e que lugar de mulher é na família (CASTILHO, 2008).

Marina Pereira Pires de Oliveira, em “Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de justiça em temas associados aos Direitos Humanos”, analisa assentenças condenatórias (14) e absolutórias (2) de tráfico de pessoas, entre 2003 e 2008, relativas aos artigos 231 e 231-A. Evidencia como a associação direta entre prostituição e tráfico de pessoas orienta as ações do Sistema de Justiça, embora os dados mostrem que a maioria das envolvidas nos casos não afirmem ter sido enganadas ou forçadas à prostituição. A autora ressalta que esta vinculação é favorecida pela forma como está tipificado o crime no Código Penal, que rege a atuação do Sistema de Justiça, muitas vezes voltada à eliminação da prostituição (OLIVEIRA, 2008).

De acordo com o relatório da OIT “Uma aliança global contra o trabalho forçado”, o tráfico de pessoas tem como principal finalidade o fornecimento de mão-de-obra para o trabalho forçado, para a exploração sexual comercial ou exploração econômica (OIT, 2005). De acordo com o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, o trabalho em condições análogas à de escravo inclui: trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho; restrição da locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto; cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com fim de retê-lo no local de trabalho; vigilância ostensiva no local de trabalho ou confisco de documentos e objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho (BRASIL, 1940).

Em consonância com o “Manual de capacitação sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas”, o trabalho forçado não equivale a condições em que haja baixos salários ou más condições de trabalho (OIT, 2005). De acordo com a Convenção 29 da OIT, a expressão “trabalho forçado ou obrigatório” compreende aqueles serviços que sejam exigidos sob ameaça de sanção e para o qual a pessoa não tenha se oferecido espontaneamente (OIT, 1932). O trabalho escravo pode incluir o trabalho doméstico e o rural, abarcando também o realizado por crianças e adolescentes, bem como no mercado do sexo (MIRANDA; PASINI, 2012).

Em 2006, foi lançada, pelo Ministro do Trabalho e do Emprego (MTE), a Agenda Nacional do Trabalho Decente. De acordo com o site da

Organização Internacional do Trabalho, o trabalho decente é ponto de convergência de quatro objetivos estratégicos da organização, a saber: o respeito aos direitos no trabalho (em especial aqueles definidos como fundamentais pela Declaração Relativa aos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho e seu seguimento, adotada em 1998); a promoção do emprego produtivo e de qualidade; a extensão da proteção social; o fortalecimento do diálogo social. Com relação ao respeito aos direitos no trabalho, destaca os seguintes pontos: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação. Uma das áreas de atuação da OIT para atingir este objetivo é o combate ao tráfico para fins de exploração sexual e comercial (OIT, 2014).

Para Adriana Miranda e Elisiane Pasini, é necessário desvincular tráfico de pessoas e prostituição, visando tirar prostitutas da margem e combater o tráfico, olhando para a prostituição pelo viés do reconhecimento da liberdade, autonomia e direitos humanos, e não apenas da vitimização, reconhecendo direitos laborais e sexuais. A atividade deve ser entendida como abarcando a troca de serviços sexuais por bens, gerando relação comercial, executada por maiores de 18 anos e plenamente capazes de tomar decisões e arcar com suas consequências (MIRANDA; PASINI, 2012). Márcia Vasconcelos e Andreia Bolzon, em “Trabalho forçado, tráfico de pessoas e gênero: algumas reflexões”, mostram que mulheres e homens possuem formas diversas de inserção no mercado de trabalho e diferentes graus de vulnerabilidade a tipos também diversos de exploração. Para elas, esferas menos regulamentadas e fiscalizadas quanto às condições de trabalho, como o trabalho doméstico e o mercado do sexo, podem favorecer a exploração (VASCONCELOS, MARCIA; BOLZON, 2008). O tráfico para fins de exploração sexual ocorre quando há uma “mercantilização e abuso do corpo de alguém”, visando à prestação de serviços sexuais, conforme indicam Teresi e Healy. A exploração da prostituição ocorre quando terceiros se aproveitam do exercício da prostituição de alguém, sendo tráfico apenas se se verificar a presença dos três elementos constituintes (atos, meios e fins). Ressaltam ainda que, quando a migração para a prostituição ocorre de forma irregular, pode vulnerabilizar as migrantes frente a cafetões, que podem ameaçar

denunciá-las, e dificultar a busca por outros tipos de trabalho (TERESI; HEALY, 2012).

Em se tratando de adultas, analisamos a prostituição como exploração sexual comercial, ou prostituição forçada, quando houver características de trabalho forçado, considerando que, como apontado em nota pública pela Conatrae (Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo), o crime de submeter alguém à condição análoga à de escravo, conforme tipificado no Código Penal Brasileiro, não traz a especificação do ramo de atividade e nem da qualidade da vítima, de forma que se aplica também a situações de exploração sexual (CONATRAE, 2013). A partir desta noção, a prostituição não é percebida como violação em si, mas como uma das atividades laborais que pode ser sujeita à exploração.

6.5.2.2. Tráfico de Pessoas em Minas Gerais

A política de enfrentamento ao tráfico de pessoas em Minas Gerais vem se consolidando principalmente através de ações do poder público e da sociedade civil organizada. Em novembro de 2010, ocorreu em Belo Horizonte o I Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, originando a chamada “Carta de Belo Horizonte”. A reunião foi convocada pelo Ministério da Justiça e contou com a participação de entidades governamentais e não governamentais. A escolha do local não foi aleatória, mas se fundamentava no fato de que o Estado ainda não possuía uma política de enfrentamento, embora tivesse sido apontado como o terceiro do País com mais casos, segundo dados da Polícia Federal.

O Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (PETP/MG) é um dos programas de prevenção à criminalidade e às violências desenvolvidos pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CPEC), da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS), do Governo de Minas Gerais. O PETP/MG foi instituído em 2011, com assinatura de convênio com a Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça, e tem por objetivo desenvolver ações de articulação e integração do poder público e da sociedade civil, em prol do enfrentamento às violações de direitos favoráveis e correlatas ao tráfico de pessoas. Para tanto, sua metodologia de trabalho é baseada em três eixos: prevenção; atenção às vítimas diretas e indiretas; repressão/responsabilização dos autores do crime. O PETP/MG se orienta, na condução dos casos, por diretrizes nacionais e internacionais

referentes a este fenômeno, buscando o enfoque na perspectiva de Direitos Humanos e na garantia de direitos integrais para as pessoas envolvidas. Visando levantar dados confiáveis sobre o fenômeno em Minas Gerais, o PETP está realizando pesquisa coordenada pela professora da Universidade de Uberlândia Flávia Teixeira, que analisa matérias jornalísticas, inquéritos e procedimentos administrativos, entre os anos de 2004 e 2014 (MÜLLER, 2014).

O Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (NETP/MG) é o equipamento público, de abrangência estadual, responsável por ações de articulação que promovam a prevenção e o acesso a direitos ao público suscetível e/ou afetado por violações correlatas ao tráfico de seres humanos. Para tanto, favorece o fomento, a instrumentalização e o referenciamento de redes que possam atuar no enfrentamento ao tráfico de pessoas. Teve o início de sua atuação em outubro de 2011, havendo sido constituída a equipe técnica no ano seguinte.

O Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (CIETP-MG) é uma versão estadual ou regional do Conatrap (Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas) e teve sua primeira reunião em abril de 2013, com a participação de representantes de 22 instituições (RAFAEL, 2013). Trata-se de um arranjo intersetorial, que conjuga esforços de agentes governamentais dos sistemas de justiça, de defesa social e de direitos humanos e da sociedade civil, para a elaboração, implantação e monitoramento do Plano de Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Um dos enfoques, no contexto mineiro, é primar pelos alinhamentos em termos de atuação e conceituais, produzindo respostas mais articuladas e adequadas ao fenômeno no território mineiro.

No ano de 2014, foi realizada uma eleição no CIETP, para representantes da sociedade civil, universidades e representantes de classe. Foram disponibilizadas sete vagas (sendo cinco para a sociedade civil), além das sete suplências. A concorrência não foi grande e todas as instituições que se candidataram foram eleitas, como titulares ou suplentes. As eleitas foram: Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Instituto Metodista Izabela Hendrix; Movimento Nacional de Direitos Humanos – Instituto DH; Jovens com Uma Missão (JOCUM); Pastoral da Mulher de Belo Horizonte; Providência Nossa Senhora da Conceição; Centro Zamni do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados; Federação

dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Libertos Comunicação, Saúde e Cidadania; Instituto Jurídico para a Efetivação da Cidadania (IJUCI/MG). Interessante ressaltar a preponderância de instituições religiosas, sendo que várias delas se articularam previamente à eleição, para assegurar sua nomeação. Cabe destacar também a ausência da Aprosmig e de outras associações de prostitutas, embora Cida Vieira seja representante da Davida na Conatrap.

6.5.3. As Copas, o tráfico e as migrações

Ao longo dos anos 2000, os grandes eventos foram adquirindo centralidade no combate ao tráfico, acreditando-se que, durante os mesmos, haveria um aumento do fluxo de pessoas entre países, o que favoreceria o fluxo de mulheres e crianças. São supostos altos números destes casos que poderiam acontecer em cada evento, gerando um pânico moral e ações de repressão à migração e à prostituição. De outro lado, organizações de prostitutas ou parceiras produzem materiais que confrontam estes dados e o pânico gerado, propondo outras formas de agir. Pesquisas realizadas durante grandes eventos evidenciam que, apesar da expectativa e do grande investimento de governos para enfrentar o fenômeno, a existência de casos é baixíssima. Esta discrepância gera enormes gastos e também efeitos colaterais para populações vistas como “mais vulneráveis”, como é o caso das prostitutas, o que pode ser visto no relatório produzido pela Global Alliance Against Traffic in Women (GAATW) (HAM, 2011).

As publicações que acessamos no SciELO vão indicando a perda de força do discurso contra a AIDS e a ampliação do debate sobre as migrações e o tráfico de pessoas ao longo dos anos 2000. Dentre elas, podemos destacar “Tráfico sexual”, com entrevista a Gayle Rubin por Judith Butler (2003), os dossiês Gênero no Mercado do Sexo (2005) e Gênero no Tráfico de Pessoas (2008), todos publicados pelo Cadernos Pagu. Este último foi fruto do seminário “Gênero no Tráfico de Pessoas”, promovido pelo Pagu e pelo Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas, do Escritório da OIT no Brasil, em agosto de 2008. Na entrevista a Rubin, destacamos a importância do seu reconhecimento como feminista que era contrária à prostituição e que teve sua visão alterada, por seu contato com o movimento de prostitutas que se iniciava (RUBIN; BUTLER, 2003). Os dois dossiês são marcados pela presença de textos de diversas autoras que debatem prostituição, mercado do sexo, trânsitos,

migração e tráfico. Na apresentação do primeiro dossiê, Adriana Piscitelli destaca como o debate atual sobre prostituição é marcado por deslocamentos de posicionamento, pela aliança entre pessoas que prestam serviços e integrantes da academia, vendo as primeiras como membras de categoria ocupacional dotadas de direitos e agência (PISCITELLI, 2005).

Na Revista de Estudos Feministas, vemos a publicação de Arun Kumar Achary e Adriana Salas Stevanato, “Violência y tráfico de mujeres en México: una perspectiva de género”, em que apresentam um trabalho que incluiu pesquisa de campo em Tapachula, Chiapas, com mulheres que foram traficadas. Afirmam que o tráfico é um dos principais aspectos da violência de gênero contra as mulheres e citam dados que são hoje profundamente questionados, como o de que o tráfico de pessoas seria o 3º crime mais rentável do mundo, segundo a ONU. Um fato que chama a atenção é que, ao definir o crime, dizem que este “inclui a prostituição”, demonstrando a percepção de que esta seria, intrinsecamente, violenta ou criminosa (ACHARYA; STEVANATO, 2005), em contraposição clara aos textos supracitados publicados pela Pagu.

Vemos publicados, também na Revista Estudos Feministas, artigos como “Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do ‘turismo sexual’ internacional”, de Piscitelli, que analisa migração de brasileiras de Fortaleza (CE) para a Itália, enfatizando que causas e formas de a realizar são diversas e nem sempre implicam em atuação na indústria do sexo. Considera que a categoria “turismo sexual” é nativa, não sendo mais incorporada pela academia, mas por organizações e pela mídia. As relações que estas mulheres desenvolvem com os parceiros “gringos”, em terras brasileiras, são permeadas por dinheiro, amor e sexo, de diversas formas, possibilitando a migração através dos namorados, embora sejam os casamentos frequentemente vistos pelos agentes públicos e outros como armadilhas perigosas (PISCITELLI, 2007).

Claudia Mayorga, em “Cruzando fronteiras: prostituição e migração”, nos informa que o combate ao tráfico de pessoas se fundamenta em um desejo de assegurar a identidade cultural e a soberania nacional dos “autênticos europeus”, ameaçadas pela presença das imigrantes. No quadro de globalização e migração prevalente nos últimos anos, as mulheres prostitutas se destacam

dentre as afetadas pelos fechamentos de fronteiras, percebidas como vítimas do tráfico, da violência e da exploração. Tal forma de pensar o contexto apaga que muitas abandonaram o Brasil para se livrar de desigualdades e violências de gênero, e que na prostituição acabam por produzir formas de emancipação e autonomia, que questionam os tradicionais papéis de gênero (MAYORGA, 2011).

Friederike Strack faz uma análise da Copa da Alemanha, destacando campanhas especialmente dirigidas a clientes, que eram realizadas por organizações de mulheres e antitráfico, igrejas luteranas e católicas. Muitas delas não diferenciavam migração para trabalho e tráfico. A campanha "*Freiersein*" (jogo com as palavras ser livre e cliente, traduzida também como *fair-play*, jogo limpo) se destaca como sendo a única que incluiu associações de prostitutas, ONG/AIDS e grupos que trabalham com migrantes ou usuários de drogas em sua elaboração. Os postais incentivavam o sexo seguro, mas também traziam dicas para obter mais prazer ao visitar um bordel, respeitando as profissionais, como podemos ver no texto reproduzido pelo Beijo da Rua, na imagem abaixo. Os dados da Copa indicavam ainda que mulheres tiveram faturamentos baixos e que a migração foi dificultada pelo controle policial excessivo (STRACK, 2006). Uma versão deste panfleto foi produzida por associações brasileiras durante a Copa do Mundo de 2014.



FairPlay

Para um prazer total!

Você curtirá e terá muito mais prazer com uma profissional do sexo se considerar as seguintes regras:

1. Gentileza, respeito, uma aparência limpa e bem cuidada abrem qualquer porta. As delas também!
2. O álcool pode te deixar mais solto, mas ele pode também colocar em risco uma ereção. Portanto: menos, neste caso, pode significar mais!
3. Um homem mantém sempre sua palavra. Por isso, negocie o preço e os serviços a serem prestados de forma clara e mantenha-se dentro do combinado.
4. Não, significa não! Beijo de língua, por exemplo, é geralmente indesejado. Lembre-se de que cada atividade tem seus riscos e seus limites.
5. Com preservativo ou com camisinha? A escolha é sua! Verde, amarelo, azul ou vermelho, com bolinhas... Só não pode é sam!
6. Se você desconfia que a mulher está sendo forçada a trabalhar na prostituição ou sofrendo algum tipo de violência... Não banque o herói! Procure se informar sobre organizações que possam oferecer ajuda.
7. Negócios são negócios. E este não tem nada a ver com amor, por melhor que tenha sido. Mantenha, portanto, a conduta de um cavalheiro.
8. Às vezes, a pressão é muito grande. Por isso, se o negócio para você não funcionou, não se precipite. Vá com calma, tente outra vez, outra hora.
9. Neste negócio não existe garantia. Caso você tenha ficado insatisfeito, fale sobre isso. Mas mantenha-se calmo e jamais peça seu dinheiro de volta.
10. Os vizinhos querem dormir e realmente não estão interessados nas suas experiências sexuais. Sério.

Para mais informações, consulte:
www.freiersein.de

freiersein®

Panfleto campanha "Fairplay"

Na Eurocopa, de 2008, a organização suíça Xenia lançou uma campanha que trazia comparações entre prostitutas e jogadores de futebol, visando lembrar que devem ter os mesmos direitos. Todo o material trazia o aviso "Trabalho sexual também é trabalho" e incluía frases como "nosso zagueiro também ganha a vida marcando homem a homem", "nosso atacante também faz dinheiro com as pernas", "nossa Kelly também vai para o trabalho de camiseta e shortinho", "nosso cabeça de área também vem por trás" (DAVIDA, 2008a).

Em 2012, foi lançado um número especial do Beijo da Rua, para debater a Copa do Mundo, que seria realizada no Brasil em 2014. Traz, dentre outros, artigo de Verônica Munk, que destaca a polarização do debate, entre os a favor da proibição da prostituição e os contra e o pânico moral associado aos possíveis casos de tráfico de pessoas que ocorreriam. Aponta que, em 2006, ocorreu um seminário em Bruxelas, Bélgica, "Prostituição Forçada e Eventos Esportivos Mundiais". Foram lançadas campanha como a "Apito final: basta de prostituição forçada", promovida pelo Partido Verde, instituições religiosas, ONG, rede alemã contra o trabalho forçado KOK. Prostitutas reclamaram do pouco movimento (por ser uma festa "família"), não houve tráfico ou aumento

de volume de prostitutas no local. A autora destaca como ponto positivo a mobilização nacional do movimento (MUNK, 2012).

Em 2014 foi lançado a edição especial do Beijo da Rua “Muito pão duro e pouco pau duro: Copa do Mundo também foi ruim para as prostitutas”, que trazia uma análise do impacto da Copa entre as prostitutas, incluindo dados do relatório do Observatório da Prostituição (LeMetro/IFCS-UFRJ) coletados durante o evento. Os documentos enfatizam que a Copa do Mundo foi considerada ruim pelas prostitutas abordadas, havendo declínio do comércio sexual na cidade do Rio de Janeiro, não gerando o lucro esperado (semelhante ao que ocorreu em outras atividades). Em termos de violência, destacam ainda que o caso mais grave foi o já relatado evento em Niterói, em que prostitutas foram agredidas pela policia (DAVIDA, 2014; LEMETRO/IFSC-UFRJ, 2014)

6.5.4. A Copa do Mundo em Minas Gerais e em Belo Horizonte

A questão da Copa estava presente nas conversas das prostitutas desde pelo menos 2006, embora o Brasil tenha sido escolhido oficialmente para sediar a competição de 2014 somente em 2007. Neste período, comentavam que eram contra o evento, pois o movimento nos hotéis diminuía, como é possível observar na reportagem abaixo (ÁVILA; LARA, 2006)

Profissionais do sexo reclamam o sumiço dos clientes durante a Copa e nos dias de jogos da Seleção Brasileira

Prostitutas mineiras torcem contra o Brasil

Rômulo Avela e Mariana Lara

Se dependesse da profissão mais antiga do mundo, o Brasil não passaria da primeira fase nesta Copa do Mundo. Ao contrário do que acontece com a maioria do comércio, que tem as vendas aquecidas durante o mundial, o movimento da prostituição na capital mineira, que já sofre uma queda de procura em razão da violência, despençou ainda mais devido à Copa do Mundo, principalmente quando o Brasil está em campo.

Ontem, durante o jogo Brasil x Austrália, o movimento na rua Guaicurus praticamente não existia. A reportagem do DIÁRIO DA TARDE obteve permissão para conversar com algumas profissionais do sexo desde que não revelasse os nomes dos estabelecimentos e usasse apenas os nomes de guerra das mulheres. "O movimento caiu 80%. Dos 56 apartamentos, somente dez estão sendo usados", já informam um dos porteiros, que também pediu para não ser identificado.

As profissionais do sexo que estavam trabalhando no local, confirmaram a informação e suas reclamações. "Durante o jogo do Brasil tenho que parar de trabalhar, porque não vem ninguém aqui. Depois do jogo eu volto", contou uma das profissionais que se identificou com Jôia.

Outra, conhecida como Dina, calculou que chega a perder dez programas durante os 90 minu-



O MOVIMENTO na rua Guaicurus, onde se concentra várias casas de prostituição, era pequeno ontem

tos de uma partida. "Como cobro R\$ 15 por programa, estou deixando de ganhar R\$ 150 cada vez que o Brasil joga. Não gosto de fiar tabelô e aproveitar os jogos para descansar", explicou.

De acordo com a presidente da Associação das Profissionais do Sexo, Des Anjos Pereira, o que era ruim ficou pior: "O tráfico de drogas já afastou a clientela, por causa dos assaltos, principalmente na região central de Belo Horizonte. Com os jogos da Copa, tem

muitas prostitutas largando o serviço e deixando a cidade. Para se ter uma idéia, estou com oito crianças de profissionais na Associação que foram deixadas aqui para a gente cuidar enquanto elas conseguem algum dinheiro nesta semana fora da cidade. Elas estão desesperadas, muitas ficam até o dia inteiro sem comer por não conseguirem serviço. E olha que o preço (em média) caiu de R\$ 7 para R\$5 e já chegou a R\$ 2 na última semana".

Com a falta de oportunidades nas ruas, nos hotéis a situação é mais precária. "Tem mulheres me ligando e reclamando dos jogos. Muitas torcendo para o Brasil perder logo e sair da Copa, porque está nos prestando serviço, tenho certeza que não haverá atendimento nos hotéis, porque já é difícil ter cliente neste dia, e com o jogo do Brasil, nem precisamos ter esperança".

Torcedor na Grande BH

Reportagem "Prostitutas mineiras torcem contra o Brasil"

Em 2011, as prostitutas em BH se motivavam a discutir a questão da Copa, uma vez que um grande hotel estava sendo reformado na região da Guaicurus e estava sendo instalada uma Umei (Unidade Municipal de Educação Infantil) na área. Certa ocasião, Fernando Cabral, à frente da Secretaria Regional Centro-Sul, ao ser indagado sobre os planos de higienização da área, respondeu que não havia este plano, mas que "quem for competente vai se estabelecer", dando indícios de que a "limpeza" poderia ser uma consequência da mudança de perfil em

curso. Tempos depois, já no período da realização do evento, as prostitutas da Associação se divertiam com a atenção dada pela mídia: “se todo mundo só fala de Copa e se preocupa com a Copa, nós agora também vamos falar da Copa” e eu ria junto, corroborando a frutífera estratégia.

As operações Copa do Mundo e Copa do Mundo II foram realizadas pela Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres de Belo Horizonte, tendo seu início antes do evento. Segundo reportagens de jornal, houve prisão de diversas pessoas envolvidas na prostituição, entre proprietários, prostitutas e empregados do local. Não há relato de abuso, violência ou exploração da prostituição, para além do que configura o próprio trabalho (CRUZ, 2013; VALE, 2012; VASCONCELOS, 2011). Apesar disso, as reportagens indicam um interesse em evidenciar a presença de ações a fim de evitar que o tráfico pudesse vir a acontecer (MENDES, 2014). Em reportagem de Carlos Eduardo Cherem ele destaca que a justiça barrou o fechamento de zona de prostituição de Belo Horizonte por considerar que as demandas do Ministério Público tinham como objetivo “maquiar uma realidade histórica da capital” em virtude da proximidade da Copa do Mundo (CHEREM, 2014). Os resultados da Copa em BH apontam que apesar do grande efetivo de agentes de segurança, as ocorrências mais comuns foram compra e venda ilegal de ingressos, além de furto, roubo e agressão (PORTAL BRASIL, 2014), indício do pânico moral em relação ao tráfico de pessoas.

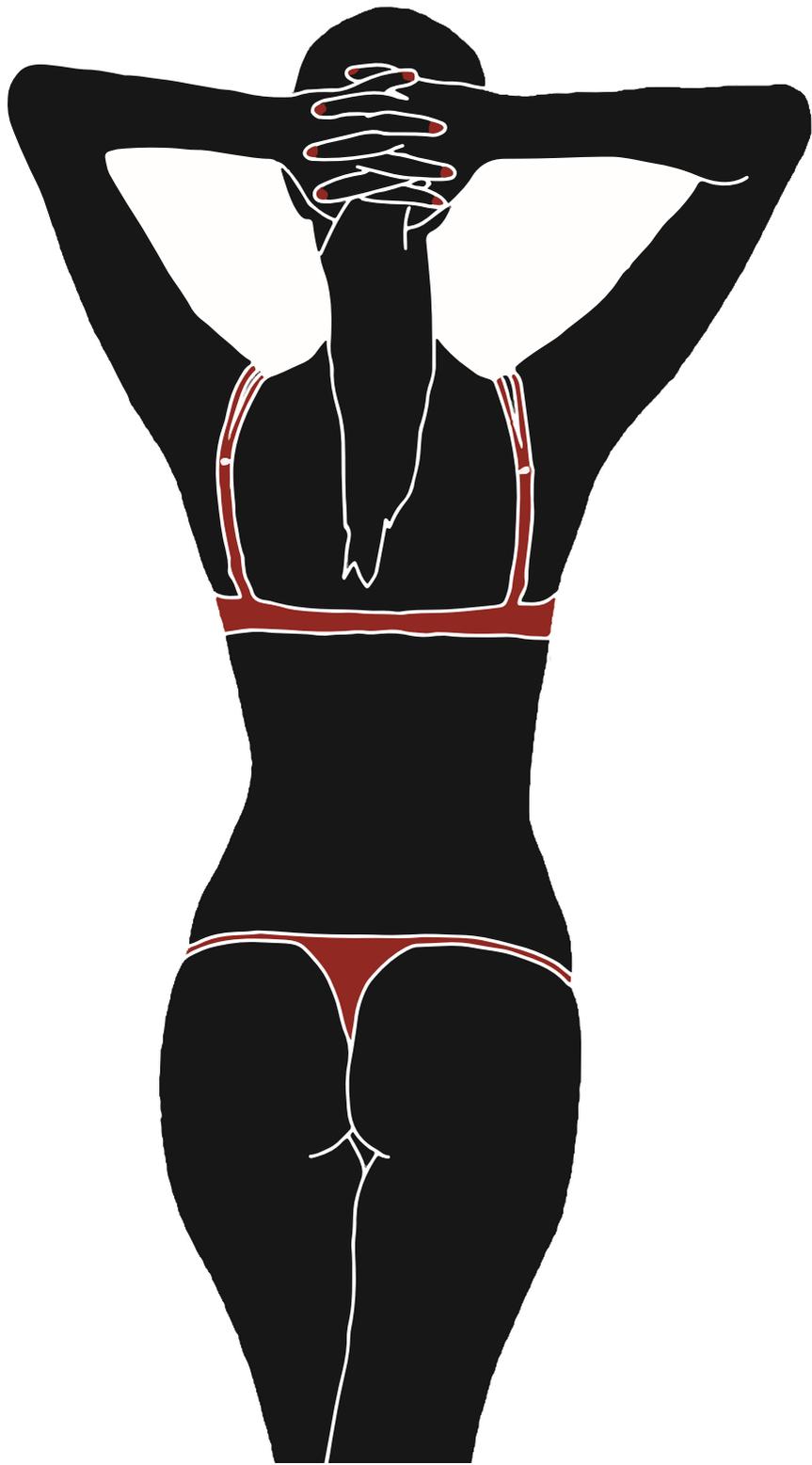
Além das operações policiais, foram feitas diversas ações no Estado, incluindo seminários e capacitações, e houve um grande interesse da mídia pelo tráfico de pessoas na Copa. Em virtude da realização da Copa do Mundo da Fifa no Brasil, em 2014, o tráfico de pessoas foi escolhido como tema para a Campanha da Fraternidade³⁹, com o lema “É para a liberdade que Cristo nos libertou”. A campanha teve como objetivo potencializar a identificação e denúncia de casos, bem como criação de políticas públicas. Durante este período, foram desenvolvidas ações em parceria com o PETP-MG almejando tornar

³⁹ A campanha é realizada anualmente pela Igreja Católica e coordenada pela CNBB, durante o período da quaresma (entre o carnaval e a semana santa), escolhendo sempre um tema considerado problema concreto da sociedade, para que se reflita sobre ele e se busque soluções.

público o fenômeno e os equipamentos públicos de enfrentamento. A Pastoral da Mulher organizou o evento “Diálogos pela Liberdade”. Seminários foram organizados também pelo Jocum – Jovens com uma Missão e pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Apesar das expectativas, durante a Copa do Mundo não foi identificado nenhum caso de tráfico de pessoas pela polícia ou pelo Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (PETP-MG), do qual eu era gerente no momento. Durante a Copa, pudemos observar, como destacado pelo relatório do Observatório da Prostituição (LEMETRO/IFSC-UFRJ, 2014), o aumento da procura por prostituição em áreas mais elitizadas da cidade, mas em outras havendo, inclusive, uma redução.

A Copa do Mundo se mostrou um momento interessante para a Aprosmig, que aproveitou o mesmo para realizar ações e obter visibilidade na mídia. Duas atividades que ganharam mais destaque foram a realização de cursos de inglês gratuitos para as prostitutas e as máquinas de cartão de crédito e débito. Organizaram também “peladas” (jogos de futebol com prostitutas, parceiras, clientes e outras como jogadoras) na rua Guaicurus, atraindo um pequeno público. A Aprosmig hoje recebe financiamento do Fundo Brasil de Direitos Humanos para enfrentar o fenômeno do tráfico de pessoas em Minas Gerais.



7. Feminismos e prostituição em Belo Horizonte: o caso da Marcha das Vadias

7.1. Cenas da Marcha das Vadias de 2012

Era dia de Marcha das Vadias e eu estava animada para ir para a rua ao lado de outras feministas. Desde quando surgiu a Marcha, no ano anterior, o movimento chamava muito minha atenção, especialmente por trazer à luz discussões que penso serem essenciais, mas que acabam sendo silenciadas ou distorcidas em outros movimentos feministas. Podia-se pensar num direito ao corpo mesmo na vadiagem, na “periguetagem”, na prostituição. Essas podiam ser vistas até mesmo como experiências mais autônomas do que outras. Não era mais apenas aquele olhar contra a objetificação das mulheres, mas, naquele momento, a autonomia sobre seu corpo me parecia ser construída de outra forma, o que me instigava e animava a ir para as ruas e a levar a todas as pessoas queridas comigo.

Na minha cabeça, apareciam flashes da Marcha de que participei em 2011, em Florianópolis. Duas das principais organizadoras eram minhas amigas. Uma delas, Ana Paula, sempre foi olhada torto pelas alunas da Universidade, que pensavam que era puta ou vadia, a “Geisy Arruda do Centro de Filosofia e Ciências Humanas” (fazendo alusão ao caso da garota que foi humilhada na faculdade, ao frequentar a aula com um famoso vestido rosa). Feminista de coração, atitudes e grandes decotes, aquele movimento parecia finalmente abraçar suas lutas e questões. O mesmo se repetia em conversa com outras mulheres, que não se consideravam feministas, nem eram vistas como parte deste movimento. Era assim que eu via a Marcha, um lugar onde as questões pelas quais vinha lutando, há tanto tempo, pareciam ganhar força no debate feminista. Talvez aqui as prostitutas pudessem ter voz e ser efetivamente ouvidas.



Fotos da Marcha das Vagabundas de Florianópolis, 2011, registradas por Letícia Barreto

Já morando novamente em Belo Horizonte, no ano de 2012, fui convidada por Roberto Domingues a participar de uma reunião com algumas pessoas da organização da Marcha e com prostitutas, no prédio da Secretaria Municipal de Políticas Sociais da Prefeitura de Belo Horizonte. Ele me contou que, em 2011, com mais algumas prostitutas da Aprosmig, participou da manifestação (a convite da organização) e que se incomodaram com alguns cartazes como “Nem santa nem puta”, embora a passeata passasse pela rua Guaicurus. A reunião tinha o objetivo de discutir as demandas, de forma a incluir as pautas e debates das prostitutas. Correu de forma bem tranquila e as representantes da marcha, Débora Vieira e Guilherme Tampieri⁴⁰, pareciam ouvir bem as reivindicações que partiam das prostitutas da Associação – Cida Vieira (presidenta), Aparecida Silva, Cleusy Miranda – e de suas apoiadoras – eu, Roberto e Karina Géa.

Ficou acordado que seria feito um manifesto, a ser publicado na página do movimento, e que as prostitutas ajudariam a divulgar o evento em locais de prostituição, explicando do que se tratava e convidando todas a participar. O texto destacava o uso de algumas palavras de ordem, enfatizando que o grupo das prostitutas é fundamental ao fortalecimento da Marcha, devendo ser incluído de maneira orgânica na manifestação e organização (“Slutwalk BH”, 2012). Pouco antes da realização da Marcha, a parceria foi ganhando forças, com a opção por realizar a oficina de cartazes da manhã da manifestação na sede da Aprosmig.

Com tudo isso na cabeça, minhas expectativas para a Marcha só aumentavam. As prostitutas participariam? As pessoas levariam cartazes de apoio ou com palavras de ordem contrárias a seu movimento?

⁴⁰ A primeira, mestre em Letras pela UFMG e, então, considerada uma das principais articuladoras da Marcha das Vadias de Belo Horizonte (MdV-BH), juntamente com Adriana Tôrres e Renata de Oliveira Lima. Em entrevista realizada com as duas últimas, no ano de 2012, e que foi analisada no artigo “Liberdade ainda que vadia: uma etnografia da Marcha das Vadias de Belo Horizonte”, escrito em coautoria com Anahi Guedes de Mello e ainda não publicado (BARRETO; MELLO, 2012), as mesmas nos informaram que a Marcha não possui lideranças, mas algumas pessoas tomam a frente do movimento, no que tange à realização de algumas tarefas. Guilherme Tampieri é advogado e também foi um dos articuladores em 2012.

Compareceriam à oficina? Como as feministas reagiriam à presença das prostitutas? Um sem fim de perguntas.

No dia 26 de maio de 2012, cheguei cedo à Aprosmig, por volta de 10 horas, junto com as amigas Anahi Guedes (também integrante do NIGS) e Patrícia Lúcio (esta última nunca havia participado de uma manifestação feminista, mas dizia se sentir representada por este movimento). A sede da Aprosmig se encontrava fechada e pessoas estavam na porta, como um casal, que iria fazer um documentário sobre o evento, Maria Helena Lima (então estudante de letras da UFMG) e Almir Pepato (professor da UFMG, da área de biologia). O interesse deles me chamou a atenção, pois diziam que não tinham experiência com produção de vídeos deste tipo, mas tinham se motivado pelo tema. Depois chegaram Débora Vieira e, aos poucos, outras participantes. As pessoas iam ficando impacientes com o local fechado, e eu também. Ligamos para Cida, que pediu que chamássemos Laura Espírito Santo no Hotel Nova América, onde trabalha como profissional do sexo. Fui ao hotel e escutei mulheres comentando “deve ser o pessoal da faculdade” e já fiquei pensando em como os trabalhos de universitárias no local tinham ganhado força nos últimos anos, bem diferente da realidade que conheci em 2005.

Laura estava no seu quarto, usando uma camisola de algodão, deitada na cama e assistindo televisão, como de costume. Fez uma festa ao me ver e eu fiz o mesmo. Chamou-me para entrar, desculpou-se pela bagunça, como quem diz que devia ter arrumado o local para me receber. Com seu jeito engraçado, mas ao mesmo tempo muito questionador, nunca nos deixa esquecer que está ali a trabalho e que seu tempo é precioso. Reclamou de ter que deixar o trabalho para ir à Associação, mas se animou ao saber que estava sendo gravado um documentário. Disse que logo iria e chegou pouco depois à sede, vestindo uma elegante camisa de botões preta e florida, cumprimentando a todas as pessoas presentes, que naquele instante já tinham aumentado de número.

Levei as pessoas para a sala onde seriam confeccionados os cartazes, conquanto não tivéssemos cartazes ou tinta para começar o processo, o que aconteceu pouco depois. Chegou uma equipe da faculdade Dom Helder Câmara, que solicitou a Laura uma entrevista. Assisti atenta a tudo que disse, inclusive enquanto afirmava que sua filha já devia desconfiar da sua ocupação, pela quantidade de aparições na

mídia. As representantes da ALEM chegaram trazendo seus cartazes e, em minutos, fizeram vários com frases que consideravam pertinentes, me impressionando sua organização. Uma das frases era exatamente “Nem santa, nem puta, sou livre”.



Laura cedendo entrevistas na sede da Aprosmig durante a Marcha das Vadias de BH de 2012

O clima era agradável e várias pessoas iam se sentando ao chão para escrever suas frases, mas as prostitutas Cida, Laura e Aparecida não pareciam tão à vontade. Em determinado momento, sugeri que o fizessem e se animaram em escrever frases propostas por Roberto e que eu levei impressas (juntamente com frases que coletei na internet, criei ou trouxe de outras marchas), como “Sou prostituta e daí? Respeito é bom e a gente goza!”.

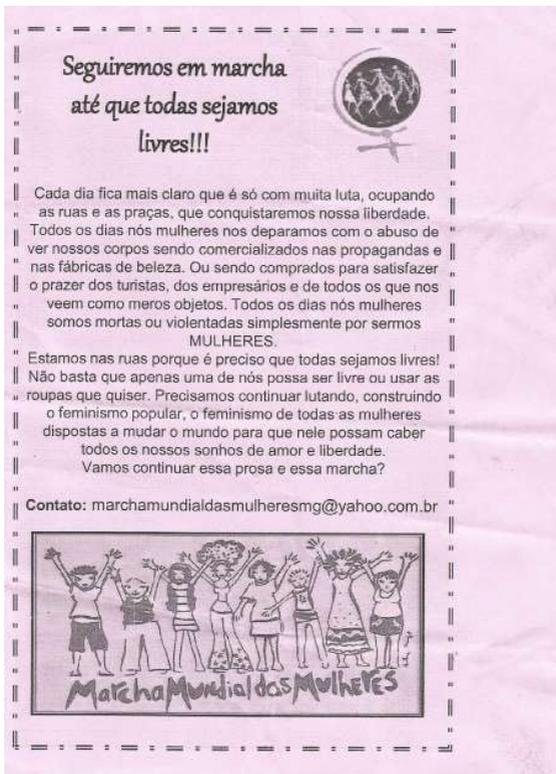
Algumas mulheres foram para a sala ao lado, trocar de roupa e pintar os corpos, apenas Cida se animou a fazer o mesmo, com frases que remetiam à valorização do trabalho das profissionais do sexo. Aparecida e Laura estavam entre as que tinham as roupas mais recatadas do local e, quando eu questionei, Cleusy respondeu “Está louca? Eu que não quero ir parar no jornalzinho de 25!”, fazendo referência a um jornal popular de grande circulação na cidade, cujo preço era R\$0,25, famoso por ser sanguinolento e sensacionalista.

Na hora da Marcha, nos encaminhamos para a porta da Aprosmig e os homens que circulavam pela Guaicurus se aglomeraram ao nosso

redor, com olhar lascivo e curioso em nossa direção. Uns afirmaram “Agora sim! Esse movimento eu gostei!”, deixando as mulheres constrangidas. Seguimos para a Praça da Rodoviária, onde havia um grande número de pessoas (no total, estimamos que esta Marcha contou com a participação de cerca de 2 a 3 mil pessoas). Colocamos nossos cartazes espalhados pelo chão e as participantes começaram a escolher aqueles que mais se adequavam a elas e suas reivindicações. Cida pegou um com os dizeres “Prostituição é trabalho, não é falta de vergonha” e, olhando feliz para mim, disse “Esse eu adorei, Lê! Foi você que fez?”, eu respondi que sim, o que pareceu deixá-la contente por ter alguém ao seu lado. Eu pensava na importância da nossa presença, ajudando a pautar o debate.

Ao fundo, uma enorme faixa era carregada por outras pessoas da UFMG, mais uma vez remetendo ao “Nem puta, nem santa”. Cleusy, que já tinha reclamado do cartaz da ALEM, se dirigiu a elas dizendo “Eu sou puta e aí, qual o problema?”. As pessoas se constrangeram e fecharam a faixa, mas em poucos minutos a abriram novamente, parecia não haver interesse em dialogar e em saber o porquê do incomodo com os dizeres.

Vi algumas mulheres com camisetas e frases da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), lembrei-me que, algumas semanas antes, havia ficado sabendo de uma troca de e-mails, dentro do grupo da MMM, em que mulheres se diziam contrárias à realização da oficina de cartazes na Aprosmig, por ser uma associação vinculada a cafetões (se referindo à AARG). Fiquei irritada ao saber disso, pois, costumeiramente, prostitutas reclamam que aquelas que as consideram oprimidas visam acabar com seu local de trabalho, o que as colocaria em situação ainda mais vulnerável. Pouco depois, recebi um panfleto da MMM, que tratava da mercantilização do corpo da mulher e seu tratamento como objeto, um argumento também comum entre abolicionistas. O panfleto se encontra abaixo.



Panfleto Marcha Mundial das Mulheres

A Marcha das Vadias foi um momento muito emocionante. Estar nas ruas, ao lado das prostitutas e de outras feministas, segurando cartazes que traziam dizeres daquilo em que acredito, e por que luto, ver mulheres reivindicando o direito de serem “periquetes” ou “vadias”, foi muito interessante, parecia que alguma coisa estava mesmo mudando no feminismo. Cleusy cantava no megafone “Sou prostituta, quero respeito! Somos mulheres de qualquer jeito!” e outras mulheres a acompanhavam. Todavia, em certos momentos, vinham gritos de “A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadoria” e me parecia que ainda teríamos um longo caminho pela frente. As vozes se confundiam, se somando e se contrapondo ao longo de todo o dia.

7.2. A marcha das vadias em BH

A Marcha das Vadias surgiu em janeiro de 2011, em Toronto, Canadá, fruto de uma afirmação de um policial, durante uma onda de

estupros que ocorriam na Universidade de Toronto. Em uma palestra sobre segurança pública, o mesmo declarou que, para que não ocorresse a violência, as mulheres deveriam evitar se vestir como vagabundas. Um grupo de universitárias tomou as ruas para protestar contra a violência e a opressão sexista sofrida, como nos conta Érica Hashimoto (HASHIMOTO, 2014). A ação partiu de Heather Jarvis e Sonya Barnett e levou à rua cerca de 3 mil pessoas, principalmente mulheres brancas. Embora poucas tenham se vestido conforme o estereótipo da vadia, estas foram as mais destacadas pela mídia. Em Toronto, as profissionais do sexo foram convidadas a participar desde o início, dentre elas integrantes da Bad Date Line e Safer Stroll Project. Contudo, ao crescer, o movimento foi adquirindo características diversas e, em cidades como Londres e Pensilvânia, tinha um viés abolicionista (CHATEAUVERT, 2014).

No Brasil, o movimento se iniciou no mesmo ano, em diversas cidades brasileiras, com um questionamento do que seria “ser vadia”, uma vez que, se implicar liberdade de vestir, ser e pensar, então todas as participantes seriam vadias, conforme indicam Mariane Junqueira e Verônica Gonçalves (JUNQUEIRA; GONÇALVES, 2011). Ademais, o movimento aponta, segundo Cynthia Semíramis, para o desejo feminino pelo controle da própria sexualidade, de forma que as mulheres não sejam discriminadas por suas roupas, idade, aparência, número de parceiras ou parceiros (SEMÍRAMIS, 2012). A Marcha das Vadias normalmente é mediada pela web e organizada por coletivos descentralizados e autônomos (PISCITELLI, 2012).

A chegada da MdV a BH se deu num contexto local bem específico. Sendo governada desde 2008 por Márcio Lacerda (PSB – Partido Socialista Brasileiro), que exerce agora seu segundo mandato, a cidade tem vivenciado movimentos de recusa à sua forma de governar. Marcelle Louzada aponta que o decreto assinado pelo prefeito em 9/12/2009 proibia a realização de eventos na Praça da Estação, localizada na região central, por causarem depredação do patrimônio público e ameaçarem a segurança. Uma das formas de resistência é a realização das “Praias da Estação”, conduzidas por um grupo de pessoas que encabeça o movimento “Fora Lacerda”. As praias começam a ocorrer em 2010, como críticas lúdicas ao decreto (que depois passou a exigir pagamento pelo uso do espaço), trazendo banhistas para se refrescar nas fontes, enquanto se opunham à política (LOUZADA, 2011).

As ações do prefeito, consideradas autoritárias, incluem ainda expulsão de artesãs da Praça 7 de Setembro e ameaça de desocupação de comunidades como Dandara, Camilo Torres e Irmã Dorothy, questões que foram incorporadas às críticas do movimento. Outra atividade organizada por grupo semelhante de pessoas foi a retomada do carnaval de rua, iniciada no mesmo período e que hoje já atrai centenas de milhares de foliões. A MdV surge neste ambiente, integrando-se aos movimentos de ocupação da cidade e de questionamento dos usos do espaço urbano, o que pode ser ressaltado inclusive pela escolha de trajeto da passeata, terminando na dita praça.

A Marcha das Vadias é um movimento novo e de grande visibilidade, que acaba por atrair interesse entre feministas e também entre mulheres em geral, levando muitas pessoas às ruas. Sem diretrizes claras, ou uma organização formal (a nível nacional ou internacional), o movimento congrega uma diversidade de atrizes, que o procuram com diversos objetivos e perspectivas. Destarte, dentro do movimento encontramos divergências no que toca a diversas temáticas, como o protagonismo das mulheres, a presença dos homens, a opção pela palavra “vadias” e o debate sobre prostituição (ARRAES, 2014).

7.3. Marcha das Vadias e o debate atual em torno da prostituição em BH

A Marcha das Vadias se coloca, nesta cidade, como uma possibilidade de diálogo direto entre prostitutas e movimentos feministas de camadas médias, seja pela realização do evento em uma área de prostituição, seja por suas pautas e gritos de guerra. Vejamos a seguir dois depoimentos de articulistas da MdV de 2012 sobre a participação das prostitutas e da Aprosmig.

E uma coisa que eu achei extremamente interessante na marcha desse ano, que foi a adesão da associação das prostitutas, que deu uma força para a marcha, uma legitimidade maior para a marcha, por estar abraçando um novo universo, saindo daquela coisa de ficar também somente na questão do feminismo e tal, porque vai para um grupo que normalmente é invisível.

Adriana Torres, articuladora da MdV

A Aprosmig ficou mais ainda pró-ativa na situação, quer dizer, o fato da oficina ser lá, apresentou o questionamento deles inclusive

sobre um dos lemas que a gente fala sem pensar muito que é “nem santa nem puta”, que foi um dos cartazes que eu carreguei na marcha de 2011 e a colocação da Cida foi “então nenhum dos dois é bom, está diminuindo a profissão de quem exerce a prostituição”. Então resolvemos também nos apropriar dessa questão.

Renata de Oliveira Lima, articuladora da MdV

Como podemos ver pela cena, a Marcha das Vadias, em Belo Horizonte, congregou, no que tange à prostituição, tanto pessoas com visões mais abolicionistas quanto mais laborais e também aquelas regulamentaristas. Entre os grupos abolicionistas, podemos destacar a Marcha Mundial das Mulheres, que se fundamenta em noções marxistas para advogar em prol da libertação das mulheres da prostituição, associada à mercantilização e venda do corpo. Devemos enfatizar que é possível notar alguns deslocamentos dentro do movimento, que tem pensado sobre os efeitos nocivos da criminalização e a possibilidade de alguma regulamentação, que seria importante para a identidade do grupo e a colocação das prostitutas como profissionais. Contudo, Rafaela Rodrigues destaca que a regulamentação deve ser feita questionando “a causa da prostituição, o padrão de sexualidade imposto às mulheres, sejam prostitutas ou não, [...] a valorização da profissão ou a divisão sexual do trabalho”. Para a autora, a libertação da prostituição depende da libertação das mulheres, que se efetua apenas pelo questionamento da opressão sofrida pelas mesmas, caso contrário, a prostituição seguirá como “profissão violenta, desprezada e não reconhecida” (RODRIGUES, 2012).

Poucos dias depois da MdV, a MMM promoveria o evento “A prostituição e os desafios do feminismo” para debater sobre a MdV, do qual participei. Participaram da atividade cerca de 10 pessoas e as integrantes da MMM se surpreenderam pela presença de pessoas não integrantes do grupo. A surpresa impediu que mantivessem a pauta proposta e optaram por ler um texto abolicionista sobre a prostituição, que havia sido publicado em um jornal da MMM. A leitura e a mudança de pauta geram um debate acalorado, em que as pessoas “de fora”, inclusive eu, se mostram incomodadas tanto pelo cunho abolicionista, como pela ausência de prostitutas, num debate sobre elas. As pessoas “de dentro” destacavam que não era necessária a presença de

prostitutas, já que conheciam bem sua realidade (mesmo sem contato nenhum com elas) e que podiam lutar assim pelo fim de sua opressão. Posteriormente a este debate, conversei com uma integrante da MMM que, em virtude desta posição frente a prostituição e outras discordâncias, acabou por abandonar o grupo, se integrar à MdV e se tornar voluntária na Aprosmig. Abaixo podemos ver o cartaz do evento.



**Plenária
Metropolitana**

A prostituição e os desafios do feminismo

Data: 15 de julho (domingo)

Horário: 14h30

**Local: Sineleetro
Rua Mucuri, 271 - Bairro Floresta Belo
Horizonte/MG**

Evento "A prostituição e os desafios do feminismo"

Apesar da abertura para a participação dos diversos grupos, esta não se dá sem conflitos, como percebemos na cena de 2012. De um lado, prostitutas reivindicam o não uso de expressões como "nem santa, nem puta"⁴¹, de outro, integrantes da MMM conclamam que o movimento não se associe a cafetões e que lute contra a "mercantilização do corpo feminino". Uma fala de Bernadete Monteiro, militante da MMM exemplifica esta questão.

Outra bandeira é a mercantilização do corpo das mulheres, a luta contra a mercantilização do corpo das mulheres, que pra nós tem representado uma campanha grande, de

⁴¹ Adriana Piscitelli observou também em São Paulo a presença de um debate sobre os lemas usados ("Nem santa nem puta", "somos mulheres e não mercadoria") e uma reivindicação por respeito às prostitutas, especialmente durante o trajeto pela rua Augusta (PISCITELLI, 2012).

aderência muito com as jovens, e que tem grande força e grande expressão pra nós assim, e de forma geral a gente também se configura como movimento feminista anticapitalista assim, então essa é nossa orientação geral, né, de luta também e que nos coloca num contexto que pra nós é [...]. A gente entende a prostituição, porque assim, muitas vezes a interpretação da prostituição é feita apenas olhando os sujeitos que tão envolvidos nisso, assim. Pra nós a prostituição é um grande sistema que organiza a exploração de pessoas, assim. Então tem a ver muito também com a nossa leitura do capitalismo e da mercantilização da vida nesse sistema capitalista, e assim, então pra nós a prostituição aparece aí! Então essa forma de mercantilização da vida e exploração sexual das pessoas, né, em especial das mulheres.

Bernadete Monteiro, Militante da MMM

Este cenário se manteve na Marcha nos anos seguintes, trazendo novas questões ao debate feminista. Em 2014, a prostituição foi tomada como um dos enfoques principais de intervenção e debate, pelas principais articuladoras da Marcha (que diferem do grupo de 2012). Neste movimento, podemos perceber ações que vão em sentidos bem variados, ora se aproximando mais de um discurso laboral, incluindo a aproximação com as mulheres prostitutas e a Aprosmig, ora ganhando tons mais abolicionistas.

Podemos destacar algumas dentre as ações de aproximação com o movimento de prostitutas. Cynthia Semíramis coordenou um grupo de estudos na Faculdade de Direito da UFMG, cujo tema principal, no segundo semestre de 2013, foi a prostituição. Um grupo de militantes da MdV-BH, tendo à frente Letícia Gonçalves, realizou visitas a áreas de prostituição em parceria com a ALEM. Outras militantes se tornaram voluntárias e parceiras da Aprosmig, oferecendo, por exemplo, assessoria jurídica através do Coletivo Margarida Alves. Esse contato mais direto com as prostitutas representa um avanço muito importante, considerando que diversas integrantes de movimentos feministas fazem análises sobre a prostituição sem ter tido um contato, por mais breve que seja, com as prostitutas.



Foto da Marcha das Vadias de 2014 (Foto de Túlio Viana)

No ano de 2013, foi organizado uma mesa redonda para debater a prostituição, na Faculdade de Direito da UFMG, do qual participaram, além de mim, as militantes que integraram as atividades citadas acima, Vitor Costa, doutorando em Sociologia na UFMG, e Anycky Lima, liderança das travestis e presidente do Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual (CELLOS). Durante este debate, me surpreendi com a presença constante de perguntas e respostas que tocaram a questão do tráfico de pessoas, sua presença nas regiões de prostituição e formas de enfrentá-lo, a possibilidade de que ocorresse com a realização da Copa do Mundo no Brasil, no ano subsequente. Meu interesse se voltou para o fato de que algumas das participantes alegaram ter encontrado casos de tráfico de pessoas na região da Guaicurus, um dos principais pontos de prostituição, estudado por mim há quase uma década, onde nunca identifiquei tal fenômeno.

Outro dado interessante é uma publicação feita na página da Marcha das Vadias de BH, na qual podemos observar como há traços abolicionistas no discurso de algumas de suas militantes, embora saibamos que este não é o único presente. Nesta publicação, há o uso de expressões como “somos moedas de troca” (ao citar uma reportagem sobre prostituição) e “mulheres prostituídas”. Ademais, a publicação afirma que a Copa poderia ter como efeitos o aumento do tráfico de pessoas e o “aliciamento das mulheres para a prostituição”, evidenciando que os números de mulheres nessa poderiam aumentar (MARCHA DAS VADIAS BH, 2014), sendo que esses dois pontos têm

como fonte o site do Comitê pela Abolição da Prostituição (COMITÊ PELA ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO, 2014). Outro fato que indicou traços abolicionistas foi a organização pelo grupo de um evento sobre a exploração sexual na Copa do Mundo, embora não tenha tido adesão do público. Abaixo, imagem de parte do texto citado.



7.4. Reflexões sobre o debate

A Marcha das Vadias teve um papel essencial entre os movimentos feministas em Belo Horizonte, ao se abrir para o diálogo e a inclusão das prostitutas no debate. Contudo, esta inclusão foi feita de formas diversas e, por vezes, até mesmo contraditórias, o que diz tanto das divergências de percepções entre feministas, quanto da ausência de uma posição única do movimento e da opção por uma organização horizontal e eclética. Se, por um lado, ganham muito ao se aproximar das prostitutas e conhecer sua realidade, por outro, acabam, em alguns momentos, comprando discursos abolicionistas que não refletem a situação. Assim, encontramos posições que não se encaixam estritamente em nenhum dos eixos citados na introdução, mas que, por vezes, ou de acordo com as lideranças, ocupam um ou outro lugar.

Quando há a aproximação com as prostitutas, esta muitas vezes se dá sem efetivamente escutar suas reivindicações e questionamentos,

adotando discursos prontos, como da vinculação da prostituição ao tráfico de pessoas (KEMPADOO, 2005), não observado por nós ou por nenhuma de nossas interlocutoras prostitutas no campo. Por mais que as vadias sejam mais aceitas, o marcador simbólico “prostituta” segue sendo divisor entre decência e desrespeito, sendo que as primeiras se envolvem com sexo por vontade e as segundas são pagas, o que algumas feministas vão considerar que muda toda a relação (CHATEAUVERT, 2014).

Uma questão que observamos na Marcha das Vadias de BH, como em outros debates feministas, e que exemplifica bem esta aproximação, com ressalvas, do movimento de prostitutas, é a discussão em torno do Projeto de Lei Gabriela Leite, de autoria do deputado Jean Wyllys (WYLLYS, 2012). Como o projeto foi em parceria com movimentos de prostitutas, muitas não o deslegitimam, mas questionam alguns de seus aspectos, o que já observado entre integrantes da Marcha das Vadias. Um exemplo de crítica é aquela que afirma que muitas das prostitutas são mulheres pobres e de poucos estudos, e que o projeto estaria direcionado para uma elite não representativa (GOMES, 2013). Outra é que o projeto serve mais às grandes organizações, que visam o lucro com o mercado do sexo (incluindo a Copa), do que às próprias mulheres. Este segundo texto, inclusive, termina com a seguinte frase “Nem santas, nem putas, buscamos que todas as mulheres sejam livres!”, argumentando contra a “mercantilização dos corpos” (PARADIS, 2013).

Trazemos o exemplo do projeto de lei para dizer de como os movimentos feministas têm, hoje em dia, realizado algumas aproximações dos movimentos de prostitutas, mas que estas se dão a partir de relações conflituosas e, por vezes, de pouca abertura. Ao questionar um PL elaborado em parceria com o movimento, ao utilizar expressões que contrariam as escolhidas pelo mesmo ou, ainda, ao trazer dados não corroborados pela realidade que elas apresentam, percebemos que o diálogo ainda é muito frágil e tem muito a avançar. Podemos observar que, muitas vezes, o debate tem ocupado posições abolicionistas, ainda que com deslocamentos. Pensa-se que há possibilidade de uma prostituta rica optar pela profissão, mas o mesmo não se poderia dizer da pobre, que por vezes pode ter sido “prostituída”. Vemos mais uma fala da integrante da MMM que entrevistamos:

Aí, na proposta de reforma do código penal, tá proposto descriminalizar isso, deixar de

ser crime ter uma casa de prostituição e ser cafetão. E pra nós isso legitima a exploração assim, tipo isso assim, pra nós não contribui pra que as mulheres tenham mais acesso, mais direitos, não, pra nós reforça essa lógica de colocar a mulher nesse lugar de submissão assim, na verdade legitima isso agora dentro do sistema porque, apesar de não ter, de não ser legal, né, elas existem e a polícia, o Estado também, não fazem nada em relação a isso, né, na verdade pra nós esse foco de descriminalizar é só pra aumentar mais os lucros, né? Favorecer por exemplo agora na Copa das Federações, na Copa do Mundo e Olimpíada, né, que o turismo sexual seja ainda mais explorado que já é.

Bernadete, Militante da MMM

Essas formas de aproximação nos remetem aos questionamentos de Gayatri Spivak, sobre a possibilidade das subalternas falarem (SPIVAK, 2003), ou de Laura Agustín, que coloca que as prostitutas falam, mas não são escutadas (AGUSTÍN, 1999). Podemos observar uma abertura para o convívio, que não necessariamente se reflete em uma troca efetiva, com mudança de opinião e construção coletiva de conceitos, ideias e ações. Em minhas incursões por este campo, tenho observado os efeitos profundos da convivência de longo prazo com as prostitutas, que leva pesquisadoras e militantes a questionar inclusive suas próprias posições de sujeita e teorias. Contudo, temos visto aproximações muitas vezes breves e pouco compromissadas com o que é efetivamente visto e almejado pelas prostitutas. Um trecho do Manifesto da Marcha das Vadias de Belo Horizonte de 2015 ilustra bem a tentativa de aproximação e seus efeitos sobre a produção de conhecimento da coletiva, assumindo uma visão a favor da regulamentação, embora ressalte a objetificação e exploração da indústria do sexo:

Mulheres Prostitutas: reconhecemos as objetificações e explorações inerentes à indústria do sexo, exercidas na sua ampla maioria sobre mulheres, adolescentes e crianças. No entanto, a aproximação a mulheres prostitutas, organizadas coletivamente ou não, tem permitido à MdV reforçar as suas linhas de pensamento em relação ao tema. Ao lado das prostitutas, defendemos a

regulamentação enquanto possibilidade de acessar direitos hoje negados, conscientes de que a regulamentação não põe termo às violências e explorações, que margeiam as mulheres prostitutas, mas que pode ser uma ferramenta que abra caminho nesse combate. Temos percebido que a experiência das mulheres revela realidades e posicionamentos distintos, que precisam ser sempre visibilizados e considerados (COLETIVA MDV, 2015).

Gostaríamos de destacar o avanço obtido pela Marcha das Vadias nesta questão e a necessidade de que os movimentos feministas sigam se abrindo para o diálogo com as prostitutas, mas que busquem, cada vez mais, um debate efetivo, de abertura real para as trocas e questões trazidas. Acreditamos que, a partir da aproximação de longo prazo com as prostitutas, organizadas ou não em associações, é possível perceber que há uma necessidade eminente de descriminalização do entorno e do reconhecimento da atividade como um trabalho, com todos os aspectos negativos que este pode assumir.



8. Considerações finais

Ao longo das histórias aqui contadas e analisadas, visei evidenciar a importância do movimento das prostitutas e, paralelamente, mostrar que se insere em reivindicações feministas. Se, por um lado, acredito que a pesquisa avança no sentido de trazer dados que fundamentam tal leitura, podemos entrever a necessidade de outras pesquisas que aprofundem o conhecimento sobre este movimento, apresentando os embates que o marcaram nas últimas quatro décadas. Sabemos que o movimento de prostitutas é diverso e polifônico e que, aqui, conto uma parte desta história.

A pesquisa aqui relatada trouxe como aprendizagem a importância da articulação das pesquisadoras feministas com as prostitutas, tanto na produção de conhecimento, quanto na produção da luta feminista. O movimento de prostitutas se mostra como um movimento feminista, que traz mulheres como protagonistas de suas histórias e que reivindicam que suas pautas não sejam vistas como menos importantes, ou que sejam protagonizadas por pessoas que não as tenham vivenciado. Os movimentos feministas foram marcados no Brasil por percepções de que eram secundários em relação à luta contra a ditadura ou questionamentos de que precisava se abrir para o reconhecimento das interseccionalidades. Hoje, são questionados pelo movimento de prostitutas, que demanda seu reconhecimento enquanto luta feminista legítima e que conclama para que suas protagonistas não sejam mais silenciadas ou vitimizadas, mas sujeitas de suas próprias histórias. Produzir um conhecimento que seja alinhado aos movimentos de prostitutas se mostra essencial para se pensar práticas compromissadas socialmente e que favoreçam a transformação social.

8.1. Epílogo: Registrando as prostitutas, registrando histórias



Prostitutas e parceiras na sede da Aprosmig

Dia 2 de junho de 2015, aniversário de 40 anos da ocupação da igreja em Lyon, escolhido como um dos marcos fundantes da história de luta das putas. Eu estava abarrotada de trabalho para finalizar a tese, mas não podia perder aquele momento tão importante, precisava estar ao lado das prostitutas de Belo Horizonte, para celebrar a data. Decido ir cedo, para acompanhar todas as atividades (ilustradas no panfleto abaixo), que incluíam shows, cadastro de prostitutas, dia de beleza, vacinação, algumas das quais realizadas por parcerias com grupos como a Pastoral da Mulher e a Jocum.

Em virtude da escrita da tese, havia optado por me distanciar um pouco das atividades na Aprosmig nos últimos meses, embora continuasse fazendo ações à distância, e seria uma boa oportunidade de reencontrar muitas das mulheres e de dar um retorno sobre como estava indo o trabalho. Separo dez exemplares da última remessa do meu livro “Prostituição, gênero e trabalho”, e também a versão mais recente da tese, para levar para elas, e saio cedo de casa, em direção à Guaicurus.

Dia 2 de junho é o Dia Internacional da Prostituta, o nosso Puta Day!

A data foi escolhida porque no ano de 1975 a igreja de Saint-Nizier (que já havia abrigado o túmulo da santa padroeira das prostitutas) em Lyon, França, foi ocupada por cerca de 100 prostitutas.

As ocupantes protestavam contra medidas de repressão e prisão adotadas no país. Uma das principais causas da mobilização foi uma série de assassinatos cometidos contra prostitutas na cidade e o movimento não conseguiu que o culpado fosse preso, mas diminuiu os crimes. As prostitutas contam que algumas das que desejaram participar foram agredidas por seus cafetões e o mesmo foi feito pela polícia, as agredindo para que desocupassem a igreja. As prostitutas de Lyon romperam com o silêncio e fizeram história.

13:00h - 16:00h

- * Estudantes de direito para postos de informações sobre previdência social e direitos humanos e cidadania.
- * Psicólogos da PUC
- * CUP - Cadastro Único de Profissionais do Sexo junto à APROSMIG (Município e Estado)
- * Dia da Beleza da Pastoral da Mulher em parceria com APROSMIG
- * Esclarecimento do PL da regulamentação da profissão
- * Vacinas na Pastoral da Mulher

16:00h - 22:00h

- * Banda Hotel Catete
- * Músico Luã Linhares
- * Grafiteiro André Pires
- * Grafiteiro Gements
- * Yoga Prof. Aila
- * Fotógrafos
- * Banda Islama
- * Dançarinos Fernanda Navarro e Maíke

Participe!

Apoio: Mama Cash e fundo Brasil Direitos Humanos
Rede Brasileira de Prostitutas.

Putá Day
Do International Day of Prostitutes

Rua Guaicurs, 648 – Centro – Belo Horizonte – 30111-060 - Telefone: (31) 3201-1799

Panfleto do Puta Day BH 2015

Chegando à região, sabia que o evento seria realizado no shopping popular Uai, mas decido antes passar na Associação, pois imaginei que as prostitutas e parceiras ainda estariam por lá, finalizando os preparativos. Logo na porta do estacionamento onde fica a Associação, encontro Zazá, conversando com duas mulheres e um homem, que parecia ser porteiro do hotel ao lado. Nos abraçamos, felizes com o reencontro, mas ela logo me diz que estou “sumida”, que elas precisam de mim, que não posso ficar tão distante. Peço desculpas, dizendo que a escrita já está quase acabando e que em breve as coisas voltarão ao normal. Ela me apresenta feliz para o homem “Essa é a Letícia Barreto, ela é escritora, escreveu um livro sobre nós!”

Vamos andando juntas para dentro da sala da Aprosmig, que está cheia de pessoas, dentre alunas do curso de psicologia da PUC, prostitutas e integrantes da Associação. Abraço Laura e Patrícia, que também logo reclamam do meu “sumiço”, e me apresentam para as alunas da psicologia “Essa é a Letícia, ela é escritora!” O clima é gostoso, de conversa, bate papo, todas ali sem se preocupar muito com o evento em curso, mas muito mais com aproveitar o momento.

Mostro a elas os livros que levei, dizendo que são os últimos e que podem fazer o que quiserem com eles (dar ou vender) são presente (como outros que havia deixando anteriormente por lá). Retiro da mochila a versão da tese, conto a elas que está inacabada e que ainda

tem muita coisa para mudar, mas que queria que vissem como está ficando, para poderem “dar palpites” e também entenderem o motivo de meu afastamento temporário. Laura logo pega a tese e começa a folhear “olha só, meu nome está aqui! Que chique! A Laurinha está ficando famosa!” e eu mostro a todas que a tese tem fotos delas. Começam a procurar por suas fotos e nomes. Patrícia e Zazá se incomodam de não terem achado fotos suas, e eu explico que ainda falta muita coisa na tese, e que queria, inclusive, confirmar os nomes que gostariam que aparecessem, e se era ou não para colocar imagens suas. Mostro para Zazá uma foto que pretendo colocar com ela e Patrícia, e me pede que a imprima para ela. Elas se animam, dizendo que querem nome completo e foto, e comentam felizes com as alunas o quanto são importantes, que vão ficar famosas.

Cada hora uma folheia a tese, procura pelas fotos e pelos nomes que aparecem e comenta tudo com as pessoas que estão na sala. Zazá diz a elas “É, gente, acho que tem muita coisa interessante aqui para a gente ler e aprender!”. Reclamam de não ter levado uma versão para cada uma “como que vai todo mundo ler? Da próxima vez traz várias!” “Ei, eu ainda não consegui olhar!” “Você vai conseguir ler tudo agora, é?”. O orgulho delas era evidente em cada olhar e cada comentário. Novas pessoas iam se aproximando e elas apresentavam a escritora da Associação e seu novo trabalho. Cidinha chega e se junta a nós na conversa e na procura por fotos e textos. Falam-me que querem ver suas imagens no livro e tiramos mais fotos para incluir, como as que estão abaixo, de Cidinha, Patrícia, Zazá, Laura e parceiras na Aprosmig.



Laura, Cidinha, Zazá, Patrícia e parceiras na sede da Aprosmig

O evento segue acontecendo ao longo do dia, nos diversos espaços, Pastoral, Aprosmig, Shopping Uai, mas um tanto esvaziado em relação aos outros anos. É um momento muito gostoso, de confraternização, descontração, reencontro. Ao falarem sobre mim, as prostitutas e as parceiras seguem me identificando com a escrita do livro, a escritora da Associação, a parceira de longa data. Prostitutas e outras pessoas se aproximam após ouvir meu nome e descrição anunciados no palco durante os agradecimentos “você que é a escritora? Quero que escreva a minha história!” “Você não vai acreditar na minha história, melhor do que a da Bruna Surfistinha, vai fazer sucesso!”

Ao sair da Associação, e voltar para casa, minha cabeça está cheia de ideias e reflexões. O texto “Falando em Línguas”, de Gloria Anzaldúa, que sempre me afetou tanto, vem imediatamente à cabeça. Afinal, para que fazer uma tese? Para que fazer esta tese? Reescrever as histórias mal contadas sobre mim, sobre você, registrar o que é apagado quando falamos (ANZALDÚA, 2000), é sobre isso também a luta das prostitutas e, em partes, sua busca por estabelecer relações com acadêmicas e parceiras. E, em cada encontro e em cada escrita, vamos escrevendo e produzindo esta história e a história de cada uma de nós.



Prostitutas e parceiras na Exposição Hotel Esplêndido, de Laura Fonseca (Foto de Mateus Oliveira)



9. Referências Bibliográficas

- ACHARYA, Arun Kumar; STEVANATO, Adriana Salas. *Violencia y tráfico de mujeres en México: una perspectiva de género*. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 507–524, 2005.
- ADELMAN, Miriam; GROSSI, Miriam Pillar; GUIVANT, Júlia. *A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: contribuições e debates*. In: GROSSI, MIRIAM PILLAR; LAGO, MARA COELHO DE SOUZA; NUERNBERG, ADRIANO HENRIQUE (Org.). *Estudos in(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 21–40.
- AGUSTÍN, Laura María. *They Speak, But Who Listens?* In: HARCOURT, WENDY (Org.). *Women @ internet: creating cultures in Cyberspace*. London: Zed Books, 1999. p. 149–161.
- ALMEIDA, Wellington Lourenço De. *A estratégia de políticas públicas em direitos humanos no Brasil no primeiro mandato Lula*. *Revista Katál*, v. 14, n. 2, p. 210–238, 2011.
- ANDERSON, Perry. *O Brasil de Lula*. *Novos Estudos*, v. 91, p. 23–52, 2011.
- ANDRADE, Ana Beatriz Pereira De; LENZ, Flávio. *Design de contestação é a marca da grife Daspu*. *Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, abr. 2012. , p. 28–33Disponível em: <<http://www.bejodarua.com.br/abril2012.pdf>>.
- ANZALDÚA, Gloria. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, p. 229–236, 2000.
- APMM/BH. *Estatuto da Associação da Pastoral da Mulher Marginalizada (Consolidado)*. . Belo Horizonte: APMM/BH. , 2004
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. *Pastoral da Mulher*. Disponível em: <<http://www.arquidiocesebh.org.br/social/pastorais-sociais/pastoral-da-mulher/>>.
- ARRAES, Jarid. *Marcha das vadias: As divergências estão em curso*. *Revista Forum Semanal*, 2014. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/digital/149/marcha-das-vadias-divergencias-estao-em-curso/>>.
- AUGRAS, Monique. *Poder do desejo ou desejo de poder?* *Arquivo Brasileiro de Psicologia*, v. 37, n. 2, p. 106–109, 1985.

- ÁVILA, Rômulo; LARA, Mariana. *Prostitutas mineiras torcem contra o Brasil: Profissionais do sexo reclamam o sumiço dos clientes durante a Copa e nos dias de jogos da Seleção Brasileira*. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 19 jun. 2006. , p. 9.
- AZERÊDO, Sandra. *Prostitutas e feministas: mulheres em busca de um diálogo numa pesquisa-ação*. *Coletâneas da ANPEPP*, v. 1, n. 7, p. 147–159, 1997a.
- AZERÊDO, Sandra. *Putas Sedução: pesquisa-ação feminista com prostitutas na Zona de Belo Horizonte*. . Belo Horizonte: [s.n.], 1997b.
- BACELAR, Jeferson Afonso. *A família da prostituta*. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- BANDEIRA, Lourdes. *A contribuição da crítica feminista à ciência*. *Revista Estudos Feministas*, v. 1, n. 6(1), p. 207–230, 2008.
- BARRETO, Letícia Cardoso et al. *Organização Política de Profissionais do Sexo: O movimento associativo como espaço de emergência de demandas de gênero*. 2006, Florianópolis: *Anais do VII Seminário Fazendo Gênero*, 2006. p. 7. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/B/Barreto-Mesquita-Donato-Prado-Barros_15.pdf>.
- BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição*. Disponível em: <<http://severidade.com.br/prostituticao/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte*. 2008. 154 f. *Dissertação (Mestrado em Psicologia)*, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- BARRETO, Letícia Cardoso. *Prostituição, gênero e trabalho*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.
- BARRETO, Letícia Cardoso; FRANÇA, Marina Veiga. *Relatório final do estágio especial desenvolvido no GAPA-MG 2*. . Belo Horizonte: [s.n.], 2005.
- BARRETO, Letícia Cardoso; LARA, Ana Paula Martins; FRANÇA, Marina Veiga. *Prostituição, saúde e estigma no baixo meretrício de Belo Horizonte*. 2005, Belo Horizonte: ABRAPSO, 2005.

- BARRETO, Letícia Cardoso; MELLO, Anahi Guedes De. *Liberdade ainda que vadia: Uma etnografia da Marcha das Vadias de Belo Horizonte*. [S.l: s.n.], 2012.
- BARRETO, Letícia Cardoso; SILVEIRA, Cibele Dias Da; GROSSI, Miriam Pillar. *Notas etnográficas sobre prostituição masculina em Florianópolis: entre o trabalho, o afeto e a sexualidade*. *Revista de Ciências Humanas*, v. 46, n. 2, p. 511–534, 2013.
- BERLIN, Isaiah. *Cuatro ensayos sobre la libertad*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.
- BINDMAN, Julia. *Trabajadoras/es del sexo, condiciones laborales y derechos humanos: problemas “típicos” y protección ‘atípica*. In: OSBORNE, RAQUEL (Org.). *Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: bellaterra, 2004. p. 99–111.
- BLEE, Kathleen; TAYLOR, Verta. *Semi-structured interviewing in social movements research*. In: KLANDERMANS, BERT; STAGGENBORG, SUZANNE (Org.). *Methods of social movement research*. Mineapolis: University of Minnesota Press, 2002. .
- BOCK, Ana Mercês Bahia. *Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites*. In: BOCK, ANA MERCÊS BAHIA (Org.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 15–28.
- BOCK, Ana Mercês Bahia et al. *Sílvia Lane e o projeto do “Compromisso social da Psicologia”*. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 2, p. 46–56, 2007.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade - Volume Dois: Eixos temáticos*. Brasília: [s.n.], 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>.
- BRASIL. *Decreto n. 5015, de 12 de Março de 2004*. *Brasil: 183o da Independência e 116o da República*. , 2004a
- BRASIL. *Decreto n. 5016, de 12 de Março de 2004*. *Brasil: 183º da Independência e 116º da República*. , 2004b
- BRASIL. *Decreto n. 5017, de 12 de Março de 2004 (Protocolo de Palermo)*. *Brasil: 183o da Independência e 116o da República*. , 2004c
- BRASIL. *Decreto n. 5948, de 26 de Outubro de 2006*. *Brasil: 185o da Independência e 118o da República*. , 2006

- BRASIL. Decreto n. 6347, de 8 de Janeiro de 2008. . *Brasil: 187o da Independência e 1120o da República.* , 2008
- BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 (Código Penal). . *Brasil: 119º da Independência e 52º da República.* , 1940
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Coordenação Nacional de DST e Aids. Profissionais do sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da aids / Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: [s.n.], 2002.*
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. *Programa Nacional de DST/AIDS. Avaliação da efetividade das ações de prevenção dirigidas às profissionais do sexo, em três regiões brasileiras. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/Avaliacao_da_efetividade_acoes_prevencao_profissional_dosexo.pdf>.*
- BRAZ, Camilo Albuquerque De. “Mas agora confessa...”: *Notas sobre clubes de sexo masculinos. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino Americana*, v. 4, n. 4, p. 127–156, 2010.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.* Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 2003.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. *Caro Colega: Exclusão lingüística e invisibilidade. Discurso & Sociedad*, v. 1, n. 2, p. 230–246, 2007.
- CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. *Linguagem e Estudos de Gênero.* In: FORTKAMP, MAILCE BORGES MOTA; TOMITCH, LÊDA MARIA BRAGA (Org.). . *Aspectos da linguística aplicada. Florianópolis: Insular*, 2000. p. 273–287.
- CAPARICA, Márcio. *Revolta de Stonewall recontada em HQ: O quadrinista Mike Funk reconstitui o tumulto que mudou a historia do Movimento gay - e mostra que ele não é bem como você pensa.* Disponível em: <<http://www.ladobi.com/2013/10/revolta-stonewall-recontada-quadrinhos/>>. Acesso em: 24 mar. 2015.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever.* In: CARDOSO DE OLIVEIRA, ROBERTO (Org.). . *O trabalho do antropólogo.* São Paulo: Editora Unesp/Paralelo 15, 2000. p. 17–35.
- CARDOZO, Fernanda. *Das dimensões da coragem: socialidades, conflitos e moralidades entre travestis em uma cidade no sul do Brasil.* 2009.

- 217 f. *Universidade Federal de Santa Catarina*, 2009. Disponível em:
<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93329/272876.pdf?sequence=1>>.
- CASTILHO, Ela Wiecko V De. *A criminalização do tráfico de mulheres: Proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero?* *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 101–123, 2008.
- CATRINE, Marcília. *Relatório final estágio profissionalizante psicologia e políticas públicas*. . Belo Horizonte: [s.n.], 2014.
- CHACHAM, Alessandra et al. *Necessidades sexuais e reprodutivas das profissionais do sexo: dois projetos feministas no Brasil*. *Questões de saúde reprodutiva*, n. 4, p. 98–110, 2009.
- CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara; ALVARENGA, Giovanni Mirelles. *Práticas sexuais e reprodutivas de prostitutas da “Zona Grande” de Belo Horizonte e a prevenção de AIDS e outras DSTs*. *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2000.
- CHATEAUVERT, Melinda. *Sex workers unite: A history of the movement from Stonewall to Slutwalk*. Boston: Beacon Press, 2014.
- CHEREM, Carlos Eduardo. *Justiça barra fechamento de zona de prostituição em Belo Horizonte*. *Uol*, Belo Horizonte, 5 abr. 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/04/05/justica-barra-fechamento-de-zona-de-prostituicao-de-belo-horizonte.htm>>.
- CICOUREL, Aaron. *Teoria e método em pesquisa de campo*. In: GUIMARÃES, ALBA ZALUAR (Org.). . *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 87–121.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1998.
- CNPQ. *Plataforma de Currículos Lattes*. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>.
- COIMBRA, José de Ávila Aguiar. *Considerações sobre a interdisciplinaridade*. In: PHILIPPI JR., ARLINDO (Org.). . *Interdisciplinaridade em ciências ambientais*. São Paulo: Signus Editora, 2000. p. 52–70.

- COLETIVA MDV. *Manifesto Marcha das Vadias BH 2015*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/marchadasvadias/posts/999852733381681:0>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- COMITÊ PELA ABOLIÇÃO DA PROSTITUIÇÃO. *Prostituição e Copa*. Disponível em: <<http://comiteabolicaooprostituicao.wordpress.com/2014/06/21/p-rostituicao-e-copa/>>.
- CONATRAE. *Exploração sexual pode, sim, configurar trabalho análogo ao de escravo - Nota pública da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae)*. . Brasil: [s.n.], 2013
- COSTA, Vitor Lopes. *Lidando com a violência: A construção e transmissão de repertórios de segurança entre prostitutas*. 2013. 86 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- COULTHARD, Malcolm. *Linguagem e sexo*. São Paulo: Ática, 1991.
- CRUZ, Luana. *Polícia desmonta esquema de prostituição que oferecia "cardápio de mulheres" em Minas*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 6 set. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/06/interna_gerais,446165/policia-desmonta-esquema-de-prostituicao-que-oferecia-cardapio-de-mulheres-em-minas.shtml>.
- DAGENAIS, Huguette. *Méthodologie féministe et anthropologie : une alliance possible*. *Anthropologie et Sociétés*, v. 11, n. 1, p. 19–44, 1987.
- DAVIDA. *Aids 2010 - Viena 30 graus tem marcha por Direitos Humanos: Clima também esquentou fora da conferência*. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=880&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015.
- DAVIDA. *Beijo da Rua*. Disponível em: <www.beijodarua.com.br>. Acesso em: 5 mar. 2015.
- DAVIDA. *De shortinho e camiseta no trabalho: Campanha mostra identidades entre prostitutas e jogadores de futebol*. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=796&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015a.
- DAVIDA. *Deputado recebe ativistas para debater projeto sobre prostituição*. Disponível em:

- <<http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=902&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015.
- DAVIDA. *Dia Internacional da Prostituta: Manifestações em ruas, boates e internet agitam o 2 de junho. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, jun. 2005.*
- DAVIDA. *Esquinas do Brasil: Técnicos aprendem com prostitutas a enfrentar preconceitos e dão a volta por cima em projeto nacional de prevenção e cidadania. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, out. 2003a.*
- DAVIDA. *Muito pão duro e pouco pau duro: Copa do Mundo também foi ruim para as prostitutas. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, dez. 2014. , p. 28.*
- DAVIDA. *Não ao gueto da Aids. Sim a todos os direitos. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, set. 2011. , p. 5–7* Disponível em: <<http://bejodarua.com.br/setembro2011.pdf>>.
- DAVIDA. *ONGs e governo reagem à tentativa de censura da arquidiocese do Rio. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, dez. 2003b. , p. 3–4.*
- DAVIDA. *ONGs/Aids lançam campanha “Pecado é não usar”: Movimento é reação às manifestações da Igreja Católica contra o preservativo. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, nov. 2003c.*
- DAVIDA et al. *Pecado é não usar. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bRhZKGo8tOM>>. , 2003*
- DAVIDA. *Prostitutas exigem que Ministério da Saúde tire campanha do ar: Participantes de oficina de criação criticam “radical mudança” na ação em notificação extrajudicial ao ministro. Disponível em: <<http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=911&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015a.*
- DAVIDA. *Prostitutas se organizam em todo o país. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, mar. 2002a. , p. 6–7.*
- DAVIDA. *Quem somos nós: Pesquisa revela que a maioria das prostitutas tem de 20 a 29 anos, ganha até quatro salários mínimos e tenta esconder dos outros a profissão. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, abr. 2002b. , p. 7.*
- DAVIDA. *Rio recebe prostitutas de todo o país para Encontro Nacional: Regulamentação da profissão é tema do evento promovido pela ONG Davida. Disponível em: <<http://www.bejodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=820&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2008b.*

- DAVIDA. *Seminário histórico: Sociedade civil e governo debatem Aids e prostituição e traçam estratégias para promover saúde. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, abr. 2002c.*, p. 6.
- DAVIDA. *Suprema Corte dos EUA derruba cláusula antiprostituição: Decisão é tomada após sete anos de batalha judicial e vale para organizações locais. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=915&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015b.*
- DIEESE. *Anuário das mulheres brasileiras.* . São Paulo: [s.n.], 2011
- DINIZ, André Geraldo Ribeiro. *Sobre subalternidades e enfrentamentos: sexualidade, poder e agenciamentos na experiência de mulheres prostitutas.* 2013. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- DOEZEMA, Jo. *Forced to choose: beyond the voluntary v. forced prostitution dichotomy.* In: KEMPADOO, KAMALA; DOEZEMA, JO (Org.). . *Global sex workers: rights, resistance and redefinition.* New York and London: Routledge, 1998. p. 34–50.
- DOMINGUES, Roberto Chateaubriand. *Profissionais do sexo: De objetos de intervenção a agentes de transformação.* In: SILVA, RODRIGO GUIMARÃES (Org.). . *Ação e vida: Respostas à epidemia de HIV/AIDS em Belo Horizonte.* Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde - BH, 1996. p. 65–84.
- DOS SANTOS JÚNIOR, Antônio Costa. *Além da sexualidade: O fenômeno da prostituição e suas características.* Caderno de Debates Plural, Belo Horizonte, mar. 1999. , p. 25–27.
- DRUMMOND, Roberto. *Hilda Furacão.* São Paulo: Siciliano, 1991.
- DUGGAN, Lisa. *Introduction.* In: DUGGAN, LISA; HUNTER, NAN D (Org.). . *Sex wars: sexual dissent and political culture -10th Anniversary Edition.* New York, London: Routledge, 2006. p. 1–14.
- DURHAM, Eunice. *A reconstituição da realidade.* São Paulo: Ática, 1978.
- EL TIEMPO. *“Ocupada” igreja por prostitutas en Francia.* El tiempo, Colombia, 4 jun. 1975. , p. 13.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).* 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- EUGENE REGISTER. *“Hooker unite” newest battle cry in rights movement.* Eugene Register-Guard, Eugene, 30 maio 1973. , p. 9D.

- FELIPE, Cristiane; MATOS, Henrique Cristiano José; GONÇALVES, Juliana. *Dia Internacional da Mulher: Pastoral da Mulher terá programação que inclui distribuição de cartilhas, oficina e seminário para discussão sobre direitos humanos, saúde, capacitação e tráfico de pessoas. Cadernos de Cidadania, Belo Horizonte, mar. 2014. , p. 2–3.*
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins. *A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)*. 2011. 419 f. Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- FERNANDES, Felipe Bruno Martins; CARLOS, Paula Pinhal De. *A Interdisciplinaridade nos Estudos de Gênero: análise das teses do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, v. 10, n. 97, p. 80–94, 2009.*
- FONSECA, Claudia. *A dupla carreira da mulher prostituta. Revista Estudos Feministas, v. 4, n. 1, p. 7–33, 1996.*
- FONSECA, Claudia. *Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, v. 10, p. 58–78, 1999.*
- FOOTE-WHYTE, William. *Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, ALBA ZALUAR (Org.). . Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 77–86.*
- FORTES, Alexandre; FRENCH, John. *A “Era Lula”, as eleições presidenciais de 2010 e os desafios do pós-neoliberalismo. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 24, n. 1, p. 201–228, 2012.*
- FRANÇA, Marina Veiga. *Dentro e fora do programa: interações afetivo-sexuais de prostitutas da Zona Boêmia de Belo Horizonte. . Caxambu: [s.n.], 2011a.*
- FRANÇA, Marina Veiga. *Intérêts, sexualités et affects dans la prostitution populaire: le cas de la zone bohème de Belo Horizonte. 2011b. 406 f. École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2011.*
- FRANÇA, Marina Veiga. *La basse prostitution dans la zone bohème de Belo Horizonte: Histoires de femmes, histoires de putes. 2006. 111 f. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2006.*
- FRASER, Nancy. *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Mediações, v. 14, n. 2, p. 11–32, 2009.*

- FREITAS, Renan Springer De. *Bordel, bordéis: negociando identidades*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GAGNON, John H. *Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- GALVÃO, Jane. *As respostas religiosas frente à epidemia da de HIV/AIDS*. In: PARKER, RICHARD (Org.). *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997. p. 109–134.
- GAPA-MG. *Análise dos grupos focais (1997-1998)*. . Belo Horizonte: [s.n.], 1998a.
- GAPA-MG. *Proposta de projeto ONG: Projeto Previna na Prostituição*. . Belo Horizonte: [s.n.], 2000.
- GAPA-MG. *Proposta de projeto: Projeto Previna na Prostituição - Ano 1 (1994-1995)*. . Belo Horizonte: [s.n.], 1995a.
- GAPA-MG. *Proposta de projeto: Projeto Previna na Prostituição - Ano 2 (1997-1998)*. . Belo Horizonte: [s.n.], 1998b.
- GAPA-MG. *Proposta de projeto: Projeto Previna na Prostituição - Ano 3 (1998-1999)*. . Belo Horizonte: [s.n.], 1999.
- GAPA-MG. *Relatório de progresso: Intervenção Comportamental PREVINA na Prostituição*. . Belo Horizonte: [s.n.], 1995b.
- GAPA-MG. *Relatório técnico-narrativo global Projeto PREVINA na Prostituição Centro de Custo 096/07*. . Belo Horizonte: [s.n.], 97AD.
- GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora SA, 1989. Disponível em: <<http://files.jornalpsi.webnode.com/200000289-669cd67969/biblio MODELO assunto V2003.doc>>. Acesso em: 29 fev. 2012.
- GOMES, Camilla de Magalhães. *Nem toda prostituta é Gabriela Leite: Prostituição, feminismo e leis*. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2013/12/nem-toda-prostituta-e-gabriela-leite-prostituicao-feminismo-e-leis/>>.
- GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, ANPOCS, 1993.

- GROSSI, Miriam Pillar. *A dor da tese. Ilha: revista de antropologia*, v. 6, n. 1, p. 217–228, 2004.
- GROSSI, Miriam Pillar. *Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em primeira mão*, v. 24, p. 1–18, 1998. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2012.
- HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu*, v. 5, n. 5, p. 7–41, 1995.
- HARDING, Sandra. *Ciência y feminismo. 1. ed. Madrid: Ediciones Morata, 1996.*
- HASHIMOTO, (Érica Akie. *Marcha das Vagabundas. Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br/noticia/13815-“Marcha-das-Vagabundas”>>.*
- HERALD JOURNAL. *Prostitutes hold first convention. Herald Journal, Winsted, 14 jun. 1974. , p. A7.*
- HUNTER, Nan D. *Contextualizing the sexuality debates: A Chronology 1966-2005. In: DUGGAN, LISA; HUNTER, NAN D (Org.). . Sex wars: sexual dissent and political culture -10th Anniversary Edition. New York and London: Routledge, 2006. p. 15–28.*
- ICRSE. *Declaration of the rights of sex workers in Europe. 2005, Bruxelas: International Committee on the Rights of Sex Workers in Europe, 2005. p. 14. Disponível em: <http://www.sexworkeurope.org/sites/default/files/userfiles/files/join/dec_brussels2005.pdf>*.
- ICTUR. *Editorial: The unionisation of sex workers. International Union Rights, 2005. , v. 2, n. 4, p. 2.*
- IRMÃS OBLATAS. *Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor.*
- JAYME, Juliana Gonzaga; CHACHAM, Alessandra Sampaio; NEVES, Magda de Almeida. *Mulheres da Zona Grande: negociando identidade, trabalho e território. . Belo Horizonte: [s.n.], 2011.*
- JB. *Prostitutas abrem sua reunião. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 21 jul. 1987. , p. 4.*
- JEFFREYS, Sheila. *The idea of prostitution. 2. ed. North Melbourne: Spinifex Press, 2008.*
- JESUS, Jaqueline Gomes De. *Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião.*

Brasília: EDA/FBN, 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO_CONCEITOS_E_TERMOS_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

JULIANO, Dolores. *El peso de la discriminación: debates teóricos y fundamentaciones*. In: OSBORNE, RAQUEL (Org.). *Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: Bellaterra, 2004. p. 43–55.

JULIANO, Dolores. *Prostitución: El modelo de control sexual femenino a partir de sus límites*. In: GUASCH, ÓSCAR (Org.). *Sociología de la sexualidad*. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores, 2003. p. 178–197.

JUNQUEIRA, Mariane Oliveira; GONÇALVES, Verônica Korber. *A Marcha das Vadias: Por que as mulheres gritam?* 2011, Jataí: [s.n.], 2011. p. 14. Disponível em: <<http://www.congressohistoriajatai.org/anais2011/link78.pdf>>.

KEMPADDO, Kamala. *Introduction: globalizing sex workers rights*. In: KEMPADDO, KAMALA; DOEZEMA, JO (Org.). *Global sex workers: rights, resistance and redefinition*. New York and London: Routledge, 1998. p. 1–28.

KEMPADDO, Kamala. *Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres*. *Cadernos Pagu*, n. 25, p. 55–78, 2005.

KUSHNIR, Beatriz. *Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*,. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

LAMOUNIER, Rodrigo. *Musa na batalha: Organização não-governamental de BH trabalha pela saúde das mulheres*. *Jornal da Rua*, Belo Horizonte, maio 2006. , p. 3.

LEITE, Gabriela. *Caminho aberto para a puta cidadã*. *Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, 2005. , p. 16.

LEITE, Gabriela. *Encontro Nacional de Prostitutas*. . Rio de Janeiro: Mimeografado. , 1987

LEITE, Gabriela. *Entrevista com Gabriela Leite*. *Democracia Viva*, p. 42–57, 2006.

LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

- LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu se prostituir*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LEITE, Gabriela. *Quem entende a gente? Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, abr. 2002a. , p. 16.
- LEITE, Gabriela. *Sem vergonha de ser puta. Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, mar. 2002b. , p. 12.
- LEMETRO/IFSC-UFRJ. *Relatório Final Observatório da Prostituição*. . Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.
- LENOIR, Yves; HASNI, Abdelkrim. *La interdisciplinaridad: por un matrimonio abierto de la razón, de la mano y del corazón*. *Revista Ibero Americana de Educação*, n. 35, 2004.
- LENZ, Flavio. *Campanha usa flor para enfrentar a Aids. Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, mar. 2002. , p. 3.
- LENZ, Flavio. *Encontro de putas fortalece movimento: Porto Alegre sedia evento pela 1ª vez fora do Rio, com desfile Daspu abrindo trabalhos na Casa de Mario Quintana*. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=873&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015.
- LENZ, Flavio. *Encontro internacional fortalece o movimento de prostitutas: Trabalhadoras peruanas dão show de organização e comunicação. Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, out. 2004a. , p. 3–4.
- LENZ, Flavio. *No ponto: Estratégia. Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, mar. 2004b.
- LENZ, Flavio. *Rede divulga Carta de Princípios Valores do movimento de prostitutas incluem o trabalho sexual como direito sexual e a prostituição como profissão, aliados ao repúdio à exploração e à vitimização*. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=833&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015.
- LENZ, Flávio. *Aids 2008 - Prostituta diz ao mundo que trabalho sexual é trabalho: Dirigente da RedTraSex critica financiadores, exige participação na elaboração de políticas e afirma que só direitos humanos garantem prevenção de Aids*. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=815&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015a.
- LENZ, Flávio. *Aids 2008 - prostituta fala em plenária pela primeira vez: Elena Reynaga, dirigente da RedTraSex, vai tratar de direitos*

- humanos e recursos na manhã desta quarta-feira. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=811&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015b.*
- LENZ, Flávio. *Aids 2010 - Profissionais do sexo protestam em coletiva da Pepfar: Manifestantes da Rede Global chamam politica americana de "assassina". Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=878&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015.*
- LENZ, Flávio. *Com emoção, trabalho e cidadania: O Encontro Nordeste e Sudeste de prostitutas entra para a história do movimento organizado. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, 2002.*
- LENZ, Flávio. *Decisão histórica: Prostitutas rejeitam financiamento para combate à Aids. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=899&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015.*
- LENZ, Flávio. *Derrota pessoal se torna vitória política. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=826&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015c.*
- LENZ, Flávio. *Ministro da Saúde recebe prostitutas: Temporão vai criar comissão com outros ministérios para tratar de prostituição. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=798&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015d.*
- LENZ, Flávio. *Mulheres e governo se unem contra a Aids: Prostitutas, feministas, lésbicas, soropositivas e negras enfrentam juntas a epidemia. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, mar. 2007a. , p. 6–7.*
- LENZ, Flávio. *No ponto: Mais lei. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, out. 2003.*
- LENZ, Flávio. *O Brasil reage à violência física e moral: Sociedade se revolta com agressão a mulher e ataque a prostitutas. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=770&num=1>>. Acesso em: 24 fev. 2015b.*
- LENZ, Flávio. *Política, festa e angústia: Conferência Internacional de Aids teve de tudo, com vigorosa participação de profissionais do sexo. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, 2004. , p. 3.*
- LENZ, Flávio. *Profissionais do sexo denunciam testagem obrigatória: Mulheres, homens e trans de 25 países se reúnem no México antes*

- da Conferência Internacional de Aids. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=806&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015e.
- LIM, Lin Leann. *El sector del sexo: la contribución económica de una industria*. In: OSBORNE, RAQUEL (Org.). *Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 57–83.
- LIMA, Luís Corrêa. *Políticas Públicas e Conflito Moral: a Igreja Católica e a camisinha*. *Em debate*, v. 5, p. 1–11, 2007.
- LONGO, Paulo. *Rede de solidariedade: Profissionais do sexo vencem resistências e conquistam oportunidade histórica*. *Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, 2004. , p. 4–5.
- LOUZADA, Marcelle. *Romântico ou revolucionário? Sobre a cidade que somos*. *Alegrear*, n. 7, p. 1–10, 2011.
- MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. *Dicionário da crítica feminista*. Porto: Edições Afrontamento, 2005.
- MAGALHÃES, Leila. *Entrevista com Gabriela Leite*. *Tribuna da imprensa*, Rio de Janeiro, 20 jul. 1987.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Noa Guiné melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARCHA DAS VADIAS BH. *A Marcha das Vadias BH chama todas as mulheres atingidas pela copa a falarem!* Disponível em: <<https://www.facebook.com/marchadasvadias/posts/800765286623761>>.
- MARCUS, George. *Afterword: ethnographic writing and anthropological careers*. In: CLIFFORD, JAMES; MARCUS, JORGE (Org.). *Writing cultures: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1986. p. 262–266.
- MARTEUIL, Morgane. *Le travail du sexe contre le travail*. *Revue Periode*, 2014.
- MATOS, Marlise. *Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?* *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 67–92, 2010.

- MAYORGA, Claudia. *Apuentes feministas acerca del marco juridico de la inmigración y tráfico de mujeres en Europa y España*. INTERthesis, v. 9, n. 1, p. 278–304, 2012.
- MAYORGA, Claudia. *Cruzando fronteiras: Prostituição e imigração*. Cadernos Pagu, v. 37, p. 323–355, 2011.
- MEDEIROS, Luciene Alcinda De. “*Quem Ama Não Mata*”: A atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. 2011, [S.l: s.n.], 2011. p. 4.
- MEDEIROS, Regina. *O Bonfim da Prostituição: a presença ambivalente do outro*. In: MEDEIROS, REGINA (Org.). *Permanências e mudanças em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 49–112.
- MENDES, Alessandra. *Polícia reforça vigilância contra o tráfico de pessoas e de exploração sexual na Copa*. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 2 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.hojeemdia.com.br/horizontes/policia-reforca-vigilancia-contra-o-trafico-de-pessoas-e-de-explorac-o-sexual-na-copa-1.251852>>.
- MERTEUIL, Morgane. *Le travail du sexe contre le travail*. Revue Periode, 2014. Disponível em: <<http://revueperiode.net/le-travail-du-sexe-contre-le-travail/>>.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Portaria n. 2167, de 7 de Dezembro de 2006. . Brasil: [s.n.]. , 2006
- MIRANDA, Adriana Andrade; PASINI, Elisiane. *Cidadania, direitos humanos e tráfico de pessoas: Manual para promotoras legais populares*. 2. ed. Brasília: Organização Internacional do Trabalho - OIT, Escritório no Brasil, Programa Segurança com Cidadania (MDG-F), 2012.
- MORAES, Aparecida. *Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MORENA, Fernanda. *Questões da prostituição segundo as prostitutas: Puta Dei, o Dia Internacional das Prostitutas, debate regulamentação da profissão na assembleia gaúcha*. Carta Capital, jun. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/questoes-da-prostituicao-segundo-as-prostitutas-7420.html>>.

- MORÍN, Edgar. *Epistemologia da complexidade*. In: SCHNITMAN, DORA FRIED (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 274–289.
- MOUFFE, Chantal. *Hegemony and new political subjects: toward a new concept of democracy*. In: GROSSBERG, LAWRENCE; NELSON, CARY (Org.). *Marxism and the interpretation of culture*. [S.l.]: Board of trustees, 1988. p. 89–104.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1996.
- MTE. *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>.
- MÜLLER, Frederico. *Pesquisa quer traçar retrato fiel do tráfico de pessoas em MG*. Instituto Elo, Belo Horizonte, 1 jul. 2014. Disponível em: <http://www.institutoelo.org.br/site/parcerias/blog_programa_leitura/1989>.
- MUNK, Veronica. *40 mil prostitutas vão invadir a Alemanha! Beijo da Rua, Rio de Janeiro, abr. 2012.* , p. 3–7Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/abril2012.pdf>>.
- MUNK, Verônica. *Fortalecimento é o maior resultado: Trabalhadoras sexuais debatem restrições à profissão e reafirmam “vontade de atuar”*. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, 2006. , p. 5.
- MUSA. *Construindo a saúde da mulher profissional do sexo*. Vida vivida, Belo Horizonte, dez. 2002a. , p. 2.
- MUSA. *Eu mereço mais*. Vida vivida, Belo Horizonte, dez. 2002b. , p. 1.
- MYDANS, Seth. *Attitudes are changing about prostitution*. Sarasota Herald Tribune, Florida, 16 fev. 1976.
- NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. *Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas Ciências Sociais*. *Psicologia: Reflexão e crítica*, v. 18, n. 3, p. 408–412, 2005.
- NOBRE, Carlos. *Encontro apoia a profissão de prostituta*. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, out. 2003a.
- NOBRE, Carlos. *Encontro de Classe, Avanço na consciência sindical: Prostitutas mexem com o coração e a mente de sindicalistas*. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, nov. 2003b.
- NOBRE, Carlos. *Gabeira apresenta projeto de lei a profissionais do sexo*. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, 2002. , p. 6.

- NOW. *Statement of purpose - The National Organization for Women's 1966 Statement of Purpose*. Disponível em: <<http://now.org/about/history/statement-of-purpose/>>. Acesso em: 23 mar. 2015.
- NSWP. *History*. Disponível em: <<http://www.nswp.org/page/history>>. Acesso em: 8 abr. 2015.
- NUERNBERG, Adriano Henrique; LAGO, Mara Coelho de Souza; GROSSI, Miriam Pillar. *A participação dos estudos de gênero na formação da psicologia social brasileira*. In: GROSSI, MIRIAM PILLAR; LAGO, MARA COELHO DE SOUZA; ADRIANO HENRIQUE NUERNBERG (Org.). *Estudos in(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 9–17.
- OIT. *Convenção n. 29 - Sobre o trabalho forçado ou obrigatório*. Brasil: Organização Internacional do Trabalho. , 1932
- OIT. *O que é trabalho decente*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>.
- OIT. *Uma aliança global contra o trabalho forçado: Relatório global do seguimento da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais do trabalho*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho - OIT, Escritório no Brasil, 2005.
- OLIVAR, José Miguel Nieto. *Guerras, trânsitos e apropriações: Políticas da prostituição feminina a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre*. 2010. 385 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- OLIVEIRA, Eleonora Menicucci De. *O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento*. *Revista Estudos Feministas*, v. 16, n. 1, p. 229–245, abr. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000100021&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.
- OLIVEIRA, Marina Pereira Pires De. *Sobre armadilhas e cascas de banana: uma análise crítica da administração de Justiça em temas associados aos Direitos Humanos*. *Cadernos Pagu*, v. 31, p. 125–149, 2008.
- OLIVEIRA, Mônica Queiroz De. *Prostituição e trabalho no baixo meretrício de Belo Horizonte: O trabalho na vida nada fácil*. 2008. 170 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-7WSPSZ/disserta__o_m_nica.pdf?sequence=1>.

- ONU. *Convenção Sobre A Eliminação De Todas As Formas De Discriminação Contra A Mulher – CEDAW*. In: FROSSARD, HELOISA (Org.). *Instrumentos internacionais de direitos das mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. p. 13–32.
- OSBORNE, Raquel. *La construcción sexual de la realidad: un debate en la sociología contemporánea de la mujer*. 2a. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 2002.
- PARADIS, Clarisse Goulart. A “regulamentação” da prostituição e a vida das mulheres. Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/2013/01/18/a-regulamentacao-da-prostituicao-e-a-vida-das-mulheres/>>.
- PARKER, Richard. Introdução. In: PARKER, RICHARD (Org.). *Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997. p. 7–15.
- PASINI, Elisiane. *Limites simbólicos corporais na prostituição feminina*. Cadernos Pagu, v. 14, n. 14, p. 181–200, 2000.
- PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 52, p. 249–272, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.
- PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
- PEREIRA JÚNIOR, Emerson Tardieu de Aguiar; LIMA, Eduardo Martins De. *Histórico da pesquisa: Nossa trajetória*. Caderno de Debates Plural, p. 2–4, mar. 1999.
- PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. *"No intuito de produzir influência educativa: delegacia de costumes e a prática do meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930)*. 2012. 193 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê*. São Paulo, São Paulo, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PERLONGHER, Néstor. *Territórios marginais*. In: GREEN, JAMES; TRINDADE, RONALDO (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005. p. 263–290.

- PINHEIRO, Anna Marina Bárbara. *“Sou prostituta e sou feminista”:* Movimento fortalece parceria em congresso internacional. *Beijo da Rua*, Rio de Janeiro, 2005. , p. 5–6.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. *Apresentação: gênero do mercado do sexo*. *Cadernos Pagu*, v. 25, p. 2–10, 2005.
- PISCITELLI, Adriana. *Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção do conhecimento sobre tráfico de pessoas*. *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 29–63, 2008a.
- PISCITELLI, Adriana. *Feminismos e prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da antropologia feminista*. *Cuadernos de antropología social*, v. 36, p. 16, 2012.
- PISCITELLI, Adriana. *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras*. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263–274, 2008b.
- PISCITELLI, Adriana. *Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional*. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 717–744, 2007.
- PISCITELLI, Adriana. *Trânsitos: Brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- PISCITELLI, Adriana; VASCONCELOS, Márcia. *Apresentação: Dossiê gênero no tráfico de pessoas*. *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 9–28, 2008.
- PMM. *Histórico*. Disponível em: http://www.pmm.org.br/?page_id=47>. Acesso em: 10 fev. 2015a.
- PMM. *Histórico*. Disponível em: <https://pmmnac.wordpress.com/historico-2/>>. Acesso em: 9 fev. 2015b.
- PORTAL BRASIL. *Divulgado resultado da Operação Copa em BH*. Portal Brasil, Belo Horizonte, 17 jul. 2014.
- PUC MINAS. Portal PUC Minas.
- RAFAEL, Mateus. *Comitê mineiro contra tráfico de pessoas se reúne*. Instituto Elo, Belo Horizonte, 5 abr. 2013.

- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RAMAZANOGLU, Caroline; HOLLAND, Janet. *Feminist methodology: Challenges and choices*. London, Thousand Oaks, New Delhi, Singapore: Sage Publications, 2002.
- RBP. Rede Brasileira de Prostitutas. Disponível em: <<http://www.redeprostitutas.org.br/>>. Acesso em: 9 fev. 2015.
- REBOREDO, Lucília Augusta. *Da serialidade à institucionalização: um estudo do movimento de um grupo que se afirma e se nega na (des)construção do ser favelado*. Departamento de Psicologia. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. , 1992
- REIS, Arthur Santos. *Resgate da cidadania vai reunir prostitutas em casa de orações*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, jul. 1987.
- REISIG, Robin. *Sisterhood & prostitution*. *Village Voice*, 16 dez. 1971. , p. 73–74.
- REZENDE, Alessandra Prado et al. *A Experiência das Prostitutas na cidade de Belo Horizonte Vozes de uma experiência subalternizada*. . Belo Horizonte: [s.n.], 2012.
- RNP. *Projeto Rede Nacional de Prostitutas*. . [S.l.]: Mimeografado. , 1991
- RODRIGUES, Marlene Teixeira. *O sistema de justiça criminal e a prostituição no Brasil contemporâneo*. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, p. 151–172, 2004.
- RODRIGUES, Rafaela. *Prostituição, reconhecimento e outras coisas*. Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/2012/09/21/prostituica-o-reconhecimento-e-outras-coisas/>>.
- ROLNIK, Suely. *Uma insólita viagem à subjetividade*. In: LINS, DANIEL (Org.). . *Cultura e subjetividade*. Campinas: Papyrus, 1997. p. 25–34.
- ROSA, Sérgio; ASSUNÇÃO, Marcus. *Rua Guaicurus - Belo Horizonte MG*. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/guia/rua-guaicurus>>. Acesso em: 6 jan. 2015.
- RUBIN, Gayle. *Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality*. In: VANCE, CAROLE (Org.). . *Pleasure and danger: exploring female sexuality*. London: Pandora, 1989. p. 267–319.
- RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. *Tráfico sexual – entrevista*. *Traffic*, n. 21, p. 157–209, 2003.

- SALLUM JR, Brasílio. *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo*. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 11, n. 2, p. 23–47, 1999.
- SANTIAGO, Cleide de Oliveira et al. *A vida das profissionais do sexo: Vontades, frustrações e sofrimento pessoal – Uma experiência tumultuada*. *Caderno de Debates Plural*, v. 11, p. 17–19, 1999.
- SANTOS, Gilmar Bueno Dos. *O estilo interativo das profissionais do sexo de Belo Horizonte: um estudo sobre estratégias linguísticas*. 2011. 212 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- SCHAFFAUSER, Thierry. *Les luttes des putes*. Paris: La Fabrique Éditions, 2014.
- SCHETTINI, Cristiana. *Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro no fim do século XIX*. *Cadernos Pagu*, v. 25, p. 25–54, 2005.
- SCHOLZ, Sally J. *Feminism: A beginners guides*. Oxford: Oneword Book, 2012.
- SCOTT, Joan W. *A experiência*. In: SILVA, ALCIONE LEITE DA; LAGO, MARA COELHO DE SOUZA; RAMOS, TÂNIA REGINA DE OLIVEIRA (Org.). *Falas de Gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21–55.
- SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Politics*, v. 20, p. 71–99, 1995.
- SEMÍRAMIS, Cynthia. *A marcha pela liberdade das mulheres*. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/a-marcha-pela-liberdade-das-mulheres/>>.
- SILVA, Ronaldo Alves Da. *As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte*. 2009. 170 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- SIMÕES, Soraya Silveira. *“Eu eu eu, eu só dou o que é meu”*: Prostitutas de Niterói ocupam ruas para denunciar invasão da polícia a salas de batalha e detenções ilegais. Disponível em: <<http://www.beijodarua.com.br/materia.asp?edicao=28&coluna=6&reportagem=926&num=1>>. Acesso em: 4 mar. 2015.
- SIMÕES, Soraya Silveira. *Prostitutas do Rio recebem deputados e representantes de Saúde e Urbanismo para defender os interesses da categoria*. *Beijo da Rua, Rio de Janeiro*, 2002. , p. 3.

- SIMÕES, Soraya Silveira. *Vila Mimosa: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca*. Niterói, Rio de Janeiro, Brasil: EdUFF, 2010.
- SIMON, Cristiane Paulin; SILVA, Rosalina Carvalho Da; PAIVA, Vera. *Prostituição juvenil feminina e a prevenção da Aids em Ribeirão Preto, SP*. *Revista Saúde Pública*, v. 36, n. 4, p. 82–89, 2002.
- SKACKAUSKAS, Andreia. *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: O caso da organização de prostitutas Davida*. 2007. Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- SKACKAUSKAS, Andreia. *Prostituição, gênero e direitos: Noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada*. 2014. Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- Slutwalk BH. Disponível em: <http://marchadasvadiasdf.wordpress.com/2012/05/24/palavras-de-ordem-palavras-de-respeito-os-cartazes-para-a-marcha-das-vadias-texto-da-slutwalk-belo-horizonte/>.
- SNJ. *Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2008.
- SNJ. Portaria n. 41, de 6 de Novembro de 2009. , 2009.
- SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas... A prostituição no Rio de Janeiro no século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.
- SPIVAK, Gayatri. *¿Puede hablar el subalterno?* *Revista Colombiana de Antropologia*, n. 39, p. 297–364, 2003.
- SPIVAK, Gayatri. *Quem reivindica a alteridade*. In: BUARQUE DE HOLLANDA, HELOÍSA (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 187–205.
- SPS. *Cartilhas de Pastoral Social - N. 01 - O que é Pastoral Social?* . [S.l.]: CNBB. , [S.d.]
- STRACK, Friederike. *Europa debate trabalho sexual, migração e direitos humanos: Prostitutas levam propostas ao Parlamento da Comunidade Européia*. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, 2005.
- STRACK, Friederike. *Prostitutas querem convenção na OEA: Ativistas e autoridades de 20 países exigem reconhecimento do trabalho sexual*. Beijo da Rua, Rio de Janeiro, mar. 2007. , p. 3.
- TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Políticas públicas em Aids. Políticas, instituições e AIDS: enfrentando a epidemia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/ABIA, 1997. p. 43–68.

- TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- TERESI, Verônica Maria; HEALY, Claire. *Guia de referência para a rede de enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, 2012.
- TREVISAN, João Silvério. *A vida é fácil? Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, fev. 1980a. , p. 2.
- TREVISAN, João Silvério. *São Paulo: A guerra santa do Dr. Richetti*. Lampião da Esquina, Rio de Janeiro, jul. 1980b. , p. 18Disponível em: <[http://www.grupodignidade.org.br/cedoc/lampiao/30 - LAMPIAO DA ESQUINA EDICAO 26 - JULHO 1980.PDF](http://www.grupodignidade.org.br/cedoc/lampiao/30_LAMPIAO_DA_ESQUINA_EDICAO_26_-_JULHO_1980.PDF)>.
- UFMG. *Sistema de Informações da Extensão*. Disponível em: <<https://sistemas.ufmg.br/siex/PrincipalVisitante.do>>. Acesso em: 1 out. 2014a.
- UFMG. *Somos*. Disponível em: <somos.ufmg.br>.
- VALE, João Henrique Do. *Casa de prostituição é fechada e três pessoas são presas em BH*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 15 dez. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/15/interna_gerais,337192/casa-de-prostituicao-e-fechada-e-tres-pessoas-sao-presas-em-bh.shtml>.
- VASCONCELOS, Marcia; BOLZON, Andréa. *Trabalho forçado, tráfico de pessoas e gênero: algumas reflexões*. Cadernos Pagu, v. 31, p. 65–87, 2008.
- VASCONCELOS, Ricardo. *Polícia fecha cerco aos prostíbulos de BH*. Super Notícia, Belo Horizonte, 30 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/super-noticia/policia-fecha-cerco-aos-prostibulos-de-bh-1.100934>>.
- VELHO, Gilberto. *Observando o familiar*. In: NUNES, EDSON DE OLIVEIRA (Org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 36–45.
- WEEKS, Jeffrey. *Invented moralities: sexual values in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- WEITZER, Ronald. *Legalizing prostitution: From illicit vice to lawful business*. New York and London: New York University Press, 2012.

- WHISNAT, Rebecca; STARK, Christine. Introduction. In: WHISNAT, REBECCA; STARK, CHRISTINE (Org.). . *Not for sale: Feminists resisting prostitution and pornography*. Melbourne: Spinifex Press, 2004. .
- WIJERS, Marjan. *Delincuente, víctima, mal social o mujer trabajadora: perspectivas legales sobre la prostitución*. In: OSBORNE, RAQUEL (Org.). . *Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2004. p. 209–221.
- WYLLYS, Jean. *Projeto de Lei 4211/2012 (Lei Gabriela Leite)*. . Brasil: Projeto de Lei. , 2012
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.